



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO CARIRI**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO REGIONAL**  
**SUSTENTÁVEL**

**MARIA DA PENHA SOUSA LIMA**

**RIO ACIMA, RIO ABAIXO: UMA HISTÓRIA SOCIOAMBIENTAL DO RIO**  
**GRANGEIRO (1930 – 1980).**

**Juazeiro do Norte - CE**  
**2016**

**MARIA DA PENHA SOUSA LIMA**

**RIO ACIMA, RIO ABAIXO: UMA HISTÓRIA SOCIOAMBIENTAL DO RIO  
GRANGEIRO (1930 – 1980)**

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado em Desenvolvimento Regional Sustentável, da Universidade Federal do Cariri, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Desenvolvimento Regional Sustentável.

Orientadora: Suely Salgueiro Chacon

Coorientação: Paula Cristiane de Lyra Santos

**Juazeiro do Norte CE  
2016**

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação  
Universidade Federal do Cariri  
Sistema de Bibliotecas

- 
- L732r Lima, Maria da Penha Sousa.  
Rio acima, rio abaixo: uma história socioambiental do Rio Grangeiro (1930-1980)/ Maria da Penha Sousa Lima. – 2016.  
176 f.: il.; color.; enc. ; 30 cm.
- Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Cariri, Mestrado em Desenvolvimento Regional Sustentável, Juazeiro do Norte, 2016.  
Orientação: Profa. Dra. Suely Salgueiro Chacon;  
Co-Orientação: Profa. Dra. Paula Cristiane de Lyra Santos.
1. Rio Grangeiro. 2. Práticas culturais. 3. História ambiental. Título.

CDD 333.910981

---

MARIA DA PENHA SOUSA LIMA

**RIO ACIMA, RIO ABAIXO: UMA HISTÓRIA SOCIOAMBIENTAL DO RIO  
GRANGEIRO (1930 – 1980)**

Esta dissertação foi julgada e aprovada no dia 30/09/2016 pelo orientador e membros da banca examinadora, composta pelos professores:

*Suely Chacon*

\_\_\_\_\_  
Profa. Dra. Suely Salgueiro Chacon - UFCA  
(Orientadora)

*Paula Cristiane de Lyra Santos*

\_\_\_\_\_  
Profa. Dra. Paula Cristiane de Lyra Santos – URCA  
(Coorientadora)

*Verônica Salgueiro do Nascimento*

\_\_\_\_\_  
Profa. Dra. Verônica Salgueiro do Nascimento – UFCA  
(Membro interno)

*Ana Isabel Ribeiro Parente Cortez Reis*

\_\_\_\_\_  
Profa. Dra. Ana Isabel Ribeiro Parente Cortez Reis – URCA  
(Membro externo)

Juazeiro do Norte - CE  
2016

Dedico esta dissertação aos meus pais, Otacílio Antonio de Sousa (*in memoriam*) e Maria Oli de Lima (*in memoriam*) e; ao meu companheiro Manoel Salustriano da Silva, aos meus 17 irmãos, em especial Edisio, Uilton e Milton (*in memoriam*), aos meus sobrinhos, especialmente Uilton Filho, Lucas e Dayse, partes indelévels de mim. Dedico ainda aos amigos (as) de todas as horas (Maria Matias, Paula Cristiane, Lireida, Eneida, Rosângela, Waldilucia, Jeania, Tina, Ticiano, Marlene, Marly, Márcio, Cristiane, Carliana, Geovani, Lucineide, Verlânia e a minha orientadora, profa. Suely Chacon. Cada um, de maneira especial, são partes importantes na minha caminhada de vida e na construção desse trabalho.

## AGRADECIMENTOS

E é tão bonito quando a gente entende  
Que a gente é tanta gente onde quer que a gente vá  
E é tão bonito quando a gente sente  
Que nunca está sozinho por mais que pense estar

É tão bonito quando a gente pisa firme  
Nessas linhas que estão nas palmas de nossas mãos  
É tão bonito quando a gente vai à vida  
Nos caminhos onde bate, bem mais forte o coração.  
(Gonzaguinha)

Chegar ao final desse trabalho de dissertação foi uma experiência desafiadora, por vezes embaraçosa, solitária, mas também prazerosa, à medida que, ao ir conseguindo vencer cada etapa de construção, pude sentir de perto o apoio e contribuição de muitas pessoas, que direta ou indiretamente, dele participaram. Hoje, poder compartilhar desse momento não poderia deixar de dizer o quanto sou grata aos que, junto comigo, deram um pouco de si em cada passo na direção da pesquisa. Foram tantas pessoas, que, talvez, essa seja uma das tarefas mais difíceis, pois temo em cometer algum lapso de memória e deixar de citar alguém que se fez presente e me acompanhou nessa árdua jornada. Uma das primeiras coisas que, logo do início, tive a certeza é de que não se faz ciência sozinho, ainda que vivenciemos momentos a sós, na solidão da escrita, está ali um mundo de ideias, pessoas, conhecimentos, contribuições valiosas, sentimentos e sensibilidades afloradas a partir da experiência do contato com tanta gente, assim percebemos que *“a gente é tanta gente, onde quer que a gente vá.”* A essas pessoas meus sinceros agradecimentos e minha mais terna gratidão.

Ao Deus que habita em meu coração, que seja sempre uma chama de fé, amor e solidariedade. Aos meus pais, Octacílio Antonio de Sousa e Maria Oli de Lima (in memoriam). Seus exemplos serão sempre meu caminho. Sua coragem, minha força, suas esperanças, meu amparo, seu amor, o meu maior conforto.

Aos meus 17 irmãos, por me ajudarem a fortalecer que vale a pena viver em família. Em especial, a Uilton pelas boas conversas e reflexões sobre a temática.

Ao meu querido e estimado Manoel, companheiro de todas as horas, pelo apoio irrestrito a cada passo desse trabalho, pela companhia sempre presente e confortante nas horas em que o cansaço me abatia. A certeza do seu amor e carinho me deram força para continuar e vencer os obstáculos.

A Lucas e Uilton Filho, sobrinhos queridos, vocês me ajudam a entender que o conhecimento precisa ter a alegria e a curiosidade de uma criança. O envolvimento de vocês me motivou a continuar.

À minha orientadora, a professora Suely Chacon, por aceitar o desafio da orientação dessa pesquisa, pelo material cedido, pelas reflexões necessárias e imprescindíveis e, sobretudo pela disponibilidade sempre que precisei. Por me ajudar a ser melhor e me fazer compreender que o conhecimento não serve se não estiver à disposição do bem comum.

À minha Coorientadora, Professora Paula Cristiane, pela amizade, disponibilidade e paciência nos momentos de indecisão. Sempre por perto, significou luz, caminho e segurança. Por compartilhar tão vasto conhecimento, mas, sobretudo, por me fazer ver que o saber não deve ser egoísta, solitário e distante. Seu desprendimento muito me ensinou a crer nas possibilidades de que o ser humano pode viver melhor.

À minha irmã de coração, Maria Matias, a quem muito estimo e admiro. Por todos esses anos de amizade, respeito e solidariedade. E por ter tido a paciência em fazer as correções dos textos, dando um toque de leveza e fluidez a escrita.

À Amiga (irmã) Lireida Albuquerque, por me permitir o convívio da sua companhia nas idas e vindas a campo, pelo seu valioso conhecimento compartilhado.

Ao Departamento Histórico Diocesano Pe. Antonio Gomes de Araújo – DHDPG/Crato, nas pessoas de Pe. Roserlânio e Tânia Peixoto, por disponibilizarem fontes preciosas da pesquisa e pelo espaço tão acolhedor durante os três meses de consultas aos documentos. Em especial, a Tânia por me acompanhar todos os dias com a mesma alegria e carinho, além das boas conversas e reflexões acerca da pesquisa e de tantas outras coisas.

À Banca Examinadora em aceitar o convite para participar desse momento de compartilhamento e pelas contribuições e sugestões valiosas, em especial a Ana Isabel e a professora Verônica.

À minha amiga (irmã) Waldilúcia, amiga de todos os dias, pelo apoio, envolvimento e companhia nos momentos de entrevistas.

À amiga Rosângela (irmã do coração), pela sua disposição em me acompanhar nas muitas visitas de campo, pela torcida e apoio sempre de perto.

À amiga (irmã) Faustina Loss (Tina), pelo apoio irrestrito em todos os momentos, e pela paciência em ler o trabalho, contribuindo com observações preciosas.

Ao casal de amigos, Cibele e Arnaldo, por estarem sempre dispostos a me ajudar e disponíveis sempre que os procurei.

A minha querida Amiga Vanusa, pela amizade e valiosa ajuda nas transcrições das entrevistas, dividindo o fardo dessa etapa da pesquisa.

A todos (as) os entrevistados (as) (Yarley Brito, Dona Lúcia Castro, Seu Tutita, Dona Maria Eunice, Dona Maristela, Seu Valderi, Dona Almina Arraes, Armando Rafael, Humberto Cabral, Dona Francisca Silva, Dona Jandira e Seu Abinadab, pela contribuição dada a pesquisa e a história do rio Grangeiro, informações sem as quais ficaria faltando um pedaço. Esse estudo é também de cada um de vocês, sintam-se construtores da síntese do que está aqui produzido.

A Armando Rafael, pela valiosa entrevista e por ter me ajudado nos primeiros passos da pesquisa, me indicando fontes, pessoas, material e sem nenhum egoísmo me ajudou nas reflexões que fizeram nascer esse estudo.

A Paulo Fiusa, por me indicar os primeiros pontos e locais a ser visitado, pelo material em vídeo sobre o rio Grangeiro.

A professora Maria Soares, pelas indicações de material, sugestões preciosas, logo no início da pesquisa de campo.

Ao amigo, Carlos Rafael, pela disponibilidade e desprendimento, sobretudo por compartilhar sua Dissertação de Mestrado, trabalho valioso, que muito me indicou caminhos e me ajudou nas reflexões sobre o tema de pesquisa.

Ao amigo, Anderson Camargo, pelo apoio, torcida e pelo material cedido sobre a questão da água no Ceará e no Cariri cearense.

Ao meu amigo Salmo Brito, pela contribuição, reflexões e carinho.

Ao professor Bebeto, Diretor Presidente do Instituto Cultural do Cariri- ICC, pelo interesse, conversas e material cedido sobre o tema.

Aos colegas professores e Gestão do Centro de Educação de Jovens e Adultos, sobretudo a Secretária Charlene por cuidar de todos os tramites da minha liberação.

Aos colegas do Mestrado, que no transcurso das disciplinas e atividades me fizeram refletir sobre tantas outras coisas.

A CAPES, pela bolsa cedida, o que muito ajudou nos gastos com a pesquisa e material.

Ao Programa de Mestrado em Desenvolvimento Regional Sustentável, da Universidade Federal do Cariri – UFCA, pela oportunidade de poder participar do curso.

À Coordenação do Curso do Mestrado, Profa. Verônica, e a atual coordenação da Profa. Celme Torres, pelo acompanhamento ao Curso e aos alunos.

Às Secretárias do Curso, Iza Leite, Márcia Leite e Amanda Pereira, por todo apoio, carinho e alegria em nos receber.



LIMA, Maria da Penha Sousa. **Rio acima, rio abaixo: uma história socioambiental do rio Grangeiro (1930 – 1980)** 2016. 114f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional Sustentável) – Universidade Federal do Cariri (UFCA/ PRODER), Juazeiro do Norte, 2016.

**Perfil do autor:** Licenciada em História pela Universidade Regional do Cariri – URCA. Atualmente é Professora efetiva do Centro de Educação de Jovens de Adultos – CEJA/Crato (CE)

## RESUMO

O estudo trata da história socioambiental do Rio Grangeiro, localizado na região do Cariri cearense, extremo Sul do Ceará, no município do Crato, entre os anos de 1930-1980, partindo do pressuposto de que não podemos pensar a história ambiental, separada da história do homem. Assim, volta-se para as práticas frente ao ambiente natural, seus costumes e hábitos da população, e de como estes foram, ao longo dos anos, sendo desenvolvidos, transformados, e fio condutor da apropriação e destruição do rio. Discute e analisa formas de relação estabelecida, em especial, pela população cratense com o meio ambiente, sobretudo com o Rio Grangeiro, marcada, ao longo do tempo, pela apropriação de suas margens, leito e desvios de seu curso, seja para uso doméstico, cultura do gado e da agricultura, especialmente a cana-de-açúcar, bem como de outras práticas que, sem dúvida, ocasionaram a destruição da sua mata ciliar, diminuição do volume d'água, transformando-se em lugar de dejetos humanos. Garimpando rio acima, rio abaixo, numa abordagem no campo da História Ambiental, sobretudo na perspectiva das relações de natureza e sociedade. A pesquisa embasa-se numa literatura voltada, principalmente para o binômio história ambiental *versus* meio ambiente. Como caminho metodológico, recorreu-se à observação direta e à pesquisa empírica. Foram utilizadas fontes como os Jornais: O Araripe, Jornal Ação, Vanguarda, O Cearense, Folha do Cariri. Os livros de Irineu Pinheiro: Efemérides do Cariri e O Cariri. Também o livro de Irineu Pinheiro e J de Figueiredo Filho, intitulado cidade do Crato; As obras de J. de Figueiredo Filho: Folgedos Infantis, História do Cariri I, II e III e Engenhos de Rapadura do Cariri. E ainda o uso de fontes icnográficas (fotos) e mapas. Além das Revistas Itaytera e Província, bem como de entrevistas com moradores antigos do entorno do Rio Grangeiro.

Palavras Chaves: Rio Grangeiro, práticas culturais, história ambiental.

## ABSTRACT

The study deals with the environmental history of Rio Grangeiro, located in the region of Cariri Ceará, extreme south of Ceará, Crato municipality, between the years 1930-1980, assuming that we can not think environmental history, separate from history man. So back to the front practices to the natural environment, their customs and habits of the population, and how they have been over the years, developed, processed, and thread the appropriation and destruction of the river. Discusses and analyzes forms of relationship established, in particular by cratense population with the environment, especially with Rio Grangeiro, checked, over time, the ownership of its banks, bed and shifts its course, either for domestic use, cattle culture and agriculture, especially sugarcane and other practices that undoubtedly led to the destruction of its riparian vegetation, reduced water volume, becoming instead of human waste. Panning upstream, downstream, an approach in the field of environmental history, especially in view of the relations of nature and society. Research underlies it in a focused literature, mainly the binomial environmental history versus environment. As a methodological way, resorted to direct observation and empirical research. sources were used as the newspapers: The Araripe, Newspapers Action, Vanguard, The Cearense, Leaf Cariri. The books of Irenaeus Pinheiro: Ephemeric Cariri and the Cariri. Also the book of Irenaeus Pinheiro and J Figueiredo Filho, entitled Crato; J. The works of Figueiredo Filho: Folgedos Children, History of Cariri I, II and III and Brown Sugar Mills of Cariri. And yet the use of icnográficas sources (pictures) and maps. In addition to the Itaytera Magazines and Province, as well as interviews with former residents of surrounding Rio Grangeiro.

**Keywords:** Rio Grangeiro, cultural, environmental history.

## **LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS**

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IPECE – Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará

UFCA – Universidade Federal do Cariri

URCA – Universidade Regional do Cariri

UFC – Universidade Federal do Ceará

CDPH – Centro de Documentação e Pesquisa –Curso de História(URCA)

LEPEUC - Laboratório de Estudos e Pesquisas sobre o Espaço Urbano e a Cultura (Curso de Geografia URCA)

LAGEO – Laboratório de Análise Geoambiental (Geografia URCA)

CAGECE – Companhia de Água e Esgoto do Ceará

PMC – Prefeitura Municipal de Crato

IPC - Instituto de Pesquisa do Cariri

IPEA – Instituto de Pesquisa Aplicada

ICC – Instituto Cultural do Cariri

PDDU – Plano de Desenvolvimento Urbano do Município de Crato/Ce

DHDPG – Departamento Histórico Diocesano do Crato

INDA - Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário

SUDENE – Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Foto do Rio Grangeiro (início de 1930).....	14
Figura 2 - Proposta de território da nova província.....	21
Figura 3 - Bacia Sedimentar do Araripe: Esquema da estrutura geológica da Bacia Sedimentar do Araripe, mostrando os processos de infiltração e ressurgência que originam as fontes formadoras dos cursos d'água da região.....	32
Figura 4 - Panorâmica da Chapada do Araripe.....	34
Figura 5 - Localização da Bacia do rio Grangeiro.....	36
Figura 6 - Mapa de localização do Crato: Mapa do Brasil, no século XIX, destaque dado pelo autor na localização geográfica do Cariri cearense, especialmente do Crato. Cartografia do livro <i>Travels in the interior of Brazil</i> , do naturalista George Gardner. ....	41
Figura 7 - Imagem da Mãe das águas: Iara.....	72
Figura 8 - Aquarela do Crato (1860): Vista da Cidade do Crato, em 14 de Março de 1860 (data escrita na própria obra). ....	86
Figura 9 - Ciclo hidrológico do rio Grangeiro.....	97
Figura 10 - Distribuição das telhas d'água na Fonte Batateira, em 1855.....	99
Figura 11- Imagem do Canal do Rio Grangiro.....	147
Figura 12 - Vila próxima ao Rio Grangeiro .....	151

## LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - População do Crato em meados do século XIX, classificada por sexo, cor e condição social.....	115
--	-----

## SUMÁRIO

1 – INTRODUÇÃO.....	14
1.1 Uma foto, um poema, uma conversa.....	14
1.2 A história de uma pesquisa: construção metodológica.....	27
1.3 Organização do texto.....	44
2 - PELA BRECHA DA JANELA DA HISTÓRIA AMBIENTAL.....	48
2.1 A história ambiental no contexto das discussões sobre o meio ambiente .....	49
2. 2 A discussão ambiental no Brasil.....	54
2. 3 A temática da história ambiental no Ceará e Cariri.....	59
3 – RIO GRANGEIRO: REPOUSO E ABRIGO SAGRADO DA MÃE D'ÁGUA.....	69
3. 1 O caminho dos rios, as lendas e os mitos na formação dos índios cariris .....	70
3.2 O Aldeamento e o lugar da cama da mãe d'água. ....	84
3. 3 A cultura do gado, da cana-de-açúcar, os engenhos, o fumo e as novas relações.....	92
4. O RIO GRANGEIRO E SEU LUGAR NO CORRER DO TEMPO .....	107
4. 1 Entre os séculos XIX e as primeiras décadas do seculo XX: para onde corria o rio.....	108
4.2. O rio, folgedos e traquinagens.....	124
4. 3 Memórias, histórias e o pensar sobre o rio entre os anos de 1930 - 1980.....	134
5 – CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	154
Fontes: .....	156
a) Periódicos .....	156
b) Fontes Orais: .....	156
c) Fontes impressas e digitais .....	157
Bibliografia.....	157
REFERÊNCIAS .....	157
ANEXOS .....	164

## 1 INTRODUÇÃO

### 1.1 Uma foto, um poema, uma conversa...

**Figura 1 - Foto do Rio Grangeiro (início de 1930)**



Rio Grangeiro no início dos anos de 1930. Fonte: Foto cedida pelo professor José Nilton de Figueiredo.

### Rio Grangeiro

Tá vendo aquele vale fétido  
 Todo carcomido pela erosão?  
 É o Grangeiro, o rio da integração.  
 Foi ao seu lado, na praça da sé,  
 Que surgiu nossa querida Crato,  
 Quando Frei Carlos fundou a Missão:  
 Aldeando os índios em pleito de fé,  
 Na Mãe de Deus, Senhora Penha de França,  
 Eternamente fixa em nossas lembranças.

Este filho da Araripe, a Serra,  
 Nasceu a centenas ou milhares de anos,  
 E em desfiladeiro, rompendo rochas,  
 Derrubando árvores e cavando a terra:  
 Serpenteando-se tomou seu rumo,  
 Levando água límpida qual umas tochas  
 Cortando ladeiras em desaprumos;  
 Para a Missão água potável oferecer:  
 Aos frades e a indiada para beber  
 A seiva que sua Mãe lhe dar com prazer.

E a Missão sendo também curato,  
 Sessenta e seis anos teve de durar  
 Pra tornar-se a Vila Real do Crato.  
 A primeira comuna de toda Zona Sul,  
 De lutas, derrotas e glórias e revolução  
 Pela Independência de nosso Brasil  
 Que Martiniano e muitos amigos seus  
 Quando do púlpito o brado alevantou  
 Liberdade ao Brasil em nome de Deus.

A Vila foi crescendo, crescendo  
 Até a Cidade se tornar livre, autônoma.  
 E o Grangeiro muita água oferecendo,  
 Saciando a sede da população somando  
 O número de muitas vezes mais de mil  
 Até quando seu curso desviaram aos reboques  
 E foi perdendo sua água cor de anil  
 Tornando-se barrentas paradas nos bosques  
 Com águas vagarosas correndo sutil  
 Presas em canais pra não darem choques

Quem foi o Grangeiro que ontem se viu  
 Para o Grangeiro que hoje se vê!  
 Ontem rico de água pura e cristalina,  
 Hoje, coitado! Servindo sentina,  
 Sim, porque se então cheiroso foi,  
 Atualmente exala triste fedentina,  
 Mas continua o rio da Integração,  
 Porque se deu água pra cozer feijão  
 Recolhe os detritos a cidade inteira  
 Tudo infestado e cheio de porqueira.

Os homens espremeram seu curso  
 Aqui e ali, apertando-o em canais,  
 Mas quando o inverno vem cresce  
 Seu volume e sangrando a cidade  
 Devolve, paus, pedras e detritos,  
 Por cada rua que a ele próximas ficam  
 Dando trabalho às administrações  
 E hajam garis para as vias públicas limpar  
 Demonstrando sua ira por muito tempo  
 A gente ver aqui, ali e acolá, seu nembo.

Grangeiro, meu Grangeiro, rio Histórico:  
 Córrego querido do meu coração,  
 Não há um cratense que não adore  
 De Frei Ferrara ao Prefeito atual.  
 Mas você não fala. Como foi a revolução?  
 A bravura de Martiniano falando no púlpito  
 Tornando o Brasil Independente no Cariri,



Diga-me, por favor o que fez o público:  
 Sim, vivaram de alegria o ato do Diácono  
 Que tornou imortal e lembrado aqui.

Pereira Filgueiras foi também independencionista,  
 Prometera como capitão-mor calar e observar  
 Até quando Leandro Bezerra e Pinto Madeira  
 Forçaram-no prender os revolucionários  
 Martiniano, Tristão e Bárbara de Alencar  
 Você presenciou toda a história do Crato:  
 Fale-nos das ocorrências desde o Curato  
 Revele-nos as trajetórias recentes  
 Ensine-nos falarmos de povo tão decente!  
 Queremos saber de tudo da nossa CRATO.  
 (Moacyr Gondim Lóssio)

Essa foto do Rio Grangeiro, datada das primeiras décadas dos anos de 1930, tomei conhecimento quando ainda aluna do Curso de História da Universidade Regional do Cariri – URCA, em visita ao Instituto Cultural do Cariri – ICC, ao final dos anos de 1980. A vida estudantil acadêmica na recém criada universidade, não tinha ainda um ensino voltado para o ato de pesquisar. A não vivência com a pesquisa de campo, na minha formação acadêmica, não permitia, na época em questão, a possibilidade de um olhar mais inquiridor sobre o lugar, a cidade e mesmo sobre a vida das pessoas, suas relações, sobretudo, com o meio ambiente e com a natureza. Razão porque, ao ver a foto pela primeira vez, achei muita bonita, até desejei ter tomado banho no rio Grangeiro, mas não enxerguei ali um documento que muito dizia sobre a minha própria cidade.

Qual não foi minha surpresa, quando em março de 2003, fui lotada no Centro de Educação de Jovens e Adultos – CEJA/CRATO, localizado às margens do canal do rio Grangeiro, como professora de História, na área de Ciências Humanas. Certo dia, mexendo nos arquivos da área, juntamente com a professora Faustina e Marlene, encontrei novamente a mesma foto do rio Grangeiro, não sabia bem porque a mesma me causava tamanha admiração e enchia os meus olhos de inspiração e de um desejo imenso de ter sentido suas águas, mas o tempo dos homens não me permitiu essa possibilidade. Coincidência ou não, estou eu aqui a dissertar sobre a história socioambiental do rio Grangeiro, algo que em nenhum momento havia passado pela minha cabeça anteriormente.

Passados mais de vinte anos da minha graduação, somente agora resolvi a aventurar-me pelo caminho da pesquisa acadêmica, uma das razões do título do meu trabalho de dissertação, Rio Acima, Rio Abaixo, porque não era só o subir e descer, no sentido do

caminhar etnográfico que a pesquisa exigiu, mas também um esforço que me movia (quem sabe intimidada) nessa empreitada do ato de pesquisar. Por certo, as lembranças e o sentimentalismo que afloram ao olhar a foto e, mais recentemente essa poesia, encontrada na Revista Itaytera (1986, p. 155-156), constituindo-se uma das fontes preciosas do trabalho, juntando-se, ainda, ao desejo de descoberta e inquietações em torno do tema, ao tempo em que desperta a curiosidade e o aguçar de pesquisadora, ingredientes essenciais ao ato de pesquisar e ao estudo que me propus a realizar.

Entre conversas, observações e leituras, considero que o conhecimento é fruto de reflexões e diálogos com uma infinidade de outros estudos já produzidos, de interlocutores, e outras tantas pessoas com quem convivemos e compartilhamos nossas intensões de pesquisa. Neste sentido, não se produz ciência sozinho. A título de exemplificação nessa empreitada, a indicação de leitura do conto do século XIX, intitulado: *Os Construtores de Pontes*, de KIPLING, Rudyard (2004)<sup>1</sup>, ainda no momento de construção do Projeto de Pesquisa, muito me ajudou a pensar a construção do tema de estudo, qual seja: a história socioambiental do rio Grangeiro, entre os anos de 1930-1980. Não hesitei e, de pronto, debruçei-me sobre o mesmo, qual foi minha surpresa, o quanto aquele conto indiano, do século XIX, tinha uma ligação direta com o caminho das minhas pretensões de pesquisa. Tudo começa com a construção de uma ponte sobre o rio Ganges, na Índia, pelos ingleses, e após três anos de empreitada, uma forte inundação instaura o conflito épico entre os recursos tecnológicos do Império Britânico e a natureza, fonte do universo mítico indiano.

Em síntese, o conto trata da relação do homem com o meio ambiente e da luta deste pelo domínio da natureza. Nasce do contraste entre dois mundos: de um lado, as tradições religiosas, filosóficas e práticas culturais do povo indiano, em oposição à moral inglesa que se achava convencida de construir, na Índia, uma nova civilização, moderna, desenvolvida e de progresso, ideais esses que marcam a modernidade como algo positivo, benéfico e resolutivo dos dilemas vividos pelo mundo, em contraposição ao antigo, visto como algo atrasado e sem serventia.

Chega-se em pleno século XXI e todas essas questões de conflitos entre o mundo natural e a humanidade parecem não ter fim. Assim, constrói-se uma civilização que, em

---

<sup>1</sup> Indicação da Professora e co-orientadora desse estudo, Paula Cristiane de Lyra Santos, do Dpto. De História – URCA. Esse conto faz parte de uma coletânea que compõe o livro: “Contos fantásticos do século XIX: o fantástico visionário e o fantástico cotidiano, organizado por Ítalo Calvino. São Paulo Companhia das Letras, 2004. Seu título original: *Racconti fantastici dellottocento*. Vários autores. Vários tradutores. Rudyard Kipling é um o escritor anglo-indiano, publicou esse conto em 1893, o enredo envolve engenheiros ingleses, trabalhadores indianos, deuses da Índia e as forças da natureza.

nome do progresso, devasta nossas riquezas, florestas inteiras são derrubadas, rios são poluídos e servidos aos dejetos humanos. Muitas espécies são extintas e as queimadas ainda fazem parte do cotidiano. A presença humana onde quer que se apresente é fortemente marcada pelas problemáticas ambientais, que, ao longo dos anos, se agravam e atravessam gerações.

O município do Crato/CE não contraria essa caótica realidade. Também assiste-se à destruição de suas riquezas, onde práticas, costumes e hábitos dos habitantes frente, ao meio ambiente, visivelmente, mostram o seu caráter devastador. Um lugar inegavelmente privilegiado pela paisagem, que avistamos da Chapada Araripe, pelas formas de relevo, pela vegetação, pelas fontes de água mineral, ainda a brotar de suas encostas. Historiadores da região, viajantes que por aqui passaram, intelectuais, poetas, dentre outros, guardam entre si a ideia de uma terra de abundância, riqueza e de beleza incomparáveis. As ações antrópicas, ao longo dos anos, têm sido fortemente ordenada por uma visão de mundo antropocêntrica, e, nessa interação, os homens ganham casas, templos, cidades às custas, da degradação da natureza e de uma vida com características cada vez mais insustentáveis.

A importância de realizar um estudo deste tipo, num mestrado em Desenvolvimento Regional Sustentável, é de que as mudanças necessárias para a implementação das transformações das práticas, pressupõem, pelo menos, o entendimento histórico do surgimento destas e da manutenção das mesmas ao longo dos anos referidos. Se qualquer ação em desenvolvimento sustentável parte da adesão da comunidade às mesmas, como implementar ações, sem entender, pelo menos, o que embasa a resistência às referidas práticas? O trabalho visa responder esta inquietação ao longo dos anos estudados.

Desde sempre as relações dos homens com a natureza apresentam um certo nível de conflito. O rio, por exemplo, tem seu curso, suas margens, mas em anos de chuvas abundantes existe uma ampliação natural de seu curso e margem. Porém, as relações entre as pessoas nas sociedades, que se constroem à margem dos rios também apresentam seus conflitos. Na disputa pelas terras mais férteis, pelos recursos naturais, em especial a água, as pessoas são pressionadas a ocupar as margens do rio. Assim, os rios deixam de ser apenas um lugar em si mesmo, e passam a carregar toda uma história da cidade, num entrelaçamento que se confundem e se completam, mas também se conflitam, na medida em que o rio luta para continuar existindo.

Com a história do rio Grangeiro não foi diferente, mesmo em suas especificidades locais, também percebemos que o avanço da população cratense, na desenfreada apropriação

de suas margens, leito e curso, ao longo do tempo, são tão visíveis que carregam uma história de destruição e transformação do lugar e despejo de dejetos humanos, onde antes havia uma mata ciliar, que propiciava a diversidade da flora e da fauna, a utilização de suas águas para o uso doméstico, de lazer, do uso para a cultura agrícola e do saciar da sede do gado. O rio faz parte da existência da cidade, e esta não seria a mesma sem a presença do rio que corta, praticamente, toda a sua zona urbana, assim se aprendeu a localizá-la, utilizando-se o velho e antigo modelo geográfico. A cidade está situada às margens do rio Grangeiro. O rio é, pois, apenas um lugar por onde passa a cidade e não o contrário.

Ao ver a foto acima, bem como o poema de Moacyr Gondim, suscitaram algumas questões, das quais, três delas julgo necessárias trazê-las inicialmente, ainda que, de alguma forma estarão contidas no decorrer de todo o texto. Todavia, gostaríamos de abrir esse diálogo na direção da construção dos conceitos necessários à temática, no que se refere à relação entre os habitantes do entorno do Rio Grangeiro e sua apropriação, e ainda como foi se formando essa relação nos diversos tempos e em que contexto. A partir de então, problematizar aspectos e/ou questões que serão levadas em consideração e, de alguma maneira, afetou/afeta a qualidade do rio, ao ponto de tornar-se um esgoto a céu aberto. As premissas aqui apresentadas devem ser entendidas como elementos norteadores e não como verdades inquestionáveis.

A primeira, diz respeito à crença na ideia de progresso, que, no nosso entender, já fazia parte do imaginário político e intelectual caririense, ainda no século XIX. Pode parecer estranho falar de progresso no Cariri, antes de meados do século XX, quando intelectuais, como Irineu Pinheiro, J. de Figueiredo Filho, Pe. Gomes, entre outros, ao trazer esse debate, o fizeram sobre o olhar contemporâneo. No entanto, folheando o Jornal “O Araripe”<sup>2</sup> encontrei uma matéria intitulada, “Aos leitores,” texto de abertura do caderno de sua primeira edição. A intenção do artigo era dar ciência ao público leitor da criação do jornal e sobre a importância de se ter, naquele momento, a circulação de um veículo jornalístico impresso na própria região do Cariri cearense, sobretudo no Crato, tida como a cidade cearense das mais adiantadas da época. Nos dizeres de seu autor, João Brígido, o jornal surgia como agente revolucionário e “poderoso na regeneração dos costumes,” principalmente:

N’uma epocha, em que todos os espíritos se impressionaõ, e se entusiasmaõ do progresso, e adiantamento, que vaõ obtendo todos os ramos de conhecimentos humanos; da força, que se imprime a marcha da humanidade

---

<sup>2</sup> O Jornal “O Araripe” vigorou de 1855-1865, jornal liberal, de grande notoriedade, redigido e publicado pelo político, jornalista, cronista e historiador João Brígido dos Santos.

à sua perfectibilidade; da superioridade da indústria moderna sobre todas as idades: todo o homem que ama seu país, sente ardor de emprender, e procura fazer sobressair séo torraõ com mais ou menos glória segundo as circunstancias lh'o permitem.<sup>3</sup>

O texto, “aparentemente festivo,” inaugurando a criação do primeiro Jornal do Cariri, deixa transparecer o encantamento do seu editor pelo pensamento progressista, e a crença na ideia de modernidade parece seduzi-lo, por se apresentar como redentora dos males da humanidade. E motivado por esse desejo haveria que se fazer alguma coisa. Nesse sentido, acredita que, ao testemunhar a “(...) revolução, que a imprensa, esse agente poderoso, tem operado em todo o mundo, fazendo ecoar o resultado da experiência da longa humanidade,” possa, então, dissipar a “(...) barbaria, que há bem pouco observamos em nossa terra (...)” Como fonte de civilização, o Jornal “O Araripe”, também estaria se inserindo no mundo das comunicações tanto em nível local, como de outros lugares. A criação do jornalismo, no pensar do autor, iria contribuir para cessar a violência tão presente em seu tempo, e dá testemunho de que, entre os caririenses, os crimes diminuiram e os costumes melhoraram pela ação da imprensa, acusando de “podres os prepotentes, esses filhos da anachia e da ignorancia,” e como condição para a prosperidade pública era urgente que se reforçasse as vozes robustas que “doutrinaõ as ideias modernas,” somente assim poderia “preparar nossos patrícios para dias felizes, que a providencia nos reserva (...) nós disemos, não exitámos crer, que a imprensa em nossa terra era de urgente necessidade.”

Possivelmente, alimentado desse sentimento de que o progresso pudesse trazer a cura para muitos dos problemas vividos, e, ainda, de que a imprensa assumia papel relevante, pode ter sido o fundamento maior que o levou a criação do jornal, talvez também interessado num projeto maior, qual seja, a intenção “civilizadora” e redentora da região dos Cariris Novos, sendo a imprensa um veículo capaz de ser porta voz para que “*os bons costumes*” pudessem chegar ao Crato e a região. Seria o homem, pois, alimentado de constante pensar que o progresso seria o anúncio de um futuro melhor? E de acusar sempre o passado dos males vividos no seu presente? Ou de que as respostas para uma vida feliz no presente estejam numa modernidade redentora e externa ao seu lugar? Ou ainda, de que os artífices da invenção e criação humana melhorariam suas relações entre estes e o ambiente natural?

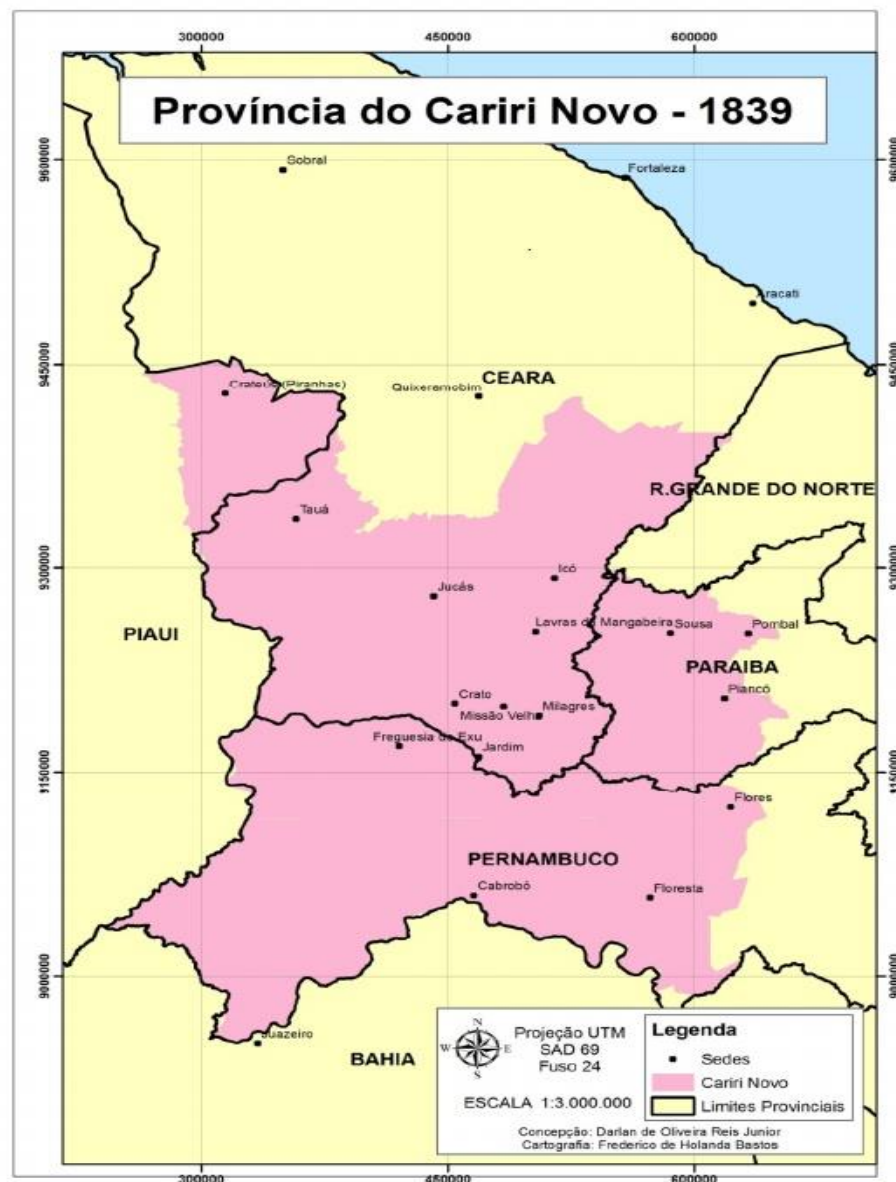
Em várias passagens do jornal “O Araripe”<sup>4</sup> é possível perceber a adesão às ideias do pensamento moderno. Recortamos aqui uma outra matéria de igual relevância nessa direção, o projeto de criação da Província do Cariri. Intenções que, desde 1828, já faziam parte do

<sup>3</sup> Jornal Araripe, 7 de julho de 1855, edição nº 1.

<sup>4</sup> Jornal Araripe, 7 de julho de 1855, edição nº 1, p. 2

cenário local, quando o próprio Presidente da Câmara, Nunes Berford, apresentou à Câmara Municipal do Crato, a possibilidade da criação da Província do Cariri. Intenção que naquele momento não encontrou espaço, talvez de ordem política, para sua efetivação. O desejo dessa proposta parece ter permanecido nos ideários e pretensões de intelectuais da região, tanto que, em 1839, ressurgiu através do então Senador da província do Ceará, José Martiniano de Alencar. O projeto ainda chegou a ser aprovado na Comissão de Estatística, mas se encerrou ali, como diz Raimundo Girão. Essa ideia pode ser mais bem visualizada a partir do mapa a seguir:

**Figura 2 – Proposta de território da nova província**



FONTE: Darlan Oliveira, (2014, p. 49)<sup>5</sup>

<sup>5</sup> Para maiores detalhes consultar: REIS JUNIOR, Darlan de Oliveira. **Senhores e trabalhadores no cariri cearense: terra, trabalho e conflitos na segunda metade do século XIX**. 302 f. Tese (doutorado). Universidade Federal do Ceará, Centro de Humanidades, Departamento de História, Programa de Pós-Graduação

O Projeto envolvia o município de Jacobina, Pambú e outros da Bahia; da comarca da Boa vista, de Floresta de Pernambuco, Sousa e Piancó da Paraíba, das comarcas de Crato e Inhamuns do Ceará, dentre outros. Em 1846, o tema é novamente retomado pelas mãos da Assembleia Provincial, enviando mais uma vez ao Senado da Câmara dos Deputados.

No quinquênio do século XIX, o jornal “O Araripe” retoma a discussão, inclusive reconhecendo a forte presença de José Martiniano de Alencar, no ideário político e intelectual de criação da Província do Cariri, que teria o Crato como capital. Entre os motivos está a distância que separa da capital as populações numerosas, que formam esses municípios intencionados em compor a nova província dos Cariris Novos.

(...) a longitude às capitães influe muito, pois ellas são os foros de civilização das províncias, por isto que para ahi aflore a parte mais inteligente e bem educada da população, (...) transmite suas luses, seos costumes, seos modos urbanos ao habitante inculto, que vae do interior.<sup>6</sup>

É perceptível o entendimento do Jornal, de que as capitais se insurgem como “escolas das províncias, e sobre aquelles, que delas estão mais perto, reflete sua ilustração (...)” Essa defesa demonstra o desejo de ser o Crato esse lugar de civilização, de se colocar como centro irradiador, de melhoria dos costumes e como lugar por onde refletiria toda a inteligência e intelectualidade. Afirma ainda o jornal ser a ação do governo muito frouxa em relação aos pontos mais longínquos da província, por vezes perseguindo o inocente e deixando impune o criminoso poderoso. Assim, o governo que está longe, tudo ignora. Outro ponto igualmente relevante, a criação da linha férrea, pela necessidade de progresso, de industrialização, desenvolvimento do comércio, pois o “assucar, o algodão, o tabaco, a courama, os cereais; mais logo o chá, os óleos, o café, as madeiras de tintura, (...) removidas às dificuldades de transporte”,<sup>7</sup> poderiam aparecer como produtos de exportação, que subiria a uma cifra espantosa. Os propósitos estavam, sobretudo, na crença de intelectuais e/ou representantes políticos da região de que o progresso seria o caminho para a prosperidade e modernização do Cariri para além dos próprios limites.

Essa ideia progressista se contrasta com a crítica ambiental da devastação da Floresta Araripe, da poluição dos rios e fontes. É possível que outras pesquisas, posteriormente, possam trazer novas questões, ou até refutar a análise que nasce desse estudo. Todavia,

---

em História Social, Fortaleza, 2014. (O mapa, acima foi construído pelo autor, com base nos dados colhidos a partir do projeto de lei apresentado pelo Senador Martiniano de Alencar, em 1839, no qual delimita a área de abrangência da ideia de criação da Província do Cariri).

<sup>6</sup> Jornal Araripe, 7 de julho de 1855, Nº 1, p.3

<sup>7</sup> Jornal “O Araripe”, 14 de julho de 1855, Nº 2, p 1

levantamos a proposição de que a crítica ambiental, na região do Cariri, não foi capaz de gerar, ao longo do tempo, uma mobilização maior, ou pelo menos tentativas nesse sentido que pudessem despertar o valor e a sensibilidade da natureza em sua amplitude. Avaliamos ser um conteúdo que surge em sintonia com um sentimento muito mais de valor político e instrumental, por parte de uma parcela reduzida desses intelectuais e do próprio poder público local. A partir da análise dos documentos, os quais tivemos acesso, percebe-se um sentimento progressista, em sintonia com o pensamento nacional. Assim, a crítica ambiental, no Cariri, a partir das fontes e documentos analisados, “foi a de produzir uma espécie de metafísica do progresso” (PÁDUA, 2002, p.27). Ainda que condenassem a devastação e práticas destruidoras da natureza.

Uma segunda questão, diz respeito à relação dos habitantes do Crato com a natureza, ao longo do tempo. À luz dos documentos, é possível dizer que essa relação não se deu de forma linear e assume especificidades locais, das quais influenciaram fortemente no convívio com o meio ambiente e no conjunto dos usos e acessos dos recursos, sobretudo da floresta que emana da Chapada do Araripe, da água, provinda de suas fontes, e, conseqüentemente, da formação dos rios, riachos e lagos delas derivados. Parece-nos evidente que essa relação, ao longo dos anos, apresentou, ora mais, ora menos, uma situação de constante conflito, e que estes variaram no tempo e no espaço caririense.

No Jornal, “O Araripe”<sup>8</sup> de número 12, dá ênfase a uma matéria que faz um pedido ao Sr. Presidente da câmara e demais vereadores, dando ciência dos conflitos e desesperos em que se acham os habitantes da “serra ao occidente” na cidade do Crato, onde uma numerosa população na distância de mais de cinco léguas, mais especificamente “nas faldas do Araripe, ocupada no utilissimo ramo da Agricultura, vêem mallificado seõ incansaveis trabalhos pela invazaõ dos gados, que cauzaõ nas lavoras completa destruição.” Atesta a matéria que os danos são incalculáveis. Mesmo proibida a criação de gados em lugares de regadios, e sendo sujeito à multa, seus infratores, parecem nada perturbar, pois os criadores:

a despeito dessa lei, e surdos aos clamores da humanidade, julgaõ-se dispensados de propagarem aguas artificiaes nos seos terrenos, que individualmente chamaõ fazendas ... daqui vem que os gados nos tempos dos verões procurem as vertentes circuladas de lavoras, afim de metigar a sede, e saciar a fome a custa do incansavel lavrador; em quanto seos donos gloriaõ-se em venderem no Cariri por preço alto hua taça de leite.<sup>9</sup>

<sup>8</sup> O Araripe, 22 de setembro de 1855, nº 12

<sup>9</sup> Jornal “o Araripe, 22 de setembro de 1855, nº 12, capa



Os conflitos pelas terras mais férteis e a apropriação destas e de suas águas e fontes, marcaram, e ainda marcam o nível e a intensidade desses conflitos entre criadores, senhores agricultores, senhores de engenho, proprietários das terras e das fontes, comerciantes e a população “sedenta de água”. Tais conflitos podem ser exemplificados também a partir das constantes queixas, contidas nos documentos, em relação ao acesso e ao uso das águas correntes, que estavam delimitadas dentro do espaço da cidade, como a exemplo, as águas do rio Grangeiro.

As disputas de território no Cariri cearense e, conseqüentemente, das terras e fontes que alimentam e dão existência à natureza e suas diversas formas de vida, inclusive a nossa, começam com a chegada dos vários grupos indígenas que aqui se fixaram, desde o século X e XI. No entanto, faz-se importante destacar que os vários grupos que formavam a nação cariri não tinham a ideia de propriedade e domínio das terras e de suas fontes como recursos de exploração e de bens de compra e venda.<sup>10</sup> O lugar para esses povos aqui representava um sentimento de defesa e proteção, enquanto espaço sagrado e de sobrevivência coletiva. A terra era de todos, assim como as riquezas dela derivadas. Portanto, ainda que entre os grupos indígenas disputassem esse território, o sentimento que nasce dessa disputa não tem a mesma característica e os mesmos interesses que alimentaram os colonizadores. Parece que o nível e o sentido dessas disputas começam a ser modificados com a presença dos criadores de gado, ainda no século XVII, pois à medida que avançava os domínios, os conflitos vão tornando-se violentos e intensificados pela chegada da ocupação e domínio português, sobretudo a partir da formação dos aldeamentos, sendo o Crato o primeiro local da região a receber essa empreitada colonial.

Com a chegada do colonizador e ainda de grupos portugueses, já com a cultura do gado, esse espaço começa a se transformar em objeto de desejo, ambição e disputas pelas suas variadas formas de riqueza e abundância, e a água por ser elemento essencial e necessário à existência do ecossistema, bem como das mais variadas formas de produção e riqueza. Acaba por se tornar atrelada também à terra, com se esta fosse parte secundária e indissociável do domínio da propriedade. Assim, as águas e fontes existentes, na região Cariri, acabaram por ser gerenciadas pelos proprietários de terras, averbadas e registradas em cartório. A partir de resolução provincial, editada pelo presidente da província Dr. Joaquim Villela de Castro

---

<sup>10</sup> Para Simone de Souza (2007, p. 18, 19 e 20), o território tinha significado diferenciado entre indígenas e colonos. Para os colonos, a terra era, sobretudo, meio de produção, enquanto que para os primeiros habitantes das terras cearenses, a terra era meio de sobrevivência, sendo o território constituído de valor simbólico, através deste se define a própria identidade.

Tavares, lei de Nº 645, de 17 de janeiro de 1854, sendo aprovados os artigos de posturas na Câmara de Crato, em 1855, pelo então juiz municipal substituto, Afonso de Albuquerque e Melo, contendo oitenta artigos, que versavam sobre uma série de questões referentes ao controle sobre a venda de gêneros alimentícios, construção de casas, entulhos, horário que deviam funcionar as tavernas, sobre a criação de gados, e, o que mais nos interessa aqui, a legalização do uso das águas e fontes e quem seriam seus donos.

Para Reis Júnior (2014, p. 105), ao se referir sobre o controle das fontes, olhos d'água e minadouros, afirma que este representou uma das expressões do domínio econômico e social, no Cariri, pois, além de estarem dentro das propriedades dos senhores, permitindo que os mesmos decidissem sobre o uso e acesso, a legislação contribuía e lhes favorecia nesse sentido. Este autor (2014) acrescenta também que os homens mais ricos e poderosos eram donos das terras de regadias. Aos homens com menos recursos restavam as terras de menor valor, denominadas de “terras secas”. Essa situação não era pacífica, mesmo, entre os próprios senhores de terras, haviam disputas pelas águas. Para dirimir tais conflitos, a Câmara Municipal aprovou os artigos de postura a partir da lei provincial Nº 645/1854, que nem sempre eram obedecidas e respeitadas. Se a lei não pacificou as questões de conflitos, nem mesmo entre os mais ricos, ela legitimou um direito de propriedade dessas águas, gerando no Crato uma situação *sui-generis*, em relação a outras partes do país. Essa lei concedeu o direito aos senhores de terras do gerenciamento dos recursos hídricos não somente nos limites da Comarca de Crato, mas de todas as águas e fontes da região Cariri.

A terceira questão diz respeito mais especificamente ao rio Grangeiro, sua importância e influência na formação da cidade. O estudo, ao se voltar para as práticas frente ao ambiente natural, tem como premissa os costumes e hábitos da população, e de como estes foram se desenvolvendo e se transformando ao longo dos anos, que por via da consequência trouxeram a degradação do rio. Este longo processo extrapola o entendimento de que a destruição do ambiente natural não deve ser vista apenas sob a ótica do fenômeno da urbanização. Em uma matéria, no *Jornal Vanguarda*,<sup>11</sup> em 1887, o editor chama a atenção para a negligência da Câmara Municipal com os deveres públicos, especialmente, em relação à limpeza. Diz o jornal: “O município está orphão, pois tanto vale não ter tutor, como te-lo assim desasado descuido das suas obrigações (...)” Reclamava ainda que ao invés de limpeza, havia lixo. Tal era a imundícia acumulada nas ruas: calçadas arruinadas, paredões a desabar, barreiros profundos por toda parte, e manadas de porcos espalhados pela cidade. Em outras épocas

---

<sup>11</sup> *Jornal Vanguarda*, 11 de agosto de 1887, Nº 14

“poderíamos ver (...) com indiferença; mas hoje absolutamente não desde que estamos ameaçados de epidemias, como está sucedendo na cidade vizinha.” A cidade vizinha citada era o município de Barbalha, onde já se faziam várias vítimas da doença do cólera. Parece que as preocupações com determinadas práticas ambientais somente apareciam em momentos críticos de doenças, ou da possibilidade iminente que os ameaçava. O medo motivava um olhar para as circunstâncias que acometiam a cidade.

Já no século XIX, tem-se notícias do fenômeno das enchentes na região Cariri. Numa correspondência ao *Jornal Araripe*<sup>12</sup>, datada de 12 de março de 1856, o Sr. Manoel Coelho Bastos Nascimento, após ter realizado seu primeiro ano de estudo, na Academia do Recife (1855), ano em que enfrentou a terrível seca que tantos males causou, veio passar as férias no Crato, entre seus parentes. No dia 12 de fevereiro, de 1856, retornava a Recife para continuar seus estudos, devendo chegar ao seu destino antes no dia 15 de março. Sua saída foi nos dias de maiores chuvas, “e por isso teve de lutar com o risco de sua vida contra as soberbas enchentes de rios e riachos”, e ainda contava com os problemas dos seus cavalos que, tanto pelo estado de magreza, tanto pelos atoleiros e pedras, obrigou-os a deixar alguns no percurso do caminho, alguns trocou com grandes voltas de dinheiro, outros, comprou a altos preços, e assim pode prosseguir a sua viagem. Porém, no trajeto se deparou com as epidemias que deixava seu rastro de mortes. Em razão desses problemas, causados pelas enchentes, provocadas pelas intensas chuvas e pela informação do surto de epidemia, somente conseguiu chegar,

até a fazenda Timbaúba, no Cariry de fora, 17 léguas arredadas da villa de campina grande, e 57 legoas da cidade de Recife: e tendo ali xegado no dia 28 do referido mês de fevereiro foi sabedor do estado lastimoso, em que se achava a Praça de Pernambuco, como a cidade S. Antão ao sul da mesma Provincia; e todas a mais paragens, desde campina até ao Recife, paragens estas por onde deveria seguir (...) sua viagem ao Recife.

Assim, retornou a vila da Barbalha, comarca de Crato, e de lá se encaminhou para a casa paterna, tendo que esperar bom tempo para realizar sua viagem. Os anos da década de 1850 coincidem com a década em que crescem as denúncias de desmatamentos e alertas de riscos de vários desastres ambientais. Problemática anunciada nos jornais locais da época, mas precisamente o *Araripe*. Nas reclamações e queixas, destaca-se a diminuição do volume das águas do rio Grangeiro e de várias outras fontes, entre as quais a do Batateira, provocadas

---

<sup>12</sup> *Jornal “O Araripe de 15 de março de 1856, edição 37, p 3.*

pelo desvio de suas correntes naturais para a utilização no plantio da cana-de-açúcar, pelo desmatamento sem medida da floresta, seja pelo uso do machado e/ou do fogo, pela cultura do gado, do fumo, da mandioca e, posteriormente, na moenda da cana nos engenhos, e mais tarde do plantio do algodão.

Aponta-se aqui uma questão que nos parece relevante para a análise dessa relação entre os habitantes e a natureza, sobretudo no entorno do rio, onde as práticas devastadoras de suas margens e leito, ocasionando a retirada da sua mata ciliar, não podem ser entendidas apenas do ponto de vista econômico, mas também cultural, político, religioso, social e ideológico. Práticas essas profundamente arraigadas seja pelo poder político local, seja pela população em geral e pelos senhores de terras, que aviltavam seus lucros e enriquecimento. A ideia de abundância dos recursos naturais, justificativas comuns de sua exploração, a privatização das águas, precarizando o direito, ao restante da população e nas práticas que se estendiam para além da condição econômica e social, transformaram o rio Grangeiro não só em um lugar por onde correu água para satisfazer as necessidades humanas, mas também lugar de dejetos de toda forma de lixo produzido. Talvez o pensamento de que o rio tudo leva, contribuiu para que as pessoas do lugar esquecessem que ele também tudo trás.

## 1.2 A história de uma pesquisa: construção metodológica

Quando assim o intitulei esse subitem, não foi por acaso, mas sim algo que está intimamente ligado a todo o processo de construção e reconstrução da pesquisa. Na verdade, esse caminho carrega em si toda uma história, desde a escolha do tema, da elaboração do projeto, da coleta de dados, das fontes e/ou documentos escritos e orais, bem como da observação direta *in locus*, dos apontamentos e impressões escritos em cada etapa e momento desse itinerante estudo. A pesquisa que deu origem a essa dissertação possui uma história própria, desvendada, ao longo de sua realização, e no decorrer da construção de suas principais etapas. Como diz o grande poeta espanhol Antonio Machado, o caminho foi se fazendo ao andar.

Das conversas, diálogos por onde andei, seja nas casas residenciais, que margeiam o rio Grangeiro, seja nos locais de fontes escritas, sobretudo no DHDPG<sup>13</sup>, onde fiquei por mais ou menos uns três meses. Tudo foi documentado e os diários de campo atestam esse

---

<sup>13</sup> Departamento Histórico Diocesano do Crato Pe. Gomes.

caminhar. Hoje percebo o quanto esse material revela-se como um capítulo dessa história, e, ao mesmo tempo, um lugar que sem fugir aos critérios de ciência e produção do conhecimento próprio de um trabalho acadêmico, mostra-se em sua particularidade e escolha, o que muito tem a ver com a pessoa do pesquisador, no que ele pensa e vive do mundo e de suas experiências.

Esse abrir-se para a pesquisa permitiu-me construir um trabalho que considero coletivo, porque inevitavelmente o olhar sobre a temática em questão é fruto de um caminhar etnográfico<sup>14</sup>, que se moveu, “espontaneamente”, em muitos momentos e, em outros se deve ao contato com pessoas. A partir de então, tantas outras eram indicadas e citadas no desvendar do estudo. Aos poucos, um tema que *a priori* parecia sem tantas fontes, fora se mostrando rico, cheio de histórias e fatos, que jamais imaginei existir.

Um texto cedido por alguém, uma referência indicada por outra, livros emprestados, fotos pessoais de entrevistados e ou de alguém que acabei, tendo acesso, ou ainda imagens e fotos cedidas pelo DHDPG, livros indicados pela professora Suely, minha orientadora, outros tantos pela professora Lireida Albuquerque, a exemplo: todos os livros de Irineu Pinheiro e J. de Figueiredo Filho, e outras infinidades de materiais dialogados com a professora Paula Cristiane, co-orientadora dessa pesquisa, das correções e sugestões da amiga e professora Maria Matias. Não poderia deixar de citar também a pessoa do historiador, memorialista, atualmente chanceler da Cúria Diocesana, Armando Rafael, que além de ceder material, prestou-me uma das mais valiosas entrevistas e, ainda, apontou outras tantas pessoas e caminhos que muito me ajudaram na redação e reflexão do estudo.

Não tenho a pretensão que esse trajeto se reverta em receita para outros “aventureiros” e desbravadores de pesquisa. O máximo que espero alcançar, longe de pretenciosa vaidade, é que chegue ao leitor ou interessados, na temática da história ambiental, em particular do rio Grangeiro, os passos percorridos, e como o caminho foi sendo construído ao caminhar. Assim, a pesquisa, que ora se realiza, assume características metodológicas, que foram sendo traçadas, ao longo da empreitada, ademais, acredito que a melhor metodologia é aquela que, ao final do trabalho possa ser explicada, detalhada em seu desenrolar. Portanto, os caminhos percorridos e o desenho metodológico é perfeitamente subjetivo e variável. A fidelidade dessa

---

<sup>14</sup> A etnografia é uma ciência que estuda os costumes, hábitos, tradições. A pesquisa etnográfica é inerente a ciência antropológica, no entanto atualmente, é bastante utilizadas em vários ramos do conhecimento. A base que se fundamenta os estudos etnográficos está na observação e levantamento de hipóteses, cabe ao pesquisador descrever o que, na sua visão, ou interpretação, está ocorrendo no contexto pesquisado. Uma das características da Etnografia é a presença física do pesquisador e a observação *in loco*.

trajetória torna a pesquisa bem mais próxima de um fazer ciência, na medida que se compreende metodologia, não como uma receita, mas como procedimentos construídos sem as amarras e escravidão de um método pré-determinado, pronto e acabado.

Considerando as especificidades da História Ambiental, elegemos uma abordagem qualitativa, de natureza descritiva. Para MARTINELLI (1999), com a pesquisa qualitativa é possível conhecer melhor a experiência social dos sujeitos, percebendo seus modos de vida, práticas sociais, e ainda os valores e costumes envolvidos. Entendemos, nesse sentido, o rio Grangeiro como um lugar de relações sociais, econômicas, políticas e culturais e, também, como ambiente natural. Portanto, o rio não é um lugar em si mesmo. Partindo desses pressupostos, o estudo aqui realizado entende que a apropriação, representações e relações empreendidas, no rio em questão, situado no Cariri cearense, especificamente na cidade de Crato, é, pois, objeto da História Ambiental.

Tomemos aqui a análise de Drummond (1991,p.05), que no esforço de traçar as características metodológicas e analíticas da história ambiental, reconhece, em primeiro lugar, que quase todas as análises focalizam uma região com alguma homogeneidade ou identidade natural: um território árido, o vale de um rio, uma ilha, um trecho de terras florestadas, um litoral. Tais entendimentos se revelam “um parentesco com a história natural, que via de regra prospera melhor em cenários fisicamente circunscritos.” E, ainda que, por vezes, se dá um recorte cultural ou político à região estudada, no entanto, não se pode esquecer suas particularidades físicas e ecológicas. Essa ênfase em áreas específicas aproxima e revela a história ambiental com a história regional, pois focaliza processos sociais (e naturais) “geograficamente circunscritos.”

A partir dessa percepção, foi possível estabelecer relações, comparar fontes diversas, tais como: material iconográfico (fotos), jornais, revistas e fontes orais. Essa possibilidade permitiu abrir um maior diálogo entre a história do rio Grangeiro, outros rios e a história ambiental e, assim, desvendar a história do rio em questão, reconhecendo sua historicidade local, regional e nacional. A discussão empreendida, ao longo da pesquisa, muito contribuiu para o entendimento de que a natureza é, pois, um agente na história da humanidade. A história como coisa do passado, de um “punhado” de homens tido como heróis, um passado integralmente controlado e, representado por esses poucos homens à frente de um poder nacional, foi aos poucos sendo deixada para trás para dar lugar a uma história mais ampla, como se diz: “desenterrar cadáveres”, numa história agora construída de baixo para cima, dando lugar a personagens, ao ambiente natural que, em outros tempos, foram completamente

ignorados. Reconceituar a história, dar lugar ao pensamento e a vida de pessoas comuns, ao ambiente natural e suas especificidades, ao lugar e à teia de relações que os envolve, aos costumes, práticas e hábitos traz a luz de uma nova e mais envolvente concepção historiográfica e metodológica. É no desvendar de tantas outras possibilidades de construção e reconstrução do conhecimento que,

Agora chega “(...) um novo grupo de reformadores, os historiadores ambientais, que insistem em dizer que podemos de ir ainda mais fundo, até encontrarmos a própria terra, entendida como um agente e uma presença na história. Aí descobriremos forças ainda mais fundamentais atuando sobre o tempo. E para apreciar essas forças, devemos de vez em quando deixar os parlamentos, as salas de parto e as fábricas, abrir todas as portas e vagar pelos campos e florestas, ao ar livre. Chegou a hora de comprarmos par de sapatos resistentes para caminhadas, e não poderemos evitar sujá-los com a lama dos caminhos.”<sup>15</sup>

As palavras de Worster (1991) são considerações pertinentes com o esforço revisionista empreendido por aqueles dedicados a instigante história ambiental, aproximando-se a história de uma metodologia mais “inclusiva nas suas narrativas do que ela tem tradicionalmente sido”. Portanto, a história ambiental não coaduna com a tese de que as experiências humanas tenham se desenvolvido sem restrições naturais, ou ainda de que os “humanos são uma espécie distinta e “super-natural”, bem como a ideia de que as consequências ecológicas, fruto de feitos passados podem ser ignoradas. O descortinar de que o ambiente natural também faz parte da história, desconstrói as concepções da chamada velha história, que parece negar que vivemos neste planeta há muito tempo.

Não obstante, se cada época é traduzida de forma diferente e tem características próprias, não podemos negar ser elas experimentadas de forma múltiplas. Ademais, o mundo natural, o meio ambiente, as relações que deles se engendram devem ser analisadas como fenômenos interligados, partes de um todo, fragmentos que se conectam, porque são vivenciados não só a partir de diferentes contextos e espaços, mas também de que a natureza e a sociedade coexistem e fazem parte um do outro. Percepção que, ao ser vista com o binóculo dos historiadores ambientais, dá vida à natureza e a enxergam com suas próprias respostas às ações humanas sobre o ambiente. O rio Grangeiro tem também sua história, e nele as vidas que se expressam, ao longo do tempo, não são apenas a humana.

O olhar sobre a construção da relação dos habitantes da cidade de Crato com o meio ambiente, sobretudo no entorno do Rio Grangeiro, foi a intenção maior que moveu essa

---

<sup>15</sup> WORSTER, Donald, 1991, p. 1

pesquisa. O recorte temporal, entre os anos de 1930-1980, traz em si não uma visão linear, mas a ideia de perceber a problemática dessa relação dentro de uma diversidade temporal e social, percepção problematizada a partir das práticas, costumes e hábitos da população no decorrer dos anos. O marco inicial (1930) foi escolhido, levando em consideração um fato de dimensão nacional, qual seja: a criação do código das águas de 1934. A escolha deve-se ao fato de não ter tomado ciência de algum evento ou fato local de relevância que esteja associado diretamente ao objeto de estudo. A data final (1980) foi escolhida por ser essa década considerada como a de maior intensificação dos movimentos ambientais no mundo e no Brasil. Para melhor acompanhar essa trajetória, utilizamos imagens, mapas, satélites, revistas de época, jornais, documentos oficiais e entrevistas – como elemento de confrontação com as demais fontes. Compreendemos que a maneira como ocupamos, exploramos e utilizamos os recursos naturais estão traduzidas nas nossas ações e, conseqüentemente, na maneira como interagimos, pensamos e construímos o meio ambiente. O olhar sobre essas questões nos parece relevante, nessa primeira década do século XXI, momento em que cresce assustadoramente as pressões sobre a encosta da FLONA/ARARIPE, especificamente, na parte situada em Crato-CE, por conta das suas fontes exuberantes, da paisagem belíssima, do sossego e da média temperatura, atraindo uma série de investimentos imobiliários.

É visível que as transformações na indústria e, em particular no consumo, geraram uma competição pelos recursos naturais. A região do Cariri cearense não se coloca a parte dessa realidade, principalmente no município de Crato, onde os grandes empreendimentos, sobretudo, no setor imobiliário, da extração da madeira, da pecuária extensiva, indústria de cerâmica e do crescente turismo, tendem a aumentar de forma ainda mais desordenada. Essa realidade tem contribuído para a permanência de uma cultura do desperdício e da ideia de abundância dos recursos naturais, bem como a visão de que esses são inesgotáveis.<sup>16</sup> Os

---

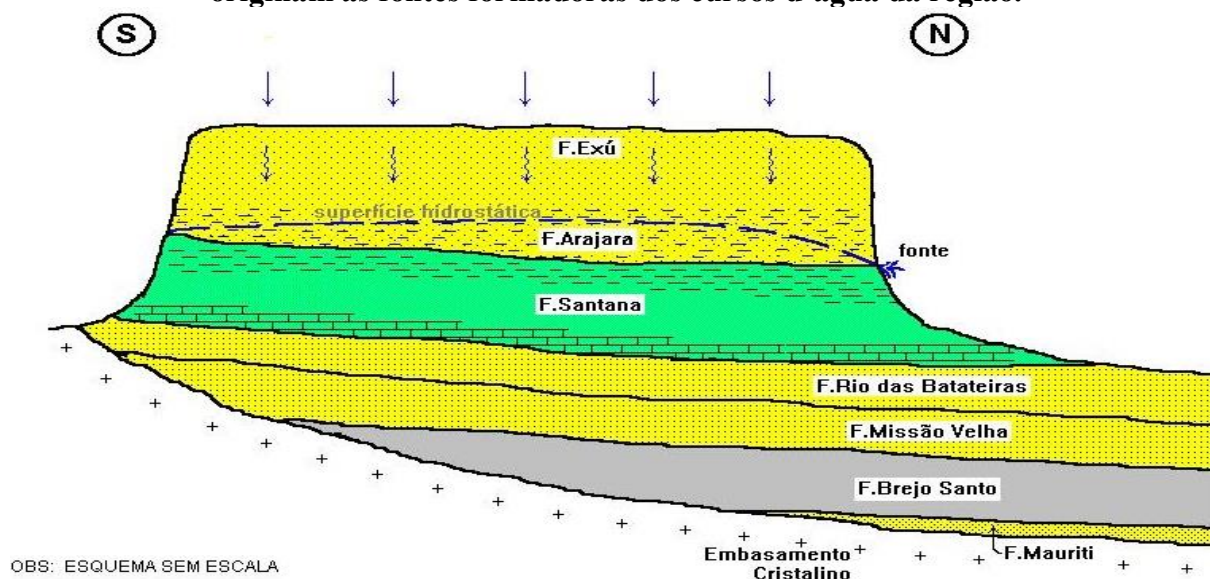
<sup>16</sup> É perceptível que os processos de desenvolvimento da região têm ocasionado problemas na reposição dos seus aquíferos. Sem dúvida que a expansão urbana, sobretudo no vale, tem impermeabilizado o solo, além de impedir a infiltração da água. As construções de casas, os empreendimentos turísticos, os balneários e condomínios fechados nas proximidades das encostas têm provocado o desmatamento e impermeabilização do solo. A retirada de árvores do topo do pacote sedimentar para indústria, principalmente cerâmica e de produção de cimento, mesmo realizadas em plano de manejo regulamentadas pela Área de Proteção Ambiental - APA, tem comprometido o potencial de recarga do aquífero superior. Essas práticas acarretam mudança dos cursos dos rios, mediante canalização, a impermeabilização dos solos urbanos, desmatamento de matas ciliares e o despejo de esgotamento urbano e industrial nos cursos contínuos de água. Situação que teve como consequência comum na vida urbana, a existência de canais de esgotos que recebem águas das fontes e percorrem a cidade, alimentados pelos dejetos do saneamento. No caso do Crato, o canal do Rio Granjeiro percorre a cidade no sentido sul-norte, iniciando no bairro Pimenta e terminando no centro da cidade, em frente à feira livre do município e à Escola Pública 18 de Maio. (BRITO, 2016, p. 148)



esforços e a urgência por novas e saudáveis relações do homem com a natureza, parte também de outros olhares e maneira de pesquisar e de se fazer ciência. Até o século XIX, a temática natureza encontrou algum espaço nos textos de análise histórica. No entanto, durante quase todo o Séc. XX essas reflexões foram “completamente varridas para fora do campo de visão dos historiadores.” (MARTINS, 2007, p.18)

A escolha pela história socioambiental, do rio Grangeiro, não assume um recorte à parte, nem muito menos dissociado da sua formação geológica, geográfica, histórica e social. Estudar a historicidade do rio exige que se ligue, primeiramente, sua existência à Bacia Sedimentar do Araripe, considerada a mais extensa das bacias do interior do Nordeste do Brasil (Fig. 1). Sua área cobre toda a Chapada do Araripe e se estende também pelo Vale do Cariri, medindo aproximadamente 9.000 km<sup>2</sup>. O trabalho pioneiro sobre sua geologia é o de Small (1913), que subdividiu o registro sedimentar em quatro unidades (conglomerado basal, arenito inferior, calcário Santana e arenito superior). Na década de 1960, vários outros estudos foram desenvolvidos, dos quais se destacam os realizados por professores e alunos da Universidade Federal de Pernambuco, resultando na publicação de Beurlen (1962, 1963). Este autor redefiniu as unidades estabelecidas por Small, denominando-as de Formações Cariri, Missão Velha, Santana e Exu, num total de cerca de 850m.

**Figura 3 - Bacia Sedimentar do Araripe: Esquema da estrutura geológica da Bacia Sedimentar do Araripe, mostrando os processos de infiltração e ressurgência que originam as fontes formadoras dos cursos d'água da região.**



Fonte: MMA – Projeto Araripe, 1999.

Sem dúvida, que de todas as unidades litoestratigráficas<sup>17</sup> da bacia, a Formação Santana é considerada a mais complexa e mais estudada, por conta de suas extensas jazidas de gipsita, quanto pelo rico material paleontológico<sup>18</sup>. A conformação da Bacia Sedimentar do Araripe com seus desníveis, em torno de 400m, é assim definida por um vasto planalto, pela Chapada do Araripe, e áreas de planícies. Essa estrutura geológica proporciona o abundante recurso hidrográfico, dos quais estão o Rio Grangeiro, em Crato/Ceará. Portanto:

“A estrutura geológica regional exerce forte influência nas características da microbacia do rio Grangeiro, como também de seu regime hídrico, ocasionado por está inserida na Bacia Sedimentar do Araripe, onde se destaca a estratificação sub-paralela que condiciona a existência da Chapada do Araripe.” (Ribeiro 2004, p. 66)

A Chapada do Araripe, “corresponde a uma superfície aplanada, fortemente influenciada pela estrutura geológica e pelas várias formações rochosas, que preservaram a história da evolução da Terra e da vida ao longo do tempo.” Mede aproximadamente 180 km de comprimento (leste – oeste) e largura em torno de 30 e 50 km, o que compreende o extremo sul do Ceará, noroeste do Estado de Pernambuco e leste do Piauí. De um modo geral, o seu topo encontra-se entre as altitudes, em torno de 850 a 1.000m, e seu desnível médio do topo até à base pode alcançar 300m. (Geopark Araripe, 2012, p. 48).

A paisagem da Chapada do Araripe, que se apresenta aos nossos olhos é, sem dúvida, marcante e caracteriza o sul do Estado do Ceará. Desta forma, pode ser considerada como o principal agente na diferenciação paisagística do Cariri cearense, onde se encontra a área de estudo. A região da Chapada do Araripe também abriga algumas das maiores jazidas de fósseis do mundo, sendo que muitos são datados como do período Jurássico e Cretáceo. Segundo Reis Júnior (2014, p. 78), considerando o conceito geográfico, a Chapada apresenta-se como um geossistema, de organização espacial complexa e aberta, formada pela interação entre os componentes físicos e a intervenção humana. É nessa conformação geomorfológica que surgem,

---

<sup>17</sup> A Litoestratigrafia está associada ao estudo da ciência geológica, no qual visa determinar a sucessão vertical das unidades litológicas dos extratos ou camadas rochosas de uma região, definida pelas características da rocha sedimentar.

<sup>18</sup> Pode-se dizer que, historicamente, a região da Bacia Sedimentar do Araripe é o berço da Paleontologia do Brasil, local onde foi encontrado o primeiro fóssil brasileiro, refere-se a um peixe Rhacolepis em uma concreção carbonática, encontrado na região de Barra do Jardim, atual cidade de Jardim. O peixe foi descrito na publicação do livro Viagem pelo Brasil (Reise in Brasilien), publicado entre 1823 e 1831, por Spix e Martius, dois naturalistas alemães. A região do Cariri tem um dos mais importantes sítios paleontológicos do mundo, com fósseis em destaque pela sua excelente preservação. O Museu de Paleontologia de Santana do Cariri foi fundado em 1985, pelo professor Plácido Cidade Nuvens (Época em que foi prefeito municipal de Santana). Em 1991, o Museu passou a pertencer à Universidade Regional do Cariri – URCA, integrando a estrutura da universidade como núcleo de pesquisa e extensão. (Fonte: <http://geoparkararipe.org.br/museu-de-paleontologia-da-urca/>)

As principais cidades, vilas e povoados do Cariri situaram-se no entorno da Chapada do Araripe ou na própria chapada. A morfogênese química em suas encostas formou o típico “brejo” e o mergulho das camadas favoreceu a ocorrência das ressurgências responsáveis pela maior permanência dos cursos d’água que drenam o setor. Dessa área, elaboram-se vastos setores de planície face ao espraiamento dos vales.<sup>19</sup>

Quando avistamos de forma panorâmica a conformação da Chapada (Figura 02), percebemos melhor a feitura de seus pés-de-serra, e de que forma afluem os materiais, que são transportados de suas encostas pelas enxurradas, ou pelos cursos dos rios nascidos de suas fontes como, a exemplo, o Batateira e o Grangeiro. Os seus solos formam uma espécie de manto, permitindo que os terrenos, sobretudo os de encostas e os brejos (terrenos baixos) apresentem uma umidade maior e por mais tempo, principalmente, nas estações chuvosas. Para além do sossego e da tranquilidade, os brejos acabaram por se tornar o lugar mais cobiçado pelos agricultores e criadores de gado, tendo em vista estarmos numa região de clima semiárido.

**Figura 4 - Panorâmica da Chapada do Araripe**



Fonte: Lireida Albuquerque (2000)

---

<sup>19</sup> REIS, Júnior, 2014, p. 78

O fato de ser uma Chapada de topo relativamente plano e com uma permeabilidade elevada, facilita a infiltração das águas pelas camadas de arenito também permeável até o encontro com a parte impermeável, formando um verdadeiro lençol subterrâneo e, ao ter suas camadas inclinadas, formam suas fontes, muitas permanentes como se diz, o dito popular, “água a escorrer dia e noite”.

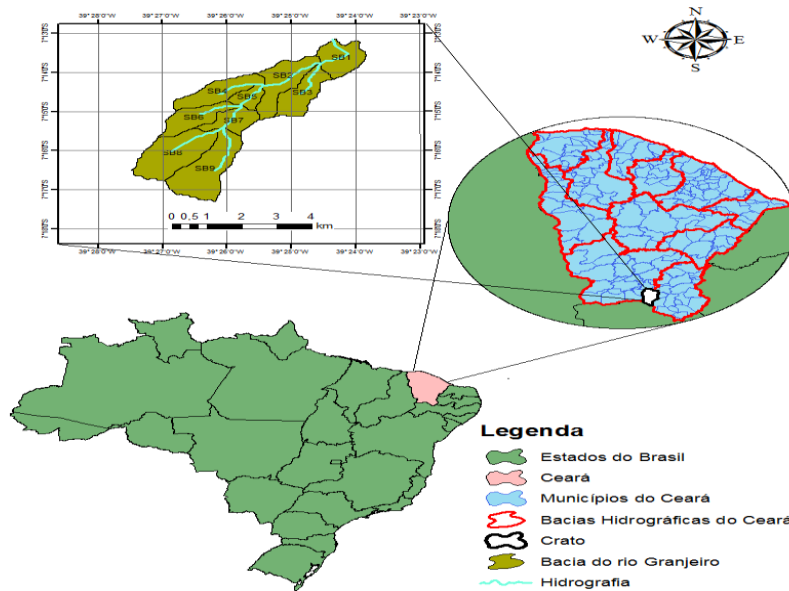
Ribeiro (2004) acrescenta que, por conta da inclinação das camadas na direção norte-nordeste, a Chapada opera como um potente captador de água, pois além do capeamento de arenito poroso, este encontra-se com camadas de folhelho e calcário<sup>20</sup> pouco permeável. Assim, a água incidente no topo da chapada por precipitação, rapidamente infiltra por conta da porosidade e permeabilidade do arenito superior e da própria estrutura tabular. Por conta das diferenças de permeabilidade das camadas, as águas formam um lençol freático de proporções bastante significativas, ressurgindo em vários lugares da encosta, dando origem aos rios e riachos perenes, a exemplo a microbacia do Grangeiro.

O rio Grangeiro é um dos rios do município de Crato, que está totalmente inserido na área sedimentar municipal e no distrito de Belmonte. Nasce na encosta da Chapada do Araripe, ocupando uma área total de cerca 20,96 km<sup>2</sup> e correspondendo a 10,3 km de extensão, “corta a cidade ao pé dos altos do Seminário e da Independência”. (FIGUEIREDO e PINHEIRO, 2010). Segundo Ribeiro (2004, p.66), o mesmo exerceu uma forte e marcante influência no processo de ocupação e povoamento, haja vista que a maior concentração populacional se insere nas suas adjacências e nos rios Batateiras e Saco-Lobo, conforme mapa de localização abaixo:

---

<sup>20</sup> Segundo Bezerra (2013, p. 74), o estado do Ceará, mais especificamente a região do Cariri ocupa uma posição de destaque no Nordeste, visto que possui enormes reservas dos mais diferentes tipos de calcário e depósitos de gipsita, sendo as cidades de Santana do Cariri e Nova Olinda suas maiores reservas. Ainda segundo a autora (2013, p. 109) a extração desses minerais tem provocado ao longo do tempo enorme intervenção no ambiente natural, alterando sua paisagem, sobretudo na exploração feita a céu aberto, principalmente por ser normalmente de área extensa, resultando mais ainda em cicatrizes no relevo, gerando uma grande quantidade de rejeitos de minério, afetando os corpos de água, deteriorando o cenário paisagístico, o que provoca grande remanejamento de solo e rochas, desmatamento de grandes áreas, particularmente na Chapada do Araripe.

**Figura 5 – Localização da Bacia do Rio Grangeiro**



Fonte: Adolfo Átila Cabral Moreira<sup>21</sup>

Nos documentos de viajantes, políticos, escritores, poetas e habitantes, no século XIX, a região do Cariri era banhada por diversas fontes, que jorram da Chapada do Araripe e que durante muito tempo foram utilizadas pela população para saciar suas necessidades. A cidade de Crato, por ter a maior parte desse manancial, acabou por ficar conhecida como um “Oásis no meio do Sertão”. Dentre esses viajantes está Gardner:<sup>22</sup> “Impossível descrever o deleite que senti ao entrar neste distrito (...) depois de marchar mais de trezentas milhas através de uma região que naquela estação era um pouco melhor que um deserto.” (GARDNER, 1975: 92)

Apesar de ter contribuído para o nascimento e crescimento da cidade, o Rio Grangeiro, ao longo do período, sofre a retirada da mata ciliar, o processo de canalização e os desvios do seu curso à serventia humana para despejo dos dejetos domésticos, comercial, que saem da rede de esgotos da cidade. O processo de degradação ambiental das riquezas naturais da região, sobretudo da cidade de Crato, não faz parte apenas da história contemporânea, ou mais

<sup>21</sup> Dissertação de Mestrado, intitulada: Modelagem hidrológica da Bacia Hidrográfica do Rio Grangeiro – Crato-CE: composição do cenário atual e simulações de uso e ocupação do solo. Programa de Pós-Graduação em Engenharia Civil, da Universidade Federal do Ceará, p. 108, 2013.

<sup>22</sup> George Gardner foi um naturalista inglês, médico, botânico e zoológico. Nasceu na primeira década do século XIX (1812) e faleceu em 1849. Em 1836, chega ao Brasil, passando aqui 3 anos e seis meses. Durante esse período percorreu algumas regiões do Nordeste e do Brasil Central. Suas impressões foram registradas no livro, *Viagens no Brasil*, tendo como título: *Viagens no interior do Brasil: principalmente nas províncias do norte e nos distritos do ouro e do diamante durante os anos de 1836-1841*. As primeiras edições foram publicadas em 1846, 1849 e em 1973, todas em inglês. Em 1942, foi traduzida para o português e reeditada em 1975. Sua obra contém informações preciosas sobre os costumes das populações com as quais teve contato.

recente, ele se insere nas práticas e costumes de seus habitantes, que atravessam o tempo. Segundo Pasquale (1955, p. 45)<sup>23</sup>, referindo-se aos problemas de esgoto, nos idos dos anos de 1950, aponta a existência de “fossa, cavada a uma profundidade que atinge o lençol freático”. Afirma, ainda, que esse fato afeta a saúde dos habitantes, principalmente da periferia. “Em alguns casos, há sistemas particulares de escoamento de esgotos para o Rio Grangeiro.”

Diante das várias controvérsias sobre o povoamento do Cariri cearense,<sup>24</sup> o historiador cearense, Antonio Bezerra (1918) acredita que o primeiro a povoar essa região foi o capitão-mor Manuel Rodrigues Ariosa (1703), que obteve do capitão-mor Jorge de Barros Leite, juntamente com Manuel Carneiro da Cunha, “uma data de três léguas”, nas imediações da cachoeira dos Cariris, hoje conhecida por cachoeira de Missão Velha, local onde se deu o primeiro aldeamento dos índios. Um pouco mais tarde, às margens do rio Itaytera<sup>25</sup> - nome indígena que significa “água que corre entre pedras” - lugar onde inicialmente se deu o mais importante e maior núcleo de aldeamento dos índios Cariris na região. Fundado por Frei Carlos Maria de Ferrara<sup>26</sup>, denominou-se Missão do Miranda, também chamada de Miranda dos Cariris Novos. Em 1764, a Vila Real do Crato é reconhecida como unidade administrativa. Os registros mais antigos da Missão do Miranda datam de 30 de julho de 1741, tratando-se de um batizado. Em 1742, já existia um templo dedicado a dois santos: Nossa Senhora da Penha e Frei Fidelis. (FIGUEIREDO, 2010, vol. 1, pp. 32-33)

---

<sup>23</sup> Para maiores detalhes, ler: “Crato, Capital da Região do Cariri”. **Boletim Paulista de Geografia, Nº 20 – Julho de 1955 (pp 31 a 55)**. Neste, Pasquale Petrone, trás alguns dados, imagens e impressões sobre o processo de urbanização do município de Crato/Ce, Geógrafo e professor titular emérito do Departamento de Geografia da Universidade de São Paulo-USP, especializado nos campos da "geografia da colonização", geografia política e geografia agrária. Esteve na Região do Carri, mais especificamente em Crato, provavelmente no ano de edição do Boletim (1955).

<sup>24</sup> É consenso que a denominação “Cariri Cearense” é dada ao sul do estado do Ceará ao longo da Chapada do Araripe, e que isso se deve, sobretudo à influência da cultura dos índios Kariris em nossa região. Existem outras delimitações, tais como: microrregião administrativa do estado, o que compreende apenas os municípios de Crato, Juazeiro do Norte, Barbalha, Missão Velha e Jardim.

<sup>25</sup> Denominação dada ao que é hoje o atual Rio da Batateira.

<sup>26</sup> Segundo Dias (2014, p.59), o perfil atribuído a Frei Carlo de Ferrara é descrito com pompa para que o mesmo figurasse no idealizado panteão dos heróis da história caririense, sendo inclusive comparado a José de Anchieta pela sua obra evangelizadora em meios a “tribos indígenas, entregues ao paganismo e a barbárie”. Sua figura é também enaltecida por ter escolhido, desde muito jovem, servir a obra de Deus, em terras tão inóspitas e longínquas do continente americano. Além do seu franciscano despego, pois mesmo vindo de família abastada, se vestia com hábitos velhos e remendados, passou fome, sentiu frio, bem como padeceu de doenças. Queixa esse mesmo autor, de que seu filho, o Crato, lhe foi ingrato, posto que Frei Carlos não foi devidamente reconhecido, sendo pois merecedor do culto a sua memória.

O processo de ocupação da Chapada<sup>27</sup> e dos rios, sem dúvida, impacta diretamente na formação da atual cidade de Crato e da região Cariri como um todo. Tomando como ponto inicial de reflexão, a afirmativa de J. Figueiredo Filho e Irineu Pinheiro (2010, p. 29) de que a princípio, “éramos terra deserta, coberta de luxuriante vegetação, cheia de água que brotavam das nascentes do Planalto do Araripe, rica de caça e mel e frutos silvestres”. Descrição que nos revela que, com o passar dos anos, a presença humana nesse ambiente, carrega em si uma história de destruição de suas riquezas naturais. Considerando que as modificações, no ambiente, que interessam a história ambiental começam com a presença humana, há que se considerar como os primeiros habitantes, os índios Cariris, que, segundo Pinheiro (2010) eram originários da Ásia e chegaram ao novo mundo pelos rios Amazonas e Tocantins.

Dentre as várias tribos, foi a nação Cariri que alcançou o sul do Ceará, provavelmente entre os séculos IX e X da era Cristã. Vieram em busca de terras férteis, quentes e úmidas. Encontraram por aqui, sobretudo no Crato, o ambiente propício às suas necessidades. Além da caça e da pesca, praticavam a agricultura, em especial o plantio da mandioca, do milho e do algodão. Sabe-se que já nesse período havia a prática de queimadas no “preparo” do solo para o plantio. Euclides da Cunha, em “Os Sertões”, afirma que um complexo de circunstâncias tem provocado historicamente um regime contínuo, que dificultava uma flora mais vivaz. Dentre os quais se encontra o principal agente geológico notável, o homem, que na sua relação com a natureza tem provocado a esterilidade do solo. Assim, “(...) não raro reage brutalmente sobre a terra e entre nós, nomeadamente, assumiu, em todo o decorrer da História, o papel de um terrível fazedor de desertos.”<sup>28</sup> *O autor* atribui que essa situação começou por um desastroso legado indígena, ao colocar que, desde a agricultura dos povos antigos, já se utilizava como instrumento fundamental, o fogo.

Parece-nos notável que, por onde o homem foi passando, fixando-se, dominando, os impactos negativos de sua ação no meio ambiente tornam-se evidentes. Antonio Bezerra (1918) destaca que as terras de Lagoa dos Cariris, depois denominadas de Lagoa do Ariosa, localizavam-se mais precisamente onde hoje é o Sítio São José, na estrada entre o Crato e

---

<sup>27</sup> Segundo Dias (2014, p. 103), é visível a preocupação excessiva dos historiadores em nomear a Chapada do Araripe “como dispensadora de atrativos que possibilitam a ocupação do espaço do ponto de vista da colonização.” Para o autor seria a chapada uma “espécie de marco inaugural do Cariri, ícone principal do projeto civilizatório para a região,” em outras palavras, um “monumento natural”, que acaba por conferir identidades e significados aos caririenses. Simbologia que manifesta o telurismo caracterizador da “caririensidade” dos habitantes, que “imbuídos de valores e predicados naturais de pureza e imponência”, relacionada, de certa maneira, à presença da “majestosa chapada”, suas fontes perenes de águas cristalinas, proporcionadores dos solos ubertosos e clima ameno.

<sup>28</sup> CUNHA, Euclides da, 1997, p. 65

Juazeiro do Norte. Afirma ainda que as terras de Ariosa correspondiam ao que é atualmente essas duas cidades. Nessa época, bem antes do aldeamento, chegou por aqui a cultura do gado, em várias partes da Chapada do Araripe:

há muito tempo, vastas florestas que foram destruídas pelos nossos lavradores e criadores. Simples o modo como se tem processado a agricultura em nosso famoso chapelão. Simples e prejudicial. Faz-se a broca, a derruba das grandes árvores, a queima alongada.<sup>29</sup>

Diante dessas leituras e das questões que ora levantamos, sentimos a necessidade de partir para o levantamento do local, de buscar suscitar outras indagações sobre o estudo do tema escolhido, já que a história ambiental tem, na leitura da paisagem, um dos fortes elementos metodológicos. O passo seguinte, na construção do problema, deu-se a partir do primeiro diário de campo, em 27 de setembro de 2014, no intuito de tentar traçar o recorte do estudo, bem como pensar o problema de pesquisa. Nessa etapa, contou-se com a colaboração da professora mestre, Lireida Albuquerque, docente do Curso de Geografia da Universidade Regional do Cariri – URCA e mestre em Meio Ambiente.

O primeiro ponto visitado foi o loteamento Novo Sossego (entre o Bairro Caixa D'água e Grangeiro). Daí fomos descendo em direção ao centro da cidade, margeando o canal (Rio Grangeiro). Essa primeira leitura geo-histórica sobre a problemática ambiental da encosta foi uma verdadeira aula de campo. Atentas, fomos discutindo cada detalhe, e quase que num “insight”, os fragmentos foram se juntando, perfazendo um significado.

Rio acima, rio abaixo, lembrei-me da poesia de J. de Figueiredo Filho, sobre o rio Grangeiro, publicada no Jornal “Folha da Semana” em 17 de outubro de 1953, na qual o autor fala de um tempo, de uma época em que o rio ainda preservava sua condição mais natural. “Este Rio que passa aqui gemendo. E vem da serra envolto a mil cipós, Anda a gemer desde que me entendo, Desde que se entenderam os meus avós.” Em alguns documentos já visitados (relatos de viagens, livros sobre a região, fotos ) parece que quando se falava algo sobre rio Grangeiro, ou se tinha como um lugar diminuto, sem tanta importância, ou como direito de usufruto de poucos, sobretudo dos agricultores, senhores de engenho, proprietários de terras e criadores de gado.

Folheando o jornal “Araripe” de 1855, de Nº 5, encontrado na Hemeroteca Nacional, numa correspondência onde já se menciona que o rio Grangeiro era privado, pertencente a “três ou quatro pessoas que “morão a cima desta cidade”. Vê-se que os recursos hídricos

---

<sup>29</sup> PINHEIRO, Irineu, 2010a, pp 18 e 19



superficiais da região do Cariri cearense, especialmente da cidade de Crato, são privatizados e legalizados em cartório (século XIX). As fontes da encosta da Chapada Araripe foram não só medidas, mas registradas em nome dos proprietários das terras, por onde passam suas nascentes, que assim faziam uso como bem lhes convinha. O Crato tem, pois, uma realidade que, seguindo ou fugindo da de outras partes do país, práticas e costumes como esses, refletem na nossa história e na maneira com que lidamos e nos relacionamos com meio ambiente. É essa história que à luz dos documentos, dos relatos orais, e da própria leitura da paisagem e das impressões deixadas e historicamente constituídas, procuramos desvendar ao longo da pesquisa.

O *locus* da pesquisa é a cidade de Crato/CE, lugar privilegiado pela sua diversificada natureza, encravada bem ao sopé da Chapada do Araripe, situada no extremo-sul do estado, na Microrregião do Cariri. Integra a recém criada Região Metropolitana do Cariri.<sup>30</sup> Em 1853, é elevada à categoria de cidade, sendo a quinta mais antiga do Ceará, precedida de Fortaleza, Sobral, Icó e Aracati. Em 2012, tinha cerca de 126.593 habitantes<sup>31</sup>. Por ser localizada, ao sopé da Chapada do Araripe, suas temperaturas são relativamente baixas no inverno, embora elevadas no verão, diferente de outras áreas do Nordeste. Faz divisa com o estado de Pernambuco, tem também um entroncamento rodoviário que a interliga ao Piauí, Paraíba e Pernambuco e a capital do Ceará, Fortaleza. Também é conhecida por muitos como o "*Oásis do Sertão*" pelas características climáticas mais úmidas e favoráveis à agropecuária.

Sua projeção econômica tem, nas atividades da cana-de-açúcar e derivados, sobretudo a rapadura e o aguardente, o fato de servir como centro coletor da produção agrícola da região do cariri cearense, atravessando os sertões de Pernambuco, Rio Grande do Norte, Paraíba e Piauí, relações que também influenciaram e muito contribuiu para à formação da cidade. Pesquisas, no campo da História Ambiental, têm cada vez mais se destacado pelas suas especificidades, daí porque nos dizeres de Martins (2007, p. 23) “requer o diálogo com quase todas as ciências naturais, pois estas são imprescindíveis ao entendimento dos quadros físicos e ecológicos das regiões estudadas”, além das ciências humanas e sociais, e ainda outros estudiosos como zoólogos, botânicos químicos, dentre outros. Portanto, elegemos a pesquisa documental, e de campo e bibliográfica.

---

<sup>30</sup>Devido à conurbação entre as cidades que denominam o triângulo CRAJUBAR, surgiu a Região Metropolitana, Lei Complementar Estadual nº 78 sancionada em 29 de junho de 2009, acrescentando ao triângulo cidades limítrofes do Cariri, sendo elas: Caririaçu Farias Brito, Jardim, Missão Velha, Nova Olinda e Santana do Cariri. Sendo a segunda região metropolitana do Estado.

<sup>31</sup> Dados do site da Prefeitura Municipal de Crato – Disponível em: <http://crato.ce.gov.br/index.php/a-cidade>. Acessado em: 01/08/2016

**Figura 6 - Mapa de localização do Crato: Mapa do Brasil, no século XIX, destaque dado pelo autor na localização geográfica do Cariri cearense, especialmente do Crato. Cartografia do livro *Travels in the interior of Brazil*, do naturalista George Gardner.**



Fonte: Disponível na Biblioteca Nacional Digital /Biblioteca Nacional de Portugal. Publicada em 1849. Endereço: <http://purl.pt/23394/1/index.html#/37/html>

As fontes para coleta de dados se deram em dois momentos de construção. Inicialmente, buscamos, nos documentos iconográficos (fotos); Nos Jornais: Ação, Araripe e Folha do Cariri; Nas Revistas: Itaytera e Província; Nos livros de Irineu Pinheiro (Efemérides do Cariri e O Cariri) e o livro Cidade do Crato de (Irineu Pinheiro e J. de Figueiredo Filho): além de entrevistas com pessoas idosas do entorno. No decorrer da pesquisa, quase que, num “ímpeto” de querer ir mais além, fui lendo outros materiais, livros sobre a região, pesquisando em outros jornais de época, tanto em nível regional como da capital cearense, na tentativa de encontrar mais subsídios sobre a história do rio Grangeiro, bem como do seu lugar na natureza e na sociedade cratense. Como resultado, acabei por achar necessário incluir os livros de J. de

Figueiredo Filho: (Folguedos Infantis, Engenhos de Rapadura e História do Cariri, partes I, II e III) e também exemplares dos Jornais: O Cearense e Vanguarda (Hemeroteca Digital).<sup>32</sup>

Considerando como objetivo maior a relação dos habitantes com o rio, ao longo do tempo, os assuntos que estavam ligados ao meio ambiente, tais como: água, secas, enchentes, Chapada do Araripe, urbanização, epidemias, devastação, conflitos, práticas, costumes, hábitos, fontes, precipitações, clima, geologia, habitantes e rios acabaram por fazer parte do volume de material e coleta de dados, que, no decorrer do trabalho, foram sendo selecionados, comparados, escolhidos para compor a análise e redação do texto. Assim, o estudo não seguiu um caminho linear. Tivemos elementos essenciais previamente pensados, todavia à medida do caminhar etnográfico, o desenho metodológico foi sendo traçado, inclusive os instrumentos e coleta de dados aqui elencados, em três pontos momentos: primeiro observação da paisagem, importante ferramenta empírica de construção do conhecimento, (Martins, 2007); segundo, adotamos também o uso de entrevistas com moradores que residem/residiram no entorno do rio Grangeiro. E por fim o terceiro, a seleção das pessoas não seguiu uma predeterminação. O mapeamento, a partir da pesquisa documental, nos ajudou a enumerar parte dessas pessoas, outras a partir das visitas de campo. As demais foram sendo escolhidas por indicação de um outro entrevistado.

De início, foi pensada uma estimativa de vinte entrevistas, todavia, ao longo da coleta, acabamos por optar por realizar apenas doze, tendo em vista que os assuntos começaram a se repetir. As informações oferecidas pelos entrevistados apresentavam certa similaridade e acabavam por se referir praticamente aos mesmos assuntos, como: tomar banho no rio, a beleza do rio, suas águas, sua areia, lavagem de roupa na beira do rio, as brincadeiras de menino, entre outros. Fizemos uso de questionário, como uma espécie de roteiro, com perguntas semiestruturadas, metodologia que propiciou uma certa liberdade ao entrevistado, sem direcionar o rumo da conversa. Portanto, o conjunto dos temas, contidos no questionário, não era entregue ao entrevistado. Antes tínhamos uma conversa informal, tratando um pouco da pesquisa, seus objetivos e interesses para a história ambiental do Crato. Essa prática permitiu a conversa fluir de forma mais espontânea e mais próxima com os participantes.

Deparamo-nos com algumas dificuldades, no decorrer das entrevistas. Em alguns locais, sobretudo em áreas de pessoas mais simples, não tivemos acesso a informantes. Creio ter sido por temor do que significaria aquele contato, ou talvez por medo de sair dali daquele lugar às margens do rio. Sentimos um olhar desconfiado e interrogativo. Houve locais em que

---

<sup>32</sup> A Hemeroteca Digital pode ser acessada no site: <http://memoria.bn.br/hdb/periodico.aspx>

as pessoas até fechavam as portas com a nossa chegada, ou olhavam pela “brecha da janela” a nossa presença ali. Em outros, alguém vinha e queria saber o que se passava, se aproximavam, faziam denúncias do descaso do poder público, das doenças, em razão da fedentina e dos esgotos a céu aberto dentro do rio Grangeiro. Nas partes onde se encontravam as mansões e condomínios fechados, quase não tivemos acesso. Apenas fotografamos o percurso, seguindo a estrada, em muitos casos, os muros cercam a passagem do rio, em outros, os desvios marcados pelo asfalto e, em uma ou outra parada, alguém lá do alto, em sua janela de vidraça, a observar nossa passagem.

Algumas entrevistas também não foram possíveis de ser realizadas, no meio dito intelectualizado, ou de condição social mais favorável. Em outras, conseguimos por ter inicialmente sido feito o contato através de um (a) amigo (a), facilitando o encontro. O medo do que iríamos fazer com as informações, ou mesmo o temor de tonar-se sua fala um instrumento político e de discórdia no meio social, que pudesse comprometê-lo (a) foram as queixas mais comuns entre os que vivem um ambiente socioeconômico e político mais confortável. Todavia, essas situações não comprometeram a qualidade das fontes orais, tendo em vista a riqueza do material conseguido, através dos entrevistados. Vale ressaltar que a escolha por pessoas mais idosas teve um significado imprescindível de valorização da memória dos entrevistados. Talvez tenha sido este um instrumento que trouxe importância e oportunidade de registro do lugar, do contar suas histórias e de sentir-se parte nessa construção.

O principal esteio de abordagem do método de coleta das entrevistas fundamentou-se na formação de um vínculo de amizade e confiança com os idosos participantes. Esse vínculo foi resultado do aprimoramento de quem deseja captar a própria vida manifestada no sujeito que escuta e no sujeito que fala. Parafraseando com Ecléa Bosi (1994): fomos sujeitos e objetos ao mesmo tempo. Sujeitos enquanto buscávamos e indagávamos saber. E, objetos, no papel de ouvintes e registradores das falas, memórias e vivências dos idosos. Portanto, nossa proposta não é somente trazer amostragem, quantificações, antes o intuito que nos levou a empreender o estudo, captado também a partir dos entrevistados, foi o olhar observador e o registro da voz e, através dessas ferramentas, traduzir a vida e o sentimento de pessoas que têm muito a expressar.

Para a construção da análise de dados, partimos do entendimento de que a relação sociedade e natureza não pode ser entendida de maneira isolada, ou seja, do local pelo local, mas acima de tudo, a partir de um olhar integrado nos diversos tempos e espaços. A história é

em si mesma comparativa, relacionável. Portanto, a escolha do método comparativo deve-se tanto às especificidades da história ambiental, como também do próprio campo da ciência histórica. Se o método comparativo pode ser um instrumento capaz de transformar a história em ciência, sem dúvida, permite que o conhecimento deixe de ser apenas descritivo e alcance uma construção explicativa dos fenômenos. Assim, a pesquisa assume um compromisso com a temporalidade e a espacialidade, as singularidades, as especificidades, as diferenças, a dinâmica e a observação. Essas ferramentas de pesquisa tiveram, no trabalho de campo, uma forte e imprescindível sustentação. A valorização de uma abordagem comparada possibilitou a ampliação do diálogo com uma variedade de fontes, lugares e tempos, com vistas a um olhar plural e mais vivo da memória histórica. A escolha teve também a intenção de problematizar os fenômenos a partir de um exercício de reflexão e estranhamento do próprio presente.

### 1.3 Organização do texto

No primeiro capítulo, que intitulamos de Introdutório é, na verdade, uma conversa, na qual procuramos mostrar as motivações e identificação com o tema da história socioambiental do rio Grangeiro. Neste, trago um pouco da minha história de vida e a relação com o tema, bem como os primeiros passos de construção e reflexão a partir das visitas a campo, observações, fotos dos locais visitados, margeando o rio Grangeiro. E, a partir de então, algumas premissas de impressões são levantadas, quais sejam: a ideia de progresso já contida no imaginário político e intelectual caririense, desde o século XIX, sobretudo na cidade do Crato; a segunda diz respeito à relação dos habitantes do Crato com a natureza, ao longo do tempo, enfatizando as especificidades locais e de que forma influenciaram fortemente no convívio com o meio ambiente e no conjunto dos usos e acessos dos recursos naturais, principalmente da floresta Araripe, da água provinda de suas fontes e, conseqüentemente dos rios, riachos e lagos e das terras molhadas, ressaltando seus conflitos, disputas e suas variações no tempo; e, por último, o papel do rio, sua influência e importância na formação da cidade, as questões de ordem pública, as respostas da natureza frente às ações antrópicas, como a exemplo: o fenômeno das enchentes, já no século XIX. Tais premissas levantadas tiveram como fonte, especialmente o jornal “O Araripe.”

Ainda, nesse capítulo, são também delineadas a construção e reconstrução dos passos metodológicos, levando-se em consideração as bases teóricas sustentadas pela História Ambiental, tendo como suporte conceitual as discussões empreendidas, principalmente por

Martinelli (1999), Drummond (1991), Worster (1991) e Martins (2007), partindo do pressuposto maior de que o homem não desenvolve suas experiências sem restrições naturais e, não obstante, a natureza deve ser vista como um ambiente vivo, portanto, um agente na história da humanidade. Nesse sentido, enfatizamos o estudo da historicidade ambiental do rio, as relações dos habitantes, ao longo do tempo, situando sua existência a partir da formação geológica da Bacia Sedimentar do Araripe, a conformação da Chapada e a ressurgência das fontes que emanam desta e de que forma impacta, na historicidade da região Cariri, especificamente do *locus* da pesquisa, qual seja, a cidade do Crato. Discute-se, também, de que maneira a escolha do tema e das bases teórico-metodológicas da História Ambiental foram centrais na seleção das fontes e coleta e análise de dados, desde os jornais, revistas, fotos e entrevistas, enfim, as ferramentas de análise, que deram sustentação ao delineamento de como foi sendo traçado o caminho do estudo em questão.

No segundo capítulo, intitulado, Pela Brecha da Janela da História Ambiental, traz inicialmente o porquê da escolha do título e da relação deste com o conjunto de todo o desenrolar da pesquisa. Daí porque esse capítulo apresenta de forma mais substancial os conceitos que embasam a História Ambiental, no contexto das discussões sobre o meio ambiente, apontando questões essenciais que fundamentam não só as bases teóricas, mas também o jeito de caminhar na perspectiva de um olhar mais integrado entre sociedade e natureza. Assim, não deixa de ser uma historicidade da própria História ambiental e de sua inserção no meio dos historiadores, contribuindo de certa forma para um debate revisionista da ciência histórica.

Apontamos, ainda, como essas reflexões se colocam no Brasil, no Ceará e, obviamente no Cariri, numa perspectiva que se revela muito mais no sentido das questões ambientais e dos primeiros críticos ambientalistas, bem como da consciência crítica sobre a destruição do ambiente natural. Aqui nos ancoramos nos relatos de viajantes, mais especificamente no Ceará e no Cariri, a exemplo a Comissão Científica de Exploração e sua influência na região e na então província do Ceará. Os primeiros estudos que contribuíram, no debate sobre a devastação da floresta, fenômeno das secas, a abundância/escassez de chuvas, a extinção de espécies, e ao que nos interessa de forma mais central, a destruição dos rios e fontes, a exemplo, o rio Grangeiro, são temas que datam do século XIX.

O terceiro capítulo, intitulado, Rio Grangeiro: Repouso e Abrigo Sagrado da Mãe D'água tem como enfoque central o caminho dos rios, as lendas, mitos na formação dos povos Kariri, origem, costumes, hábitos e simbologias ligadas à água, enquanto elemento central na

formação e identidade desses povos, habitantes do vale do Cariri, antes da chegada do colonizador. E, nessa lógica, rediscute-se a relação homem/natureza, mesmo que de forma sucinta, buscando dar uma contribuição ao debate, acerca desses povos, suas experiências, modos de vida e hábitos que, de uma forma ou de outra, alteraram o ambiente natural, bem como firmaram sua identidade local. Outra questão que merece destaque, nesse capítulo, é o processo de formação e catequização a partir do aldeamento, mais conhecido como Missão do Miranda, e as novas relações que se firmaram a partir de então. O objetivo central desse tópico é refletir sobre o papel da igreja e dos novos grupos, que vão se firmando ao seu redor. Merece destaque a importância de análise sobre o lugar do aldeamento e suas implicações na alteração do ambiente natural e nos costumes e crenças da nação cariri. Outro tópico diz respeito às novas relações advindas da cultura do gado, da cana-de-açúcar, dos engenhos, do algodão, do fumo e de como estas impactam na degradação do ambiente. Dessa forma, acirram os conflitos em relação às terras, às fontes, rios e riachos e, sobretudo, modificam e impõem outro ritmo às relações sociais e favorecem a novas práticas e hábitos de destruição do ambiente natural.

O quarto e último capítulo, O Rio Grangeiro no Correr do Tempo, aborda questões mais específicas sobre o rio e/ou a ele relacionado, bem como costumes, hábitos e práticas, no correr do tempo que, de alguma maneira, estão contidas na relação com a natureza, em especial, com o rio Grangeiro. No primeiro subtítulo desse capítulo, optamos por fazer alguns recortes, dado a amplitude temporal (século XIX e as primeiras décadas do século XX). A escolha dos assuntos abordados teve como critérios a seleção de temas, que achamos mais significativos para dar conta das discussões a que nos propomos. O rio, no conjunto das relações entre sociedade e natureza.

Outro subtítulo, compondo esse último capítulo, intitulado: O Rio, Folguedos e Traquinagens, foi uma descoberta da pesquisa, até então, as questões ligadas às brincadeiras às margens do Grangeiro, são quase sempre relacionadas aos banhos nos Poços da Escada e da Panela. O diálogo que propomos diz respeito às várias brincadeiras, representações próprias do universo infantil, mas que assumem um significado específico do lugar, principalmente, porque os muitos folguedos estavam ligados à existência do rio Grangeiro. Assim, discutimos de que maneira o mesmo moldou costumes, criou hábitos e propiciou práticas no convívio com o ambiente.

Por último, trazemos um penar sobre o rio Grangeiro, entre os anos de 1930 – 1980, a partir das fontes, tais como: memórias dos entrevistados, dos documentos e textos das

revistas, jornais, fotos, observações e dos estudos de Irineu Pinheiro e J de Figueiredo Filho. Neste contexto, buscamos contar sua trajetória, seus limites e suas contradições, seus conflitos e as práticas, no entorno do rio, que, no decorrer do tempo, provocaram a sua degradação, além de ter lhes reservado um lugar de dejetos, entregue ao esquecimento, e somente lembrado a partir da própria resposta da natureza.



## 2 PELA BRECHA DA JANELA DA HISTÓRIA AMBIENTAL

A diferença

Estava os dois na **janela**  
Ele bem juntinho dela  
Namorando e dando xêro  
E ela diz: Juca responde:  
Pruquê que a lua se esconde  
Pro destrás do niveiro?

E ele responde: Maria  
Toda vez que a lua inspia  
E vê nós dois na **janela**  
Esconde o seu quilarão  
Pruquê você no sertão  
É mais bonita que ela.

Porém se casaram os dois,  
E essa pergunta dispois,  
Maria torna a fazer  
Juca responde as butada:  
Pergunta besta danada,  
num sabe que vai chover!

(Pompílio Diniz)

## 2.1 A história ambiental no contexto das discussões sobre o meio ambiente

"Lucien Febvre costumava dizer: 'a história é o homem'. Eu, por outro lado, digo: a história é o homem e tudo mais. Tudo é história: solo, clima, movimentos geológicos." (Moore, 2003, p.431)

Pela Brecha da Janela da História Ambiental, título desse capítulo, não é senão um trocadilho, que carrega em si outro jeito de perceber os problemas ambientais, que afligem a humanidade, na sua relação com o meio natural. Se a história é o homem e tudo mais, como afirmou Fernando Braudel<sup>33</sup> e Moore, incluindo o solo, o clima, os movimentos geológicos, eu ousaria dizer, que a história é a natureza em sua relação com todas as espécies, animal e vegetal, e nesta está o homem. Não posso pensar o homem sem colocá-lo na natureza e vice versa. A janela parece ser um lugar por onde se constrói um imaginário, um pensar e um ver sobre a vida, a natureza, a segurança, os sentimentos, paixões, angústias, mas também representa um lugar por onde se observa o mundo. A janela aparece em quase todas as civilizações e em todos os tempos e, através dela, abre-se uma brecha pela qual lança um olhar a tudo que está a sua volta.

Lembro-me de um fato visto a partir da janela da nossa casa, quando criança, no sítio onde nasci e vivi parte da minha infância. Nossa casa ficava na parte alta, de lá, dos fundos da casa, através de uma janela, avistava-se o baixio. Como todas as casas de sítio, havia janelas na frente e nos fundos. Certo dia, não me recordo bem o ano, havia chovido muito durante

---

<sup>33</sup> Pode-se dizer que Fernand Braudel, foi um dos mais destacados historiadores do século XX, além de importante membro da Escola dos Annales, sendo inclusive diretor da Revista dos Annales, imprimindo importantes mudanças nos métodos historiográficos tradicionais. Formou-se em História pela Universidade de Sorbonne em 1902, porém sua carreira profissional teve início na Argélia, continente africano, lá permanecendo durante um período de dez anos. No ano de 1933 passou a integrar o grupo de intelectuais franceses que contribuíram para a organização da Universidade de São Paulo, onde acabou por exercer o cargo de professor entre os anos de 1935 – 1937. Durante sua trajetória, publicou várias obras importantes, mas sem dúvida a de maior destaque foi *O Mediterrâneo e o Mundo Mediterrâneo à Época de Felipe II*, obra escrita durante os anos em que esteve preso nos campos de concentração da Segunda Guerra Mundial, e que acabou sendo sua tese, defendida em 1947, publicada dois anos depois, em três volumes. Interessantemente, nesta, não é o rei espanhol, Felipe II o personagem central, mas o mundo mediterrâneo, a partir das orientações de seu mestre Lucien Febvre - fundador da Revista dos Annales, Braudel mudou de um olhar político para uma análise do mundo mediterrâneo, dando um enfoque mais amplo, como a economia da região. Para Braudel eram os fenômenos estruturais que afetavam de modo mais amplo e duradouro, a vida em sociedade. Publicou também duas outras grandes obras: *Civilização material, economia e capitalismo e A identidade da França*. Mesmo após seu falecimento, em 1985, outras cinco obras foram publicadas. FONTES: CRACCO, Rodrigo Bianchini. **A longa duração e as estruturas temporais em Fernand Braudel: de sua tese O Mediterrâneo e o Mundo Mediterrâneo na Época de Felipe II até o artigo História e Ciências Sociais: a longa duração (1949-1958)**. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Assis, 2009. E no site: <http://www.infoescola.com/biografias/fernand-braudel/> (Acessado em: 05/10/2016)

quase toda a noite. A plantação e as fruteiras ficavam próximo às margens do rio, chamado de vazante. Em épocas de inverno intenso, quase tudo era arrastado pela correnteza. Em um desses dias de chuva, lá estava meu pai, logo cedo da manhã, no alto a olhar toda plantação ser levada, provocando prejuízos e deixando um rastro de destruição. Da janela dos fundos da casa eu observava aquela cena. Recordo a tristeza em seu rosto, talvez ao imaginar como faria a partir dali para alimentar seus dezessete (17) filhos. Na minha inocência de criança, não tinha a noção de que as ações humanas podem transformar drasticamente o ambiente, provocando problemas ambientais. Na verdade, havia o homem da localidade se apropriado das margens do rio, e até mesmo do curso do seu leito, o rio só passava levando a plantação que estava no lugar por onde, naturalmente passava a correnteza do rio. Essa imagem da janela, coincidências ou não, acompanharam-me, em alguns momentos de campo, seguindo o caminho por onde hoje passa insistentemente o rio Grangeiro. Nos vários locais visitados sempre tinha, em alguma casa, alguém a observar e, talvez, a se perguntar o que eu estava fazendo ali. São essas nuances da pesquisa que nos ajudam não somente a construir um pensar sobre o tema a ser estudado, mas também os elementos necessários para esse trajeto.

Donald Worster (1991) elenca três questões essenciais para o entendimento metodológico das bases que fundamentam esse jeito de pesquisar a história. A primeira delas é a percepção de como a natureza se organiza e funciona, considerando o ambiente físico, biológico e o natural. Na segunda, constitui-se na interação entre domínio socioeconômico e meio natural. Aqui, o desafio do historiador ambiental é, além de investigar as ferramentas de trabalho e as relações sociais originadas, deve também considerar as instituições e as decisões de ordem política, que de forma direta ou indireta afetaram/afetam o meio. Por último, as questões mentais ou intelectuais, que dizem respeito às interações exclusivamente humanas, tais como: os valores éticos, as leis, percepções, a literatura, a religião, e, ainda os mitos, o folclore, a ciência, ou outras estruturas humanas significativas no diálogo entre homem/natureza e/ou sociedade/natureza.

Assim, o estudo da história ambiental não é uma invenção contemporânea, nem muito menos um método infalível, antes representa uma maneira, um jeito de estudar e pesquisar a história, com vistas às questões ambientais, que afligem o ambiente natural a partir da presença humana, ou antes, a compreensão, o sentir-se e o agir integrado a esta relação, pois o homem não está dissociado do seu ambiente e nem das suas ações na natureza, e, nessa relação, a natureza também ressurgem como um ambiente vivo, capaz de afetar a vida das

pessoas e, inversamente, como estas têm afetado o ambiente e com que resultados. Em outras palavras, o homem não está imune às questões ambientais.

Daí porque os historiadores ambientais não devem encarar história ambiental, como um simples movimento, ou uma história do ambientalismo, ou apenas um modismo, pois, para além de uma denúncia pública é, acima tudo, um ramo de produção do conhecimento com reflexões essenciais de embates filosóficos, historiográficos e metodológicos. O surgimento de suas bases teóricas, bem como a contribuição dos historiadores para a compreensão das questões e dilemas ambientais, enfrentados pela sociedade contemporânea, coincide com o momento crucial da discussão sobre o meio ambiente (Conferência de Estocolmo, 1972). As décadas de 1970 e 1980 apontam para novos olhares e perspectivas, não só no sentido da produção científica, mas, sobretudo no que se refere à sugestão de novas abordagens ditadas pelas problemáticas advindas da sociedade contemporânea.

Ao se estudar as inter-relações, sociedade/natureza, a partir da perspectiva da História Ambiental, encontramos uma variedade de fontes já consagradas pelo historiador como os registros escritos, iconográfico, vestígios arqueológicos, história oral, bem como as novas fontes que emergem dessa discussão, “destacando-se as próprias paisagens, o que “(...) requerem, para sua utilização, estratégias específicas de observação e interpretação.” (MARTINS, 2007, p. 55).

Ainda para Martins (2007), a História Ambiental enfrenta basicamente duas dificuldades quanto às suas fontes. A primeira está no fato de que as sociedades, em geral, dão pouca atenção às transformações que ocorrem no seu ambiente. A segunda, diz respeito à escala de tempo das transformações ambientais. “Muitas delas só são perceptíveis na longa duração, mas é bastante raro encontrar registros históricos que cubram as numerosas fases destas transformações de longa duração”. (MARTINS 2007, p. 55)

Sem dúvida, quando falamos de história ambiental ou ainda reflexão sobre o meio ambiente deve-se “levar em conta fatores sociológicos e epistemológicos.” (PÁDUA, 2010, p. 81). Lucien Febvre (2004), pioneiro da história climática, afirma que o historiador não estar isolado do seu tempo, portanto, deve mirar o passado com perguntas do presente. Assim, vê-se que a preocupação de inserir temas de natureza ambiental na História, já era parte das discussões dos pioneiros da história agrária da França, especialmente Febvre e Bloch, embora, de forma embrionária, os debates já ocorriam desde a década de 1950.

Todavia, a denominação de História Ambiental, enquanto área do conhecimento, foi adotada pelos historiadores norte-americanos, a partir de 1977, em torno da fundação da

American Society for Environmental History – ASEH<sup>34</sup> – e da revista *Environmental History*<sup>35</sup> Mais de vinte anos depois, em 1999, surgia, na Europa, a European Society for Environmental History – ESEH<sup>36</sup> –, que também passou a publicar uma revista exclusivamente dedicada ao assunto, a *Environment and History*.<sup>37</sup>

Dentre vários estudos, destaca-se, como grande articulador da História Ambiental, o norte-americano, Donald Woster. Em um artigo publicado, no Brasil, afirma que a historiografia se manteve, no último século, preocupada com questões de ordem política e econômica, tendo o Estado como principal gestor das ações humanas. Essa constatação motivou a propor um olhar mais amplo e plural da histórica e dos processos realizados pelo homem dentro da sua relação com os elementos naturais. Nos dizeres do autor, a História Ambiental surge como “(...) parte de um esforço revisionista para tornar a disciplina da história mais inclusiva nas suas narrativas do que ela tem tradicionalmente sido” (WOSTER, 1991, pp. 198-215).

Assim, a História Ambiental não se assume como uma corrente nova de pensamento, distinta do conhecimento da ciência histórica, nem muito menos propõe um novo objeto desconhecido dos historiadores. Antes sugere metodologias que possibilitem “investigar a história humana em um marco temporal mais amplo.” (PÁDUA, 2010, p.88). É uma proposta desafiadora, dinâmica, interativa e mais aberta, na medida em que repensa não só o lugar do ser humano, mas o coloca no quadro mais amplo da história do planeta.

Portanto, não podemos pensar a História Ambiental, separada da História do Homem. Essa abordagem nos ajuda a entender melhor como os seres humanos foram afetados pelo ambiente natural, mas também como os mesmos afetaram esse ambiente e com que resultados. Parafraseando Carlo Ginzburg (2006), os historiadores cada vez mais têm se interessado por coisas que os seus predecessores ocultaram, ignoraram. Em outras palavras, deixaram de lado.

Sem dúvida, que os estudiosos preocupados com a História Ambiental têm realizado esforços, no sentido de levantar um importante “inventário” das variadas formas de interação ambiente-homem, e isso se mostra revelador do ponto de vista da plasticidade da natureza humana. Isso nos ajuda a pensar essas relações de forma mais dinâmica, ao contrário da visão antropocêntrica de mundo que perdura até nossos dias, na qual a natureza sempre teve um

---

<sup>34</sup> Sociedade americana de História Ambiental

<sup>35</sup> História Ambiental

<sup>36</sup> Sociedade europeia de História Ambiental

<sup>37</sup> Meio Ambiente e História

papel estático na história, “porque o dinamismo estaria depositado exclusivamente na esfera da ação humana.” (MARTINS, 2007, p. 29)

Como pressupostos teóricos, a História Ambiental assume, segundo Martins (2007) três grandes compromissos. O primeiro deles está no fato de rejeitar o modelo mecanicista de ciência, criado na modernidade, inspirado nas proposições de Descartes (1596 – 1650). A visão cartesiana de mundo repousa num mundo físico e biológico, que gira em torno da ideia de causa e efeito. O segundo compromisso é o de considerar biomas, regiões e paisagens como sistemas abertos, “submetidos continuamente a influencia de fatores aleatórios – dentre os quais as ações humanas, cujos resultados são imprevisíveis” (MARTINS, 2007, p. 37). O terceiro compromisso está em deslocar a análise para o domínio da territorialidade e da espacialidade. Nessa ordem, as categorias de espaço e região, não devem ser olhadas como definições prévias da geografia, no momento de se estabelecer os recortes dos ambientes, aos quais se deseja estudar. “O lugar, a região e a espacialidade são a natureza da sociedade e da história, não apenas o palco imóvel onde a vida acontece.” Daí, porque é importante que o historiador ambiental deva ter em mente que, ao examinar os recortes de estudo na superfície do planeta, tenha o cuidado de colocar perante si, “dados físicos, naturais, ecológicos, dados sociais, culturas, simbólicos.” (MARTINS, 2007, p. 40).

Um dos estudos já realizados nessa linha socioambiental, que se destaca é o de Fernand Braudel (1902-1985). Suas pesquisas deram origem a obra *O Mediterrâneo e o Mundo Mediterrâneo na Época de Felipe II* (1949), que é, sem dúvida, uma obra rica em detalhes, na qual o historiador traz, ao campo do conhecimento, os cenários geológicos, hidrológicos e oceanográficos, entrelaçando tais conhecimentos aos processos econômicos, sociais e políticos que analisa.

Warren Dean, pesquisador norte-americano, publica, em 1995, o livro *With Broadax and Firebrand: the destruction of the brazilian Atlantic Forest*,<sup>38</sup> obra considerada como uma das mais importantes de História Ambiental, realizadas sobre o Brasil. Em 1996, foi traduzido para o português sob o título, *A ferro e fogo: a história e a devastação da Mata Atlântica brasileira*.

Na literatura inglesa, podemos citar ainda a obra de Thompson, intitulada *Costumes em comum*. Nesta se revela a maneira como se manifestaram os costumes, no universo cultural dos trabalhadores ingleses, do século XVIII, inseridos no contexto sócio-político, econômico e cultural da época e as relações que demandavam desse universo.

---

<sup>38</sup> A destruição da Mata Atlântica Brasileira

Para tanto, busca-se recuperar a historicidade desses costumes e a forma como esses trabalhadores se organizavam enquanto grupo social em oposição à visão elitista que os subalternizava. Assim, o diálogo com as fontes é um rico material de pesquisa de prática e metodologia substancial para o historiador preocupado com a História Ambiental.

## 2. 2 A discussão ambiental no Brasil

Tomando como base os estudos de Pádua (2002), vê-se que os primeiros críticos ambientalistas, no Brasil, datam dos séculos XVIII e XIX. Entre os nomes destacam-se os de José Bonifácio e Joaquim Nabuco. Essa é uma importante revelação no campo das pesquisas, no Brasil, qual seja:

a existência de uma reflexão profunda e consistente sobre o problema da destruição do ambiente natural, por parte de pensadores que atuaram no país entre 1786 e 1888, muito antes do que convencionalmente se imagina como sendo o momento de origem desse tipo de debate.” Pádua (2002, p. 10).

Os estudos revelam, ainda, que a consciência crítica sobre a destruição ambiental não é um fenômeno exclusivo do mundo contemporâneo, como habitualmente se costuma identificar, nem tampouco consequência das grandes transformações – “tanto objetivas quanto subjetivas – que acompanharam a expansão planetária da civilização industrial.” (PÁDUA, 2002, p. 10) Em se tratando de Brasil, tende-se a considerar essas discussões uma realidade recente e importada, como “difusão do debate europeu e norte americano das últimas décadas.” No entanto, os estudos Histórico-ambientais, referentes aos séculos XVIII, XIX e XX.

(...) lançam mão de considerável quantidade de registros oficiais. Nos relatórios de governadores de Capitâneas, de presidentes de Províncias e de Estados, podem ser encontradas informações, quase sempre dispersas e fragmentadas, sobre a marcha do povoamento, os usos econômicos do território, as técnicas do trabalho agrícola e mineral, os recursos naturais explorados, as expedições de “desbravamento” realizadas em rios e áreas florestais, os contatos com os grupos indígenas, as ocorrências de grandes enchentes e secas, etc”<sup>39</sup>

---

<sup>39</sup> MARTINS, Marcos Lobato, 2007, p. 56

Os relatos de viagens são registros bastante utilizados pelos historiadores, em geral, bem como por aqueles interessados na história socioambiental, em particular. Uma lista de naturalistas aparece, por exemplo, na obra de Warren Dean sobre a Mata Atlântica (1996). Esses relatos estavam voltados para os minerais, as plantas e os animais do Brasil. A missão era enviar essas informações para Academias de Ciências europeias. Influenciados e guiados pelos princípios de ciência, praticada no século XIX, os naturalistas viajantes, vindos para o chamado “Novo Mundo” tenderam a enxergá-lo com determinados preconceitos europeus. Portanto, o rico material de pesquisa, em detalhes “das vidas dos brancos, dos mestiços, dos índios e dos escravos, seus costumes e instituições” precisa ser lido com o devido cuidado. O ideal é confrontar com outras variadas fontes e cotejar os relatos uns com os outros. (MARTINS, 2007, p. 66)

Segundo Martins (2007), um dos mais importantes naturalistas luso-brasileiros foi Alexandre Rodrigues Ferreira (1756-1815). Mas a coroa portuguesa não cuidou de publicar as descobertas de Ferreira e boa parte dos resultados de sua pesquisa acabou perdida. Ainda segundo Martins (2007), deve-se à falta de organização do Estado português e a preferência por manter a sua política do sigilo das descobertas. Então, tudo que Ferreira havia estudado ficou cerca de dois séculos em completo esquecimento.

Felipe Silva (2014) destaca as impressões do naturalista e político João da Silva Feijó, que também não deixou de perceber os recursos hídricos da região. Ele percorreu o Ceará, em 1799, como sargento-mor de milícias e engenheiro da capitania, e, em princípios do século XIX, escreveu que o Cariri, especialmente a Vila de Crato (assim constituída) era tão fértil, que permitia a cultura dos vegetais em todas as estações e que isso se dava devido a abundância de água.

Dentre os vários documentos de viagens, encontram-se os relatos da Comissão Científica do Império, que, em 1859, chega à Fortaleza para realizar pesquisas, nas áreas de botânica, geologia, etnologia, geografia e zoologia. O Cariri cearense recebe essa Comissão, em 1860, quando chegam ao Crato, permanecendo durante três meses. A grande abundância de água, a exuberância da vegetação e o clima ameno faz parte dos relatos de viajantes e estudos científicos sobre o Ceará, incluindo o Vale do Cariri e a Chapada do Araripe.

Entre os estudos, ligados ao Brasil, destacam-se autores como Euclides da Cunha (1866-1909), com sua obra *Os Sertões* (1902), Sérgio Buarque de Holanda (1902-1982), *Caminhos e Fronteiras* (1957) e Gilberto Freyre, em Nordeste. Portanto, figuram entre os clássicos, nos quais o ambiente se insere como elementos ativos na dinâmica histórica.



Obras como a de Euclides da Cunha, por exemplo, que se insere no gênero literário, é uma obra que mistura, também, sociologia, filosofia, geografia, geologia, antropologia, tendo como tema principal a Guerra de Canudos. Traz, na verdade, um retrato do Brasil do século XIX. O livro é dividido em três partes (a terra, o homem e a luta). Os capítulos se integram ao discutir questões entre o homem e o mundo natural, conflitos e problemas que transcendem o Movimento de Canudos, que ocorreu na Bahia. Para além da crítica, vista como uma obra de caráter determinista, na qual o homem é apresentado como produto do seu meio, “Os Sertões” é um verdadeiro diário de viagem, uma mistura de denúncia social, estudo antropológico, material metodológico e romance de uma batalha, com seus contrastes e confrontos. Razão porque se torna um material que assume um espaço metodológico importante para os que pretendem se aventurar pela história ambiental, especialmente sobre o Nordeste do Brasil.

Outra obra que julgo importante é o livro “O Nordeste”, de Gilberto Freyre, publicada na década de 1930. Estudo que tem, sobretudo, um critério ecológico e ambientalista, além de ser um clássico da sociologia brasileira. Esse estudo, que podemos chamar de “socialmente ecológico” é uma crítica à monocultura canavieira e a partir desta analisa as relações que entrelaçam questões ecológicas, sociais, culturais, políticas, envolvendo o homem, a terra, as matas, os animais e, especialmente, a água. “A água foi elemento nobre na velha paisagem de engenho do Nordeste, onde a usina degradaria principalmente os rios.” (FREYRE, 2013, p. 57)<sup>40</sup>

Impossível afastar a monocultura de qualquer esforço de interpretação social e até psicológica que se empreenda do Nordeste agrário. A monocultura, a escravidão, o latifúndio – mas principalmente a monocultura – aqui é que abriram na vida, na paisagem e no caráter da gente as feridas mais fundas. O perfil da região é o perfil de uma paisagem enobrecida pela capela, pelo cruzeiro, pela casa-grande, pelo cavalo de raça, pelo barco a vela, pela palmeira-imperial, mas deformada, ao mesmo tempo, pela monocultura latifundiária e escravocrática; esterilizada por ela em algumas de suas fontes de vida e de alimentação mais valiosa e mais puras; devastada nas suas matas; degradada nas suas águas.<sup>41</sup>

O peculiar interesse pelos estudos ecológicos/ambientais só aparecem enquanto campo disciplinar do conhecimento, a partir dos anos de 1970. A obra de Gilberto Freyre, já nos anos 30, do século XX, apresenta-se como uma qualificada produção, mostrando o drama e os aspectos cruéis da destruição das matas, prática que impacta diretamente na vida animal, na alteração do clima, da temperatura e certamente no curso e regime das águas. Discute como

<sup>40</sup> Freyre, Gilberto, O Nordeste. 1ª edição digital São Paulo 2013 (Disponível em Le Livros)

<sup>41</sup> Freyre, Gilberto, 2013, p. 34

essas alterações tornam-se desfavoráveis à própria produção da cana-de-açúcar e ao próprio engenho, além de ser desfavorável à vida do homem e dos animais da região. O homem, ao romper com esse equilíbrio que, por natureza, é essencialmente variada, ao priorizar uma única planta, no caso a monocultura açucareira. A conquista desenfreada do território pelo canalial atinge diretamente a mata, a biodiversidade vegetal e animal.

Há também a obra de Sidney Chalhoub, intitulado “*Cidade Febril: cortiços e epidemias na corte imperial de 1996*”. Nesta, o autor tem como ponto de partida a cidade do Rio de Janeiro e a demolição de seus cortiços, bem como as polêmicas, que permearam “infeccionistas e contagionistas” em relação à febre amarela e à resistência das comunidades negras à vacina antivariólica. Apresenta-se como uma excelente fonte metodológica de pesquisa, dado à sua valorização empírica, a partir dos documentos e registros utilizados, no texto, além de ser um trabalho que muito revela sobre a sociedade brasileira à luz da história social.

Trazemos aqui também os estudos e pesquisas do médico e historiador da região do Cariri, Irineu Pinheiro, que, em suas obras, *O Cariri: seu descobrimento, povoamento e costumes*, *Cidade do Crato*, e a mais rica em detalhes, *Efemérides do Cariri*, apresentam-se como um rico e valioso material de consulta e pesquisa sobre a Região. Os dados, fatos, datas e acontecimentos relatados são um verdadeiro apanhado histórico sobre o Cariri, em especial, a cidade de Crato, que ocupa boa parte das efemérides apresentadas em sua obra. Do seu olhar e entendimento da formação, povoamento e organização do Cariri, nos interessam as que refletem práticas, costumes e os hábitos da população, sobretudo da cidade de Crato, em seus diversos aspectos, elementos esses significativos e centrais do nosso estudo.

Outro trabalho bastante significativo é a tese de Doutorado da professora e pesquisadora Suely Salgueiro Chacon, intitulada: *O sertanejo e o caminho das águas: políticas públicas, modernidade e sustentabilidade no semi-árido*. Pesquisa realizada sobre os municípios de Quixadá e Quixeramobim – Bacia de Banabuiú – Sertão Central do Ceará. Apesar de territorialmente as reflexões serem sobre outra região do Ceará, nos ajudam e aproximam do local da nossa pesquisa, por tratar da realidade do território do semiárido, do sertanejo e seus conflitos, sua luta e os caminhos em busca da sustentabilidade. A autora afirma que o grau de complexidade dos conflitos é fruto da sociedade moderna, que acaba por ser internalizados, normatizados e institucionalizados. Seu estudo, centrado, na questão da água, na região de Banabuiú, é compreendido como elemento que pode unir ou desagregar as relações sociais, seja pela sua escassez, seja pela intervenção de políticas públicas, no uso e

distribuição desse recurso natural. Concordamos com suas reflexões, no sentido de operacionalizar o olhar sobre os conflitos, em relação ao uso e distribuição da água, relacionado ao nosso estudo em questão.

Não poderíamos aqui deixar de mencionar também as várias leis e decretos que ao longo do tempo, no Brasil, se preocuparam em proteger o meio ambiente. Muitas delas advindas de Portugal, no período colonial, como as *Ordenações Afonsinas e Manuelinas*. Na década de 30, foram elaboradas e aprovadas no Brasil o *Código Florestal* (Dec.23.793/34), o *Código de Caça* (Dec. 24.645/34 - regulado posteriormente pela Lei 5.197/67), o *Código de Águas* (Dec. 24.643/34), o *Código de Mineração* (Dec. 1.985/40), o *Código de Pesca* (Dec. 794/38), a *Lei de Proteção ao Patrimônio Histórico e Artístico Natural* (Dec. Lei 25/37), entre outros.

O Código de Águas representou parte de um conjunto de iniciativas do período Vargas, que, desde o início, acalentava a ideia de um país moderno, industrializado e desenvolvido. A água e a energia, elementos essenciais a esse processo, necessitariam de normatização a serviço do capital. Assim, o Código de Águas cumpre seus propósitos, ao regulamentar a separação entre a propriedade do solo e das quedas d'água, atendendo aos interesses empresariais no aproveitamento industrial da energia. Vale ressaltar que ainda encontra-se em vigência, embora tenha sofrido, ao longo do tempo, uma série de alterações, conforme foi sendo necessário. Observa-se a seguir alguns artigos que retratam essa realidade:

Art. 34. É assegurado o uso gratuito de qualquer corrente ou nascente de águas, para as primeiras necessidades da vida, se houver caminho público que a torne acessível.

Art. 35. Se não houver este caminho, os proprietários marginais não podem impedir que os seus vizinhos se aproveitem das mesmas para aquele fim, contanto que sejam indenizados do prejuízo que sofrerem com o trânsito pelos seus prédios.

No entanto, foi a Lei da Política Nacional do Meio Ambiente (Lei 6938/81), que trouxe, na contemporaneidade, uma possibilidade de avanço na proteção e defesa do meio ambiente, adicionando às ações de manutenção e preservação do mesmo, os estados e municípios como executores destas medidas e providências. E, a partir dela, promulgada a “*Constituição Verde*” de 1988, que elevou o meio ambiente à categoria de direito fundamental, bem de uso comum do povo, de natureza jurídica difusa, impondo ao Poder Público e à coletividade a obrigação solidária de defendê-lo e preservá-lo para os presentes e futuras gerações.

### 2.3 A temática da História Ambiental no Ceará e no Cariri

(...) o rio denominado Grangeiro é privativo de tres, ou quatro pessoas que morão a cima desta cidade, ou se tão bém é permitido aos habitantes do amago da mesma se servir de suas agoas? Antes que me respondão julgo preciso dar a rasão da minha pergunta; pois que bastante desejo o seo bom acolhimento. Desde que conheço o rio Grangeiro, foi sempre o vendo com agoa sufficiente para satisfazer qual quer precisão publica; hoje porem pelo contrario lastimo a diminuta agoa que no seo leito corre, a qual além de não chegar com franquesa para a serventia da Cidade, accresse que vive tão chafurdado, que admiro como ainda existimos bebendo similhante immundicia; a vista pois que levo dito confio que as pessoas encarregadas, a este respeito farão por remover tão eminentes males que sem duvida terãõ de aparecerem, se por ventura continuarmos a soffrer as mesmas privações.<sup>42</sup>

O recorte acima é uma correspondência dirigida à câmara municipal da Comarca de Crato, publicada no Jornal O Araripe, em 1855. Ao se analisar o recorte acima, já se percebe a visão antropocêntrica de mundo, ou seja, a ideia de que o rio deve servir apenas ao homem e a seus desejos e necessidades, como se o rio Grangeiro fosse destinado a oferecer vida exclusivamente às pessoas, que, por assim dizer, parecem achar-se seus únicos habitantes. O trecho também mostra os conflitos pelo acesso e uso das suas águas, bem como o desleixo e o descuido com a natureza. As “imundices” tratadas, no texto acima, demonstram que, em pleno século XIX, o rio não só se prestava à serventia da cidade, mas também das ações humanas, como diz o próprio texto, o rio já era “*chafurdado*.” Seria inimaginável, aos olhos contemporâneo, pensar na alerta sobre a escassez, diminuição e privatização da água, da sua qualidade, do desmatamento desordenado, assoreamento dos rios, desvios de seu curso e ocupação de suas margens, poluição e lixo, em pleno séculos XVIII e XIX. Ao que tudo indica, durante muito tempo, acreditou-se na não existência de um pensar sobre a destruição do ambiente natural. Pádua (2002, p. 10) reforça tal ideia, ao afirmar que a consciência crítica diante da destruição ambiental, costuma ser identificada como um fenômeno do mundo contemporâneo e, no caso do Brasil, tende a considerar como uma discussão recente, e ainda trazida pelo pensamento europeu e norte americano, sobretudo nas últimas décadas do século XX<sup>43</sup>.

<sup>42</sup> Jornal “O Araripe”, edição Nº 5 de 4 de agosto de 1855, p.3.

<sup>43</sup> *Um Sopro de Destruição: pensamento político e crítica ambiental no Brasil escravista (1786-1888)* é, na verdade, uma obra criteriosa sobre a questão ambiental no tocante a destruição do meio ambiente natural no Brasil. Pádua parte da ideia de que a devastação das florestas, erosão e esgotamento dos solos, degradação do clima, extinção das espécies animais e vegetais, são questões que muito antes do que se imagina estiveram

Todavia, quando visitamos os jornais de época, ou lemos relatórios de viajantes, cientistas que por aqui passaram, ou ainda de pessoas que aqui viveram, nos deparamos com uma série de produções, que envolvem o meio ambiente, sobretudo ligadas à destruição das florestas e suas consequências para a sociedade, para a natureza, o ecossistema, a manutenção das espécies, frequência das chuvas e a as mudanças climáticas. O Jornal “O Cearense”, de Fortaleza, Anno IV de 21 de janeiro de 1850 (páginas 2 e 3), traz uma matéria intitulada, *As nossas matas*, na qual faz um apelo, ao tempo em que denuncia a derrubada indiscriminada das florestas da Província do Ceará, inclusive, afirmando que a mesma achavam-se desprovidas de matas, e que onde havia frondosíssimos arvoredos estavam sendo extintos de forma danosa, tal era o espírito de devastação das nossas matas.

É significativo o debate ambiental no Brasil oitocentista. Pádua (2002), ao se referir a esse período, afirma que a crítica não se limitou apenas ao Rio de Janeiro. Cita, inclusive, o ano de 1849, em que, por iniciativa de Freire Alemão, o IHGB- Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro<sup>44</sup> - reuniu esforços que contribuiu para a coleta de informações sobre a situação do estado original das populações nativas, bem como do meio natural de cada província. Motivados por uma série de questões, além de outras de base etnográfica, perguntavam-se: qual parte da província já naquele tempo (o da conquista) estava desprovidas de matas, onde se localizavam os campos nativos? Qual o terreno ainda coberto de florestas virgens, onde estavam sendo destruídas e onde se conservavam? E, ainda, quais a madeiras preciosas que abundavam e qual a qualidade dos animais que a povoavam? Essas e tantas outras questões fizeram parte desse itinerário.

Tais questionamentos estimularam, Ignácio Accioli de Cerqueira e Silva,<sup>45</sup> paraense e sócio correspondente do IHGB a escrever uma “Dissertação histórica, etnográfica e política”,

---

presentes no cotidiano das populações, no Brasil estima-se mais ou menos desde os anos de 1.780. Nomes como José Bonifácio, Joaquim Nabuco, Francisco Freire Alemão, Baltazar da Silva Lisboa, e muitos outros já se dedicavam ao debate ambiental. Tão importante quanto a crítica ambiental, é que muitos desses pensadores, já acreditavam que para superar essas práticas devastadoras, era necessário um esforço consciente de modernização tecnológicas,

<sup>44</sup> Entidade fundada no ano de 1838, o **IHGB** aspirava ser um órgão que refletisse a recente nação brasileira. A proposta de criação foi apresentada pelo marechal Raimundo José da Cunha Matos, o cônego Januário da Cunha Barbosa, a Federação das Indústrias do Rio de Janeiro e a Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional, firmada em Assembleia Geral com a participação de 27 membros fundadores. Caracterizou-se por múltiplas atividades, no campo cívico e cultural, propiciando um acervo valioso de dados bibliográficos, arquivístico, museológicos, cartográficos, hemerográficos e iconográficos. Fonte: [\\_https://ihgb.org.br/ihgb/historico.html](https://ihgb.org.br/ihgb/historico.html) - Acessado em: 21/06/2016

<sup>45</sup> Ignácio Accioli de Cerqueira e Silva nasceu em Coimbra, Portugal, em 1808. Filho do desembargador Miguel Joaquim de Cerqueira e Silva. Veio para o Brasil ainda criança, quando seu pai foi nomeado juiz de fora em Marajó, Pará. Frequentou aulas de humanidades na Bahia. Participou juntamente com seu pai dos movimentos de emancipação política no Pará, em 1821. Foi preso e enviado para Lisboa, sendo libertado por D. João VI, em 1824, quando retorna ao Brasil. Serviu no 5º Batalhão de Infantaria da Guarda Nacional, na Bahia, na

na qual, de forma erudita abordou os problemas que envolviam as florestas da província da Bahia. Estudo que resultou em importante material e novidade teórica, sobretudo por romper com um costumeiro padrão de crítica ambiental, no Brasil, desde o final do século XVIII, no sentido de “culpar exclusivamente os interesses particulares” pela degradação ambiental. As críticas, quando apareciam em relação ao Estado, se limitavam à omissão e a ineficiência fiscal, nunca à sua coparticipação efetiva na obra da destruição. No estudo realizado por Ignacio, o governo concorreu para a “rápida e progressiva devastação das ricas e majestosas matas, haja vista que, no século XVIII, o governo baiano de forma irresponsável incentivara a expansão das plantações nas áreas florestais, substituindo-as por lavouras que não tinha duração. (PÁDUA, 2002, p. 195).

No Ceará, segundo Pádua (2002, p.196), onde as secas periódicas produziram uma situação potencialmente favorável a emergência de uma crítica ambiental, as primeiras análises técnicas, sobre o fenômeno das secas, só tenham surgido, no final da década de 1850, através de um artigo cujo autor, Viriato Medeiros, apresenta, de forma mais sistematizada e técnica, o enfretamento do problema. A partir de então, vários outros trabalhos seguiram-se, tais como: o de Thomaz Pompeu Brasil (1860, *Estatístico da Província do Ceará* (1863) 1877 – *Memoria sobre o clima e as seccas do Ceará* (1877) Henrique de Beaurepaire Rohan - *Considerações acerca dos melhoramentos, de que em relação às secas são suscetíveis algumas províncias do Norte do Brasil* (1860), Giacomo Raja Gabaglia - *Ensaio, parte II: a questão das secas na província do Ceará. Rio de Janeiro* (1861), Antonio Marco de Macedo – *Observações sobre as secas do Ceará* (1871), André Rebouças – *A Seca nas Províncias do Norte* (1877) e Guilherme Capanema – *As secas do Ceará* ( 1878).

A escolha do Ceará, como itinerário da Imperial Comissão Científica de Exploração<sup>46</sup>, era, na verdade, a primeira oficialmente promovida pelo Estado brasileiro. Suas intenções não estavam na vontade de levar intelectuais para resolver os flagelos da seca, que assolavam o Ceará e, sim, pela pretensa existência de minérios preciosos na província cearense. Isso é tão provável que a problemática das secas, praticamente, não está presente nas instruções

---

pacificação da Sabinada de 1837 a 1838, resultando em sua nomeação como tenente coronel comandante desse Batalhão em agosto de 1838. Foi também administrador do Teatro São João de 1836 a 1839. Foi Cavaleiro da Ordem Imperial do Cruzeiro e da ordem de Cristo, comendador da Imperial Ordem da Rosa. Membro de várias instituições científicas. Autor de várias obras sobre o Brasil. Das quais destacam-se: Corografia Paraense, ou Descrição Física, Histórica e Política da Província do Grão-Pará, em 1833, Memórias Históricas e Políticas da Província da Bahia, de 1835 a 1843, em cinco volumes. Tomos I e II disponível no Google Books e o Volume V, reeditado em 1937, disponível para download em <http://www.historia-bahia.com/bibliografia/accioli.htm>.

<sup>46</sup> Também chamada de Comissão das Borboletas, termo que ficou conhecido porque Alexandre de Melo Moraes lamentou que se gastasse tanto dinheiro em apanhar Borboletas, dando origem a esse apelido jocoso à Comissão Científica. (Pádua, 2002, p. 197)

preliminares da Comissão, embora os argumentos utilizados pelo IHGB, no intuito de convencer o governo, no financiamento da Comissão, era de que havia uma deturpada visão das missões estrangeiras a respeito do Brasil, bem como de sua realidade interna. Sejam quais foram as intenções, Pádua (2002) afirma ainda que a presença da Comissão no solo cearense foi relevante para o futuro da crítica ambiental, no Brasil. A permanência por mais de um ano no Ceará, os seus principais promotores, sobretudo Freire Alemão e Guilherme Capanema, tiveram consequências relevantes para o futuro da crítica ambiental.

Para Pádua (2010), deve-se considerar também que a passagem da Comissão Científica pelo Ceará foi mutuamente positiva, a exemplo as publicações de Tomás Pompeo de Sousa Brasil, resultando numa série de artigos sobre a destruição das matas. Estudos que se destacam pela consistência e pelo teor profundamente político, preocupados com os destinos da província, tentavam chamar atenção dos poderes públicos e dos habitantes da Província do Ceará sobre os terríveis efeitos da devastação das florestas. O clamor às câmaras municipais, no sentido de evitar ou pelo menos dificultar os estragos, reproduz a ineficiência do poder público em cuidar do meio ambiente, mas, ao mesmo tempo revela a preocupação de pessoas do meio intelectual com a degradação ambiental, em período bem anterior ao século XX. No entanto, essa preocupação nem sempre pode ser entendida como uma consciência ambiental, a ideia de preservação parece está ligada ao desejo de usufruto de um grupo, obviamente das elites locais.

Se o material mostra-se minoritário, comparado a outras partes do país ou mesmo do mundo, temos que considerar suas intervenções em épocas tão preocupadas com outras tantas questões, em muitas, de ordem política, econômica e de segurança. Se a devastação parece estar presente em toda parte, os rios, ribeiros, lagos, por se constituírem lugar de passagem, pela garantia de água, ou mesmo de caminho na busca de outros espaços, o homem foi deixando o seu rastro de destruição, ao se estabelecer e construir suas moradas e seu modo de vida. Era realmente doloroso percorrer os campos cearenses, principalmente nos meses de outubro, novembro e dezembro, porque o que muito se via era “o machado ímpio do rude lavrador, e do homem malfazejo” a desguarnecer as aprazíveis margens dos ribeiros e rios, devastando todo arvoredo, lugar onde se mantinha o ar fresco e puro que prestava alívio, tranquilidade e conforto aos rebanhos.<sup>47</sup>

Tornou-se frequente a presença cada vez mais de roçados, nas margens dos rios, ocasionando a derrubada de árvores pelo uso do machado ou através do fogo e, em muitos

---

<sup>47</sup> Jornal O Cearense , Ano IV, 21 de janeiro de 1950, N° 500, edição 300, p.2

casos, nem se utilizava do terreno que havia descoberto e tornado em campo limpo. Essas práticas tornaram-se comuns, no cotidiano do século XVIII e XIX. É importante mencionar que os artigos de jornais, ao fazerem a denúncia de tais práticas de devastação das matas e do assoreamento dos rios, quase sempre as relacionam ao caboclo<sup>48</sup>, induzindo ser um costume apenas ligado a um determinado grupo.

E quantas vezes não vemos nós um caboclo fazer um roçado na margem de um rio derrubando tão bonitas arvores, lançar lhes fogo, e abandoná-lo sem plantar um pé de milho? E não é só com o machado, que se destroem as matas: muitas vezes a incúria, e o desleixo, ou mesmo a maldade de um abridor de roçado faz, que grandes extensões de preciosa matas sejam destruídas pelo fogo, que do roçado se comunica ao mato não derrubado.” (p.2)<sup>49</sup>

“Corpulentas arvores de nossas florestas as vemos derribadas, e queimadas pelo fogo, apresentando aos nossos olhos um campo negro, coberto de inúteis despojos, que nos fazem lamentar tão mal empregado esforço: e doe nos recordar, que os antigos habitantes d’esses bosques tão cautelosamente os poupavaõ, quanto nos hoje, que tanto d’elles precisamos, os devastamos sem piedade.(p.2)

Essas práticas repetiam-se em vários lugares da província cearense. O Cariri também não escapou às críticas feitas sobre a destruição das florestas. Ainda, na matéria acima citada, o jornal “O Cearense”, ressalta que é notável o derrubamento das árvores em um dos lugares mais férteis e frescos da província. Alerta que, quando chegaram, ao Cariri, os primeiros povoadores encontraram um lugar coberto de extensas e magníficas florestas, e cheio de famosos alagadiços: tanta era a abundância das chuvas, nos primeiros tempos, que raro era o dia que,

naõ chuvia, amanhecendo sempre o tempo com espessa neblina nas adjacências, e faldas da serra do Araripe; pelo que a terra naõ se prestava entaõ por muito embrejada a agricultura, como allegaraõ alguns habitantes d’aquelle lugar, quando para evitar o furto de seos gados pediraõ para serem d’alli tirados os Índios, como effectivamente o foraõ em 1779 passando

---

<sup>48</sup> A designação do termo caboclo passou a ser usado no Brasil para representar a miscigenação do índio com o branco. O nome **caboclo** acabou também por se tornar adjetivo de homem do sertão brasileiro com características de modo rústico, desconfiado ou traiçoeiro, assumindo assim um sentido negativo e de sub-raça. No entanto, essa palavra também assume distinções próprias relacionadas com a geografia, a história da colonização e as origens étnicas da população. Além do caboclo, outras categorias populares são difundidas no Brasil, é o caso do **mulato** (filho do branco e do negro), o **cafuzo** (filho do índio e do negro). Existem algumas discordâncias em relação a origem do termo., no entanto, alguns etimólogos defendem que a palavra surgiu do tupi *kuriboka*, que quer dizer "filho de mãe índia e pai branco", outros afirmam que a expressão em tupi *caa-boc*, que significa "o que vem da floresta", tenha dado origem ao nome "caboclo". (LIMA, Deborah de Magalhães. A construção histórica do termo caboclo: sobre estruturas e representações sociais no meio rural amazônico. **Novos Cadernos NAEA vol. 2, nº 2 - dezembro 1999.**

<sup>49</sup> Jornal “O Cearense” Op. cit



todos para a aldeia de Montemor (hoje villa de Baturité), como terra mais enchuta para elles se darem aos trabalhos da lavoura.

Tais eram as condições naturais favoráveis, em tempos anteriores à chegada dos portugueses na região, e dos primeiros anos de fixação, a partir do aldeamento no Crato, que as disputas pelo território não tardou agravar-se entre criadores de gado, fazendeiros, que já começavam a se estabelecer. Não se pode pensar apenas nesses conflitos sob o ponto de vista do ambiente natural, nem determiná-lo como único motivador das disputas pela região. Todavia, deixar de atribuir que a abundância e variedade das riquezas naturais, emanadas da Chapada do Araripe, como fator relevante na apropriação e domínio das terras do Cariri, em sertão seco e árido do Nordeste, ou mesmo em contraste com o ambiente ressequido da porção dos estados vizinhos, como Pernambuco, Paraíba e Alagoas.

Assim, não é possível dissociar os elementos da natureza do contexto político, econômico, social e cultural da conquista e ocupação do território caririense, e, para além disso, como afirma Fernand Braudel (1978, p.32), é preciso usar da sensibilidade na leitura da paisagem, sejam humanas ou naturais, evidenciar os laços entre presente e passado e as relações criadas historicamente. Se a ciência do homem cabe questionar a vida deste em sociedade, seus hábitos culturais, conflitos, disputas, crenças religiosas, visão de mundo e suas relações com a natureza, esta se assume como filosofia do nosso tempo.

Portanto, os rios não são apenas um pedaço da natureza por onde corre água para a satisfação das necessidades humanas, seja para beber, cozinhar, lavar, conservar alimentos, cultivar plantas, criar animais, navegação, dentre outros usos. Antes, é parte de uma natureza a ele integrada. Os rios são também construtores de “mundos sociais” e aglutinam, em torno de si, uma boa quantidade de representações como “lugar de significação” que são. Servem de baliza ou marco quase míticos para estratégias socioculturais. Assim, os rios não são simples suportes físicos, eles significam muito mais do que acidentes geográficos, traçados nos mapas, localização e ponto de referência. Nesse sentido, é paisagem, é habitat de vida animal e vegetal, é lugar onde as pessoas abrem-se aos mistérios da natureza, ao patrimônio simbólico, às divindades, possibilitando a interpretação como terreno da criação cultural/natural. Por assim dizer, é encontro e identidade.

Mas, parece que a ideia de predomínio do homem sobre a natureza existe desde os tempos mais remotos da história. Assim, nos afirma Thomas Keith (2010, pp. 22 e 23) já observava que o jardim do Éden era um paraíso preparado para o homem, no qual Deus conferiu a Adão o domínio sobre todas as coisas vivas. Porém, o pecado original tornou os

animais ferozes, o solo se fez pedregoso e árido e apareceram pulgas, mosquitos e outras pestes, igualmente odiosas. Até os animais domésticos teriam “de suportar infortúnio e miséria.” No entanto, nem o pecado original tirou a centralidade do homem. Todas “(...) as coisas, concordava “Richard Bentley,<sup>50</sup> em 1692, foram criadas principalmente para o benefício e prazer do homem.” Até mesmo após o juízo final, alguns clérigos pensavam que “o mundo seria aniquilado, ele tinha sido feito somente para acomodar a humanidade, sendo este o seu único uso.” Essa percepção de domínio, por parte do homem, sobre tudo que há na terra, talvez acabou por torná-lo um destruidor e apropriador dos rios, florestas, lagos, animais e tudo o mais o que de recursos possa a natureza oferecer.

No Jornal “O Cearense”<sup>51</sup>, um artigo intitulado “As nossas matas,” reclama que mesmo não tendo, naquele momento, códigos florestais, como se tinha na França, podíamos pelo menos tomar providências, a fim de esbarrar o mal que “taõ largo vae lavrando” os arvoredos no Cariri. Costumeiramente, relacionamos a degradação, em grande escala, à cultura da cana como o principal agente causador da destruição da floresta Araripe. No entanto, Thomaz Pompeo<sup>52</sup> afirma que principiou entre nós em maior escala o derrubamento das florestas com a cultura do algodão; e com tanto *descuido* “se estragaõ as matas, que admiraver as grandes extensões descobertas, que deixaõ os roçados de algodão”. A situação foi tão dramática, que, em muitos lugares da região, foi se reduzindo as capoeiras e os campos limpos - o vasto arvoredo.

Este autor não compreendia a razão de se plantar em um terreno e, no ano seguinte, simplesmente abandoná-lo, não podendo ser novamente utilizado. Esclarecia que o terreno tratado de forma conveniente poderia perfeitamente servir por muitos anos, inclusive cita que alguns lavradores já utilizavam tal prática de aproveitamento por anos consecutivos. Aconselhava também Pompeo que o homem do campo cuidasse de fazer plantio de árvores, ou haveria de deixar essa prática de derrubada das matas ou, em breve, a seca aumentando, tornaria inabitável esta província. Alerta ainda de que a Suécia era um país coberto de altas e

---

<sup>50</sup> Foi um editor inglês do século XIX, crítico e teólogo.

<sup>51</sup> Jornal “O Cearense” de 21 de janeiro de 1850, Anno IV, Nº 500, p. 3

<sup>52</sup> Thomaz Pompeo de Sousa Brasil (1818-1877), escritor, político, advogado e padre, foi uma das mais prestigiadas personalidades do Ceará, destaca-se pela sua atuação política na Província cearense e no cenário nacional. Abordou em seus escritos temas do mais diversos, dentre estes dedicou também estudos sobre a questão da natureza cearense, sendo portanto consagrado como naturalista do Ceará. Iniciou nas lides da imprensa como um dos fundadores do jornal “o cearense”, em outubro de 1946, órgão do Partido Liberal, no qual assumiu a direção no ano de 1950 até os últimos dias de sua vida. Foi chefe da Província do Ceará, após a morte de Martiniano de Alencar em 1860. (PAIVA, Melquiades Pinto. **Revista do Instituto do Ceará, 1998**. Os Naturalistas: IV Thomaz Pompeo de Sousa Brasil (1818-1877)

frondosas matas. Naqueles tempos já haviam desaparecido com as derrubadas e os incêndios repetidos, e a Suécia estava se tornando um dos países mais secos da Europa. Alerta ainda sobre a selvageria, na província do Ceará. A problemática era tão alarmante que, para se fazer um roçado, derrubavam-se extensões de 300, 600 e 1000 passos em pura perda, destruindo assim preciosidades. E não era só com o machado que se destruíam as matas, muitas vezes a falta de cuidado e o desleixo, ou ainda a malícia de um abridor de roçado, fazendo com que “(...) grandes extensões de preciosa mata sejaõ destruídas pelo fogo”que do roçado se comunica ao mato não derrubado.”<sup>53</sup>

Ainda para este autor, a primeira seca notável foi a 1724, a segunda, em 1793, a terceira em 1825 e, a quarta, em 1845. Da primeira para a segunda passaram-se 69 anos. No entanto, da segunda para a terceira 32 anos e da terceira para a quarta 20. Os períodos aproximavam-se na razão de dois para um (2/1), sem contar com as secas de 1809, 1816 e 1834, pois nesses anos houve invernos, ainda que não abundantes. Afirma, ainda, que a diminuição entre os períodos de secas tem coincidido com o progresso do derrubamento das matas, no Ceará, e isso se fazia notar, pois eram os invernos naqueles *tempos* “abundantíssimos, e certos: pricipiavaõ quase sempre com trovoadas no mes de novembro, e duravaõ ate junho, e as veses ate julho,” (p.2).

Explica que as árvores exercem função essencial, no período de estiagem, e proporcionam a frescura e pela destilação conservam o *húmus* no terreno adjacente. No inverno, atraem os vapores que fazem cair as chuvas que enchem os rios e lagos, além de suas folhagens que, caindo pelo chão convertem-se em estrume, dando novo vigor ao solo para continuar a reprodução dos seres vegetais. As árvores também ajudam na salubridade, relacionado a uma situação ou condição que, notoriamente ambiental, contribui para a manutenção, em termos potencial, à saúde das pessoas. Isso ocorre porque as árvores absolvem os “miasmas dos charcos”, purificando o ar. Assim os lagos, brejos e ribeiros por terem suas margens cobertas de arvoredo, atravessam os invernos com águas correntes e frescas.

Denuncia Thomas Pompeu também que, naquele ano (1850), “as serras de Maranguape e Aratanha”, alguns anos antes, eram abundantes e já enfrentavam problemas com o desnudamento do solo. As correntes que passavam por esses dois povoados apresentavam-se bastante fortes, mesmo nos anos rigorosos de seca. Até quando se chegava o mês de setembro e as correntes desapareciam das serras para baixo, Maranguape, nunca sentiu falta d’água, até mesmo para regar as lavouras e, naquele momento, já se sentia sua escassêz.

---

<sup>53</sup> Jornal “O Cearense” de 21 de janeiro de 1850, Anno IV, Nº 500,p. 2

Já se via, nos anos de 1850, em Aratanha, os terrenos escavados e sem suas corpulentas árvores. No Cariri, em um dos lugares mais frescos e férteis do Ceará, na “serra do Araripe”, também se assistia a tal situação. Lugar em que eram abundantes as chuvas, e raro o dia em que não chovia nos primeiros tempos. Talvez fosse o Cariri formado de “pântanos e lagos”, como afirma J. De Figueiredo. E, com o passar dos anos, em razão das ações desordenadas do homem, ao longo do tempo, o lugar úmido e fresco, tornou-se em duro chão.

Em carta dirigida aos agricultores, publicada no jornal “O Araripe,”<sup>54</sup> no ano de 1855, o tema da destruição ocupa espaço entre as questões e problemas da região do Cariri. O texto começa com um apelo, pedindo que o “homem do campo, guardae-vos de destruir vossos bosques.” Pois que, destruindo vossas florestas, estará,

(...) privando vossa terra de sua beneficente aragem, vós nos pareceis com aquellas harpias, que não podendo tudo arrebatam, se aprasiam de inutilisar as provisões que a gente de Enéas se reservava. Vosso machado não é o instrumento da agricultura; é antes instrumento, que assignala por immensas soladões o reinado bruto e exterminador do imprevidente plantador.<sup>55</sup>

Na mesma matéria acima citada, no Jornal “O Araripe”, alerta ainda aos agricultores para prestar atenção ao que diz a experiência, ou a ciência, para que as gerações não se reduzam à impotência e esterelidade “a terra maê, que vos allimenta, o sollo, que é parhadha do homem; o sollo que é o legdo da providência.” Para o autor é, pois, muito doloroso ver a leviandade com que o homem do campo, seja impulsionado sem precisão, decide-se a destruir as árvores e depois lançar-lhes fogo e as reduz a cinza. “Muitas árvores são destruidas pelo fogo, outras pelo machado do caçador, (...) que se apras de diriba-las por duas gotas de mel!” Tal era a banalidade com que se botava a baixo, muitas vezes, vários arvoredos no solo caririense. Há quem afirme que Pitágoras acreditava que assim como as pessoas, os animais tivessem alma, “afirmava um pregador em 1612, a filosofia de demasiado piedosa de Pitágoras”<sup>56</sup>. Não permita que a vida das plantas e dos animais fossem violadas. Parecia-lhes estranho pensar no direito natural das coisas.

Ao se referir, ainda, às precipitações no Cariri, a matéria acima citada, chama atenção para o fato de não termos grandes matas, nem caudalosos rios. Toda chuva provém das águas do Atlântico, que, evaporadas, são trazidas pelos ventos em certas épocas do ano. Assim, o ar

---

<sup>54</sup> O Jornal “O Araripe” vigorou de 1855-1865, jornal liberal, de grande notoriedade, redigido e publicado pelo político, jornalista, cronista e historiador João Brígido dos Santos;

<sup>55</sup> O Araripe, 11 de agosto de 1855, nº 6 pp. 1 e 2

<sup>56</sup> THOMAS, Keith. O homem e o mundo natural. Mudanças de atitude em relação às plantas e aos animais (1500 -1800), São Paulo: Companhia das letras, 2010, p. 28 (Companhia de Bolso)

fresco atraí esses ventos e o calor os repele. Conclui que as secas são irregularidades dos ventos, todavia essa diferença para mais ou para menos da quantidade de chuvas é resultado da destruição das matas e dessecação dos terrenos. Mesmo já tendo essa compreensão, naquela época (Séc. XIX), era um pensar antropocêntrico, ou seja, a preservação devia ser praticada para o bem e usufruto do homem. Apesar da denúncia do desmatamento, achava que as águas retidas, no plano da Chapada, poderiam até diminuir de volume, ou sofrer pela inconstância dos ventos, ou antes, pelas suas variedades. Porém, nunca iriam desaparecer, pois aquele clima de serra é de uma atração muito vigorosa, mas “(...) os vossos pequenos arroios, pequenas fontes, e “esses alagadiços, que surgem da humidade do terreno, ai deles! desaparecerão com vossas matas”<sup>57</sup>. Estas, sim, vão sendo sucumbidas com o incessante golpear do machado. De fato, estavam certos quanto ao desaparecimento dos alagadiços, das pequenas fontes, porém não pensavam o homem do Cariri, do século XIX, que o ar puro e fresco, proporcionado pela chapada pudesse algum dia se alterar. Por certo, acreditavam assim, por ser o clima uma mudança mais lenta, muitas vezes só perceptível após séculos e anos de intervenção humana. Uma publicação, no Jornal “O Araripe,” de 17 de novembro de 1855, edição suplementar nº 20, sem identificação de autoria, dirigida ao redator, reclamava da violação da lei da partilha das águas do rio Batateira, considerado o maior rio do Crato, em volume e extensão.

A temática da destruição das florestas e uma de suas graves consequências, as secas, ganhou espaço considerável nos escritos do século XIX. O tema da água, por vezes falado, no Ceará e especificamente na região Cariri, era apêndice dessas discussões maiores. Entendemos que a categoria rio representa um sistema indicador da situação espacial, concebido com base nas relações entre natureza e pessoas. Dessa forma, o diálogo com o rio Grangeiro, recorte do estudo, e o tipo de sociedade que se formou em torno deste, assume um papel significativo, ao estudo das relações socioambientais, pois, como sugeriu Drummond (1991, p.35), ao se reportar à história ambiental, orienta a importância de identificar, “em escala regional e local, que tipos de sociedades se formaram em torno de diversos recursos naturais,” e quais consequências criaram para seus ambientes. O rio Grangeiro tem sua história marcada por uma diversidade de tempos e, nestes, as relações socioambientais assumem características próprias. De lugar sagrado, a serventia dos homens repousa, em seu curso, um mundo de lendas, mitos, tradições e costumes. Assim, antes, abrigo e culto à Mãe d’água e lugar, possivelmente, de encontro dos povos cariris.

---

<sup>57</sup> O Araripe, 11 de agosto de 1850, nº 6, p. 2

### 3 RIO GRANGEIRO: REPOUSO E ABRIGO SAGRADO DA MÃE D'ÁGUA

#### A MÃE D'ÁGUA

Minha mãe, olha aqui dentro,  
Olha a bela criatura,  
Que dentro d'água se vê!  
São d'ouro os longos cabelos,  
Gentil a doce figura,  
Airosa, leve a estatura;  
Olha, vê no fundo d'água  
Que bela moça não é!

Minha mãe, no fundo d'água  
Vê essa mulher tão bela?  
O sorrir dos lábios dela,  
Inda mais doce que o teu,  
É como a nuvem rosada  
Que no romper da alvorada  
Passa risonha no céu.

(Gonçalves Dias. in: Últimos Cantos,  
1851 - Poesias Americanas)

### 3. 1 O caminho dos rios, as lendas e os mitos na formação dos índios cariri

*“Para os índios que habitavam a região, o vale do Cariri cearense já era “território sagrado”, bem antes que os primeiros colonizadores católicos chegassem para a conquista, a posse e o saque. Foi em defesa dessa terra da fertilidade e da fartura, onde se situava também o “espaço mítico”, que os índios Cariri fizeram guerras contra os invasores brancos e mestiços colonizadores e, bem antes, contra as tribos dos Sertões que, empurradas pela escassez de viveres e pelas secas periódicas, tentavam se estabelecer na região. Índios, negros e mestiços do Nordeste já conheciam o Cariri cearense como ‘terra da fertilidade’, como ‘chão sagrado’, bem antes das pregações do padre Ibiapina e de Antonio Conselheiro, do milagre da beata Maria de Araújo e da fama do padre Cícero. O “caldo mítico” original foi propício a fecundação e eclosão dos futuros movimentos religiosos e crenças messiânicas populares. Os expulsos do “Paraíso” sonhavam com o retorno.”<sup>58</sup>*

A fala acima está numa matéria publicada, no Diário do Nordeste, no dia 29/11/2008, caderno 3, intitulado, “Cariri, a nação das utopias”, de autoria do cineasta, Rosemberg Cariry. Esse pequeno trecho resume um pouco o olhar contemporâneo no entendimento e significação dos povos que habitaram a região do Cariri, antes da chegada do português colonizador. Pouco se sabe ainda sobre os indígenas dessa região. Um dos primeiros a estudar os povos que aqui chegaram foi Thomaz Pompeu Sobrinho. No entanto, seus costumes, tradições, lendas, mitos e localização são temas que precisam ser elucidados e desvendados. Sabe-se que os kariri guardam em si um mundo recheado de histórias, lendas e contos e a água ocupa lugar central na mitologia indígena caririense.

---

<sup>58</sup> Rosemberg Cariry é cineasta e pesquisador das culturas tradicionais, roteirista, documentarista, produtor, poeta e escritor. É natural de Farias Brito (Ce), município da região do cariri cearense. Desde sua infância conviveu com as tradições populares e religiosas locais, através de relatos e testemunhos de seus avós, o que muito influenciou na sua trajetória de vida pessoal e profissional. Ao tornar-se consciente da importância cultural da região, enveredou pelo caminho das artes, passando a realizar estudos, pesquisas, publicações e gravações sonorizadas, produzindo filmes/documentários e de ficção, sempre pautados nas tradições nordestinas, que no contato com a modernidade foram aos poucos desaparecendo. Dentre seus trabalhos destacam-se: Caldeirão Da Santa Cruz Do Deserto (1986); A Saga do Guerreiro Alumioso(1993); Corisco e Dadá (1996); Pedro Oliveira, o Cego que Viu o Mar (1999); Juazeiro, a Nova Jerusalém (2001). Sua preocupação com o patrimônio cultural brasileiro lhe rendeu, em 1995 o “Prêmio Rodrigo de Franco Melo Andrade, pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN, outorgado pelo Ministério da Cultura do Brasil. Na década de 1980 foi membro/presidente da Associação Brasileira de Cinema – ABD- Ceará, e ainda ajudou a fundar a Associação de Produtores e Cineastas do Norte e Nordeste – APCNN, sendo o primeiro presidente da nos anos de 2003-2004.

Em um texto sobre “As origens dos índios cariris” Thomaz Pompeu Sobrinho,<sup>59</sup> afirma que, provavelmente, sejam provenientes de uma quarta corrente migratória, vindas do sudeste da Ásia. Há indícios de que formavam uma leva de povos numerosos, que chegaram às costas intertropical da América, navegando pelo Pacífico, em embarcações relativamente rudimentares. Tudo leva a crer que seguiram um longo caminho até alcançar as terras quentes e úmidas das bacias do Orenoco e do Amazonas, local onde encontraram “(...) as condições aos seus precípuos movimentos culturais: a agricultura, a navegação fluvial, a caça na floresta, a pesca abundante nos lagos e rios.”<sup>60</sup>

Ao pensarmos que o rio Amazonas é considerado o segundo maior rio do mundo, em extensão, mesmo com toda a ação antrópica de devastação durante séculos, ainda tem seus encantos de natureza exuberante. Imaginemos, em épocas da chegada dos primeiros povos, dentre estes os índios cariri. Sabe-se que o rio Amazonas se origina no lago Lauri mais conhecido de Lauricocha, localizado nos Andes do Peru. Por certo, os primeiros habitantes que ali chegaram, encontraram uma região formada por vastos lagos e lagoas, e um rio caudaloso cheio de mistérios e de fertilidade, formando um verdadeiro santuário da biodiversidade. Ambiente que guarda em si a origem de muitas lendas e mitos que povoaram a imaginação de seus primeiros povos e se espalhou no tempo e no espaço.

A lenda da “Mãe d’água” (Iara ou Uiara) é uma das várias mitologias e simbolismos do universo indígena. Conta-se que Iara era uma índia guerreira, da região amazônica. Em razão disso, os seus irmãos sentiam muito ciúmes dela, posto que o pai, dado às suas qualidades a elogiava muito. Motivados pela inveja, os irmãos decidiram matá-la, mas Iara tomou conhecimento do plano e resolveu matar os irmãos, numa atitude de defesa. Em seguida, Iara fugiu para as matas. Seu pai saiu em sua busca, capturando-a e, como punição, a jogou no rio Solimões. Porém, Iara foi salva pelos peixes e, por ser uma noite de lua cheia, transformou-se numa bela sereia. Fez sua morada, nas profundezas do rio, e sempre aparece nas pedras das encostas para atrair os homens, através do seu irresistível canto, que de tão forte ecoa nas águas e florestas da região. As vítimas são atraídas por Iara até o fundo dos rios, e de lá não retornam mais. Alguns que conseguem escapar terminam ficando loucos. Diz a lenda que somente ao pajé é dado o poder de livrar o homem do feitiço.

---

<sup>59</sup> SOBRINHO. Th. Pompeu. **As origens dos índios Cariris**. Revista do Instituto do Ceará, Tomo LXIV – Ano LXIV, Fortaleza-Ce, 1950.

<sup>60</sup> SOBRINHO. Th. Pompeu, 1950, p. 315



**Figura 7 - Imagem da Mãe das águas: Iara.**



Fonte: <http://eusouumasereia.blogspot.com.br/2012/08/lendas-de-sereias-no-brasil-mae-dagua.html>

A imagem acima é uma forma de representação da lenda, no momento em que Iara aparecia sob as pedras dos rios Solimões/Amazonas. Nas simbologias dos povos, denominados indígenas, a água exerce uma forte influência mitológica, provavelmente seus costumes e tradições estão quase sempre ligados aos recursos hídricos, sobretudo os rios. Assim, para os povos antigos tudo é vivo e tudo está intimamente ligado e carregado de valor, de espírito e de mensagens sobre os segredos da vida que os homens precisam decifrar para viver. Em outras palavras, seus deuses não têm existência sem a natureza real e concreta. Talvez, isso explique o fato de que, ao serem perguntados sobre seus deuses, espíritos ou suas crenças, e outros seres sobrenaturais que existiam, responderem que foram destruídos juntos com a natureza. (Gersem, 2006)<sup>61</sup>

As tribos, que formaram a nação kariri<sup>62</sup> provieram desse lugar místico e encantado, possivelmente do rio Amazonas e Tocantins, nos dizeres de Capistrano de Abreu, e estabeleceram-se, por volta dos séculos IX e X da era cristã. Vieram do São Francisco, onde

<sup>61</sup> GERSEM. dos Santos Luciano **O Índio Brasileiro: o que você precisa saber sobre os povos indígenas no Brasil de hoje**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. LACED/Museu Nacional, 2006. (Coleção Educação para todos). pp. 102 e 103

<sup>62</sup> “CARIRI. Esta família foi encontrada ocupando uma área não muito extensa, que se entendia do sul do Ceará ao centro da Bahia e do oeste de Pernambuco às quebradas orientais da Borborema. Mas, nem todo este território estava senhoreado pelas hordas cariris: elas se tinham localizado nos melhores sítios, nas regiões mais férteis e menos áridas, nos vales frescos ou úmidos, como o que tem o seu nome no Ceará, nas serras frescas, no Vale do Rio São Francisco, nas cabeceiras de alguns rios baianos da drenagem atlântica, ao norte do rio das Contas. Viviam naquele âmbito, interpostos aos cariris, tribos gê, tupi, fulniê e outras de origem não determinada.” (FILHO, J. de Figueiredo. História do Cariri, parte I, 2010, p.6)

teriam conseguido chegar entre os séculos IV e V. (FIGUEIREDO FILHO, 2010, p. 7). Provavelmente, empurrados pelos conflitos nessa região com os tupinambás e Tupiniquins, adentraram aos sertões, onde houvesse “pouso felizes”, vales fartos e frescos. Nas andanças, vieram abrigar-se à sombra das matas da Borborema, dos cariris velhos e novos. Supõe-se terem-se fixados junto ao leito de alguns rios como Assú, Apodi e Jaguaribe. Já estabelecidos às margens do São Francisco, segundo Figueiredo Filho (2010, p. 6), tiveram que se expandir, ao que tudo indica, premidos pela necessidade de espaços, já que as tribos haviam crescido. Assim uns acabaram indo para o norte, seguindo o caminho da serra da Borborema até o rio Salgado, afluente do rio Jaguaribe, no Ceará. Ali ocuparam o vale entre a “serra do Araripe” e a de S. Pedro, local de abundante d’água, além do vale do Salgado, por sinal de águas perenes.

J de Figueiredo Filho (2010, p.7) acredita terem-se fixado, também, nas bacias dos rios Cariús, dos Porcos (Podi-mirim), rio das Antas, do Rosário, e outros afluentes do Salgado. E, ainda, no oeste da Paraíba, mas especificamente nas cachoeiras do rio das Piranhas e de lá se espalharam para os lugares mais férteis e fresco do oeste de Sergipe, nas bacias dos rios Itapirucu e Paraguaçu. Pompeu Sobrinho<sup>63</sup> acredita serem os índios cariris “(...) de baixa estatura, branquicéfalos e relativamente camecrânios (cabeça chata),” características que ainda hoje se fazem presentes nas populações do sul do Ceará.

A generalização de caracterizá-los, “índios Kariri”, contribuiu para a ideia de que todos pertenciam a uma mesma denominação, no entanto, as pesquisas foram aos poucos, mostrando que viveram na região, os Gê, Tupi, Fulniê, Tarairiú, Calabaças, Cariús, dentre outras. Destas, a mais numerosa cremos ser os Cariús que, “por motivo de conquista anterior se encontravam senhores das terras, em Crato”<sup>64</sup>, quando da chegada dos primeiros colonizadores. Tudo isso desperta certamente o interesse em indagar sobre esses povos, suas tradições, costumes, influências, linguísticas, e traços culturais que, sem dúvida,

(...)trouxeram codificado, na sua sensibilidade, intuição e memória, a evocação da imensa Bacia Amazônica, das suas enchentes devastadoras, e não foi difícil à sua fértil imaginação idealizar que todo o Vale Caririense fosse um mar subterrâneo, cujo imenso caudal era represado pela Pedra da Batateira, e precisamente onde hoje está situada a Matriz de Crato fosse a cama da baleia ou “Iara”, a Mãe das Águas, e que, um dia, a Pedra da Batateira rolaria, e todo o Vale Caririense seria inundado, e ninguém conseguiria sobreviver.<sup>65</sup>

<sup>63</sup> SOBRINHO. Th. Pompeu, 1950, p. 317

<sup>64</sup> FILHO, J. de Figueiredo. História do Cariri. Parte III, capítulo 13, 2010 p. 106.

<sup>65</sup> Texto “A lenda da pedra da Batateira”, de Rosemberg Cariry, In livro de VIEIRA, Antônio. Eu sou a mãe do belo amor. Fortaleza/Ce, 1988

A lenda da Pedra da Bateira atravessou os diversos tempos e, com certeza, sofreu modificações e adaptações de geração a geração. Não acreditamos que a lenda tenha sido criada simplesmente em razão da expulsão dos índios aldeados, em 1779. Supomos que sua existência possa ter sido trazida nas crenças indígenas e, possivelmente, sofrido transformações ao longo do percurso até a chegada à região Cariri e, a partir da expulsão dos aldeados, possa novamente ter sofrido adaptações às novas situações vividas por eles. Não seria, pois essa lenda trazida nas crenças e profecias dos próprios índios, em relação à ideia de ciclo das eras e final dos tempos? Ou ainda das catástrofes ambientais, das guerras e conflitos entre os vários grupos existentes na região e, mais tarde, no contato com o colonizador? Essas são indagações que somente outros estudos das diversas ciências, tais como: arqueológicos, antropológicos, sociológicos, históricos, entre outros, poderiam trazer algumas respostas. Por certo, os grupos indígenas, aqui chegando, ao que seria mais tarde a região do Cariri, nome herdado desses povos que habitaram o vale caririense, encontraram um lugar de muitos brejos, lagoas, riachos e rios perenes, sobretudo os rios Grangeiro e Batateira.

O local, onde hoje se assenta a Matriz da Sé Catedral, não foi de início escolhido para a construção do aldeamento indígena, comandado por Frei Maria de Ferrara, em Crato. E, aqui indagamos, se quando os portugueses, ao chegarem à região já tinham conhecimento sobre os lugares sagrados e de especial relação das crenças dos primeiros povos. Queremos acreditar que não. O primeiro local que inicialmente se estabeleceu o aldeamento, segundo J de Figueiredo (2010) <sup>66</sup> se deu em um espaço mais afastado, onde atualmente se encontra o Bairro Mirandão.

Em todos os povos, de todos os tempos e espaços, os mitos e construções simbólicas dão sentido e expressam a maneira de ser e de viver de uma época. Todavia há que considerar que, nos povos antigos, as mitologias, lendas passadas de geração a geração, assumem um espaço considerável, e têm significações específicas de cada povo e cada lugar. Essa maneira de pensar, perceber e construir o mundo à sua volta, é, pois, para os povos antigos sua ciência de mundo, fortemente marcada pelos elementos da natureza. A região Cariri não está a parte dessas manifestações mitológicas, lendárias e históricas, antes forma um verdadeiro caldeirão de tradições, religiosidade, crenças, costumes, memórias e identidades, que se enraízam e se misturam entre o passado e o presente, entre a memória e a história. Pierre Nora (1993), ao se referir a respeito do que se considera memória e história e o que as diferencia, acredita que:

---

<sup>66</sup> FILHO. Figueiredo José de. História do Cariri. V. I (capítulos 1-5). Coedição SEULT/Edições URCA – Fortaleza: UFC, 2010 (Volume I, p. 33)

A história é reconstrução sempre problemática e incompleta do que não existe mais. A memória é um fenômeno sempre atual, um elo vivido no eterno presente; a história, uma representação do passado. Porque é afetiva e mágica, a memória não se acomoda a detalhes que a confortam; ela se alimenta de lembranças vagas, telescópicas, globais ou flutuantes, particulares ou simbólicas, sensível a todas as transferências, cenas, censura ou projeções. A história, porque operação intelectual e laicizante, demanda análise e discurso crítico. A memória instala a lembrança no sagrado, a história liberta, e a torna sempre prosaica. A memória emerge de um grupo que ela une, o que quer dizer, como Halbwachs o fez, que há tantas memórias quantos grupos existem; que ela é, por natureza, múltipla e desacelerada, coletiva, plural e individualizada. A história, ao contrário, pertence a todos e a ninguém, o que lhe dá uma vocação para o universal. A memória se enraíza no concreto, no espaço, no gesto, na imagem, no objeto. A história só se liga às continuidades temporais, às evoluções e às relações das coisas. A memória é um absoluto e a história só conhece o relativo.<sup>67</sup>

Independente das diferenciações entre o que significa memória e história é importante esclarecer que ambas trazem em comum o fato de tratar-se de representações daquilo que foi e já não é mais. No entanto, o elo com o passado faz-se de forma diferente. A categoria da memória tem uma forte ligação afetiva e direta com o passado, uma vez que ela é, sobretudo, feita de memórias individuais e lembranças pessoais de acontecimentos vividos. Outra questão que as diferencia, e penso nos ser mais útil, ao que nos propomos dialogar, é o fato de ser a memória muito seletiva, e vive entre o esquecimento voluntário ocultado e o esquecimento daquilo que julgamos insignificante. A memória sabe também modificar o inconsciente ou não, em razão do que interessa no presente. Imagino ter a memória essa capacidade de criar seus mitos, suas estórias, lendas e, nesse sentido, a simbologia assume um papel relevante, mesmo não sendo visões falsas elas se apresentam como outra forma de ver a realidade. As relações manifestam-se entre natureza/ sociedade e, assim, o ambiente natural assume um caráter fundamental e de interesse pessoal e/ou coletivo na construção mitológica das coisas e da vida.

Outrossim, imaginamos ser as questões naturais um espaço de construção de memórias e também de sua história. Nos dizeres de Irineu Pinheiro, (2010a, p. 8), ufanam-se os caririenses das suas águas correntes, seus brejos, das fruteiras, e até mesmo das palmeiras eretas que mais parecem sentinelas a vigiar no entorno de suas vilas e cidades. Eis a razão do

---

<sup>67</sup> NORA, Pierre, 1993, p.09.

povo do Cariri sentir-se vaidoso, ou mesmo tenha “certo orgulho nativista”. Esse apego ao habitat, motivados pela exuberância de suas belezas naturais, acabou por criar uma falsa ideia de não pertencimento ao sertão nordestino, pois a imagem de sertão é de um lugar de terra estéril, uma zona seca, causticante, contrastante com a região dos Kariris, de terra fértil, bonita, rica e abundantes fontes d’água. Essa curiosa diferenciação deve-se à flagrante diferença da natureza, se comparada a toda circunvizinhança. “Daí o filho do Cariri, apesar de bem interiorano, sentir-se que sua região é inteiramente fora do sertão propriamente dito.” (FIGUEIREDO, 2010, p. 5). Vaidade essa que carrega em si uma espécie de otimismo, glória e honra do lugar, especialmente no Crato, enquanto centro irradiador da região.

De fato, não se pode negar o ambiente natural favorável, seja pela biodiversidade de riquezas, que emanam da Chapada do Araripe, seja pela floresta, fontes perenes que formam os brejos, rios, riachos, proporcionando a quem vive aqui, um lugar privilegiado. No entanto, esse ufanismo exagerado, essa ideia de abundância falada e, tantas vezes, propalada por muitos, guarda também um sentimento de destruição, de desperdício, de desleixo e de práticas em que vale mais o machado e uma tocha acesa, varrendo pelo caminho toda mata e transformando-a em o campo limpo. Esse cenário falado pelos intelectuais, que escreveram sobre o Cariri, ou ainda aquele que está na boca do povo, parece ter ficado num tempo distante, ou talvez nas amarras do naturalismo absoluto, tendo criado uma lente míope, ao ponto de esquecermos que era preciso cuidar desse ambiente.

Teriam sido os povos que formaram a nação Kariri, motivados também por esse sentimento de abundância, de riqueza, ou simplesmente de um lugar sagrado, onde viveriam em paz consigo e com a natureza? Essa é uma pergunta que não seria possível responder mais profundamente, pelo menos, nesse momento, e nem também é elemento central do estudo. Levantamos tal indagação no intuito de, a partir do que dispomos, pensar na relação natureza/sociedade, compreendendo-a a partir da presença humana na região do Cariri. Nosso intuito não é polemizar, mas refletir, conjecturar e relacionar, pois, ao tratarmos da história do ambiente não se pode ignorar as relações, os simbolismos, que se formaram e foram sendo construídas no decorrer do tempo e, nesse âmbito, não há como ignorar os primeiros homens e mulheres que chegaram e se estabeleceram pouco mais de oito séculos até o contato com o portugueses.

Jacionira Silva (2003, pp. 386, 388), em sua tese sobre a Arqueologia, no médio São Francisco, estudando indígenas, vaqueiros e missionários, afirma que a fixação dos primeiros habitantes, na região, é marcada pelas modificações do meio ambiente, e que estas são fatores

determinantes das mudanças culturais, observadas nos grupos “sanfranciscanos”. Assim, as respostas “(...) do homem ao meio ambiente não se fez esperar.” E, no embate com a natureza, reviu hábitos, costumes e conhecimentos, buscando novas experiências, o que resulta em uma nova etapa de modo de vida, sofrendo novamente outras alterações com a chegada do colonizador.

Vale ressaltar, que ao lado das modificações naturais, ocorreram outros eventos de natureza antrópica impactante para o meio, como a ocupação dos vales e a provável prática agrícola, mesmo rudimentar e cercada de possíveis manejos necessários para evitar um desequilíbrio mais acentuado do ambiente. A exploração das jazidas de argila para a fabricação da cerâmica e o desmatamento para implantação das aldeias seriam outras formas de alterar o meio natural.<sup>68</sup>

Se levarmos em conta o espaço geográfico onde os Cariris habitaram e deixaram a sua marca, na cultura do lugar, faz-se necessário o reconhecimento de que estes provieram da região do Amazonas e povoaram além de lugares do Ceará, também os sertões do Piauí, da Bahia, de Alagoas, de Sergipe e do Rio Grande do Norte. Portanto, os sertões desses estados concentram-se enquanto território físico e cultural da grande Nação Cariri. De um modo geral, os povos cariris dedicavam-se mais especificamente ao cultivo da mandioca, do milho, do feijão e do algodão. Praticavam também a caça e a pesca fartas nas matas e rios. Assim, no Cariri parece que,

(...) tudo concorria a vida fácil e primitiva, com a natureza a fornecer, em abundância a macaúba, babaçu, piqui, araçá e outras frutas silvestres, além da caça farta das matas, tudo isso nessa espécie de paraíso terreal, com dezenas e dezenas de córregos, riachos e extensos brejos. (FIGUEIREDO FILHO, 1964, p.8)

Nos dizeres de Pe. Lóssio (1961),<sup>69</sup> os primeiros povos que habitaram a região Cariri imaginavam existir um enorme lençol d’água sob a concha do Vale, e que esse local era dominado por uma grande baleia ou Iara, sendo metade peixe e a outra metade mulher. Segundo conta a lenda, esse local seria onde hoje está a Sé Catedral. Conta-se que, por vezes repetidas, a baleia tentou provocar uma inundação fatal e tudo ficaria submerso. Acredita-se que essa promessa não se concretizou, porque o perverso monstro foi detido em Itaytera (*água*

<sup>68</sup> SILVA, op. cit. 2003, pp. 386, 388

<sup>69</sup> LÓSSIO, Rubens. Nosso Senhora da Penha de França: padroeira do Crato. Crato: Tipografia de “A Ação”, 1961 (Itaytera)

por entre pedras)<sup>70</sup>. A versão católica da lenda atribui a intervenção poderosa de Nossa Senhora da Penha ou Frei Carlos, santo fundador do lugar que ainda hoje protege e livra desse mal presságio.<sup>71</sup> A lenda, que atravessou os séculos, tem várias versões que, contada de geração a geração, foi sofrendo modificações. É possível que a sobreposição de uma cultura em relação à outra, possa ter sido o elemento fundante da versão apresentada a partir do colonizador. A explicação vista a partir da leitura religiosa dos missionários catequistas, e narrada de geração a geração, tenha possivelmente sido a chave para a justificativa de se construir o aldeamento, exatamente no local onde se concentrava a crença e o ambiente sagrado da nação Kariri. Esse lugar, talvez era o elo que os unia, mesmo com suas diferenças e conflitos, possa ter sido outrora o rio Grangeiro, onde hoje se encontra a Igreja da Sé, o ponto de confluência e a pedra filosofal das crenças e divindades dos cariri.

Não se tem informações mais detalhadas do primeiro local do aldeamento, (atual bairro Mirandão). Apenas supõe-se, segundo o padre Lóssio (1961, p. 32) que o Frei Carlos, logo após receber o documento, em 3 de dezembro de 1743, dando-lhes o direito de procurador dos índios, assumiu a missão de catequese através do aldeamento. Sabe-se que, posteriormente, o missionário entendeu ser mais vantajoso outro sítio, e para chegar até o local teve de atravessar as fraldas do Barro Vermelho, ajudado pelos próprios índios, nessa travessia, onde os mesmos construíram uma ponte, lugar que ficou conhecido como rio da ponte. Assim, rompendo barreiras, enfrentando os alagadiços, chegou-se ao pé das barreiras abruptas do alto do Seminário. A versão contada de explicação católica, é de que o Frei Carlos teria intenções em transferir do primeiro local (Mirandão) para o alto do Seminário, onde foi construído, posteriormente, o Seminário Diocesano. Nesse sentido, conduziu para lá a imagem de Nossa Senhora do Belo Amor, entregue aos índios anteriormente a partir de sua catequese.

Porém, a imagem havia desaparecido, misteriosamente, sendo encontrada sobre uma pedra que se assentava sobre a cama da baleia. Esse fenômeno, contam-se ter se repetido por várias vezes, até que Frei Carlos entendeu que era vontade de Nossa Senhora que se erguesse ali, naquela pedra eleita, por um anúncio de Deus, o templo de fé católica. Fazendo uma analogia dos fatos, com a lenda em suas mais variadas formas. Imaginemos, se anteriormente

---

<sup>70</sup> Caudalosa fonte que nasce ao sopé da chapada Araripe, que depois passou a se chamar Fonte do rio Batateira.

<sup>71</sup> O Padre Rubens Lóssio, acredita que o perigo da inundação do Crato não tinha ficado sepultado no passado, pois ainda subsistia no *“incansável farejamento de castigos futuros, invencivelmente alimentado pela gente inculta.”* Cita inclusive, que o presságio de que a pedra da Batateira, único obstáculo a sustentar o ímpeto das águas, não passa de um agourento, fantasioso, espalhado por fanáticos, e por isso nem se advertem que as águas do Batateira descem afastadas um quilômetro da cidade, pois servida que é pelo rio Grangeiro. (LÓSSIO, Rubens. Nossa Senhora da Penha de França: padroeira do Crato. Crato: Tipografia de “A Ação”, 1961 ( Itaytera)

já se tinha construído sobre a pedra da Baleia a Igreja, porque só com a expulsão dos índios do seu local de aldeamento, é que surge a lenda da Pedra da Batateira? Teriam os índios, ao ser catequizados, transferido para a imagem doada pelo missionário, a ideia de outra protetora do seu lugar sagrado e, assim, dado lugar ao mundo cristão? Ou ainda, fruto da criação e recriação missionária, a justificativa de apropriação do lugar sagrado dos primeiros povos, representou uma maneira de “civilizá-los,” doutriná-los aos costumes e crenças do Deus católico, tendo, pois, a missão de tirar do caminho todo empecilho nesse sentido?

Considerando que essas e outras indagações fazem parte do ato de pesquisar, queremos aqui supor que a colonização do Cariri, como em outras parte dos país, não se deu de forma pronta e acabada, pois, se por parte do português temos o estabelecimento de um corpo jurídico, burocrático e de fé católica, do outro está o novo, o diferente, e isso exige ajustamentos, dado que o estranhamento do outro é sempre algo muito complexo, e isso significa estar além, simplesmente, de ordens intocáveis, o que pressupõe um estado de coisas e de experiências novas. No entanto, há que considerar que a Missão do Miranda não fugiu à regra das pretensões catequistas portuguesas, tão bem expressas na Carta de Pero Vaz de Caminha,

(...) não duvido que eles, segundo a santa intenção de Vossa Alteza, se hão de fazer cristãos e crer em nossa santa fé, à qual praza a Nosso Senhor que os traga, porque, certo, esta gente é boa e de boa simplicidade. E imprimir-se-á ligeiramente neles qualquer cunho, que lhes quiserem dar. E pois Nosso Senhor, que lhes deu bons corpos e bons rostos, como a bons homens, por aqui nos trouxe, creio que não foi sem causa. Portanto Vossa Alteza, que tanto deseja acrescentar a santa fé católica, deve cuidar da sua salvação.”<sup>72</sup>

O fato é que, quando se muda a percepção das coisas, os lugares e as pessoas, muda-se também a maneira de se relacionar com elas. O rio Grangeiro antes um lugar sagrado, que possivelmente era o elo que unia os primeiros povos que habitaram o Crato e a região, tornou-se símbolo do medo. A partir do momento em que o rio tornou-se uma “ameaça”, um risco, pois, através de suas águas correntes pudesse vir o elemento da destruição e do “apocalipse” do Crato, então essa natureza temerosa precisaria ser dominada, controlada pela fé e, apropriada pelo homem. Dizem que os pajés Kariri, ao profetizarem que a “Pedra da Batateira” um dia iria rolar e todo o vale ficaria submerso pelas suas águas furiosas e os homens maus seriam devorados por terem escravizado e se apropriado da terra dos índios.

---

<sup>72</sup> A Carta de Pero Vaz de Caminha, disponível na Biblioteca Virtual de Literatura em: <http://www.biblio.com.br/defaultz.asp?link=http://www.biblio.com.br/conteudo/perovazcaminha/carta.htm>. Acessado em: 24 de agosto de 2016.



Somente, quando suas águas baixassem, tudo voltaria à normalidade. A terra voltaria a ser fértil e os índios voltariam para cuidar do seu “Paraíso.” A imagem da mãe do “Belo Amor” sobre a pedra do rio Grangeiro, simboliza a quebra dessa maldição, e a construção da Igreja, a certeza de que pela fé católica haveria de ser outro tempo, tempo em que o rio Grangeiro foi sendo aos poucos silenciado, mas sua voz ainda hoje ecoa, vez por outra, o medo, as inundações continuam a por o homem sobre sua mais completa fragilidade.

Na lógica do início da modernidade, segundo Keith Thomas (2010), o principal propósito dos pensadores era justificar a caça, o hábito de comer carne, a domesticação de animais, a vivissecção<sup>73</sup> - prática que levou o extermínio sistemático de “animais nocivos e predadores”. Essa insistência tão grande em distinguir o homem do animal também teve consequências nas relações entre os homens. Assim, se a essência da “humanidade era definida (...) em alguma qualidade específica, (...) qualquer homem que não demonstrasse tal qualidade seria sub-humano, ou semianimal.” Afirma ainda que, dentre os exploradores, muitos concordariam com Gibbon de que o ser humano “bruto, sem artes e sem lei [...] mal pode ser distinguido do restante da criação animal.” Assim, a cultura era “tão necessária ao homem como a domesticação às plantas e aos animais”.<sup>74</sup> Acrescenta que, entre os séculos XVII e XVIII, ouviram-se muitos discursos, afirmando que os negros<sup>75</sup> tinham uma natureza brutal e uma sexualidade animalesca. De um modo geral, os índios americanos, mesmo não sendo vistos dessa mesma forma, acabavam sendo descritos em linguagens semelhantes, como por exemplo: “Frobisher os imaginava morando em cavernas e caçando suas presas como o fazem o urso e outros animais selvagens.”<sup>76</sup> Teria tido esse mesmo pensamento, quando se deparou o chamado “homem branco” com os povos que formavam a nação Cariri?

Talvez não seja exagero dizer que o gado chegou um pouco antes do colonizador pelas terras do Cariri. É compreensível essa suposição. Algumas indicações, nesse sentido, apontam que os índios cariri foram descobertos pelos povoadores do “Ciclo do Couro”, possivelmente vindos de Sergipe, Pernambuco e, talvez a Casa da Torre da Bahia. Irineu Pinheiro, em “O Cariri” (2010a p. 13), afirma ter Antônio Bezerra confirmado que Manuel Rodrigues Ariosa, morou entre Crato e Juazeiro, atualmente, sítio S. José, antiga lagoa do Ariosa, “denominação

---

<sup>73</sup> Significa o ato de dissecar o animal vivo com o propósito de realizar estudos, experimentos de natureza anatomo-fisiológica.

<sup>74</sup> THOMAS, Keith. O homem e o mundo natural: mudanças de atitude em relação às plantas e aos animais (1500 -1800). São Paulo: Companhia das Letras, 2010 (Companhia de Bolso) (pp. 56 e 57)

<sup>75</sup> Segundo Thomas Keith (2010, p. 60), Os historiadores na atualidade acreditam que a escravidão negra precedeu as afirmações da condição semianimal do negros, ou seja as teorias mais desenvolvidas de inferioridade racial só apareceram depois. No entanto, para Thomas é difícil acreditar que o sistemas jamais tivesse sido tolerado se aos negros fosse atribuídos totalmente humanos.

<sup>76</sup> Thomas Keith. Et al, 2010, p. 56

que, hoje, mui poucos conhecem, única reminiscência dêsse colonizador do extremo sul cearense, já morto em 1716.” No entanto, segundo Irineu, em 28 de fevereiro de 1702, um ano antes da data de Ariosa, Gil Miranda e Antônio Mendes Lobato recebeu uma sesmaria do capitão-mór Gil Ribeiro, embora não registrada nos livros da secretaria do governo da capitania, coube a essa sesmaria terras de “Ingazeiras a Tropas, Morros Dourados, Duas Passagens, olho d’Água do Buraco, Emboscadas e Cachoeiras.” Esses dois últimos locais fazem parte do Cariri. Ressalta, ainda, que o próprio Antônio Bezerra confirma esse fato. Se, em 1702, havia sesmaria pelas terras do Cariri, podemos supor que já se conheciam essas terras, antes mesmo de suas primeiras doações.

Sabe-se que os primeiros contatos entre os povos Kariri e criadores de gado, nem sempre se deu de maneira pacífica, assim como em outras partes do sertão nordestino, houve muitos conflitos. Dentre os vários se destaca o levante dos índios, na Confederação dos Cariris, também conhecida como Guerra dos Bárbaros, aliança de resistência entre todos os grupos tapuias na batalha contra os vaqueiros. Uma junção de forças formada pelos portugueses com a força dos bandeirantes paulistas, que, ao romperem ínvios caminhos, na luta contra os povos Kariri, venceram, em 1713, numa luta sangrenta.

Os estudos sobre as primeiras populações que habitaram a região do Cariri, antes da chegada dos colonizadores, tem atualmente despertado maior interesse científico, constituindo-se num vasto campo para pesquisadores. Esse despertar, possivelmente, poderá contribuir com novas descobertas e evidências sobre as rotas migratórias acerca do passado do homem Kariri.<sup>77</sup> Por enquanto, sobre essa temática, muitas das pesquisas mais recentes ainda se reportam as fontes clássicas sobre a região. Talvez, boa parte dos documentos sobre os primeiros contatos com o português e a nação Kariri possam estar na Itália, já que a ordem dos capuchinhos é de origem italiana. Possivelmente, relatos, cartas e outros documentos e impressões iniciais tenham sido remetidos a Roma. Eis o desafio dos diversos estudiosos sobre os mais variados temas regionais.

Os estudos arqueológicos, a nosso ver, esbarram em muitas dificuldades, sobretudo porque em muitos locais onde se poderiam ter escavações são de propriedade particular, ou

---

<sup>77</sup> Os estudos arqueológicos na região do Cariri Cearense, tem despertado interesse de pesquisadores. Roseane Limaverde, arqueóloga e historiadora da região, além de outros estudiosos, comprovam a descoberta de cerca de dezesseis sítios arqueológicos, os mais recentes foram localizados na Serra da Mãozinha, em Missão Velha e no sítio Analá, em Mauriti, limite do Ceará com a Paraíba. É consenso que a região Cariri é um celeiro de valores culturais, ao ponto de ser considerada uma unidade patrimonial das comunidades locais. As diversas formas de expressão se deve ao encontro das culturas dos povos Kariri, ibérica e africana, dotando a lugar de forte manifestação de patrimônio imaterial. Além de ser região do Cariri, situada entre as duas grandes regiões arqueológicas: a Serra da Capivara, em Piauí e a do Seridó, em Rio Grande do Norte.

estão em áreas que dificilmente seriam possíveis realizar estudos. A exemplo, toda a parte baixa antiga da cidade do Crato. J. de Figueiredo (2010, p. 8) afirma que onde atualmente se encontra a Praça da Sé, parte central do Crato, bem como onde hoje está a Universidade Regional do Cariri, antiga Faculdade de Filosofia, e ainda a Avenida Antônio Luis, “de quando em quando se têm encontrado, em escavações de alicerces, igaçabas e mais igaçabas.” Infelizmente, a descoberta por parte de trabalhadores, acabavam por arreventá-las, pensando tratar-se de uma botija. Assim, com enxadas e picaretas destruíam tudo. Em todo vale, segundo Figueiredo, encontravam-se colares de pedras, sílex ou machadinhas. São artefatos “bem feitos, contornados, atestando assim que seu possuidor já passava pela fase mais evoluída da pedra polida”<sup>78</sup>

Sabe-se que cultivavam o milho, o feijão, a mandioca, o algodão e praticavam a caça e a pesca. Moravam em casas construídas com palhas de palmeiras. Também utilizavam alguns utensílios como cuias, coités e cabaças. Faziam urupemba, abano, esteiras de palha, panelas de barro, onde coziavam seus alimentos, em grande parte, provenientes do milho e da farinha de mandioca. Ainda hoje fazem parte da culinária regional a puba, o beiju, a tapioca e a canjica, tradição herdada dos nossos antepassados.

Os costumes, hábitos e práticas dos primeiros povos, os Kariris, têm muito a se desvendar. Mas, ao que tudo indica, algumas práticas, como as queimadas e a derrubada da floresta, remontam aos tempos antigos, sobretudo no plantio da mandioca e do algodão. “Na agricultura primitiva dos selvícolas era instrumento fundamental – o fogo.”<sup>79</sup> Hábitos que ainda hoje resistem ao tempo, apesar de algumas mudanças. Com frequência, nos dias atuais, é possível encontrar, no topo da Chapada, formas degradantes de lidar com o solo, principalmente, no cultivo da mandioca. Em um artigo, na revista Almanach do Ceará, J. de Figueiredo, ao falar sobre a devastação, aponta que o que ocorria na “serra Araripe” era a mais triste realidade de todas as mais da província. (...) o “machado e o fogo são os cruéis instrumentos com que uma população sem os princípios rudimentares da economia rural, e herdeira dos hábitos dos aborígenes, há dous seculos desnuda sem cessar as nossas serras e vales.”<sup>80</sup>

Parece que os problemas ecológicos se agravam à medida que a ação humana na natureza torna-se mais degradante. O termômetro dessas questões sobre a erosão do solo, o desmatamento e a extinção de espécies tiveram e têm lugar em várias partes do mundo.

<sup>78</sup> FILHO, J. de Figueiredo. História do Cariri, vol. I, 2010, p. 8

<sup>79</sup> Euclides da Cunha. Os Sertões: campanha de Canudos. 38 ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves Editora, Brasil, 1997, p. 65

<sup>80</sup> ALMANACH DO CEARÁ, (1902, Art. IX, p. 199)

Thomas Keith acredita que, além da religião cristã, havia outras que também tinham seus mitos em que Deus concedia a autoridade ao homem para dominar a natureza. Afirma ainda que, em 1632, por exemplo, dizia-se que os índios americanos também tinham uma tradição, segundo a qual Deus fez os homens e as mulheres “e ordenou-lhes que vivessem juntos e tivessem filhos, matassem os cervos, os animais, os pássaros, peixes e aves aquáticas, e o que mais quisessem, a seu bel-prazer.”<sup>81</sup> Assim, na visão de Keith, o antropocentrismo não foi apenas o vivenciado na Europa Ocidental.

A grande questão da relação homem/natureza e da maneira como este interfere, transforma e também é modificado pelo ambiente natural, dependendo da relação e do grau de aproximação ou distanciamento entre ambos. Não há dúvidas, que toda e qualquer presença humana, no ambiente, vai causar degradação. Euclides da Cunha em “Os Sertões”, ao se referir sobre o desflorestamento, afirma que os aborígenes queimavam e abandonavam em capueira – o mato extinto – como denuncia a etimologia tupi, os aborígenes seguiam abrindo,

novas roças, novas derrubadas, novas queimas, alargando o circulo dos estragos em novas capeiras”, que ainda uma vez deixava para formar noutros pontos, aparecendo maninhas, num envolver enfezado, inaptas para reagir com os elementos exteriores, agravando à medida que se ampliavam, os rigores do próprio clima que as flagelava, e entretecidas de carracais, afogadas em marcegas, espalhando aqui o aspecto adoentado da caatinga sinistra, além a bravura convulsiva da caatinga brancacenta. Veio depois o colonizador e copiou o mesmo proceder.<sup>82</sup>

Ao que se apresenta, o desmatamento e a extinção de espécies parecem que tiveram e ainda têm lugar nas várias partes do mundo, independentemente de questões religiosas, ou até mesmo onde “a tradição judaico-cristã não teve qualquer influência.” Um exemplo, são os Maias e os chineses, bem como outros povos do Oriente, que também destruíram seu meio ambiente sem que tivessem nenhuma ajuda do cristianismo (THAMÁS, 2010, p. 31). No entanto, Keith lembra que um historiador americano, por nome de Lynn White Jr, (1967), descreveu que o cristianismo, “em sua forma ocidental, como sendo a religião mais antropocêntrica que o mundo já viu.” Esse autor chega a afirmar, também, que, desde os tempos anglo-saxões, a Igreja cristã na Inglaterra colocou-se contra o culto das nascentes e *dos rios*.<sup>83</sup> Assim, as divindades do mundo pagão, contidas nos bosques, nas correntes d’água e nas montanhas acabaram por ser expulsas, provocando o desencantamento do mundo para

---

<sup>81</sup> THOMAS, Keith, 2010, p. 31

<sup>82</sup> Euclides da Cunha, 1997, et al. p. 66

<sup>83</sup> THAMÁS Keith, et al, 2010, p. 29

dar lugar a um outro, agora formado e moldado para ser completamente dominado. E, a isso, Karl Marx reconhece que o surgimento da propriedade privada e da economia monetária são os elementos de condução dos cristãos a explorar o mundo natural, a que chamou *de* “deificação civilizadora do capital”, que finalmente pois fim a deificação da natureza.”<sup>84</sup>

Pádua (2002, p. 148), ao mencionar o projeto político “civilizatório,” idealizado por José Bonifácio, e de suas tentativas de empreender uma proposta de modernização e de progresso para o Brasil, haveria que passar, necessariamente, pela incorporação da conversão dos índios “às noções civilizadoras de propriedade, trabalho, religião, matrimônio, governo.” Na verdade, Bonifácio entendia que a dignidade dos índios, bem como dos escravos negros, não era algo culturalmente intrínseco, mas, na sua humanidade e no seu potencial se educarem rapidamente nas normas da civilização. No entendimento de Bonifácio, a cultura, bem como o modo de vida indígena era desprezível, pois eram preguiçosos, por isso se arranchavam em locais de abundância de caça, pesca, ou ainda de frutos silvestres, porque assim não precisariam de “casas e vestidos cômodos, nem dos melindres do nosso luxo,” posto que não reconheciam a propriedade, nem desejos e vaidades sociais – molas propulsoras e poderosas que “põem o homem civilizado.” Assim, era preciso cessar as guerras contra estes, bem como a violência, sendo o tratamento dado aos índios o pior possível, sobretudo pelo fato de terem tomado suas melhores terras. Portanto, a política de aldeamento dos índios havia que se estabelecer numa lógica em que fossem forçados a buscar seu sustento pelo trabalho, ao invés de ficarem entregues apenas nas mãos da natureza, ou ainda do “parasitismo ambiental.” Eis, pois, a lógica que se imprimiu para a política de enquadramento dos povos indígenas, através dos aldeamentos.

### 3.2 O Aldeamento e o lugar da cama da mãe d’água.

“Lembro-me de ter lido em algures que os portugueses para que melhor se ouvisse ao longe o repicar dos sinos, chamando os crentes para a oração, costumavam erguer nas eminências as igrejas, em cujo derredor logo se agrupavam as casas das futuras cidades.

Esse pequeno trecho, retirado do livro, “O Cariri, de Irineu Pinheiro (2010a, p. 76), ilustra bem a racionalidade do processo de catequização e o papel da igreja católica nas novas relações, que se firmaram a partir dos aldeamentos. Mais do que em outras, as cidades que se

---

<sup>84</sup> THAMÁS Keith, et al, 2010, p. 29 e 30.

iniciaram a partir da catequese, situavam a igreja, estrategicamente, em local de destaque, onde tudo circulava e se movia ao seu redor.

É ainda uma questão em aberto, o período exato da chegada de colonos às terras do Cariri Novos. Pe. Gomes<sup>85</sup> afirma que não menos ignorada é a data exata das instalações, enquanto núcleo social organizado, nem muito menos o dia em que foi transferido para à margem direita do rio Grangeiro, onde se ergue a “Praça do Centenário, frente à Sé-Catedral.” Foram aldeados além dos Cariús, os Quixereús, Curanês, Calabassas e Icozinhos. Deve ter sido o templo de Nossa Senhora da Penha da Missão do Miranda, em seus primórdios, construído de forma semelhante a outros aldeamentos, um prédio de paredes de barro, coberto de folhas de palmeira, e com “enxaiméis”, e ainda com caibros e ripas amarradas com cipó.

Essas terras ficavam nas cabeceiras do Miranda dos Cariris Novos, correndo pela barreira, rumo ao sul, até a ponta da serra do Araripe: ocupava tódo o saco ou enseada que ficava dentro e para a parte do norte até ao lugar em que faz barra o riacho da mesma Missão, e daí dando as costas ao Brejo, cortando direito a uma ponta que das serra para a parte do rio São Francisco, da parte do poente.”<sup>86</sup>

A primeira vista, afirma Nobre (1986)<sup>87</sup> que o processo de povoamento e ocupação das terras cearenses, circunscreve-se nos projetos do governo português com vistas a viabilizar a posse definitiva do território em três frentes: o da colônia militar, o da missão jesuítica<sup>88</sup> e o da propriedade pastoril – as fazendas de gado bovino. Independentemente dos meios ou instrumentos utilizados para a posse, o fator água, na localização dos aldeamentos, assumiu um papel central nas escolhas dos lugares para a sua fixação. Essa necessidade de água também se torna preponderante, em razão das frequentes secas que, naquela época, já assolavam todo o Nordeste. Assim, os núcleos populacionais se estabeleceram às margens dos ribeiros (rios). Nobre (1986) acrescenta que não era somente o homem que necessitava de água, mas também o gado. No nosso entender, a fixação dos aldeamentos, no Ceará, obviamente também o da Missão do Miranda, em Crato, iniciado às margens do Grangeiro,

<sup>85</sup> GOMES, Antônio de Araújo. A cidade de Frei Carlos. In Revista Província, 1953, Ano I, nº 1, p. 37

<sup>86</sup> GOMES, Antônio de Araújo, idem, p. 37

<sup>87</sup> NOBRE, Geraldo. Formação das cidades no Ceará-Colônia. In: Revista do Instituto do Ceará, Tomo “C”, Ano “C”, Vol. 100, 1986, p. 241

<sup>88</sup> A título de esclarecimento, os Jesuítas missionaram, praticamente o noroeste da Capitania do rio Ceará e se estendeu também até a Serra da Ibiapaba, no caso da Missão dos Cariris Novos (atual região cariri cearense) ficou a cargo da ordem dos capuchinhos italianos. Sabe-se que os Jesuítas permaneceram no Ceará entre os anos de 1609 a 1759. Em Fortaleza, os aldeamentos de destaque foram o de Parangaba, Paupina (hoje Messejana) e Soure (Caucaia), em 1695 foi criado o núcleo de Nossa senhora da Assunção da Ibiapaba (atual Viçosa/CE).

possivelmente, além da capela, da casa de morada da administração (padre), das casas dos aldeados, havia ao seu redor, as criações de animais, sobretudo do gado, bem como as plantações de milho, arroz, feijão etc.

Pode-se dizer que o aldeamento, ao se localizar as margens do rio Grangeiro, causou não só uma brusca alteração do ambiente natural do rio, como também o distanciamento dos Cariris dos elementos sagrados da natureza, além de, através do trabalho, submetê-los à obediência, à disciplina e à oração. As informações sobre esse capítulo da nossa história, ainda tem muito que se pesquisar. As imagens de que se tem conhecimento sobre o lugar (Crato), datam do século XIX, possivelmente seja a aquarela de José Reis de Carvalho a imagem mais antiga que se tenha notícia. Nesta pode se ver em destaque a Matriz (ainda com uma só torre – a outra só construída, em 1911), a cadeia pública, o Senado, a praça, a rua Grande (atual Dr. João Pessoa), o primeiro sobrado.

**Figura 8 - Aquarela do Crato (1860): Vista da Cidade do Crato, em 14 de Março de 1860 (data escrita na própria obra).**



Fonte: Acervo do Museu do Crato.

Essa aquarela acima é uma representação panorâmica do Crato, sete anos depois de sua elevação à categoria de cidade. É uma imagem vista a partir do Alto do Vermelho (atual bairro Vermelho). O pintor retratou uma imagem bem em destaque, no alto: uma pequena casinha de taipa e várias outras logo abaixo, todas cobertas de palha. E também à sua volta um terreno completamente desmatado, o que parece ser um costume enraizado de que para se construir uma casa precisa-se deixar o terreno limpo, ao seu redor; a eminência da igreja e a miséria morando ao lado. Talvez quisesse José de Carvalho mostrar essa realidade do

ambiente transformado. Ao longe, o destaque dado à Igreja de Nossa Senhora da Penha (hoje Sé Catedral), local onde se deu a missão dos capuchinhos italianos, por volta de 1743, em que o capitão-mor, Domingos Álvares de Matos e a sua mulher Maria Ferreira da Silva, filha do capitão Antônio Mendes Lobato, cederam terras, no Crato, ao grupo gentio dos Cariús. Em fins do século XVII e começo do século XVIII, era o Cariri já descoberto pelos criadores de gado. Décadas depois tomou posse o capuchinho, Frei Carlos de Ferrara, das terras doadas aos Cariús (Pinheiro, Irineu, 2010b, p. 40).

Observando a gravura, não se vê nitidamente o rio Grangeiro, no entanto, ficava logo às costas da igreja e do povoado. Desde seu primeiro núcleo, a partir da catequese, o povoado foi construído de costas para o rio, sendo, pois um elemento de negação do mesmo. Talvez a simbologia dessa construção representasse a afirmação dos valores cristãos em contraposição ao lugar, antes sagrado, e de cultos da nação cariri. Essa prática de negação do rio, desconfia-se ter surgido a partir do processo de ocupação e colonização do Cariri. Em conversa com Yarley Brito<sup>89</sup>, o mesmo, assim, reafirma tal proposição: “não sei onde se fala isso, mas herdaram uma cultura portuguesa de não valorizar o rio, tudo que não presta joga no rio, o jumento morreu bota no rio, a galinha morreu joga no rio, o quintal é de costa pro rio (...)”.

Assim, a ocupação, exigia uma reorganização do espaço em torno de um local fixo, contribuindo para destruição das práticas dos povos pre-coloniais. Em outras palavras, os aldeamentos representavam a consolidação do Projeto de Colonização, no qual o limite, a liberdade, o controle, a oração e o trabalho eram princípios de uma vida bem diferente da cultura e do modo de vida dos povos Cariri.

Irineu Pinheiro, em artigo publicado na Revista Província<sup>90</sup>, se queixa de não haver quem convivesse de modo mais íntimo, com os povos Cariri e, assim, pudesse ter escrito sobre seus costumes, bem como suas relações com os colonizadores. Desses povos, diz esse mesmo autor, que esses povos defenderam, valentemente, a terra em que habitavam, até que foram expulsos de suas “pátrias” ou mortos “a tiro e a ferro e fogo”. “No Ceará, ou melhor, no Brasil sempre mataram índios como se fôsem bichos do mato”.<sup>91</sup> Exemplifica tal afirmativa, referindo-se aos grupos xocós, vouês e huamães, remanescentes de suas tribos, que, na primeira metade do século XIX, ainda viviam, em Jardim, região Cariri. Expropriados de suas terras e relegados à própria sorte, sobreviviam “ (...) de caça e, também já que esta não era bastante, de carne de gado alheio que encontravam no mato.” Nesse sentido, acabavam por

<sup>89</sup> José Yarley de Brito Gonçalves ( 66 anos de idade), foi durante algum tempo chefe da Companhia de Gestão dos Recursos Hídricos –COGERH, em Crato/CE. Entrevista concedida em 25 de maio de 2015

<sup>90</sup> PINHEIRO, Irineu. Aldeamento e Catequese de índios, no Cariri. In: Revista Província, p. 12.

<sup>91</sup> Pinheiro, Irineu, et al. Revista Província, Ano I, 17 de outubro de 1953, nº 1, p. 12



enfrentar questões com os fazendeiros que “os assassinavam quando podiam, sem piedade.”<sup>92</sup>

Segundo Nobre (1986),<sup>93</sup> foi com o projeto do criatório, que a metrópole portuguesa deu o passo decisivo em direção à ocupação e ao povoamento do território cearense. Tal foi o êxito que bastou apenas, menos de meio século, a bem dizer no período de 1680 - 1720, e o objetivo acabou por ser alcançado e, não obstante, a prolongada Confederação dos Cariris<sup>94</sup>, de cerca de vinte anos. Geograficamente, bem informados da capitania, o governo português inicia suas concessões de terras, em forma de sesmarias, ao longo das margens dos rios. Assim, dividindo em ribeiras, desde o Jaguaribe, Acaraú e outros rios menores, no caso do Crato, a ribeira do Grangeiro. Pode-se dizer que essa estratégia dos aldeamentos representava vários interesses, quais sejam: da burocracia provincial, das autoridades locais, das populações brancas, que vão se fixando no entorno, dos donos de terras, criadores de gado, do(s) padre (s), dos aldeados, dentre outros.

As lacunas, que derivam das carências documentais é um grande entrave na análise e entendimento da temática. Sabe-se apenas que as populações aqui existentes foram aos poucos sendo enfraquecidas pela submissão à paz forçada, na luta com os criadores de gado e os colonizadores. A catequização do Ceará tornava-se uma realidade à medida que as populações vão se tornando hostis aos avanços dos criadores de gado na exploração dos sertões. A maioria dos aldeamentos foi organizada por missões jesuíticas, no caso do Crato, o comando coube à ordem dos capuchinhos italianos, como já dito anteriormente.

Jacionira Silva, (2003), em sua tese sobre a Arqueologia do médio São Francisco, afirma que era muito comum a escravização e a tutela das populações nativas. Assim, aos poucos ia integrando-os à ação civilizatória, destruindo a sua identidade, impondo “instrumentos normalizadores da vida em grupo, impondo-lhes hábitos individuais.” Portanto, os núcleos.

---

<sup>92</sup> Sobre a violência e os desmandos dos coronéis da região do cariri cearense, obviamente a prepotência e a crueldades destes, Irineu Pinheiro em um artigo na Revista “A Província”, Ano I, de 17 de outubro de 1953, Nº 1, intitulado: *Aldeamento e catequese de índios, no Cariri*, cita as barbaridades do Coronel Simplício, contra índios e agregados seus. O ódio de Simplício Pereira era tão vigilante, que passados alguns anos, nos embates contra os indígenas, um vaqueiro seu, por nome de Felix matou a tiro de bacamarte o capitão dos xocós. Afirma ainda Irineu Pinheiro que era o Coronel Simplício Pereira inimigo ferrenho dos indígenas, os matava como feras em toda parte, se utilizando para este fim a traição e de outros quaisquer meios que fossem.

<sup>93</sup> NOBRE, Geraldo. Formação das cidades no Ceará-Colônia. In: Revista do Instituto do Ceará, Tomo “C”, Ano “C”, Vol 100, 1986, p. 243.

<sup>94</sup> Também conhecida como Guerra dos Bárbaros.

populacionais nos moldes ocidentais integrando as sociedades tribais ao modo de vida europeu, representou uma empresa monumental aos executores do plano de colonização, quer pelos riscos “naturais” que tiveram de enfrentar, quer pelo tempo de apenas três gerações de que dispunha cada missão para realizar a modificação de instituições milenares. O lado reverso do processo só poderia corresponder aos métodos violentos usados no brutal aniquilamento dos grupos indígenas quer como sociedades, quer como etnias, uma vinculada à outra.<sup>95</sup>

Tanto quanto, ou na mesma proporção, guardadas as especificidades, a política do aldeamento da Missão do Miranda cumpre seu papel de ato “civilizatório” das populações existentes no Cariri cearense. João Brigido, em “O Araripe”, diz que fora os mal tratos, ou ainda a falta de boa administração, tão logo cessou o “imperio, que sobre eles tinham os missionários, depois da criação da vila do Crato, os índios principiarão a se dispersarem”. E, ainda, como diz Brigido, “e mesmo a se “apreverterem.”<sup>96</sup> Destarte, por ordem do governador de Pernambuco, José Cesar Meneses, foram intimados a deixar a região. A derrocada final, ocorreria no ano de 1780, quando, por ordem do ouvidor José da Costa Dias Barros, antes despojados da terra, foram dispersados pelos vários aldeamentos do litoral. A dispersão das nações indígenas, obrigou-os a juntarem-se com o resto da população desprovida, fossem brancos pobres, negros ou ciganos. Miscigenação que acabou por dar origem ao povo mestiço ou ao caboclo.

O cotidiano na aldeia do Miranda, ao que tudo indica não foi nada fácil. Os castigos eram duros, sem falar que a disciplina e a vigilância eram rígidas. No entanto, não era o aldeamento vigiado e disciplinado somente por homens brancos, os índios também acabavam por se submeter à condição de fiscal, feitor de outros índios, como afirma João Brígido, que além

(...) da capella, de uma cabana de palha, no fundo dela, servindo de aposento ao missionário; algumas casólas havião em torno da lagoa, e, mais ou menos no lugar, onde é hoje o Comércio-Velho, uma longa casa igualmente coberta de palha, com aviamentos de faser farinha etc. onde os índios, homens e mulheres, trabalhavão por tarefa, debaixo da voz de um feitor índio, e um diretor branco(...).<sup>97</sup>

---

<sup>95</sup> SILVA. Jacionira Coêlho. **Arqueologia no médio São Francisco. Indígenas, vaqueiros e missionários.** (Tese). Universidade Federal de Pernambuco - Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Programa de Pós-graduação em História, Recife 2003, p. 220.

<sup>96</sup> Jornal O Araripe, 5 de março de 1859, anno IV, N° 179, p. 3

<sup>97</sup> Jornal O Araripe, 5 de março de 1859, anno IV, N° 179, p. 2

Outrossim, realizavam várias tarefas, no decorrer do dia, ora fiavam para se vestir, ora manipulavam a mandioca para se sustentarem (...), esse cotidiano, afirma Brígido ser “tudo em perfeita comunidade.” O controle realizado, no aldeamento, seguia a ordens expressas da corte de Portugal, desde 1764. Nesse sentido, nenhum índio podia sair da aldeia sem uma licença, “(...) e isto somente, quando tivessem de ser tomados a soldada (...)”<sup>98</sup> Era a soldada taxada pelo senado do Icó, o acordo de 1767, em que índios, de 15 a 60 anos, ganhariam, anualmente, 47.800 réis, índios de 12 a 15 anos, 8.000 rs. Eram os amos obrigados a lhes darem o que comer e vestir, “ (...) a curarem-nos nas moléstias, a ensinarem-lhes a doutrina e a faserem-nos confessar 5 vezes por annos.” Se um índio dedicasse a aprender um ofício mecânico, o mesmo teria que se colocar durante seis anos, em favor do mestre. Só depois é que ganharia, em torno de 100 réis diários, e, na condição de oficial, poderia ganhar 20.000 réis anuais. No caso das mulheres, a única obrigação do seu amo era conseguir um casamento.

Queixa-se João Brígido (1859),<sup>99</sup> da conduta de alguns padres, que em muitos casos “*escandalisarão o governo com suas violências e más comportamentos.*” Cita o caso de um dos missionários do Miranda, ao formar uma escolta de índios, do dito aldeamento, dirigida por um oficial do Brejo-grande, feito tomar no Cariú a força das armas, algumas escravas de uma senhora viúva, com a finalidade de casar uma delas com um escravo seu. Tal era o poder dos chefes da aldeia, pois que gozavam de toda imunidade, não sendo lícito a alguém entrar sem o seu consentimento. Isso pode ser visto, quando, em 1749, o governo geral de Pernambuco, ao ordenar o sargento-mor, João Lopes Raimundo, a perseguir ladrões, criminosos, malfeitores, que “infestavão” o Icó, para que também penetrassem na Missão do Miranda, independentemente de consentimento dos padres. Tais atitudes, possivelmente tinham, além de outros, a expressa intenção de mistura étnica, realidade presente em outras missões. Acerca desta situação, afirma Jacionira Silva (2003) que:

Desde as primeiras décadas de ocupação da terra, quando expedições foram enviadas para o interior, conforme relato de Tomacaúna, e ao longo do tempo, em diferentes situações, como no tardio episódio do Dias e da Marreca, a mestiçagem constituiu uma realidade concreta e corriqueira. Uma outra circunstância que favoreceu a mesclagem entre branco e índio, foi o esforço que despenderam os jesuítas, pelo menos nos primeiros tempos, para conseguir o casamento de órfãs nativas com os colonos brancos ou filhos de brancos e a oficialização da união entre brancos e índias, estabilizando essas uniões, o que reforçava o caldeamento étnico.<sup>100</sup>

<sup>98</sup> Jornal Araripe, et al, 1859, anno IV n° 179, p. 2

<sup>99</sup> Jornal Araripe, et al, 1859, anno IV n° 179, p. 2

<sup>100</sup> SILVA, Jacionira. et al, 2003, p. 101

Assim, para esta autora, a mestiçagem acabava por encontrar um campo bastante largo, funcionando como mecanismo de “*desenraizamento cultural*” de toda uma população e, neste, o mameluco já estava a desempenhar importante papel. O mameluco, por vezes, “ao optar pelos costumes dos brancos, colaborava na captura dos povos nativos, peça de destaque na estratégia das entradas que tinham por objetivo os descimentos.” Seu papel era o convencimento dos irmãos a se deslocarem para o litoral e a viverem no país da fartura, da paz e da liberdade. Esse convencimento tornava-se bem mais fácil quando parente. Portanto, tais atitudes traduziam os interesses dos brancos,

(...) conforme assinalou Frei Vicente do Salvador: “Por estas razões, ou por comprazer aos suplicantes, deu o governador as licenças que lhe pediram para mandarem ao sertão descer índios por meio dos mamalucos, os quais não iam tão confiados na eloquência que não levassem muitos soldados brancos e índios confederados e amigos, com suas frechas e armas, com as quais, quando não queriam por paz e por vontade, os traziam por guerra e força. Mas ordinariamente bastava a língua do parente mamaluco (grifo nosso), que lhes representava a fartura do peixe e mariscos do mar de que lá careciam, a liberdade que haviam de gozar, a qual não teriam se os trouxessem por guerra.”<sup>101</sup>

Sem dúvida que as atividades desenvolvidas pela população mestiça, na relação com os colonizadores, não só ajudou na aproximação entre o português e os povos locais, além de ter contribuído para uma adaptação mais rápida dos conquistadores aos hábitos e costumes do lugar. Vencidos e desestruturados pelos criadores de gado, segundo Jacionira Silva (2003), aqueles que não reagiram, internando-se nos sertões, acabaram por se desestruturar de um forma ou de outra, seja pela ação missionária, seja pela “cooptação dos propósitos portugueses. Aqueles que reagiram e fugiram para muito longe acabaram por internar-se nos sertões como, a exemplo, os

(...) nativos de Sergipe, ou seja, os que restaram de uma população de vinte mil habitantes existente à época, quando Cristóvão de Barros chegou a aprisionar seis mil deles (Bezerra 1950). Outros foram os Tupinambá de Pernambuco que procuraram o Maranhão, acabando por se refugiar na Ibiapaba e a aldeia de Cobra Azul, do Ceará, só para mencionar alguns. Não raro, os indígenas perseguidos procuravam refúgio no sertão distante, como os Krahô que se dirigiram para oeste em direção à Amazônia.”<sup>102</sup>

---

<sup>101</sup> SILVA, Jacionira. et al, 2003, p. 102

<sup>102</sup> SILVA, Jacionira. et al, 2003, p. 219

Segundo João Brígido, tendo a Missão do Miranda destacado-se e se tornando importante, em 1762, foi elevada à categoria de Matriz, a Capela de Nossa Senhora da Penha, e elevado o Crato à condição de Vila, em 1764, vindo a se destacar como cabeça de comarca, em 1816, sendo, em 1853, sido elevada à categoria de cidade. A dispersão do Miranda ocorreu, em 1780, quando, por ordem do ouvidor José da Costa Dias Barros, foram obrigados a deixar a região e dispersados por diversos aldeamentos do litoral cearense, sobretudo Parangaba. Porém, a visita do viajante George Gardner, em 1838<sup>103</sup>, ao passar pelos sertões caririenses, chegando ao Crato, afirma existir não apenas uma, mas duas pequenas tribos de índios não “civilizados” no distrito de Barra do Jardim (huamães e os xocós). Mas, seriam esses os únicos nativos que vivem nas matas, e haviam resistido à dominação? Supomos que esse processo possa ter sido marcado por constantes tensões entre a Província do Ceará, dirigentes das vilas, proprietários de terras, criadores de gado, invasores de terras, povoações e os povos cariris. Acreditamos que o encontro desses variados sujeitos, com interesses e projetos de vida distintos, os choques eram inevitáveis e, nesse embate complexo, deram-se graves conflitos, ora marcados por negociações, submissões, acordos e, principalmente pela violência. Nessas disputas, estiveram em jogo, a terra, a água, a floresta e suas variadas riquezas, das quais se identificam como o projeto de exploração, povoamento e colonização portuguesas.

### 3.3 A cultura do gado, da cana-de-açúcar, os engenhos, o fumo e as novas relações

Se Deos não nos favorece com a continuação do inverno que por ora vai bem e o governo não providenciar com inergia contra a praga dos gados; o Cariry torna-seá despovoado, por sua immigração, para não morrermos a fome, e fugirmos a maiores horroes aos praticados em 1846 e destruições do anno findo.<sup>104</sup>

O trecho acima demonstra que as atividades econômicas entre os colonizadores do Cariri não se deu de forma pacífica, as tensões e embates foram constantes, possivelmente mais tensos na afirmação e superposição da agricultura, em relação aos criadores de gado e, mais tarde de outros animais, a exemplo, os caprinos. Diz Irineu Pinheiro (2010a, p. 45) que a “fertilidade do solo do Cariri e suas águas perenes o fadaram à agricultura. Mas foram os criadores os que primeiro o colonizaram.” Afirma ainda ter sido Manuel Rodrigues Ariosa,

<sup>103</sup> GARDNER, George. *Viagem ao interior do Brasil*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1975.

<sup>104</sup> O Araripe 19 de janeiro de 1856, nº 26 p. 3

que há mais de duzentos anos atrás (possivelmente final do século XVII – grifo nosso), tenha adquirido sesmaria de mais ou menos três léguas de terras para a criação de gado. No jornal “O Araripe”,<sup>105</sup> em uma correspondência, são enfatizadas as intrigas entre agricultores e criadores, reafirmado que “é a criação de gado nesta terra que a natureza só adaptou para plantações” e que os fazendeiros sem se importarem com as contínuas destruições, que fazem os gados nas roças, causando grande mal ao Cariri, e insensíveis aos males, era preciso que se tomassem providências. Mesmo diante de várias representações feita à assembleia, medidas haviam que ser tomadas. Os conflitos eram tão acirrados e frequentes que, no “(...) Crato, há uns cem anos, dividiu-se o município em duas partes: a de criação e a da agricultura.” (Pinheiro, Irineu, 2010a, p. 45). Referia-se ao código de posturas, editado em 1855, que a rigor, segundo Pinheiro, nunca se cumpriu, “por serem os criadores pessoas abastadas, protegidas pelos interesses da política local.”<sup>106</sup>

Pode-se dizer que as chapadas cearenses foram grandes campos criadores de gado, percorrendo da Bahia ao Pernambuco, chegaram à região Cariri. Percorreram elas, as rezes, e chegam, enfim, ao vale do Cariri pelas ladeiras da serra do Araripe (Pinheiro, 2010 a, p. 24). Atravessaram o Rio São Francisco, nas chamadas barcas de passagem (tem formas de currais). Nessas embarcações, como forma de precaução para que o gado não se atirassem às águas do rio, eram comboiadas por dois paquetes, movidos a remo, guarnecidos cada qual por quatro homens. Nesse trajeto do gado, as práticas de devastação, sobretudo, no período de escassez da pastagem, se mostravam bastante acelerados. “Os condutores dos rebanhos derribam a machado, a foice ou a fiação, nas caatingas ou nos baixios, galhos de umbuzeiros, de aroeira, de juazeiro, para alimento do gado faminto” (P.24). Nem no período invernososo era esse trajeto era impedido, transpondo os mil atoleiros dos caminhos, ou passando a nado os rios que encontravam.

Os caminhos do gado se fizeram com grandes perdas, seja em virtude das secas ou dos copiosos aguaceiros. Nos conta Pinheiro que, por volta de 1650, usava-se ardis que facilitavam a travessia dos inúmeros cursos d’águas de nossos sertões. Usavam-se de muitas estratégias para o trajeto. Irineu Pinheiro, (2010 a, p. 25) diz que, nas passagens de alguns rios, um dos que guiavam a boiada, colocavam, em sua cabeça, uma espécie de armação semelhante ao boi, e, assim ia nadando e indicando aos bois por onde passar.

Pelos primeiros registros de terras pela concessão de sesmarias, vê-se que eram requeridas para o criatório de gado. Somente depois é que os vales e encostas se enchem de

<sup>105</sup> O Araripe, 5 de janeiro de 1856, nº 27, p. 2

<sup>106</sup> PINHEIRO, Irineu. O Cariri. Coleção SECULT/ Edição URCA – Fortaleza: Edições UFC, 2010a, p. 45

plantação de cana. As práticas de degradação aumentavam ainda mais no período de estiagem, “em Maio geralmente costumavam os fazendeiros caririenses levar para o Araripe seus gados que são retirados no principio do inverno.” (PINHEIRO, 2010 a p. 26). Por volta do inicio do século XX, mais ou menos, em 1910, “um dos maiores criadores do sul cearense, senão o maior, o coronel Quinco Cardoso, soltava no Araripe milhares de reses.”<sup>107</sup>

Parece que bastavam as primeiras chuvas da estação invernososa para os vaqueiros saírem a traquejar o gado, especialmente os barbatões ariscos e velozes e juntavam nos molhadouros, ou seja, nos locais onde geralmente o gado costumeiramente descansava à noite ou em horas quentes do dia. Esses locais eram também escolhidos pelo próprio animal. Assim, desde os primeiros anos da colonização do Cariri e, ainda hoje, a criação bovina apresenta uma prática de criação extensiva, sendo as fontes, rios e riachos, espaço comum dessa prática. Ainda que existissem os currais nas fazendas, haviam os períodos em que se soltava o gado, e “no tempo das sôltas na chapada, enchem-se as ladeiras de reses em busca das fontes do sopé do maciço araripano,”<sup>108</sup> Tal era a constância do gado, na chapada, não se vendo reses somente nas nascentes dos pés de serra, no período de inflorescência do piquizeiro, na floração e frutificação do maracujá. A degradação causada pela criação de gado, nas encostas e chapada caririense, é algo que merece estudos mais detalhados. No entanto, sabe-se que, em todos os lugares de fontes, rios, lagoas e alagados, o gado esteve presente, além do trajeto, pisoteando os lugares por onde passava, deixando nos rios suas fezes. Além disso, a presença do vaqueiro que sai cortando o mato para abrir caminho para as reses, e, ainda, da plantação de capim às margens de rios ou em suas proximidades foi um fato muito comum nos diversos tempos. Com mais ou menos fluxo dessa economia, o criatório do gado contribuiu para o desmatamento e contaminação das águas dos rios.

A ocupação pela pecuária foi decorrência da posição estratégica desta parte do Araripe, pois, enquanto as pastagens ampliavam-se sobre a chapada, logo abaixo, na encosta, brotavam as fontes e havia água suficiente para o gado. Assim, os pecuaristas do Vale do Cariri fizeram do Araripe uma extensão de suas terras destinadas à criação, tanto que a pecuária predomina no leste em comparação com o oeste, estando nos municípios de Crato, Barbalha, Missão Velha, Brejo Santo, Porteiras e Jardim a maior parte do rebanho bovino do Cariri, que experimentou um crescimento até os anos 1990. No oeste, a expansão da pecuária coincidiu com o declínio da cultura da mandioca.<sup>109</sup>

<sup>107</sup> PINHEIRO, Irineu. O Cariri. Coleção SECULT/ Edição URCA – Fortaleza: Edições UFC, 2010a, p. 26

<sup>108</sup> Pinheiro, Irineu. et al, 2010a, p. 27

<sup>109</sup> NETO, Basilio Silva. Perda da Vegetação natural na Chapada do Araripe (1795-2007) no Estado do Ceará. (Dissertação). Rio Claro/Sp: Universidade Estadual Paulista de Rio Claro, 2013, p. 169

Basílio Neto (2013) afirma também que, na parte sul da chapada, porção do Ceará, divisa com Pernambuco, o lado leste de Santana do Cariri, até à cidade de Barbalha, nas extremidades oriental do riacho Gravatá, incluindo o município de Jardim, o lençol freático se encontra bem próximo da superfície, facilitando a obtenção de água, razão porque, ao longo do tempo, sofreram forte pressão dos pecuaristas pernambucanos para a expansão de suas pastagens. Assim, desde o século XIX, as formações nativas começaram sofrer os impactos ambientais com a retirada de lenha e carvão, ou ainda queimadas, para posterior uso de pastagens. Portanto, nessa área da divisa, a pecuária pernambucana sempre foi mais expressiva do que a cearense, no avanço do desmatamento que aí se processou. Com a construção de estradas de rodagem, para facilitar o transporte do gado, intensifica-se mais ainda o uso da chapada pelos pecuaristas, a partir dos anos de 1970, à medida que a estiagem se acentuava.

As atividades de cultivo dos primeiros povos cariri giravam em torno da mandioca, milho, feijão, da pesca, caça, do algodão e da coleta de frutos, em forma de subsistência. No entanto, com a ocupação e a exploração, a região insurge em meio ao semiárido nordestino, como um lugar de potencialidades, agraciada pela Chapada do Araripe, com seus solos bastante férteis e favoráveis, transformando-se num lugar de plantação da cana de açúcar e de fazendas de criar gado. De forma que se tonou o Cariri, no século XIX, um dos lugares mais rentáveis da Província do Ceará. O fato é que tanto em uma, como em outra, a mão de obra escrava foi bastante utilizada. George Gardner, em 1838, em seu relatório da província do Ceará, afirma que as principais atividades eram a “cana-de-açúcar, mandioca, o arroz e o fumo. Diz, ainda, que, nos arredores das cidades, cultivavam-se frutas tropicais, tais como: laranja, lima, limão, banana, manga, mamão, jaca, fruta-pão, além de melancias, abacaxi, caju, uvas e melões. (GARDNER, 1975, p. 95).<sup>110</sup>

O plantio de mandioca, atividade herdada dos primeiros povos, era uma cultura dominante no topo da Chapada do Araripe. Segundo, Irineu Pinheiro (2010a, p. 47), plantava-se também, em menor escala, em todo vale caririense. Por incentivo da Câmara Municipal, (de onde) acabou por ser editada uma lei em que se obrigavam todos os moradores dos sítios plantar anualmente cerca de 2.000 covas de mandioca, sob ameaças de penalidades. Deveriam

---

<sup>110</sup> Gardner não falou somente das questões ambientais favoráveis do cariri, da riqueza da paisagem, e o deleite que sentiu ao chegar as terras caririenses, entre tantas coisas, também falou de pobreza, do estado deprimente de alguns locais, como a cadeia, a igreja da matriz, também falou de doenças, em especial do tracoma, moléstia que atacou o Crato de forma endêmica, naqueles anos de 1838. Também fez sérias críticas sobre o uso do tempo dos moradores da vila do Crato, muitos entregues aos jogos e outras formas de ócio e desregramentos. Para saber mais consultar: GARDNER, George. *Viagem ao interior do Brasil*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1975.



ser plantadas “covas de mandioca em ariscos sem água de rega.”<sup>111</sup> Essa medida visou, por certo, a proteção de áreas de regadios para o uso da cana de açúcar e criadores de gado. Em quase todo o Cariri, mais fortemente em Crato, as casas de farinha eram uma quase obrigação de existência, tanto que, no aldeamento, além de outras atividades econômicas, tinha um aviamento de fazer farinha. Com a massa da mandioca preparam-se puba (bolos e papas), goma (beijús e tapiocas), com a farinha (pará, carne pisada ou paçoca de carne ou peixe) (PINHEIRO, 2010a, p. 49).

É consenso entre os estudiosos do assunto que a retirada da cobertura vegetal, provoca alterações no ambiente natural, sobretudo, em relação ao papel que exercem no processo de infiltração das águas pluviais e nos aquíferos que abastecem, principalmente, todo o vale caririense, além de representar um grave problema na diminuição do volume de água das fontes. Tal fato poderá dificultar a economia regional. O rio Grangeiro não esteve isento dessas práticas. Desde meados do século XVIII, e mais fortemente a partir do século XIX, suas margens começam a sofrer com as ações antrópicas, seja pelas moradias, seja para a plantação de cana de açúcar, a criação de gado, e outras culturas, inclusive a plantação de fumo.

As plantações de cana de açúcar ocuparam a maior parte dos brejos, encostas, margens de rios, incluindo o Batateira, em maior proporção, o Grangeiro e outros rios e riachos. Às margens do rio Grangeiro, mais ao sopé da encosta, foi praticamente utilizada com plantações da cana, de capim para o gado e do fumo. Próximo aos rios foi também se instalando os engenhos de rapadura, a princípio de pau e depois de ferro<sup>112</sup>, puxados a boi. Somente, em 1857, tem-se notícia do primeiro moinho d’água, na propriedade do Sr. Vicente Amâncio. Nos anos de 1950, já se tinha cinco engenhos movimentados por força hidráulica, todos em Crato: nos sítios Lameiro, Francisco Gomes, Jacó, Bocaina e São Gonçalo, sendo o do Lameiro o mais antigo. (PINHEIRO, 2010a, p. 55)

A força das águas, imprimidas pelas correntezas dos rios, possibilitou a sua existência. O principal uso das águas desses moinhos provinha da fonte do Batateira, muito embora a fonte do Belmonte que, também, alimenta o rio Grangeiro, serviu ao empreendimento dos moinhos de água. Segundo Sara Cortez (2008),<sup>113</sup> nas atas elaboradas pela Câmara Municipal

---

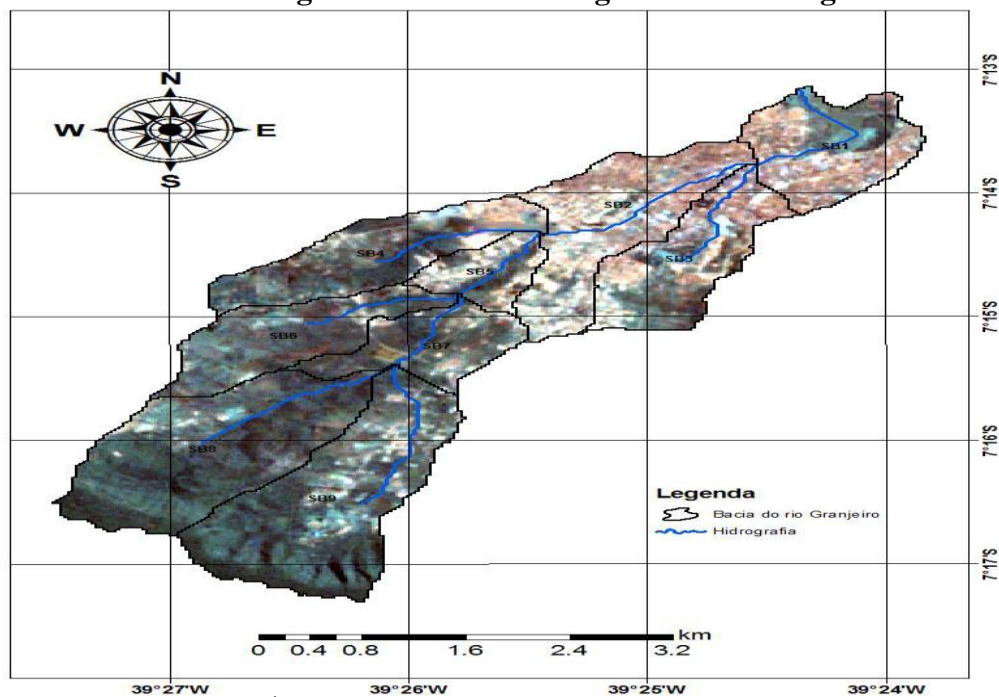
<sup>111</sup> PINHEIRO, Irineu, 2010a, *idem*, p. 47

<sup>112</sup> O primeiro engenho de ferro foi recebido no Sítio São José, de propriedade do Capitão Antônio Ferreira de Melo, debaixo de festejos populares, ao som das músicas de couro e ao pipocar do foguetório. (J. de Figueiredo Filho, 1958, p.14)

<sup>113</sup> CORTEZ, Sara Ribeiro Parente. Cabras, Caboclos, Negros e Mulatos: A família escrava no Cariri cearense (1850 – 1884). (Dissertação), Fortaleza/CE: Universidade Federal do Ceará, 2008

do Crato, é evidente o conhecimento em relação a abundância de água, no território da cidade, inclusive reforça a principal fonte, o rio Batateira, e menciona também o rio Grangeiro, como um rio que banha a cidade, fornecendo em seu curso muita água para engenhos e sítios, destacando-se as correntes denominadas Bebida Nova, Coqueiro, Francisco Gomes, regando, ainda, grandes plantações, sendo até difícil enumerar a quantidade de regadas que descem da serra e aumentam as águas das ditas correntes e que, como eles, são perenes.

**Figura 9 – Ciclo hidrológico do rio Grangeiro**



Fonte: Adolfo Átila Cabral Moreira, 2013

Essa quantidade de água das fontes e rios, em especial, o rio Grangeiro, destinado a servir as plantações e, no uso doméstico, começam a sofrer decréscimo de suas águas, desde o século XIX. Como exemplo destaca-se um trecho do Jornal Vanguarda, de 1887, chamando atenção de que já se estava “(...) no fim do inverno, e nem por isto deixa de já ir faltando água no rio, e a pouca que ainda nos permitem beber, é podre e cheia de sabão!”<sup>114</sup>

Em matéria, no jornal Araripe (1858),<sup>115</sup> numa crônica do município de Missão Velha, do Sr. Bernardino Gomes de Araújo, dá conta de que a indústria, em todos os seus ramos, encontrava-se em estado primitivo e os agricultores fadados ao espírito de ruína e, mesmo assim, não haviam dado um passo para os melhoramentos. A cultura da cana era a principal riqueza daquela freguesia, porém, o espírito de rotina amesquinha essa indústria. Isso

<sup>114</sup> Jornal Vanguarda, Anno 1, quinta-feira, 23 de junho de 1887, p.3

<sup>115</sup> de 19 de junho de 1858, anno III, nº 148, pp. 3e 4

porque, os terrenos do Araripe, onde se conta o maior número de engenhos, são os menos próprios para aquela plantação, pois arrastadas pelas continuas irrigações, a camada de terra vegetal, os canaviais produziam um quarto do que deviam, além de fazerem despesas três vezes mais. Isso não aconteceria se as águas fossem trazidas para as planícies, onde a vegetação é espantosa e o trabalho da cultura menor. Disso resultaria em vantagens, primeiro a da produção e, segundo, da fartura de matas, no Araripe, duplicando as fontes e tornando-se os invernos regulares, além da abundância de árvores e frutos que enriqueceriam o solo.

O algodão também se faria um grande ramo de exportação se fosse cuidadosamente cultivado, porém, os terrenos próprios estavam ocupados com a criação. O café surge em pequena escala. Por outro lado, cultivava-se muita mandioca e legumes nas serras e, nas planícies, tem-se a abundância de arroz e milho. Às margens do rio Salgado e riachos da Caiçara e Ginipapeiro cultivava-se grande quantidade de fumo. Na freguesia, existem quarenta e oito engenhos de rapaduras, que podem produzir anualmente quarenta mil arrobas de açúcar e quatro que fazem aguardente, podendo produzir até sete mil canadas.<sup>116</sup> Havia ainda cerca de cem aviamentos de fazer farinha, com possibilidade de produção de até mil alqueires.<sup>117</sup> A defesa da agricultura acima apresentada é uma demonstração de que, no entendimento político da época (séc. XIX), era o Cariry naturalmente designado a ser um lugar de plantação. Na verdade, o pensamento contido, nessa matéria, e em outras de igual teor, representava os conflitos entre criadores e agricultores, sobretudo pelas terras molhadas e os locais por onde passavam as correntes de água e fontes da região. Assim, as disputas marcam que não era apenas o domínio da propriedade, mas, principalmente, as terras banhadas pelos rios, riachos e fontes.

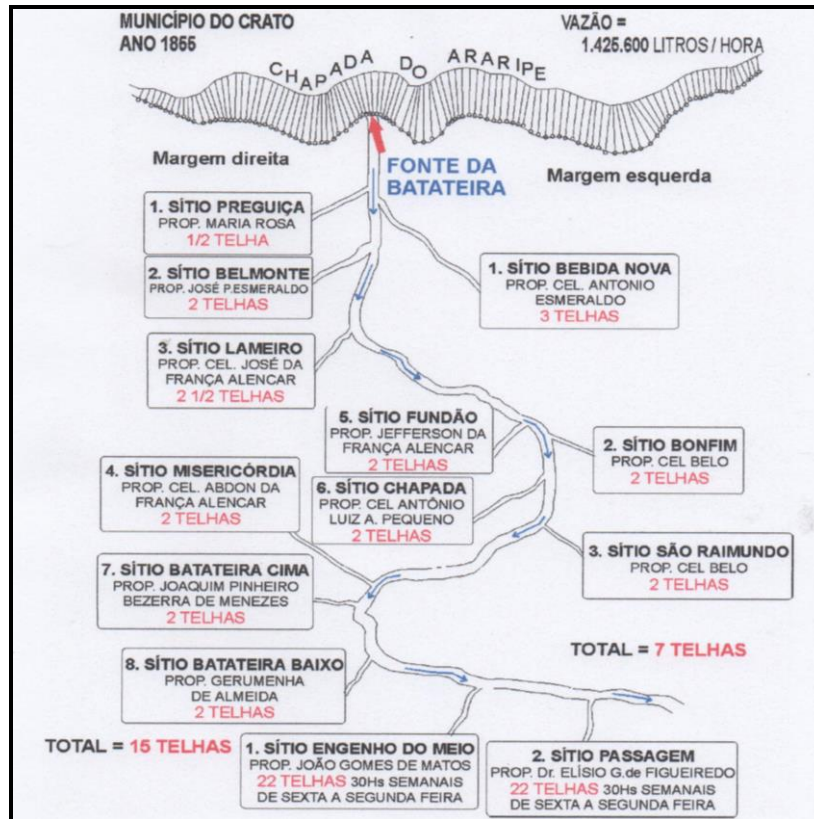
Socorro Brito (1985), destaca que, em virtude das possibilidades da região ser atingida por questões climáticas adversas, a prática da agricultura acaba por ser condicionada à irrigação. Nesse sentido, a água provinda das fontes assume uma relevância, na medida em que ela entra no mercado e começa a ser monopolizada por aqueles que detêm o direito de possuí-la. Igualmente como acontece com a terra, as águas das fontes passam a ser partilhadas como um direito de uso e propriedade de poucos, e de forma hereditária. É possível compreender essa dinâmica, na região do Cariri, a partir da partilha do rio Batateira, em Crato, conforme demonstra o mapa a seguir:

---

<sup>116</sup> Canadas é uma medida portuguesa para líquidos, equivalente a 4 quartilhos ou 2 litros.

<sup>117</sup> Alqueires é uma medida agrária, que varia de região pra região. Em muitos locais equivalia a cerca de 4,48 hectares.

**Figura 10 - Distribuição das telhas d'água na Fonte Batateira, em 1855**



Fonte: Darlan de Oliveira, 2014

O registro datado de 1854, ainda persiste nos dias atuais. Ainda segundo Brito (1985), no ano de 1920, a fonte do Batateira apresentava uma vazão total de 20 telhas – medida portuguesa equivalente a 66.800 l/hora – equivalente a 1.336.000 l/hora, em 1985, momento em que se deu o estudo ora citado, a mesma fonte tinha apenas 9 telhas, ou melhor, 601.200 l/hora, significando uma redução de 734.800 l/hora, em apenas 50 anos. Para a autora essa diminuição, possivelmente se deva ao aumento contínuo da devastação, que de forma indiscriminada coloca abaixo as matas que recobrem a Chapada do Araripe, tendo como consequência imediata a diminuição do lençol freático.<sup>118</sup>

<sup>118</sup> A distribuição das águas da fonte Batateira era distribuída da seguinte forma: nos sítios Belmonte e Lameiro, cada um tinha direito a 2,5 telhas; no sítio São Gonçalo, 3 telhas, e uma telha era colocada no leito do rio Batateira. Esta medida visava não só fornecer água aos sítios ribeirinhos, mas manter uma umidade constante no leito do rio, evitando-se infiltração excessiva de água. A água da fonte chegava aos sítios por meio de levadas, as quais também eram utilizadas para a irrigação. Uma levada podia servir a um ou mais sítios. A fonte Batateira era distribuída em três levadas, duas levadas (Belmonte e Lameiro) e a outra levada abastecia os sítios (Bebida Nova e São Gonçalo). Os sítios Paraíso, Passagem e Lagoa não tinha levada, recebiam água direto do leito do rio. A quantidade de água era determinada pelo número de telhas e de horas semanais, esse controle era feito pelo lavadeiro – empregado que cada proprietário mantinha para o controle de tempo/vazão. (BRITO, Socorro Maria. Mudanças na organização do espaço: o novo e o velho no Cariri canavieiro. Fortaleza: IOCE, 1985.

No entanto, a partilha das águas não sanou os conflitos<sup>119</sup> entre seus donos, antes, em alguns casos foram elementos de disputas, conforme artigo no jornal “O Araripe:

Se as agoas, que pertencem a hua propriedade, fazem a parte mais importante da mesma propriedade, não pode deixar de ser criminoso, quem pelo seu uso, se apropria desta parte da propriedade alheia; e por que, para adquirir o uzo desta propriedade, he preciso faser violencia ao curso das agoas, e aos assudes e levadas alheias não pode deixar de ser qualificado roubo semelhante crime.<sup>120</sup>

Assim, como diz Gilberto Freyre (2013), sobretudo no universo da cana de açúcar e, conseqüentemente, nos engenhos antigos havia quase um culto e, certamente, a poetização da água pela gente dos canaviais e das várzeas. “A água foi elemento nobre na velha paisagem de engenho do Nordeste, onde a usina degradaria principalmente os rios”.<sup>121</sup> Essas relações entre o homem e o meio natural, mostram claramente sua face antrópica e utilitarista dos recursos da natureza. E, nessa relação, talvez os rios tenham sido o caminho mais perto das investidas do homem e de sua forma degradante de lidar com o meio. A intensidade variou conforme a época e o espaço constituído, em muitos lugares, como é o caso do rio Grangeiro, as serventias da população estiveram condicionadas às necessidades imediatas de cada tempo. A princípio, como lugar de aldeamento e, em seu derredor, a criação de animais, em especial o gado, aviamento de farinha, engenho de rapadura e as primeiras casas, onde hoje se situa a parte mais antiga da cidade. No sentido voltado, ao sopé da serra do Araripe, durante muito tempo serviu a diversas lavouras de cana, mandioca, capim, fumo, algodão e fruteiras. Aos poucos esse cenário vai dando lugar a mansões, moradas de uma classe privilegiada, embora, ao lado, a população mais humilde, premida pelo espaço e acesso a água vai apropriando-se também das margens do rio. No entanto,

---

<sup>119</sup> A questão dos conflitos pela água na região do Cariri Cearense variou de intensidade conforme o tempo e o espaço, ora mais, ora menos, essas disputas estão ligadas a questão da propriedade tanto da terra, como das fontes existentes em locais de terrenos particulares. Situação que retrata a relação da população com a natureza, em especial com as águas das fontes, rios e riachos. Em Barbalha, por exemplo, às margens do rio Salamanca, queixava-se também desde o século XIX, que não havia “uma gota d’água com que molhar a guela.” Problemática provocada porque o solo tem seu dono, “que reserva as matas para o seu uso, a água corre em delgados fios e tem seu senhorio.” Quem necessitasse fosse da terra ou da água havia que mendigar. A Vila de Barbalha ao ser criada totalmente em terrenos de particulares, diz Irineu Pinheiro (2010a), “foi julgar que os homens podem fazer de avestruz, congregá-los em sítio, onde existe água potável para o uso comum.” O Padre Ibiapina, em sua missão no referido município, buscando atenuar tais conflitos, construiu uma cacimba pública para saciar a sede da população pobre. (IRINEU PINHEIRO, 2010a, p. 153).

<sup>120</sup> Jornal O Araripe, 13 de outubro de 1855, nº 15, p. 4

<sup>121</sup> FREYRE, Gilberto. Nordeste. 1ª edição digital São Paulo: Global, 2013, p. 57

Os brejos principais são formados em Crato pelo Batateira e Grangeiro, pelo Salgadinho em Juazeiro do Norte e Salamanca em Barbalha. São terrenos que atingem preços exorbitantes por tarefa e que passa para donos diferentes só pelo direito de herança. O proprietário é ali apegado à terra que lhe chega às mãos vinda de seus avoengos. Por isso é que a zona é por demais subdividida, mas basta apenas neugas minguada para sustentar comodamente uma família de agricultor médio.<sup>122</sup>

Se foram os criadores os primeiros colonos do Cariri, seguindo-os os caçadores de ouro e pedras preciosas também se embrenharam sertões a dentro em busca de pastagens para o gado, e, nesse trajeto, notou-se a diferença da região, em relação a outras localidades sertanejas. E como diz J. de Figueiredo, a “água perene de suas fontes foi o primeiro convite ao homem para soltar o laço e agarrar-se à foice e ao cabo da enxada.”<sup>123</sup> Tal era o fortalecimento da propensão da região para a agricultura, que o *Jornal Vanguarda*, em 1887<sup>124</sup>, publicou uma matéria, sendo, na verdade, uma colaboração do *Jornal do Agricultor*, onde enfatiza que o estado “precário e ruinoso da nossa lavoura é devido, em grande parte, a essa espécie de philoxera que se apossou dos nossos homens do campo e lhes impede de progredir.” Era pois incompreensível, na visão do jornal do agricultor, que uma região fértil e prodigiosa entregue-se unicamente só ao plantio de canas e mandiocas. Evidencia-se que o ambiente natural é apenas visto como possibilidade de progresso e desenvolvimento, unicamente para satisfazer os desejos humanos.

As disputas entre criadores e agricultores, sobretudo da cana de açúcar pelas terras de brejos e os pés de serra fizeram nascer entre os cultivadores do produto, a defesa de que a agricultura tinha prevalência em detrimento das demais atividades. Não era raro a defesa de que a,

agricultura em todo mundo gosa de huma alta consideração; países há, em que leis positivas garantem vantajosamente este todo das substancias: (...) no Cariri (sendo fertil como se reconhece) nao tem merecido as simpatias das authorities locais; mormente as faldas do Araripe ao poente desta cidade, que até o presente tão numerosa população ocupando na agricultura não tem merecido os hauspicios das leis municipais, que positivamente vedão a concervação de gados nos terrenos regadios.<sup>125</sup>

<sup>122</sup> FILHO, J. de Figueiredo. *Engenhos de Rapadura do Cariri*. Brasil, Rio de Janeiro: Ministério da Agricultura – Serviço de Informação Agrícola, 1958, p. 33

<sup>123</sup> FILHO, J. de Figueiredo, 1958, p. 42

<sup>124</sup> *Jornal Vanguarda*, quinta-feira, 30 de junho de 1887, Anno 1, nº 8, p. 3

<sup>125</sup> *O Araripe*, 14 de julho de 1855, Nº 2, p. 3

Ainda que tenha sido as fazendas de gado, implantadas no Cariri, no início do século XVIII, consideradas como primeira atividade econômica na região, é possível que as condições favorecidas do meio físico e natural, tenham contribuído para despertar o interesse dos colonizadores em investir nas lavouras de cana de açúcar, talvez por mostrar-se numa prática mais efetiva de ocupação e, conseqüentemente, de redefinição da política de dominação portuguesa. Além do que, haveria de “supor o Cariry outra cousa que não um pais agrícola por natureza.”<sup>126</sup> Socorro Brito, (1985) acredita que a cana de açúcar ter-se desenvolvido mais nos brejos e pé de serra se deve, não apenas às condições favoráveis do ambiente natural, mas também à própria localização interiorana da região, bem como as dificuldades de acesso, restringindo, assim, o mercado consumidor, desestimulando o aumento da produção. Fatos que contribuíram para o aparecimento de uma policultura, embora tivesse sido o sistema canavieiro, a cultura dominante.

Ao lado da produção canavieira, foram os engenhos a expressão do vínculo da agricultura com o setor de transformação. O processamento da cana de açúcar, nos engenhos e alambiques, gerava a matéria prima para a fabricação da rapadura e do aguardente. A maior parte dos produtos destinava-se ao mercado local. Somente a partir da melhoria das vias de transportes foi possível a ampliação para áreas mais distantes. (BRITO, 1985, pp. 31-32). Assim, a cultura canavieira cresceu e prosperou, como diz J. de Figueiredo Filho (1958), à sombra dos engenhos de rapadura. Em 1855, havia, na Comarca do Crato, segundo estatísticas, 128 engenhos de moer cana e, em Barbalha, 95 engenhos.<sup>127</sup>

Ao lado da cultura da cana, foi a plantação de mandioca a segunda cultura mais desenvolvida. De um lado a outro da Chapada do Araripe, seja da porção cearense ou do estado de Pernambuco, a plantação de mandioca e aviamentos de fazer farinha ocupavam uma vasta concentração de covas de mandiocas. Pompeu Brasil (1863, p. 370) dizia que, depois da farinha, milho, arroz e feijão era o alimento geral da população, bem como de forragem dos animais domésticos. Razão porque era comum nas grandes propriedades se ver, ao lado do engenho, um aviamento de fazer a farinha.

Desde meados do século XIX, que a defesa pelo plantio de algodão, no Cariri, já se fazia presente, e mais uma vez, enaltece-se o meio físico e natural, como um lugar por excelência destinado a agricultura, razão porque seria na Chapada do Araripe a cultura algodoeira tão fácil, como rentosa. “O Araripe o mais bello terreno, o clima mais benigno, a

---

<sup>126</sup> O Araripe, 15 de dezembro de 1855, Nº 24, p. 2

<sup>127</sup> O Araripe, 21 de julho de 1855, Nº 2, p. 4

temperatura mais aproximada da dos países agrícolas do sul do império.”<sup>128</sup> Assim, o Cariri poderia tornar-se imensamente rico com a cultura do algodão, pois era o consumo infinitamente maior, em relação as demais culturas. O chamado aos agricultores, negociantes da cidade do Crato e vilas vizinhas para o cultivo do algodão, demonstra a preferência pelo produto, enquanto meio de auferir mais enriquecimento e elevação das elites locais, bem como a possibilidade de elevar o Crato e a região entre os primeiros produtores do império.

Segundo J. de Figueiredo Filho (2010, p. 116-117),<sup>129</sup> foi nos primeiros anos de 1777, que se cogitou o plantio de algodão no Ceará, com a vinda do português Antonio José Moreira Gomes de Lisboa para Fortaleza. Devido aos seus esforços, veio a constituir-se, ao lado da cultura do gado, a mais substancial fonte da capitania. É, nesse período, que se inicia, com o cultivo do algodão, o ciclo agropecuário do Ceará. Todavia, o surto algodoeiro, em toda a província, deve-se à Guerra de Secessão.<sup>130</sup> A corrida, em busca do cultivo, foi tão grande, que, de um ano para o outro, a Província do Ceará ficou toda coberta de algodão. Os impactos ambientais foram drásticos, derrubaram as matas do litoral e das serras cearenses e das serras aos sertões. Tal foi o processo de devastação que “o agricultor com o machado em uma das mãos e o facho noutra” deixavam tudo em ruínas e enegrecidos. A corrida para plantar ou trabalhar com o algodão fez os homens descuidarem-se da mandioca e dos legumes. Nos conta J. de Figueiredo que até as mulheres largaram os teares pelo plantio do precioso arbusto, “era uma febre que a todos alucinavam, era a febre da ambição. No Cariri, o plantio de algodão tem início, no decênio de 1860. (FILHO, 2010, 117)

No entanto, toda essa riqueza estonteante dissipou-se, logo que findo a Guerra de Secessão, em 1865. Os Estados Unidos voltam a encher seus campos de algodão, abastecer as fábricas e a regularizar as exportações. O comércio e a agricultura arruinaram, mais uma vez, o problema da monocultura no Brasil, mostrando seus efeitos maléficos, além de ter desnudado as florestas cearenses com a cultura algodoeira. Aos trancos e barrancos foi o Cariri uma das localidades que sustentou sua produção, virando sede de usinas. Em muitos momentos, “encheu-se a rua do fogo de carros de boi, vindos de Aracati, abarrotados de mercadorias”,<sup>131</sup> compradas por Joaquim Lopes Raimundo Bilhar, talvez o maior negociante de algodão do Crato.

---

<sup>128</sup> O Araripe, 13 de outubro de 1855, nº 15, p. 1

<sup>129</sup> FILHO, J. de Figueiredo. História do Cariri, vol. III (capítulos de 10 a14). Coedição SECULT/Edições URCA - Fortaleza: UFC, 2010.

<sup>130</sup> A chamada Guerra de Secessão, foi um conflito interno nos Estados Unidos, envolvendo os onze estados do sul, contra os estados do norte, também chamada, Guerra Civil Americana, que durou entre os anos de 1861 a 1865.

<sup>131</sup> FIHO, J. de Figueiredo, et al, 2010, p.118



Ao que tudo indica, as crises climáticas, no Ceará, tornaram-se bem mais agudas e frequentes após o ciclo do algodão. Melo (1999)<sup>132</sup>, buscando analisar os fenômenos do El Niño e as secas no Nordeste, traz para efeito de análise, um quadro cronológico de Secas, no século XIX. A partir de dados observados, pode-se deduzir que, dos anos de 1803 a 1889 (86 anos), o Ceará foi afetado pelas crises climáticas, em 1824-1825. Tivemos secas, que também atingiram a Paraíba e o Pernambuco. Em 1867/1870, foram anos de seca, principalmente no Ceará e nos anos de 1877/1879 atingiram todo o nordeste. Esse dado é importante, porque se considerarmos que o Ceará tem o ciclo do algodão, em fins do século XVIII, no litoral, e no interior, sobretudo o Cariri. A partir dos primeiros anos de 1860, pode-se deduzir que o processo de avanço e devastação das matas com a plantação do algodão possa ter contribuído para esses efeitos das secas. Isso não implica desconsiderar todo o processo de degradação provocado pelas outras culturas agrícolas e pela criação do gado. Segundo Figueiredo Filho (2010),<sup>133</sup> mesmo o Cariri, de terrenos irrigados e úmidos, também foi afetado, ainda que indiretamente, pelos efeitos das secas, a exemplo, em 1725, secaram os brejos vizinhos à Cachoeira do rio Salgado. O aldeamento de S. José do Cariri obrigou-se, nesse período, a mudar-se para Missão Nova. Afirma ainda esse autor, que todas as culturas agrícolas, como também a criação, mesmo no Vale, sofreram com a escassez d'água. Ao que tudo indica, somente a mandioca da serra do Araripe escapou da calamidade e conseguiu produzir com regularidade. De 1791 a 1793, ficou na memória de geração a geração como a grande seca do século XVIII. Segundo J. de Figueiredo (2010)<sup>134</sup> esta realidade teria sido a causadora da desarticulação das oficinas de Aracati pela devastação do gado.

As práticas de devastação parecem não ter fim, onde o homem coloca seus pés, deixa um rastro de destruição. J de Figueiredo (2010), cita vários trabalhos, apoiados em Fernando Gama, no Senador Pompeu de Sousa Brazil, no Barão de Studart e em Ildefonso Albano e outros, que admitem que, no século XVII, houve quatro secas (1603, 1614, 1645 e 1692). Dessa última (1692), o sertão da Paraíba, a Capitania do Ceará e o Rio Grande do Norte. Dados fornecidos por Irineu Joffily, indicam que essas províncias haviam sofrido com a colonização, “principalmente na sua única indústria, a criação de gado, que aí floresceu muito

---

<sup>132</sup> Melo Josenir Camilo de. **O fenômeno El Niño e as secas no Nordeste do Brasil**. Raízes, Ano XVIII, nº 20, novembro, 1999, pp. 13-21

<sup>133</sup> FILHO, Figueiredo, et al, 2010, p. 120

<sup>134</sup> FILHO, Figueiredo, et al, 2010, p. 120

cedo.” Foi exatamente, em 1692, que os “indígenas foragidos pelas serras, reuniram-se em numerosos grupos e caíram sobre as fazendas das ribeiras, devastando tudo.”<sup>135</sup>

Tornou-se quase que comum, quando se fala do Cariri, situar sua dinâmica econômica centrada, na criação de gado, da cana de açúcar, da rapadura e do algodão. Mesmo compreendendo que essas culturas tenham se destacado em relação às demais, vindo a tornar-se o centro principal da economia regional, a região ainda que, em menor proporção, também desenvolveu outras culturas, tais como as frutas, o amendoim, o gergelim e o fumo, que aqui no reportamos, pois muito embora, em menor proporção, sua prática também foi pouco condizente com os cuidados ambientais, degradando as matas, os rios e fontes da região, aonde esse plantio se efetivou. Quando o viajante George Gardner em seu itinerário pelo Ceará chegou ao Cariri (1838), mais especificamente ao Crato, destacou várias culturas como: a cana-de-açúcar, a mandioca, o arroz e o fumo, e ainda descreveu que no espaço da cidade e seus arredores também se cultivava as frutas tropicais, tais como: laranja, a lima, o limão, a banana, a manga, o mamão, a jaca, a fruta-pão e o caju, além da uva, abacaxis, melões e melancias” (GARDNER, 1975, p. 95). Diz Irineu Pinheiro (2010a, p. 68), “Apreciadas e rendosas as plantações de fumo.” O fumo tornou-se um dos prazeres do sertanejo, nos dias de feira no Crato, “na arapuca do Mercado de Frutas (...) sentava-se o vendedor de fumo numa cadeira de sola, expunha numa banca de madeira seu produto,” e, em várias ocasiões, num ato de demonstração de bondade de sua mercadoria, “fazia um cigarro à vista dos fregueses.”<sup>136</sup> Os negociantes do Crato compravam, em Recife, conhecidas marcas de rapé Lisboa e Meuron.

Ao que tudo indica, era o plantio e o preparo do fumo bastante complicado, exigindo todo um cuidado e local mais apropriado a sua plantação. O terreno teria de ser bem estrumado e bem aguado. Sua limpa devia ser feita à mão, cuidadosamente, por pelo menos uns quarenta dias. Após o tempo necessário, estes são arrancados e transferidos para as vazantes dos rios, das lagoas ou ainda para os terrenos apropriados dos baixios. Só, então, enterra-se em covas de mais ou menos de um palmo de profundidade e permanecendo a aguardar até estar segura a produção. Com uma enxada tira-se todo mato que nascer, retirando todas as folhas que brotam tanto em baixo, como na parte inferior do tronco. E, por último, quebra-se as folhas maduras, dobram-nas e colocam em varal para secar, depois de secas, molham-nas, destalam-nas, juntam-nas novamente em molhos de cinco a quinze dias. Por pelos menos duas

<sup>135</sup> FILHO, Figueiredo, idem, 2010, p. 121

<sup>136</sup> PINHEIRO, Irineu, 2010a, p. 69

vezes ao dia, viram-se as cordas. Passado esse tempo, coloca-se em grade, conhecido como sarilho e de vinte em vinte quatro horas muda-se de sarilho. Pinheiro (2010a, pp. 68 e 69). Além de todo esse processo demorado e cuidadoso, a plantação de fumo exige a derrubadas das árvores, alterando de forma degradante o ambiente natural, além de gerar a poluição dos rios e fontes.

#### **4 O RIO GRANGEIRO E SEU LUGAR NO CORRER DO TEMPO**

Nós estamos destruindo não só a natureza, como já foi destruído o rio, nós estamos destruindo até o imaginário popular que vinha das águas do rio Grangeiro. (Armando Rafael, abril 2016)

#### 4. 1 Entre os séculos XIX e as primeiras décadas do século XX: para onde corria o rio

##### AOS POBRES

retirantes que faltos de recursos, e coagidos pela fome, que assola os sertões vizinhos, procurão um abrigo nas terras do Crato; Os abaixo assignados continuão a dar gratis morada nos sitios do Rosario, Oiteiro e Miranda, permittindo mais que fação seus roçados, e adquirão os meios de subzistência, sem pagar fôro ou renda alguma até que melhorem de circunstancias.

Crato, 15 de Março de 1870.  
 José Joaquim Tellis Marrocos  
 Joaquim Deus-Dedit Marrocos Tellis  
 Deus-Dedit Joaquim Marrocos Tellis

(A Voz da Religião, 20 de março de 1870, p.4)<sup>137</sup>

Antes de refletir o anúncio acima, gostaria de enfatizar que esse capítulo para ser construído levou em consideração um caminhar etnográfico, próprio da escolha metodológica da temática em questão. Portanto, a análise que nasce desse estudo é fruto, em parte, das observações *in locus*, da coleta e análise de fontes empíricas e das conversas e entrevistas realizadas. As observações tiveram um certo nível de participação, tendo em vista que houve um certo grau de interação com a situação estudada. Os documentos são utilizados na intenção de contextualizar o fenômeno, analisar suas vinculações e complementar com outras fontes as informações acerca do tema em questão.

Anúncios como esse citado acima, datado das últimas décadas do século XIX, fazia parte das páginas de jornais do Cariri, sobretudo da cidade do Crato. A oferta direcionada aos pobres e famintos dos sertões vizinhos se apresentava como uma saída aos desvalidos e castigados pelas secas que, sem terras para trabalhar e sem água para suas necessidades, podiam encontrar ali abrigo e proteção. As vantagens de ter um pedaço de terra para plantar sem que se pagasse foro ou renda, até que as circunstâncias melhorassem, soavam como uma dádiva para àqueles, cuja situação de miséria se encontravam.

Em artigo do Jornal Araripe, em sua edição de nº 2, de 1855, em defesa da ideia de criação da Província do Cariri, também é possível encontrar argumentos de que o Cariri era uma terra de redenção, de abundância e de riqueza naturais, não obstante da fertilidade, “e mais que tudo essas agoas nativas e perenes, que a providencia creou para abrigo dos certões

---

<sup>137</sup> Acervo do Departamento Histórico Diocesano Padre Gomes – DHDPG (Cúria Diocesana do Crato).

por ocasião das seccas”<sup>138</sup> De fato, diz o jornal, “é um Oasis no meio do grande deserto.” E por assim dizer, como era o Cariri, “uma constante verdura, uma perpetua primavera **faz rir o coração ao emigrante, que foge aos abrasados lares.**” (destaque nosso). Por assim dizer, era também o Cariri a terra prometida, “celleiro de seos visinhos; unica salvação dos certões, cuja numerosa população conta com suas substancias alimentícias nas ocasiões mais desesperadas.” Cita, inclusive, que no meio das maiores calamidades climatéricas, nos anos de 1825 e 1845, o Cariri formava exceção, onde tudo se encontrava abrasado, a fome desolava, ali resistia aos influxos, “**e alimentava massas enormes de populações.**” (destaque nosso).

Para além desse lugar de abundância, fartura, fertilidade e de salvação dos famintos e retirantes, o anúncio acima mencionado, talvez tivesse também, a intenção de atrair pessoas para o trabalho, nos engenhos e/ou propriedades particulares. Reis Júnior (2014) acredita que esse tipo de anúncio pudesse ter intenções políticas de fazer da caridade uma ação contínua, por parte da classe senhorial, bem como fazer com que a notícia circulasse, como medida de se evitar a transgressão da lei, e assim os retirantes não atacassem as propriedades. Afirma, ainda, que o controle da terra representava a garantia da subordinação das pessoas, em estado de pobreza, sendo um possível morador, firmando os laços de uma prática paternalista, numa relação de “reciprocidade desigual.”

Creemos que esse tipo de anúncio possa ter servido a propósitos diversos, conforme a época e os interesses contidos. Quando da defesa da ideia de criação da Província do Cariri, o esforço político de mostrar-se, enquanto lugar de “salvação de famintos” emigrados, acabava por colocar a região como espaço predestinado a servir de abrigo a pessoas desamparadas. Discursos que colocavam as classes de senhores como instrumento dessa pretensa caridade. Sem contar que, tais propósitos, também, apareciam na intenção de atrair para o Cariri uma massa de trabalhadores, que sem nenhuma condição econômica, se submeteria a relações de trabalho típicas de uma semiescravidão, em muitos casos, a serviço não só da lavoura, mas de outros tipos de atividades, muitas vezes espúrias.

Desde o final do século XVIII e princípios do século XIX, as vilas que compunham o sul do Ceará tiveram significativo aumento da população livre e escrava. Em 1804, a vila do Crato já tinha cerca de 19.590 homens livres e 1.091 escravos. Para Sara Cortez (2008) esse aumento representou, em média, trezentos por cento, em apenas vinte anos. Além dos escravos que foram trazidos, a região também atraía homens livres e pobres. Alguns, com suas famílias, motivados pelos efeitos das secas que assolavam seus lugares de origem. Esses

---

<sup>138</sup> Jornal Araripe, 14 de julho de 1855, Nº 2, p. 2

retirantes chegavam “munidos apenas de uma pouca destreza no trabalho com o gado e no amanho da terra.”<sup>139</sup> Talvez, por isso J. de Figueiredo (1958) tenha afirmado que a escravidão, no Cariri, não tenha tido a mesma importância que em seu estado vizinho, Pernambuco. Além do que, o escravo que aqui chegava era destinado “para todos os misteres do sítio de cana.” Portanto, a figura do retirante representava também uma necessidade, nas lavouras, na criação do gado, e nas outras mais tarefas exigidas pelos seus senhores.

É possível também que o contingente populacional que, desde as primeiras décadas do século XIX, corria para o sul cearense, sobretudo Crato, possa, ao longo dos anos, ter gerado um série de conflitos e sentimentos diversos, que circularam entre a política paternalista, caridade, medo, ameaça a ordem, a moralidade e aos bons costumes, estabelecidos pelas leis “civilizadas” da sociedade. Assim, a população pobre “e sua vida promíscua, (...) aparecem como foco de doenças, crimes e vícios do corpo e da alma.” Ou, ainda, o que se apresenta como uma condição da pobreza, “aparece como condição intrínseca dos homens pobres.”<sup>140</sup> George Gardner (1975),<sup>141</sup> em sua passagem pelo Crato, nos anos de 1838, dizia que era baixo o nível de moralidade entre os habitantes do Crato. O jogo absorvia quase todo o tempo. A população não passava de duas mil almas, na maioria de índios e de descendentes mestiços. A porção mais respeitada é constituída por brasileiros, quase todos lojistas. Todavia era de onde as classes mais baixas tiravam seu sustento. É provável que anúncios desse tipo acima, significassem uma maneira de “civilizar” pelo trabalho os indolentes e inibir a vadiagem, temerosos da massa e da falta de controle.

Ao que parece, as questões de desregramento também apareciam no trato com as coisas da cidade. Em 1838, o visitador-geral da Província, Correia de Sá, escreveu, textualmente, no Livro de Tombo da Matriz de Crato, que era lastimável o seu estado. Tendo a matriz desta freguesia às proporções exigidas na constituição do bispado, Livro 4º, Tit. 17 Nº 687, além de se não achar acabada, “antes prometendo ruína que se a não atalhar a tempo será difícil reparar-se (...).” Correia de Sá, orientou também que o pároco da Matriz, promovesse entre seus fiéis, alguma subscrição em benefício da dita igreja, e, assim pudesse impulsionar as melhorias para que se lhe “façam os torrões e frontispícios antes que as

---

<sup>139</sup> CORTEZ, Sara, 2008, p. 42

<sup>140</sup> NEVES, Frederico de Castro. A multidão e a história: saques e outras ações de massas no Ceará. Rio de Janeiro: Relume Dumarad, Fortaleza/CE. Secretaria de Cultura e Desporto, 2000. (p.69)

<sup>141</sup> GARDNER, George. *Viagem ao interior do Brasil*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1975.

paredes de lado desmornem e puxando pelo tesouramento desmontem todo filamento (...).” Também ordenou o visitador que o vigário cumprisse outras medidas, com vistas a estabelecer a doutrina sã e ortodoxa, mantendo “os bons costumes e emendar os vícios (...).” Recomendações que seis anos depois, em novembro de 1844, o cônego Antonio Pinto de Mendonça, achou que nada tinha a acrescentar-lhes, recomendando que o pároco cratense as executasse fielmente.” (Pinheiro, 2010c, p. 123)

Entretanto, ainda em princípios do século XIX (1816), a Vila de Crato foi elevada a categoria de Sede de Comarca, elevação primeira dos interiores, precedida de Fortaleza. Condição que, sem dúvida, influenciou em todo o século XIX. Essa autonomia contribuiu para uma maior agilidade na resolução de seus problemas internos, seja de ordem judicial, eclesiástica ou cartorial. Essas e outras significativas mudanças, possivelmente tenham inspirado Irineu Pinheiro (1853) a afirmar que, no “setênio” de 1817 a 1824 nenhum município brasileiro, julgamos, excedeu ao Crato em brilho e lances de patriotismo”. (Pinheiro, 1953). A exemplo, a participação do Crato na Revolução Pernambucana de 1817. Acontecimentos que contribuíram para o movimento de construção da ideia de “cidade da cultura.”

A cidade do Crato no século XIX tinha, nos dizeres de Irineu Pinheiro (2010c, p. 20) um quadro desolador. O autor chega a lamentar o estado de decadência e aspecto moral da sociedade cratense, vistos a partir dos escritos de Gardner (1838-1839), reforça também a ideia de que era o Crato um lugar de esconderijo de assassinos, vagabundos e famigerados que passeavam livremente pelas ruas da cidade. No entanto, reconhece o autor que a cidade estava aperfeiçoando-se moralmente. Pois hábitos, como jogos de baralho nas calçadas e as rixas provenientes destes haviam cessado.

Para Della Cava (1975, p.33), eram chamados de *famigerados*, por Gardner, àqueles apelidados de *cabras*<sup>142</sup>, ou seja, os que tinham uma origem mestiça. Parte destes eram

---

<sup>142</sup> Segundo Sara Cortez, em seu trabalho de Dissertação, intitulado: Cabras, Caboclos, Negros e Mulatos: a família escrava no Cariri Cearense (1850-1884), afirma que no Cariri, a denominação cabra parecia não ter valor depreciativo, sendo um conceito mais regional, caracterizado pelo espaço sertanejo. Até antes de 1884, eram considerados cabras no Cariri os trabalhadores livres e pobres, mas também escravos, conforme os relatos de viajantes. Afirma ainda, que por trás dos termos *cabra e mamelucos*, estavam camuflados resquícios da descendência indígena da nação Kariri, assim o termo cabra era resultado da miscigenação entre africanos ou mestiços e ainda destes com o branco e o indígena. Tais designações para a autora, muitas vezes podiam ser decididas no ato da matrícula e inventário de bens, e nem sempre seguia uma lógica nas qualificações, bem como era a nação ou a cor dos cativos, considerada categorias excludentes. Assim, a partir do século XIX, o Cariri um espaço complexo, de semelhanças e contrastes, com acentuada diversidade populacional. (SARA CORTEZ, 2008, p. 46, 47, 48 e 49)



apadrinhados tanto por senhores ricos, bem como autoridades locais. Assim, num sistema clientelista, muitas vezes suas tarefas acabavam por ir além da lida nos engenhos. E, ainda, em momentos de conflitos ou rivalidades entre os proprietários de terra, eram esses trabalhadores das fazendas, armados e, em manifesta lealdade, que corriam em defesa dos interesses de seus patrões. Não seriam esses anúncios, também, uma procura por esses, “ditos” trabalhadores para o campo e para as armas? Se considerarmos ser uma época, onde o poder das leis e de seus representantes ter alcance muito limitado, além de ser o lugar composto de uns poucos ricos, vivendo às custas de uma massa de trabalhadores, em condições de extrema pobreza, é compreensível que, para manter o controle e assegurar suas propriedades, fossem os fazendeiros motivados a terem, em suas propriedades, uma junta de homens afeitos aos trabalhos na lavoura e na segurança e proteção de seu senhor.

O considerado baixo nível moral, em fins dos anos de 1830, era por Gardner apresentado como indolente e atingia desde a mais baixa classe social, ao clero e aos homens em condição econômicas favoráveis. Muitos afeitos à fornicação, ao adultério, além das mulheres que nada faziam, ao não ser fumar e comer doces, deitadas em suas redes, muitas vezes o dia inteiro, só levantando nas horas das refeições. Como se não bastasse, os jogos de baralho levavam constantemente à violência e lutas constantes, por ser a região esconderijo e ocultamento de bandidos.

E, assim, na visão de Irineu Pinheiro e outros intelectuais da sua época, a exemplo J. de Figueiredo, o Crato foi paulatinamente melhorando, organizou, em meados dos anos de 1850, diversos serviços públicos, tais como: a construção do mercado e do cemitério, uma elementar tentativa de abastecimento d’água à cidade, a edição de seu primeiro Jornal (O Araripe), inclusive reconhecendo o papel da elite, que, embora muito reduzida, mostrava-se de inteligência e espírito renovador.

A tentativa rudimentar de abastecimento d’água, realizada, em janeiro de 1854, era, na verdade, uma levada cavada no chão, que passava por trás dos fundos das casas, trazidas da corrente do rio Grangeiro, desde os limites do Sítio Pisa (atual bairro Pimenta), onde hoje se localiza o colégio Santa Teresa de Jesus), com perímetro urbano do Crato. Forrada de pedra e cal, a levada atravessava a cidade de sul a norte, pelos quintais da rua Grande, ao prédio chamado de Mirante, pertencente ao Cel. Antônio Luiz (segundo). Era do quintal do Mirnate, segundo Pinheiro, que saía a água para um lugar chamado Taboqueira, “onde se emaranhavam inúmeras tabocas”, caindo pouco adiante, nas correntes do Grangeiro.

“Podiam os moradores das casas, por cujos quintais corria a levadilha, retirar dela por meio de baldes água que enchesse pequenos tanques de alvenaria para serventia doméstica, mas nunca lhes seria permitido utilizá-la para molhar plantações. Lei provincial nº 645, de 17 de janeiro de 1854.<sup>143</sup>

Foi também por essa mesma época (1850-1860), que começam a se erguer os sólidos sobrados, com suas bicas de jacarés e suas asas de andorinha, nos ângulos dos telhados, que, nas épocas de chuvas, despejavam águas que “estalavam nas calçadas de lágeas calcáreas.” Momentos esses em que a meninada fazia a festa, a admirar-se da água a cair da boca “do sáurio e da língua de ferro zincado a balançar para cima e para baixo”. Embora lento, era contínuo e seguro o progresso do Crato. Nas residências ainda vigorava mobiliário modesto, como exceção do sobrado do Coronel Antônio Luiz, “cuja sala de visitas, forrada de esteirada, era adornada de magnífica mobília de jacarandá”, com os pés adornados e troneados de mármore.<sup>144</sup>

Importante destacar que as sensíveis mudanças urbanas, empreendidas pelas elites cratenses, foram representadas como símbolo de adiantamento e progresso, isso pode ser visto numa publicação, no *Jornal Araripe* de 1857<sup>145</sup>, ao se referir que, em épocas recentes, não havia, na cidade, um edifício que merecesse as honras de ser visto pelo estrangeiro, “agora porem já temos edificios publicos e particulares.” Antes o Crato, “com rasaõ era chamado = a Cidade das palhas = porque não tinhamos nem siquer um edificio particular que merecesse esse nome.” Destaca o jornal que já existiam vários edifícios particulares, mercado público, mencionado com um dos melhores da Província, a cadeia pública (antes uma palhoça), a matriz em fase de conclusão, “tudo enfim demonstra a lei do progresso.”

Essas mudanças coincidem com o temor do *Cholera morbus*, que já ameaçava chegar ao Cariri. Receio demonstrado, em 1855, no jornal *Araripe*, o “anjo do extermínio” se aproxima de nós. Grande Deos!<sup>146</sup> Em publicação de 1856, novamente o temor toma as páginas do jornal, intitulada “O cholera,” em virtude da possibilidade da doença chegar à região. Devia então o jornal, prestar o valioso serviço aos habitantes, indicando alguns conselhos “prudentes confirmados pela experiência.” Assim alertava ser a doença uma terrível epidemia, que embora não sendo a mais grave e nem a mais mortífera das que tem flagelado,

---

<sup>143</sup> PINHEIRO, Irineu, 2010c, p. 12

<sup>144</sup> Pinheiro, Irineu, et al, 2010c, p. 14

<sup>145</sup> O *Araripe*, 01 de agosto de 1857, Anno III, nº 103, p. 2 (Essa matéria é assinada com o pseudônimo de “O Cratense”)

<sup>146</sup> O *Araripe*, 8 de setembro de 1855, nº 10, p. 2

porém qualquer que fosse, em maior ou menor numero, poderia se tornar numa epidemia da ordem dessas outras moléstias. A matéria trazia dados de alguns lugares, como no Pará. Na Bahia (Cachoeiras e Santo Amaro), o terror se fez em proporções maiores, até médicos, padres, autoridade civil e militar esmoreceu, só escapando os que de lá conseguiram fugir, antes do contágio da doença. Exemplificava que, no Rio de Janeiro, por ter tido disposição e elementos para o desenvolvimento, o cholera produziu pouco efeito. Pernambuco se prepara da mesma forma que o Rio “para dar um igual acolhimento ao inimigo Commum,”<sup>147</sup> diz o jornal, na tentativa de mostrar à população a dimensão do problema, e os cuidados que se devia ter.

Os aconselhamentos e sintomas da doença ocuparam quase as quatro páginas do jornal, com edições do diário de Pernambuco, sendo do redator Dr. Joaquim d’ Aquino Fonseca e do Rio de Janeiro, por Dr. A. J. Peixoto. A lista de recomendações ia desde o asseio das pessoas, a tipos de comidas que deviam ser evitadas, bem como não realizar o trabalho dos escravos na madrugada ou a noite, nem se expor a horas muito quentes e nem de resfriamentos. Os donos de escravos deveriam obrigar seus escravos a banharem-se uma vez por dia. Orientava-se que as dormidas fossem subdivididas e em casas situadas em lugares altos, secos e arejados, e ainda deviam os proprietários de engenhos, antes que seus escravos saíssem para a lida, tomar xícaras de café sem leite, ou pequeno cálice de genebra ou aguardente de cana. Sidney Chalhoub (1996, p. 25), em seu livro “Cidade Frebil” ao falar dos cortiços e epidemias no Rio de Janeiro, afirma que o surgimento da ideologia da higiene, em relação as classes pobres, estava no fundamento de que estas além de poderem oferecer “problemas para a organização do trabalho e a manutenção da ordem pública,” os pobres também ofereciam o risco do contágio. Nesse período, segundo o autor, os hábitos de moradia dos pobres representavam espaços nocivos à sociedade, dado que as habitações coletivas “seriam focos de irradiação de epidemias, além de naturalmente, terrenos férteis para a propagação de vícios de todos os tipos”

Jucieldo Alexandre (2010, p. 60) afirma que o ano de 1862 entrou para a história do Ceará como o ano do cólera. Sendo a cidade de Icó, o primeiro foco de infecção, o mais dinâmico ponto comercial da província, com relações socioeconômicas sólidas com Rio Grande do Norte, Pernambuco e Paraíba. Na cidade de Maranguape, a mortalidade foi bastante intensa, na qual estima-se terem sido acometidas pela doença, cerca de cinco mil pessoas. Destas, aproximadamente, faleceram em torno de mil novecentos e sessenta pessoas.

---

<sup>147</sup> O Araripe, 16 de fevereiro de 1856, n° 33, pp 1 a 4

A coisa era tão séria que os serviços de enterramento chegaram a ser realizados por presidiários, que, em benefício, recebiam indultos das penas a serem cumpridas.

Nos anos de 1850, a elite cratense parece ter se voltado mais do que, em outras épocas anteriores, para a ideia de progresso e modernização da cidade, sendo também, possivelmente, pela ameaça do “anjo do extermínio”, sido idealizado a construção de um cemitério público, em 1853, preocupação que já se manifestava, desde 1852, em que a Câmara Municipal, enviou um pedido ao Presidente da Província do Ceará, para construção do cemitério. Anteriormente havia um costume já estabelecido de realizar os sepultamentos no interior da Matriz de Nossa Senhora da Penha. Além do que a construção da obra era mais que necessária, tendo em vista ser a vila tão populosa, restando apenas tem a matriz para o acolhimento de sepulturas aos corpos, dado que a maior parte destes sepultados eram realizado em campos abertos. É provável que tais campos de sepultamento fossem utilizados por alguns pobres e escravos, que sem condições de pagar o valor cobrado pelas sepulturas eclesiásticas, acabavam por enterrar seus mortos à margem dos rituais da igreja. (ALEXANDRE, 2010, p. 92). Era a população já bem numerosa, em meados do século XIX, em virtude de ser a localidade um lugar de atração de muitos flagelados pelas secas, possivelmente se deva a condições ambientais favoráveis a essa procura, conforme atesta a tabela a seguir.

**Quadro 1 - População do Crato em meados do século XIX, classificada por sexo, cor e condição social**

População Livre								População escrava	
Homens				Mulheres				Homens	Mulheres
Branco	Pardos	Pretos	Índios	Branca	Pardas	Pretas	Índias	*	*
2.590	5.151	621	56	2.187	6.850	703	32	726	665
Total de Livres: 18.184								Total de escravos: 1391	
								Total geral: 19.575	

Fonte: Dissertação de ALEXANDRE, Jucieldo Ferreira, 2010, p. 72

Os dados da tabela acima foram construídos pelo autor, tendo por base o Mapa Estatístico da Província do Ceará, de Thomaz Pompeu de Souza Brasil. Vê-se pela tabela que a maioria da população era de pessoas livres e pobres. Eram essas pessoas a principal mão de obra nas lavouras, sobretudo da cana de açúcar e nos engenhos de rapadura, sendo o escravo minoria na lida dos engenhos caririenses, embora nos dizeres de Della Cava (1997, p. 32)

estavam estes de alguma maneira presos ou ligados à terra. Fazendo uma estimativa dos dados apresentados por George Gardner, (1838), a população do Crato não chegava a duas mil pessoas, em sua maioria índios ou mestiços. Com os dados apresentados por Thomaz Pompeu (1860), a população estimava em torno de oito mil, o que representa um aumento de três vezes mais em apenas duas décadas. (ALEXANDRE, 2010, pp. 79 - 80).

Faz-se Importante destacar que o local de construção do cemitério se deu onde passava um dos afluentes do rio Grangeiro, atenuando as questões ambientais, de segurança e de higiene. Situação que ainda hoje se mostra caótica, sobretudo em momentos de enchentes, provocadas por fortes chuvas, como a que ocorreu em 2011, causando vários estragos na cidade, as ruas do centro foram tomadas d'água, e muitos comércios e residências ficaram alagados, até as cruzes de túmulos do cemitério desceram na enchente, em direção a parte central da cidade. Muitas ruas ficaram intransitáveis, devido a lama ter tomado as ruas e calçadas, além da força da água que, praticamente arrancou parte do asfalto, às margens do canal do rio Grangeiro, em quase toda extensão do canal, formou-se várias crateras.

Era a partir da produção e comercialização da rapadura que o Crato ganhava prestígio, no cenário político da região, bem como da província. Essa influência é perceptível, quando da participação na Revolução Pernambucana de 1817 e na Confederação do Equador em 1824. Fatos atestados por Irineu Pinheiro, J. de Figueiredo Filho e outros intelectuais da região. Os representantes de famílias influentes, padres e outros estiveram na liderança desses movimentos.

Outra obra de pretensa modernização foi o Mercado Público, construído nas atuais ruas Rua João Pessoa, Senador Pompeu e Bárbara de Alencar, demolido em 1948. Obra que além de representar o sentimento de progresso da elite cratense, visava também à medidas de segurança e saúde pública. O contrassenso da construção se deve ao fato de ter sido, o mercado, construído em local de proximidade das margens do rio Grangeiro. Era o local, situado onde hoje está o prédio da Prefeitura Municipal do Crato.

Os anos entre 1862 – 1864 assinalam a chegada do Cólera morbus em todo Cariri. Segundo Irineu Pinheiro (2010c, pp. 422, 423 e 424), adoeceram milhares de pessoas e morreram centenas. A situação era tão séria que, em menos de 24 horas, eram os contaminados vitimados. A gravidade da epidemia levou o poder público, em 1862, a construir um cemitério dos coléricos, num lugar chamado hoje de Estrada Nova, a mais ou menos 2 km do perímetro da cidade. Em frente ao cemitério havia uma cruz de madeira, benzida pelo padre João Marrocos Teles. O medo colocou em pânico a população cratense, o

temor de contágio era tão grande que deixou o padre João Marrocos de ministrar-lhe a absolvição de hora morte, medida que não impediu de ser ele, logo depois, vítima do morbo.

O lugar foi uma sugestão da comissão sanitária local, dirigida pelo juiz de direito Francisco Rodrigues Sette. Talvez, o temor das autoridades e elite locais, possa ter sido o motivo de colocar os mortos o mais afastado possível, dos olhos dos vivos, “o espetáculo macabro dos corpos aglomerados em valas comuns.”<sup>148</sup> Nos afirma Irineu Pinheiro (2010c) que os corpos dos abastados eram levados para o cemitério em caixões, sem muito acompanhamento, e os dos pobres, em fiangos de redes (redes pequenas e velhas), atravessados seus punhos por paus arredondados, carregado por dois homens, havia ainda as carroças puxadas por bois, “na mesa do veículo, amontoados os mortos, uns em cima dos outros, sem distinção de sexos e idades.”<sup>149</sup> A cidade ficou em pavorosa, tal era o número de acometidos e o iminente risco de contaminação que, segundo Pinheiro (2010c), muitas pessoas chegaram a ser atiradas vivas nos valados, junto dos mortos. Os carregadores, geralmente, eram homens embriagados, na intenção de se imunizarem contra o mal.

É provável que o desconhecimento a respeito dos elementos motivadores da doença, deixava a cidade em completa fragilidade. Segundo Irineu Pinheiro (2010c, p. 423), “calavam-se os pobres e desprotegidos que choravam seus parentes agonizantes, receosos de que lhes invadissem eles os casebres e carregassem os moribundos.” Por volta da primeira década de 1850, as denúncias sobre a má qualidade das águas do rio Grangeiro, nos remete pensar que, provavelmente, tenham sido suas as águas abrigo da epidemia, apesar de, na época, parecer não ter-se clareza ainda de que o acesso inadequado da água e suas condições de higiene pudesse se tornar em ambiente favorável à contaminação e riscos de epidemias.

Já no ano de 1887, estas noções, apareciam com maior clareza, quando novamente, o surto da doença ameaçava alcançar a cidade de Crato, dado que na vizinha cidade de Barbalha já se faziam vítimas. O temor pode ser demonstrado numa publicação do *Jornal Vanguarda* (1887),<sup>150</sup> versando que mais uma vez a cidade do Crato estava ameaçada com a invasão da “febre de mau caráter”. A cobrança dirigida à Câmara Municipal, pedindo mais atenção ao cumprimento do código de posturas, sobretudo, em relação à salubridade pública, do péssimo estado que se encontrava, demonstram que os serviços municipais deixavam muito a desejar,

<sup>148</sup> ALEXANDRE, Jucieldo Ferreira. **Quando o “anjo do extermínio” se aproxima de nós: representações sobre o cólera no semanário cratense o Araripe (1855-1864)**. (Dissertação), (Mestrado em História). João Pessoa/PB: Universidade Federal da Paraíba Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, 2010. (p.146)

<sup>149</sup> PINHEIRO, Irineu, 2010c, p. 422

<sup>150</sup> *Jornal Vanguarda* - Anno 1, quinta feira, 09 de junho de 1887, Nº 5

ficando a população a mercê do desconhecido. A mesma matéria aponta que, como medida de salvação pública, devia-se urgentemente proibir, desde já, as tapagens do rio Grangeiro, bem como a lavagem de roupas antes de nove horas do dia. Reclamava ainda que chegara o final do inverno e já se faltava água no rio e, a pouca que restava para beber era “podre e cheia de sabão! Situação que tendia a se agravar, sobretudo, no mês de agosto, em que o calor era abrasador. Reclama que o povo está sempre pronto a pagar impostos para o engrandecimento do município, e pedia muito pouco, apenas “um pouco d’água limpa para beber!”

Em virtude da matéria, a Câmara municipal publicou, no mesmo *Jornal Vanguarda*<sup>151</sup>, na ordem do seu Presidente, a proibição de tomar-se banho, lavar roupas e “quaes quer objectos e dar agua a animais no rio desta Cidade das 5 horas da tarde as 8 da manhã, do ponto que fica em frente da travessa do Padre Pedro para cima”. Os infratores que transgredissem ficariam sujeitos a multa da Lei e na reincidência em 2 a 4 dias de prisão. A situação parece não ter sido resolvida, tanto é que, em agosto do mesmo ano, novamente uma matéria versava sobre o mesmo assunto:

O municipio está orphão, pois tanto vale não ter tutor, como tel-o assim desasado descuido das suas obrigações, esquecido dos seus deveres. Lance-se uma rápida para esta cidade, pois não é preciso ir mais longe; e logo se depara, que aqui pode haver tudo menos Camara municipal. Em vez de limpeza publica, ha o lixo, a immundicia acumulada nas ruas, as calçadas arruinadas, paredões a desabar, barreiros profundos por todas a parte, manadas de porcos &&. Custoso seria enumerar os abusos de que todos são testemunhas.<sup>152</sup>

Afirma o jornal que, em outra e qualquer época, poderia ver tudo isso com indiferença, mas naquela ocasião estava a população da cidade do Crato ameaçada de epidemias, como sucedeu-se na vizinha cidade de Barbalha. O editor do jornal reforça também que o silêncio da imprensa seria uma perversidade com a população. Dar-se a entender que hábitos e práticas de: jogar lixo em local impróprio, dos animais soltos por toda parte, de porcos soltos, de imundices pelas ruas da cidade, só estavam sendo criticados em virtude do risco das epidemias, e da ameaça da febre que se avizinhava.

“immundos e inconvenientes à hygiene; no entanto algumas pessôas esquecidas de que a edilidade praticára um acto em que visava o interesse de todos e de cada um dos municipes, tem feito voltar os taes limpos para os chiqueiros em prejuizo de si e dos de mais. Mas se lembrão eles de que a

<sup>151</sup> *Jornal Vanguarda*, Anno 1, 23 de junho de 1987, Nº 7, pp. 3 e 4

<sup>152</sup> *Vanguarda*, Anno 1, 11 de agosto, 1887, Nº 14, p. 2

nossa vizinha, a cidade de Barbalha tem tanta febre! E que uma das suas causas é a impureza das águas! A impureza da atmosfera! Felizmente por aqui tem aparecido poucos orsos porém benigna e só em crianças.<sup>153</sup>

Por essa época, vê-se que já havia uma certa noção de que a água, dependendo das suas condições, seria de importância vital para a questão da saúde da população, além de outros cuidados com a higiene e limpeza pública. Num anúncio do Jornal Vanguarda também nos leva a crer que, por volta dos últimos decênios do século XIX, a população ainda tinha muita precarização no acesso a água, e que, para obtê-la com uma certa qualidade, significava ter condições econômicas favoráveis para isso. Os valores taxados para o preço da água, dependia do local de onde ela estava sendo retirada, o que indica que quanto mais próximo da nascente, mais cara seria a sua aquisição. Tudo leva a crer que não era apenas a distância a única coisa que definia o preço da água, mas também o local mais próximo da fonte, implicando numa melhor qualidade mais adequada ao consumo, conforme pode ser observado abaixo:

O Americano fornece água à casa de quem quiser, mediante os preços seguinte: --

Do Rio da cidade (carga) 1\$. 160

“ “ das Piabas( “ ) “ 240

“ “ Lameiro ( “ ) “ 320

Agencia: Rua da Laranjeira nº 44 (Vanguarda, 20 de outubro de 1887, Nº 24, p. 4)

Até então, a compra de água, enquanto valor de mercado para o consumo de pessoas era algo mais falado a partir do século XX, todavia essa matéria nos trás um elemento novo nessa discussão sobre a questão da água na região do Cariri. Se considerarmos que a problemática da pobreza era bem agravada em séculos passados na cidade de Crato, implica pensar que a maior parte da população não devia ter água de qualidade adequada para o seu consumo. Quando nos reportamos à época dos viajantes, e aqui tomamos a exemplo a passagem de Freire Alemão, ao Crato, em 1859, em suas anotações é perceptível o estado de pobreza e marginalidade, tal era o contingente a perambular e mendigar pelas ruas da cidade:

Uma das coisas que mais aqui nos atormentam é a quantidade de pobres, de órfãos, de aleijados, de cegos, de presos da cadeia, que nos vêm pedir esmolas, de joelhos e chorando. É uma miséria terrível e nós não podemos satisfazer a todos e nos achamos em grande embarço. Eles supõem que

<sup>153</sup> Jornal Vanguarda, Anno 1, 18 de agosto de 1887, p. 3).



seremos muitos ricos e que podemos fartar a todos. O que fazer? Como resistir a tanta desgraça?<sup>154</sup>

Bem antes mesmo do fenômeno da urbanização, da chegada do rádio, da luz elétrica, da televisão, da chegada do trem e da estruturação das cidades como a conhecemos hoje, o homem já deixava sua marca de destruição por onde passava e a desigualdade social tem uma historicidade. No Crato e na região do Cariri como um todo, o desmatamento da floresta, Araripe, a poluição dos rios, extinção de espécies, as doenças provenientes do mau uso do meio ambiente, mudanças climáticas, as secas, as enchentes, o mau uso da água advinda das fontes ao sopé da serra, os conflitos pelo uso e acesso das águas e das melhores terras, os desregramentos sociais são problemáticas que extrapolam o tempo e nos instigam ao conhecimento histórico.

SILVA (2014) destaca as impressões do naturalista e político, João da Silva Feijó, que também não deixou de perceber os recursos hídricos da região. Ele percorreu o Ceará, em 1799, como sargento-mor de milícias e engenheiro da capitania, e em princípios do século XIX escreveu que o Cariri, especialmente a Vila de Crato (assim constituída), era tão fértil que permitia a cultura dos vegetais em todas as estações e que isso se dava devido a abundância de água.

Dentre os vários documentos de viagens, encontra-se os relatos da Comissão Científica do Império, que, em 1859, chega à Fortaleza para realizar pesquisas nas áreas de botânica, geologia, etnologia, geografia e zoologia. O Cariri cearense recebe essa Comissão, em 1860, quando chegam ao Crato permanecendo durante três meses. A grande abundância de água, a exuberância da vegetação e o clima ameno faz parte dos relatos de viajantes e estudos científicos sobre o Ceará, incluindo o Vale do Cariri e a Chapada do Araripe.

Em estudo realizado sobre exutórios naturais do sistema Exu/Arajara na Bacia do Araripe, Mont'alverne et al. (1995) afirmam que a fonte do Batateira, como umas outras em Buriti, Caldas etc, tiveram sua primeira medição realizada em 1854, sendo registrado nos anais do município, os valores de medição tem como medida denominada de "telha", cada telha, com 18cm (ou 7") de diâmetro possuía uma vazão de 64,8m<sup>3</sup>/h, com um gradiente de 1%. A medição de 1854 para a fonte de Batateira, acusava o valor de 22 telhas, equivalente portanto a 1.425,60m<sup>3</sup>/h; segundo informações do Sr. Joaquim Alves dos Santos, foi efetuada

---

<sup>154</sup> ALEMÃO, Francisco Freire. *Diário de viagem de Francisco Freire Alemão: Fortaleza-Crato (1859)*. Vol. I. Fortaleza: Museu do Ceará, Secretaria de Cultura do Estado do Ceará, 2007, p. 14

uma medição nessa mesma fonte no ano de 1988, tendo encontrado o valor de 18 telhas, 1.166,4m<sup>3</sup>/h, em dezembro de 1993 a medição acusou apenas 376,00 m<sup>3</sup>/h. Os dados apresentados na pesquisa são surpreendentes, só para se ter uma ideia, verifica-se que em 134 anos a queda de vazão foi de apenas 18,2% enquanto que nos últimos 5 anos o decréscimo foi de 67,7%. Embora não se tenha sido efetuado estudos mais precisos para saber o que ocorreu para essa diminuição tão brusca, é provável que o desmatamento contínuo na Chapada do Araripe tenha diminuído o poder de retenção superficial, aumentando o escoamento e, conseqüentemente diminuindo a infiltração. (MONT'ALVERNE, 1995, p.3).

Em 2004, José Sabiá & Frischkorn Horst (2004),<sup>155</sup> realizaram um estudo sobre a questão da gestão de águas das fontes que emanam da Chapada do Araripe, e segundo dados do Departamento Nacional de Produção Mineral - DNPM, em 1997 existiam 344 fontes na Chapada do Araripe, destas as treze maiores (vazão superior a 100 m<sup>3</sup>/h), correspondem a 54% da vazão total e localizam-se em território cearense. Para as fontes principais do Cariri existe uma legislação do século passado que determina a divisão legal de suas águas. Porém, passados quase um século e meio, a alocação legal, muitas vezes, não corresponde mais à realidade. Nos córregos das Fontes Bom Jesus, João Coelho e Farias observa-se vários usos das águas como recreação, abastecimento, irrigação, sendo marcante a presença de desvios clandestinos e da ação danosa e inconsciente do homem, que polui e degrada o meio ambiente.

Os autores acima chegaram a conclusão de que o assoreamento provocado pela retirada de pedras em larga escala existentes ao longo do córrego Bom Jesus no período climatológico crítico (agosto-novembro) para suprir às necessidades das empresas de Construção Civil acarretava um sério problema ambiental. Pelo visto, essa é uma realidade presente nos vários municípios do Cariri e, no Crato, não só o rio Batateira, mas o rio Grangeiro, e outros sofreram no decorrer do tempo da mesma política de degradação, o Grangeiro por ter sofrido o processo de ocupação e urbanização de forma mais intensa, sendo a cidade construída ao longo do seu curso, tem mais visivelmente as marcas de destruição e do descaso com a natureza.

Resultados do estudo realizado por José Sabiá & Frischkorn, revelam a contaminação das águas de todos os córregos, sendo alcançados níveis alarmantes de coliformes fecais nos córregos enquadrados como de múltiplos usos. Verificou-se ainda o lançamento

---

<sup>155</sup> SABIÁ, Rodolfo José. FRISCHKORN, Horst. Gestão das fontes da chapada do araripe: descaso ou incompetência – Congresso brasileiro de Ciência e Tecnologia em Resíduos e Desenvolvimento sustentável. Costão do Santinho – Florianópolis – Santa Catarina, ICTR 2004.

indiscriminado de diversos tipos de resíduos, desde produtos saponáceos até efluentes domésticos e industriais, desta forma comprometendo a qualidade destas águas e seus múltiplos usos, como também a existência de desvios clandestinos comprometendo as atividades a jusante. Reforçam também que não há um modelo de gestão deste importante recurso, e que a mais de 150 anos o valor econômico destas águas, contribuiu para a lei da época do império, legalizada através da Partilha das Águas da Fonte Batateira, realizada pelo juiz da comarca de Crato em 1854. (SABIÁ & FRISCHKORN, 2004). A partilha que determinou os usos privados do Batateira acabou por se tornar efetiva para todas as fontes e rios da região.

Em 1885, comprou o Coronel Joaquim Gomes de Matos, no Crato couros de boi, que exportava para Fortaleza, Aracati e Recife e em casa de sua propriedade alugou bancas em que marchantes retalhavam carne verde e seca para o consumo da população. Em 1890, obtiveram os herdeiros do Coronel Joaquim Gomes, por ajuste, entre eles e câmara, o monopólio durante vinte anos, do Açougue Público, num prédio da Rua Formosa, em cujo os fundos passa a corrente do Rio Grangeiro que banhava a cidade. (Pinheiro, 2010a, p.104). O rio, desde muito cedo vai sendo espaço de práticas e costumes de desleixo e negligências com sua mata ciliar, suas águas, suas margens, e assim o passar dos anos, de forma lenta, às vezes, nem sempre perceptível pela população esses descuidos com a natureza parece naturalizar-se.

Na época do Império não coube a cadeia do Crato nenhuma importância dos cofres públicos para sua construção, nos anos calamitosos de secas. Nas nossas crises climáticas, especialmente em 1877, erigiram-se no Ceará muitas casas de câmeras, cadeias, cemitérios, prédios escolares, etc, por meio de verbas governamentais, com o fim exclusivo de proporcionar-se trabalho aos famintos, não para o bem da instrução, da segurança pública ou por motivos de higiene. Tudo se construiu sem planos organizados, sob o terror do fenômeno. (PINHEIRO, 2010a, p.104)

No começo do século XX, na Praça do Rosário vendiam-se todas as tardes, feixes de capim, e nos dias de feira semanais se barganhavam cavalos e mulas. A partir de meados do mesmo século, esses animais passam a ser negociados às margens do rio Grangeiro, como diz Irineu Pinheiro (2010 a, p.275), negociava-se “à beira-do-rio”, mais precisamente em frente onde funcionava o mercado de carne. Os feixes de capim eram tantos que enchiam todos os ângulos da praça, isso na última década do século XIX, esses amontoados serviam como esconderijo de meninos “que buliam com os que passavam perto.”<sup>156</sup> Essa prática muito

---

<sup>156</sup> PINHEIRO, Irineu, 2010 a, p. 275

comum no Crato, eram vítimas habituais, aqueles considerados com problemas mentais, a exemplo um bacharel que enlouquecera, a criançada se aproveitava da situação para o chamar de peôco.<sup>157</sup>

A antiga Praça do Rosário, por volta da segunda década do século XX, foi ajardinada e batizada com uma nova denominação, de Praça Três de Maio, em 1930 novamente é rebatizada com o nome de Juarez Távora, logo após a triunfante Aliança Liberal. Em 1942, foi construída, em frente a praça, a Igreja de S. Vicente Ferrer. Vê-se que o cuidado com a memória e a preservação do patrimônio, enquanto lugar da história parece não ter tanto zelo a população cratense, nem muito menos o poder público, a exemplo as denominações de ruas, lugarejos, praças, que foram ao longo do tempo sendo varrida da memória do lugar, numa prática de demolição. Assim também, seguiu a história do Rio Grangeiro, suplantada a partir do aldeamento, antes local das crenças dos povos cariris.

A ideia de jardinagem, enquanto enfeite da cidade, se apresenta como um espaço construído para uma elite cratense, possivelmente essa prática tenha seus primórdios ainda no início do século XX. Se não vejamos, onde se encontra as ruas atuais Dr. João Pessoa e Senador Pompeu, respectivamente antigas rua Grande e do Fogo, havia uma pequena praça, a princípio chamada de São Vicente, em homenagem a S. Vicente Ferrer, neste local havia também uma igrejinha edificada no final do século XVIII, demolida em 1913, e em seu lugar fizeram um jardim, que em cuja construção foram encontrados ossos de defuntos, que ali dormiam, havia dezenas de anos. Fica a indagação a essa informação dada por Irineu Pinheiro, sobre as ossadas encontradas, seria ainda à época do aldeamento, ou uma extensão de cemitério indígena? Há quem diga que onde hoje se encontra a Praça da Sé, além da cama da mãe d'água, era também onde os povos cariris sepultavam seus mortos.

Depois da demolição, a antiga pracinha recebe o nome de Siqueira Campos. Segundo Irineu Pinheiro (2010 a, p 297) era Manuel Siqueira Campos, um negociante generoso, que na seca de 1915 ajudou a matar a fome e vestir centenas de retirantes que enchiam o Crato e viviam a esmolarem e perambularem pela cidade. Foi também Siqueira Campos, responsável pelo calçamento de algumas ruas da cidade, curiosamente a cada rua reformada deixava “aqui e ali grandes montes de pedras para forçar a prefeitura a continuar os trabalhos começados”, tal era a negligência do poder público com as coisas da cidade. Em toda a parte baixa, da cidade do Crato, há indícios de que nesse local existiam muitas rochas espalhadas em toda sua extensão, formando vários lagos, não apenas por onde passava o rio Grangeiro, mas também

---

<sup>157</sup> A palavra peôco, segundo Irineu Pinheiro, significava no popular, cédula falsa ( 2010 a, p. 275)

por onde corria seu afluente principal, onde foi construída a exposição do Crato, o cemitério público e a rua Tristão Gonçalves (mais conhecida como rua da vala). O seu Valderi Gonçalves<sup>158</sup>, um dos entrevistados na pesquisa, afirma que no início da construção do cemitério público, havia rochas enormes espalhadas por toda parte, dando muito trabalho aos trabalhadores da construção, diz ainda ter sido tudo destruído. Portanto, é possível imaginar, ser todo esse local, onde se assenta a parte baixa da cidade, era formada por um grande lago em épocas remotas, um pântano, nos dizeres de João Brígido, reafirmado por J. de Figueiredo Filho e Irineu Pinheiro. Não é difícil supor ser, este lugar, a cama da mãe d'água.

#### 4.2. O rio, folguedos e traquinagens

A rua contava com boa quantidade de garotos, não tanto como a Pedra Lavada ou a Laranjeira. À noite, reuniam-se aos mangotes, nas proximidades das respectivas residências. Os meninos brincavam, de preferência, nas areias da rua. Quando chovia, ficavam poços e assim muitos improvisavam açudes e casinhas feitas de terra molhada. Ninguém tinha medo de veículos, inexistentes na época. As mães, entretanto, temiam o atropelamento dos filhos por cavaleiros, montados em seus corcéis esquipadores e marchadores, ou burros coiceiros com suas cargas cereais. Algumas vezes, carretão, puxado por juntas de bois mansos, passeava pela Formosa<sup>159</sup> a distribuir lamentos, cantando a rangir, com o boiadeiro, em aboiado triste. Seguia em direção dos brejos ou dos pés-de-serras. Os meninos não perdiam tempo. Trepavam-se no carro e acompanhavam a cantiga de aboiado e muitos espicaçavam os bois, apossando-se da vara de ferrão. Mas, os pais arrancavam-nos sempre daqueles momentos preciosos.<sup>160</sup>

O trecho que acabo de citar está nas primeiras páginas do livro intitulado, “Folguedos Infantis Caririenses”, de J. de Figueiredo Filho (1996, p. 13) Ao tomar conhecimento da obra, por curiosidade, resolvi folhear, e, para minha surpresa, logo nas primeiras páginas já encontrei referências ao Rio Grangeiro. Acho que pesquisa é isso, você vai descortinando,

<sup>158</sup> Senhor Valderi Gonçalves de Oliveira (82 anos), entrevista concedida em 11 de abril de 2016.

<sup>159</sup> Formosa é atualmente a rua Santos Dumont, nela residiam comerciantes, “pequena burguesia” que não ostentava muito dinheiro, porém vivia regaladamente, com os preços baixos de tudo quanto era necessário à vida.

<sup>160</sup> Folguedos Infantis Caririenses é mais uma das obras de J. de Figueiredo Filho, editada em 1966, produto das observações diretas e da contribuição espontânea de testemunhas ou da tradição oral. Esse “ensaio”, como diz o próprio autor, tem “quase um caráter de memória.” Fala das Brigas de Ruas, montarias, armas e instrumentos de caça, das armadilhas de pegar passarinhos, da confecção de brinquedos, carnaval infantil, histórias de trancoso, e tantas outras brincadeiras de criança, entre o final dos anos vinte (período em que Figueiredo Filho era criança) até o final dos anos sessenta, quando a obra foi publicada. Os folguedos são festas ditas de caráter popular, a presença da música, dança e representação teatral marca suas principais características. A maioria dos folguedos carrega em si origem religiosa e raízes culturais dos africanos, portugueses e indígenas. Suas manifestações existem pelo país afora, mas é no Nordeste que se fazem mais presentes. Com os anos, os folguedos vão se incorporando as mudanças culturais e acabam assumindo novas coreografias e vestimentas, os folguedos infantis, também sofrem alterações e reinvenções no decorrer dos anos.

encontrando e construindo caminhos. Em outras palavras, um pesquisador não nasce feito, ele se torna, na medida em que vai sendo feita sua caminhada na busca de fontes, documentos, textos, diálogos com outras pessoas e trabalhos já publicados sobre o lugar e/ou sobre o tema de seu interesse. Nessa busca, compreendi que o senso inquiridor, a curiosidade, o interesse e, sobretudo o envolvimento são ingredientes essenciais ao ato de pesquisar. Somando a estes, considero que, o olhar desprezioso, nos ensina a não descartar uma fonte, sem ao menos dar uma olhada, folheada em seu conteúdo. O contato com o livro, “Folguedos Infantis”, partiu da curiosidade e interesse em buscar novas fontes e documentos sobre o rio Grangeiro. Aproveitei os pequenos momentos de “folga”, ou mesmo descanso, depois de um dia todo dedicado na elaboração da dissertação, para pesquisar outras fontes que aparentemente não estavam na relação, mas que falavam da região em estudo.

Essa experiência me fez ver que, embora cada pesquisa traga em si algo muito particular, a curiosidade e interesse em buscar fontes e documentos que jamais imaginávamos encontrar faz a grande diferença. Eis, pois, o que encontramos para dialogar com o estudo, uma série de brincadeiras, representações, criações próprias do universo infantil caririense, das quais o contato com a natureza, sobretudo com o rio Grangeiro, tornavam-se específicas não só da época, mas do lugar, onde margeando o rio se assenta, inicialmente a então cidade do Crato. Assim, não seria de todo exagero dizer que o rio Grangeiro inspirou e proporcionou muitas das brincadeiras da criançada, moldando costumes e hábitos da população ao longo dos anos. Muitos desses divertimentos só foram possíveis pela existência do rio, sua mata ciliar, suas águas avolumadas, sobretudo em períodos de chuvas, até sua areia branca serviu de brincadeira e defesa nas brigas de rua<sup>161</sup>, assim como suas rochas que ao longo do seu curso, inspirou o lúdico da garotada cratense.

Olhando a escrita do trecho percebemos uma série de questões que demonstram através das brincadeiras a relação naquela época (anos de 1930-1940), da meninada cratense com o meio ambiente, especialmente com o rio, os meninos brincavam, de preferência, nas areias da rua, principalmente quando “chovia, ficavam poços e assim muitos improvisavam açudes e casinhas feitas de terra molhada.” A rua Formosa, era nos dizeres de Figueiredo Filho uma rua que demonstrava,

---

<sup>161</sup> Em muitas das brigas de rua, das rivalidades existentes entre a meninada, as areias do rio Grangeiro foi, em muitos desses momentos, a arma de alguns que para livrar-se ou defender-se, jogava um punhado” de areia nos olhos do seu adversário, imobilizando-o e impedindo uma reação no momento da briga. Para saber mais, sobre os folguedos caririenses consultar a obra de: J. de Figueiredo Filho. Folguedos Infantis Caririenses. Coleção SECULT/URCA – Fortaleza: UFC, 2010.

encanto especial, apesar de morrer, na parte sul, em quarteirão pertencente ao comerciante local Cel. Antonio Fernandes Lopes, que dava seu nome ao trecho entre a Praça de S. Vicente, hoje Siqueira Campos e a Rua Formosa, atualmente Santos Dumont. No lado norte, terminava em frente ao muro da residência do Cel. Francisco Alves Teixeira, negociante empreendedor e dos chefes políticos mais importantes da terra.<sup>162</sup>

O rio Grangeiro e as ruas Formosa, Das Laranjeiras, Do Pisa, Do Fogo, Rua Grande, da Pedra Lavrada, da Vala parecia o cenário perfeito para fazer fluir na imaginação das crianças da época, brincadeiras, brigas, travessuras, montarias, histórias de trancoso, fabricação de brinquedos, dos quais o rio era o encontro e o lugar por onde aconteciam a maioria dos folguedos infantis. Destas, a rua Formosa, mesmo confinada, nos dizeres de Figueiredo Filho, havia seus muitos atrativos, as casas possuíam jacarés nas platibandas, que em épocas de chuva jorravam água para a rua e calçadas, num espetáculo a parte. Da rua se “viam duas perspectivas magníficas, “a serra do Araripe”, com toda sua “majestade, por cima de velhos prédios, onde mais tarde se ergueu e agora se levanta o Cine Moderno, que estragou a vista antiga e, no lado oposto, o Alto da Matança Velha, agora com nome meio patriótico de Alto da Independência.”<sup>163</sup>

As areias da Rua Formosa, eram na verdade areias do rio Grangeiro, o que nos remete pensar que o mesmo estendia suas margens, em períodos chuvosos, e em momentos de estiagem recuava suas águas, assim é possível imaginar que as ruas acabaram por ser construídas, desde os primeiros logradouros, no lugar por onde passava livremente as águas do rio Grangeiro. A percepção dos rios pelas populações sempre foi influenciada pelo papel que estes desempenhavam na cidade. De forma geral, independentemente da importância atribuída pelos governantes e da sua percepção pelas populações, após viabilizar a criação e o desenvolvimento das cidades, os rios passariam a sofrer, perversamente, os efeitos do crescimento urbano.

Nessa visão, a natureza não ocupa lugar de preservação e cuidados, as casas desde as primeiras ruas, já foram construídas bem próxima do rio, o que possivelmente tenha sido em períodos de estiagem, portanto de diminuição do volume d’água, bem como do estreitamento de suas margens, em toda a extensão do lugar em que se construiu as primeiras residências e ruas, eram locais que provavelmente em tempo atrás tenham sido de verdadeiros alagadiços. J. de Figueiredo Filho, em artigo no Jornal Ação, edição de 24/10/1965, Ano XXVI, Nº 1.110,

<sup>162</sup> Segundo J. de Figueiredo, com a luta armada entre o Pe. Cicero Romão Batista e o Cel. Marcos Franco Rabelo, em 1914, o comerciante Francisco Alves Teixeira, na qualidade de chefe rebelista, teve que, forçosamente, se mudar para Fortaleza após a vitória de Juazeiro. (Filho, 1966, p. 12)

<sup>163</sup> Op. Cit (1966, p. 12)

p. 2 em alusão aos 112 anos de elevação do Crato a categoria de cidade, corrobora nesse sentido, ao afirmar que:

Além dos exercícios religiosos para que eram chamados, os índios ocupavam-se da caça e plantavam em um brejo, que corria em frente do arraial, o que está hoje aterrado e nenhum vestígio apresenta de seus antigos pântanos e duma lagôa, ora convertida em plano e duro chão.”

“Além da capela e de uma cabana de palha no fundo desta, servindo de aposento ao missionário algumas escolas havia em tórno da lagôa, e, mais ou menos no lugar, onde foi a antiga ribeira, havia longa casa igualmente coberta de palha, com aviamento de fazer farinha.

O lugar encantado, da Mãe d’água, das estórias, lendas e mitos, agora dava lugar a outras relações, e nesta, a natureza passa a ser vista apenas como depósito de recursos a serviço do homem. A ideia de progresso como algo superior, pode ter sido um dos elementos fortes que aos poucos foi contribuindo para o esquecimento das muitas brincadeiras do mundo infantil. Com a chegada da energia elétrica, da difusão do cinema, do rádio e da chegada da televisão no Carriri, segundo J. de Figueiredo (2010)<sup>164</sup> contribuiu para o surgimentos de novas brincadeiras no mundo infantil e, aos poucos, as tradições locais foram sendo substituídas por outras mais novas e mais sofisticadas. Acrescenta, que *no Crato, por ser uma* “uma cidade em franca evolução, já passando pela fase de industrialização, após a chegada da energia de Paulo Afonso, muitos hábitos se têm modificado.” (FILHO, 2010, p. 127). Queixa-se, J. de Figueiredo Filho, de que os folguedos que se conservam através dos anos, necessitavam da geração mais nova, pois somente a ela poderia se garantir o papel de perpetuá-las. No entanto, os homens e mulheres que dançavam o baião, o milindô<sup>165</sup> ou jogam espadas, no reisado, não gostavam de ensinar a pessoas estanhas. Cita inclusive, a presença da professora Dionê Albuquerque, professora em Fortaleza, capital do Ceará, que certa vez, em Crato, interessada pelas danças e cânticos populares, e em adotar pedagogicamente nas escolas onde trabalhava, dirigiu-se a um tocador de zabumba e

---

<sup>164</sup> FILHO. J. de Figueiredo. *Folguedos Infantis Caririenses*. Coedição Secult/URCA, Fortaleza/UFC, 2010. A primeira edição foi publicada em 1966 e publicada pela Imprensa Universitária do Ceará.(Coleção Nossa Cultura, n. 1. Série memória, n. 9)

<sup>165</sup> O milindô é uma dança de roda, muito semelhante a dança do coco, porém com certas diferenciações. No coco é comum só haver apenas um tirador de versos, enquanto os demais dançadores entoam, com palmas, repetindo várias vezes, em coro, as estrofes de final dos versos,. No milindô cada componente do folguedo pode tirar seus versos, tanto de sua própria composição ou de qualquer cantador popular. No Lameiro, distrito do Crato, era comum dançar apenas mulheres, como na casa de Joana Matias, porém era também uma prática comum em outros locais. Fonte: Figueiredo Filho, J. de. "Milindô: dança popular do rico folclore caririense". *O Povo*. Fortaleza, 07 de janeiro de 1957, primeiro caderno, p.6.



perguntou se podia ensinar-lhes alguns passos do baião, respondeu o tocador: “Môça, só sei ensiná a meus fios. Essa dança vem de longe e é ensinada de pai pra fio.”<sup>166</sup>

Parece ter tido a cidade do Crato essa dificuldade em cuidar de sua cultura e, conseqüentemente, da natureza a sua volta, dos rios, fontes, da floresta e das tradições locais. Talvez na sua relação com meio ambiente, as gerações, ao longo do tempo foram deixando de lado muitas das coisas e práticas que ainda os unia à natureza e a sua identidade. Teria sido também a preocupação sempre com um pensar moderno, progressista, onde o antigo seria o atraso, em contraposição ao desenvolvimento como ideia de crescimento meramente econômico, e estava constante, sem nenhuma, ou pouca ligação com a natureza? Será que deixamos de lado a importância e valorização educacional de crianças e jovens como elos na defesa e preservação ambiental?

Essas e outras questões tendem a ser refletidas no conjunto de práticas e ações públicas e civis historicamente construídas, assim como outras coisas, o rio Grangeiro, aos poucos, tornou-se esquecido e sem memória para dar lugar, com o tempo, as pontes para facilitar o acesso, a casas para abrigar as populações que vinham de vários lugares, sobretudo as populações pobres que vão se fixando na outra margem, resultado da segregação social, a que chamamos de “outro lado do rio.” Pelos documentos e fotos, percebe-se, já no início das primeiras décadas do século XX, uma visível aproximação e apropriação de suas margens. Ainda nos anos de 1940, a ideia de canalizar o fluxo fluvial, e assim imaginar ter o controle das inundações, já era projeto político da cidade. O esquecimento dos folgedos, é também transposto as outras coisas da cidade, do lugar, do espaço constituído e transformado pelo homem.

A criança da cidade é que está sempre a criar ou mudar seus folgedos, por influência de mil coisas que aparecem, de novidade, em sua vida cotidiana. E o menino do mato ou do subúrbio pobre da cidade? Seu mundo tem de ser mais restrito, embora o progresso esteja também a alcançá-lo. O cinema, a escola, o rádio começam a penetrar com sua influência, em todos os recantos. No entanto, tem êle de sentir o influxo bem de perto de seus familiares. Brincam, imitando a profissão dos pais. No caso do Cariri, o menino está em contacto permanente com seu rico folclore e é êle que tem de se conservar a tradição que veio dos maiores e retransmitir o que aprende no presente, às gerações futuras.<sup>167</sup>

---

<sup>166</sup> Filho, 2010, p. 131

<sup>167</sup> Filho, 2010, op. cit, p. 130

Ao se referir sobre seu tempo e a época em escreveu o livro folgedos infantis, (anos de 1960), J. de Figueiredo Filho, lamenta que as iniciativas individuais ou de pequenos grupos, no universo infantil estava prestes ou em vias de terminar. “Tudo padronizou-se”, ou tende a padronizar-se a um figurino comum.”<sup>168</sup> Referia-se a empolgação das crianças pelos mocinhos do cinema, fingindo ser bandido ou índio, imitando os heróis do futebol, a bola passava a ser o principal passa tempo da garotada, quando não se tinha ou não podia comprar uma bola de borracha ou de couro, se improvisava de “*trapos de meia*”, em qualquer recanto de rua até uma lata velha, servia à guisa de pelota. Reclama também das revistas em quadrinho, em que muitas delas incentivavam e davam lugar à espécie de “quadrilhas de menores, das melhores famílias.”<sup>169</sup>, já em 1938, reuniam-se em grutas, à beira do rio Grangeiro e cometiam pequenos roubos, que tão logo, descobertos pelos pais, tomavam-se medidas drásticas.

Vê-se claramente, no trecho acima que o autor tinha uma visão elitista de sociedade, como membro de família tradicional, ao se referir a ideia de “melhores famílias”, retratava o tipo de sociedade que foi se constituindo ao passar dos anos, como mostra em outra passagem, ao se referir a situações de sua própria vida, nos idos de 1917, quando aluno do Colégio Diocesano do Crato, organizou com outros colegas representações teatrais, em uma casinha que ficava, onde hoje é o alto do Seminário, aos fundos de suas residências. “Ali dormíamos eu, meu irmão e um pretinho que trabalhava na farmácia do meu pai (...)”, nesse local preparavam as lições do currículo de estudo, e improvisavam o drama e distribuíam os papéis de cada um, “(...) quando estavam mais ou menos sabidos, armamos palco na salinha, com tábuas de cedro em cima de tamboretas.”<sup>170</sup>

Eram variados os folgedos e brincadeiras e, em muitos, a natureza se fazia presente, como no ano de 1917, no enforcamento do Judas, o Colégio Diocesano se transformou na sala de júri, tudo era organizado pelos alunos. Como de costume, o roubo de material, fazia parte da festa, desta vez o sítio Batateira, de propriedade de Joaquim Pinheiro serviu de lugar, na busca do material, comandado pelo seu próprio filho, Joaquim Pinheiro Filho, onde foi feita a colheita de árvores e arbustos e, “(...) nas areias do Batateira, ainda chupamos bons toros de cana (...)”, cortados pelo proprietário do sítio.<sup>171</sup> A produção da cana-de-açúcar às margens dos rios Batateira e Grangeiro atravessaram os séculos XIX e XX, com mais ou menos intensidade dessa cultura agrícola, ela esteve presente na devastação da mata ciliar, na

---

<sup>168</sup> Filho, 2010, op. cit. 96

<sup>169</sup> Filho, 2010, p. 105

<sup>170</sup> Filho, 2010, P. 94

<sup>171</sup> J. de Figueiredo Filho, 2010, p. 88

alteração de suas margens, no desvio de seus cursos e na poluição deixada por essa cultura nos leitos dos rios.

Não só o rio Batateira, mas também o Grangeiro era palco das traquinagens e festas tradicionais da meninada, nos conta J. de Figueiredo, que seu Luiz da Livraria, durante anos organizou a queima e enforcamento do Judas, tendo por cenário as margens do rio Grangeiro, mas especificamente na rua da palha.<sup>172</sup> O trajeto do boneco do judas pelas ruas da cidade era feito em jumento, os trechos da Praça da Sé, com continuação da Rua Grande, se transformava com os enfeites de bananeiras, carrapateiras, pés de milho e de cana, tudo era produto de roubos realizados nos sítios vizinhos, pelos organizadores da festa. No desfile predominavam os homens vestidos de mulher que se comportavam como megeras.

Não é de se estranhar que no Crato, existiam, desde muito tempo, determinados “maus costumes”, ou seja, as mangofas<sup>173</sup>, como se diz o dito popular. “Não só de boas coisas viviam, ou vivem ainda as crianças do sexo masculino. Peritos no aperreio de doidos, nas ruas, desafiando a mais tenaz vigilância materna,” transformavam-se em “moleques endiabrados.” Dos muitos causos relatados, J. de Figueiredo (2010) lembra bem “do louco” João Brígido, parente do conhecido jornalista João Brigido, (...) fundador do O “Araripe.” E também o famoso Compadre Chico.

Quando o pobre doido passava nas ruas, a canalha gritava:

- João Brígido, cadê o babau?

Parava possesso, virava-se em direção da gritaria, apanhava pedra e atirava seja lá em quem. Tudo isso fazia-se acompanhar com maiores nomes feios que já se foram inventados até agora e atirados em cima da mãe do responsável, ou não, pelo insulto.

Havia o Compadre Chico, que encasquetara nos miolos que era o vice-rei do Brasil, eternamente a esperar pela queda da República e pela vinda de D. Luís de Orleans que nunca chegava. As tropas da Monarquia, muitas vezes, em sua imaginação, já estavam bem próximas, em São Pedro do Cariri (Caririaçu), ou Missão Velha. Os meninos chamavam-no de bode ou pai-de-chiqueiro, e metiam o pé na carreira. Êle danava-se. Gritava aos quatro cantos e descompunha o insultor. Comumente, bancava o pregador de esquina, falando em tom de voz eloqüente, atacando a República e dizendo cobras e lagartas de sua mulher, que dizia traí-lo com os magnatas republicanos ou com os bichos mais repelentes. Citava frases desconexas em tom de latinório. Tudo quanto se perguntava a êle, mesmo em língua

<sup>172</sup> Atual rua Sagrada Família. A designação, anteriormente de rua da palha se deve, provavelmente devido a construção de habitações, mais ou menos, no final dos anos de 1920 e início dos anos de 1930, em que começa a ser apropriado a outra margem do rio, no pé do alto do Seminário, eram casas humildes, feitas de barro e cobertas de palha.

<sup>173</sup> Termo popular, mas utilizado no meio rural, o mesmo que gozação, ridicularização de pessoas sobre outras ou outra em relação ao modo de ser, vestir, andar, mas também se atribui a cor da pele, diferenças culturais, aspecto físico, dentre outros.

estranha ou inventada, procurava traduzir com dislates. Os meninos passavam pedaço de tempo a ouvir-lhe o sermão, compenetrados e sérios. Depois, armavam carreira e exclamavam alto, em suas barbas:  
- Cala a boca, bode velho, vai bodejar no inferno!<sup>174</sup>

Brincadeiras e travessuras de meninos a parte, tudo nos leva a crer que, desde o século XIX, a cidade do Crato era povoada de pessoas que perambulavam pela cidade, no mais completo abandono, essas pessoas acabavam por tornar-se alvo das “mangofas”, em grande parte dos adultos, que ou faziam diretamente, ou incentivavam as crianças a realizarem “brincadeiras de mau gosto.” O Jornal Araripe de 1856<sup>175</sup> já apontava que em nossa terra costumes abomináveis que comprometiam a nossa “(...) honra de nação ante os povos cultos, e que por tanto urgem ser extirpados.”

Tal era a situação, que o jornal usa a Expressão: “costume vulgar” de perseguir com vaias, assobios, zombarias na praça pública os idosos e miseráveis que tinham a “(...) infelicidade de aparecer em reuniões do povo,” e aqui vale um parêntese, (nas reuniões do povo), não seria pois essas pessoas consideradas do povo? E o que era povo no entendimento que o jornal cita? Seria apenas as pessoas de posses, ou àqueles que eram julgados “normais”? O fato, é quais costumes acabavam por levar essas pessoas aos últimos apuros de desespero, ou tornarem-se furiosas e assim morrerem sem que inspirem a menor compaixão tanto das classes mais baixas, como da chamada “gente limpa” que sentiam o maior prazer em apalpar, insultar, muitas vezes, aos gritos, essas pessoas enfermas, idosas, condenadas a esmolar pelas ruas da cidade. Realidade que não é senão, fruto de uma sociedade que se sustenta numa profunda desigualdade, entre ricos e pobres/miseráveis, e por assim dizer, deve haver, “pouca razão defundida entre um povo, que não venera seus anciões, e entre o qual longe de exercerem elles sobre a mocidade aquelle império que sua avançada idade lhes garante, são ao contrario objecto das vaias dela.”<sup>176</sup>

Apela o jornal para o rigor da polícia, “si à policia nos ouvisse” para banir tão vergonhoso costume e esse “devertimento immoral.” “A nossa ribeira deve merecer o maior cuidado.” Ao se referir a tais atos, denuncia que os chamados “homens do commercio,” deviam ser honrados, respeitosos, ligados ao dever, ao invés de viciarem aos maus costumes, pois se eram credores de confiança e critério, deviam se comportar de forma a ter o titulo de estima pública. Entre a rua Formosa e a Rua Grande, havia outro trecho que além de perigoso, embora em menor proporção do que o beco dos ourives, eram os locais das bodegas

<sup>174</sup> Filho. J de de Figueiredo, 2010, p. 90

<sup>175</sup> Jornal “O Araripe, 19 de julho de 1856, Nº 55 Anno 11, p. 1

<sup>176</sup> Jornal “O Araripe, 19 de julho de 1856, Nº 55 Anno 11, p. 1,

e cafés baratos, nestes os bodegueiros também tinham espírito de molecagem. “Vaiavam, saíam à rua, descompunham doidos e bêbados, mais moderadamente dos que os ourives.”<sup>177</sup>

Interessante, notar que essas práticas faziam parte do universo masculino, as mulheres não era muito comum a vivência desses espaços, inclusive os folguedos, ainda que variados, “são as brincadeiras de meninas, com predominância absoluta das rodas, (...) de mães de família, de noivas, professoras, freiras, de miss”<sup>178</sup> e tantas outras como: xibiu<sup>179</sup>, de boneca. As brincadeiras de bonecas eram bem frequentes também, geralmente as meninas brincavam imitando a vida real, a boneca era personificada, fazia-se batizado, aniversário, noivados, casamentos.

Enfim, a engenhosidade das crianças se mostrava em todos os artifícios e brincadeiras, como a caça de passarinhos, armava-se arapucas, o passarinho era atraído pelo arroz, feijão ou milho colocado em baixo. Geralmente, se fazia com um pedaço de laje de forma inclinada sobre a armadilha, “quando o bichinho nela pousava, atraído pelo alimento, a pedra caía sobre ele, esmagando-o,” (...) às vezes, nem ao menos servia como alimento,<sup>180</sup> tal era o estado lastimoso que ficava. Coincidências ou não, no século XVIII, “o primeiro impulso de muitos naturalistas ao verem um pássaro raro era matá-lo.”<sup>181</sup>

Práticas, como arrancar as roseiras dos jardins, fazia parte do divertimento dos meninos, desde quatro anos de idade, “até as moçoilas e frangotes, menino crescido, môça ou pessoa madura assumia a direção da função.” Era a brincadeira de “Boca de forno.” A meninada obedecia ao comando, “Bôca de forno! Forno – Respondiam, tirando bôlo. Bôlo, Jacarandá. Já. Quando eu mandar? Vou.” A arrancada era geral, todos saíam em disparada para obedecer ao que havia sido ordenado. Os jardins eram alvos desse folguedo, em muitos casos os jardins se reduziam a galhos e folhas, era o caso do Jardim de D. Amélia, citado por J. de Figueredo.<sup>182</sup>

<sup>177</sup> J. de Figueiredo Filho, et al, 2010, p18

<sup>178</sup> FILHO, J de figueiredo. Folguedos Infantis Caririenses. Coedição SECULT/Edições URCA - Fortaleza UFC, 2010, p 107

<sup>179</sup> É um jogo que consiste no uso de pedrinhas, saquinhos de arroz, na nossa região do Cariri cearense, se utilizava muito o coco da macaúba, também chamado de birro para confeccionar a brincadeira, geralmente se joga com 5 e até 12 birros. Esse jogo muda de nome de um lugar para outro: três marias, xibiu, jogo das pedrinhas, capitão, liso, etc. O jogo tem várias fases e regras, todas se apresentam com um grau maior ou menor de dificuldade, mas também variam de acordo a região do país. Com uma pessoa de cada vez, a brincadeira consiste em jogar os birros para cima, e ao mesmo tempo conseguir pegar um dos que estão no chão e pegar novamente o que está no ar sem deixá-lo cair. Existem outras etapas como, conseguir baixar um de cada vez e depois conseguir pegar todos de uma só vez, ou ainda jogar todos para o ar e conseguir aparar sem deixar cair no chão.

<sup>180</sup> J. de Figueiredo Filho, 2010, et. al, p 48

<sup>181</sup> Thomas, Keith, 2010, p. 388

<sup>182</sup> J. de Figueiredo, et. al, 2010, p77

Outras brincadeira que também nos mostra um pouco das práticas e costumes da época, era o uso de cacos de prato como moeda corrente da meninada. Só valiam os cacos estampados, os brancos ou lisos eram desperdiçados. “O tesouro ficava à beira do Grangeiro, onde se amontoava o lixo da cidade.” Juntava-se dúzias e mais dúzias de cacos, como se fossem autênticas preciosidades. Ali as crianças aprendiam com os adultos que às margens do rio servia de despejo do lixo, e era esse lixo utilizado pelas crianças para transformar algumas dessas coisas desperdiçadas em objetos de desejo de muitas brincadeiras. Já não se sabia mais a que servia o rio, se de depósito de lixo, ou lugar de banho, ao gado, a agricultura. Os banhos era muito comum, havia o Poço da Escada, que ficava fora da cidade e o Poço da Panela, dentro “dos muros citadinos,” bem atrás da rua da Pedra Lavrada, poço só mais procurado em épocas de chuva, com enchentes de boa proporção no rio Grangeiro.

Era cotidiano mesmo o banho no Poço da Escada, reservado exclusivamente para os homens, havia um outro no curso do rio que era destinado as mulheres. O Poço da Escada era nos dizeres de J. de Figueiredo (2010, p. 72) um lugar encantador, cheio de árvores frondosas e bonitas e “pedras, disseminadas no leito e beira do riacho que serpenteava, por elas, perenemente.” Vê-se que nessa época já se tinha bem pouca água em comparação com tempos atrás, tal era a baixa de seu volume que J. de figueiredo se referia que o Grangeiro, recebia pomposo nome de rio, “engrossava ali, barrado naturalmente pelas pedras, (...) não cobria nem um menino de pé,” o banho era realizado, aos mergulhos, com a pessoa quase deitada, porém não impedia que a Ponte Velha no caminho do Seminário, ou Poço da Panela, servisse de trampolim, em tempos de chuva. Nesse último, havia escadaria de um quintal elevado de casa, que acaba esbarrando no leito do rio, cenário que muito lembrava a “*gravura do Gangues*”, dos povos indianos. Dentre as memórias, histórias e o contar sobre o rio, o tomar banho no rio, parece ser o que continua muito presente nas recordações dos mais antigos.

No século XIX, o caririenses, em particular a cidade do Crato se deparavam com uma vasta paisagem hídrica no ambiente da cidade e nos seus arredores.<sup>183</sup> No Crato dois rios

---

<sup>183</sup> No jornal Araripe, de 14 de junho de 1856, Nº 48, p. 1 foi publicada uma matéria sobre a quantidade de fontes d'águas existentes nas cidades do Crato e Barbalha, segundo o jornal, na época em questão, somavam as duas cidades, 76 fontes perenes, das quais 50 estavam na cidade do Crato. A matéria as denominam de correntes grandes e pequenas. Na cidade do Crato, foram registradas 3 grandes correntes, sendo o rio Grangeiro umas dessas correntes maiores. Em outra matéria, datada de 26 de julho de 1856, Nº 54, p. 2, afirma que esses correntes lançam dia e noite uma quantidade considerável de água, era tanta que chegava para molhar um grande número dos terrenos dessas duas cidades.

(Grangeiro e Batateira) pareciam disputar os interesses das pessoas, fosse para as necessidades de consumo doméstico, de lazer e higiene, nos banhos, de brincadeiras e folguedos, ou para servir à agricultura em suas margens, bem como saciar a sede de animais, sobretudo do gado, de dejetos, e mais tarde, a partir de meados do século XX, ao sopé da chapada, como lugar de chácaras, clubes para servir as elites locais, fortalecendo ainda mais o uso privado de suas fontes, rios, córregos e riachos. Os conflitos oriundos desses vários usos e acessos marcam a relação social das águas do Cariri. O centro da cidade, onde deu início a construção e formação da cidade do Crato, desde seus primórdios, foi o rio Grangeiro, motivo dessas mais variadas disputas e intervenções humanas.

As pontes vão aos poucos se tornando um artefato que registram essas intervenções e apropriações, bem como servido de limite nas relações sociais existentes. O outro lado do rio, vai aos poucos se tornando visível, os bairros Vermelho, a encosta do Seminário, a Matinha, são espaços que mostram claramente essa distinção entre pobres e ricos, senhores, donos das terras molhadas e a população em seu entorno sedenta de água. Falar da história do Crato é falar de suas águas, fontes, é falar do rio Grangeiro. Essa abundância foi retratada em seus diversos momentos e com múltiplos interesses, o próprio rio Grangeiro ora retratado como um simples córrego, diminuto, ora como água em fartura. Essa oscilação reflete a situação das águas da cidade ao longo do tempo: ora cristalinas, outras vezes como água suja, cheia de imundices. Essas várias maneiras de relações com o rio, acresce-se a outras tantas dimensões, a exemplo a abundância de água não era garantia de água potável a todos os moradores.

À medida que o rio Grangeiro vai sendo apropriado, torna-se um problema público, seja pelos esgotos domésticos, hospitalar ou industrial, seja pelas enchentes gerando medo e insegurança à população. Assim, as justificativas de intervenção aparecem como a solução dos dilemas vividos na relação com o rio, a construção da primeira parte do canal nos anos de 1950, retrata um pouco dessa problemática, e demarcam os espaços sociais vividos. Era também, em muitos casos, as ribeiras do rio, um lugar de esconderijo de malfeitores, servia também as suas margens para determinados produtos da feira local, como: a cal, a feira de animais, o matadouro público, na estrada do Lameiro.

#### 4.3. Memórias, histórias e o pensar sobre o rio entre os anos de 1930 - 1980

*A túnica do Rei de Congo.  
Eu também quero chorar  
A túnica do Rei de Congo  
Eu também quero chorar.  
(Maria Caboré)*

Os versos acima, segundo conta a tradição, eram proferidos por Maria Caboré. Moradores mais antigos comentam que ela era uma das pessoas que vagava pela cidade do Crato, entre os anos de 1920-1930. Era filha de Caboré e Calumbi, moradores da Matinha, em Crato. Seu pai exercia a profissão de coveiro, também considerado poeta e improvisador. Entre os anos de 1930-1970, vários eram esses personagens bem característicos, sobretudo, em sua maneira de se vestir e de falar. Muitos destes se tornaram tipos populares que até hoje vivem no imaginário do povo cratense. Entre estes, além de Maria Caboré, estavam: Tandôr, Dona Joaquina, Compadre Chico, Pernambucana, Noventa e tantos outros que aqui não mencionei. A sociedade da época tinha-os como loucos. (OLIVEIRA, CLEIDE & OUTROS, 2016).<sup>184</sup> As pessoas, ainda, em se tratando de Maria Caboré, a identificam como sendo uma mulher de cor morena. Apresentava uma estatura mediana e sempre se vestia com muitos adornos e enfeites, principalmente pulseiras e colares, que eram doados pelos moradores da cidade, ou que havia recebido em algum serviço doméstico ou de mandado. Dentre as várias tarefas que realizava para as pessoas de posse da cidade, uma delas era carregar água para as casas, talvez, por isso, quase sempre era vista com um pano envolto na cabeça. Seu pai gostava de cantar versos enquanto trabalhava no carregamento d'água, ou de lixo doméstico e também em atividades domésticas.

A história de Maria Caboré, representa um pouco do cotidiano do Crato, entre o primeiro triênio do século XX até mais ou menos o início dos anos de 1980. À época da personagem citada, ainda perduravam, no Crato, as questões de acesso e uso da água. Àqueles que podiam pagar para se ter a melhor água para o consumo, assim o faziam. Tudo induz que as pessoas mais humildes e que moravam no entorno do rio Grangeiro, consumiam a água de pior qualidade. Segundo Humberto Cabral, é o rio Grangeiro uma das principais fontes perenes do sopé da serra do Araripe,

---

<sup>184</sup> OLIVEIRA, Cleide, OLIVEIRA, Francisca Bezerra de, FORTUNATO, Maria Lucineide & outros. **Loucura em liberdade: vivências e convivências em Crato-CE (1930-1970)**. In: Rev. bras. enferm. vol.56 no.2 Brasília Mar./Apr. 2003. Print version ISSN 0034-7167. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S0034-71672003000200005>. Acessado em: 30/08/2016.



Porque ele é quem abastece a cidade do Crato, antes da rede de abastecimento d'água corriam levadas dessa fonte passando pelo Grangeiro e também as fontes do Batateira, pelo Lameiro, então, descia água até pelas calçadas, que eram percorridas pelas ruas de casas, não havia ainda água encanada, depois em mil novecentos e trinta e oito, aliás em mil novecentos e trinta e nove, no dia vinte e dois de março, dia mundial das águas foi inaugurado um sistema de abastecimento de água do Crato, através da fonte do rio Grangeiro e então foram instalados chafarizes e lavanderias para o público.<sup>185</sup>

Embora tenha sido, segundo Humberto Cabral, o primeiro sistema mais amplo de abastecimento, realizado em 1939, a instalação de chafarizes e lavanderias, em pontos estratégicos da cidade e dos bairros, serviram a população mais pobre. Para Cabral, a ampliação do acesso a água foi sendo feito paulatinamente. Em épocas mais remotas, quando a população ainda não tinha água encanada, existiam nos pé de serras, jumentos com as ancoretas a transportar água potável para a cidade. A resolução das questões de abastecimento da água foi, ao que parece, bastante problemático. Mesmo com essas ações, em 1939, os problemas de dificuldade de água à população continuavam.

Se nos reportarmos a meados do século XIX, mas precisamente em dezembro de 1850, foi a Câmara autorizada, por lei, a levantar uma casa de mercado, somente efetivada em 1854. Foi o mercado construído entre as ruas Grande, do Fogo e da Califórnia,<sup>186</sup> conhecido como o Mercado de Frutas. O espaço foi arrendado a José do Monte Furtado e José Francisco Pereira Maia, mediante vantagens que, por 40 anos, lhes concedeu a referida Câmara. Depois de algum tempo foi vendido o privilégio, ao Coronel Antônio Luiz Alves Pequeno. O segundo deste nome, em 1894, o Cel. Antônio Luiz, entregou o Mercado à administração municipal, sendo conservado até 1948, quando foi demolido. (PINHEIRO, 2010a, p.103) Esse antigo mercado é, provavelmente, um das primeiras obras públicas construídas bem próxima às margens do rio Grangeiro, o que tenha talvez afetado mais ainda a qualidade de suas águas. Segundo Gilmaria Costa (2015, p. 15)

---

<sup>185</sup> Francisco Humberto Cabral (80 anos), é de origem cratense. Desde sua mocidade assumiu a atividade do jornalismo, é também considerado memorialista, filho de família tradicional da cidade do Crato. Por ser uma pessoa preocupada com a memória da cidade, sua história de vida se confunde com a própria história do Crato. Entrevista concedida em 27 de outubro de 2015.

<sup>186</sup> Respectivamente, atual rua Dr. João Pessoa, Rua Senador Pompeu, Rua Bárbara de Alencar. Os primeiros nomes das ruas do Crato foram surgindo da espontaneidade do povo, cada nome tinha uma relação com a história e memória do lugar, da rua. Com o passar do tempo, os nomes dos antigos logradouros foram sendo substituídos por outros nomes, geralmente vultos, personalidades e heróis da história local, regional e/ou nacional e ainda personagens religiosos. Infelizmente, a memória do Crato, desde muito cedo foi sendo apagada, destruída, parece ser uma prática que remota tempos antigos do lugar, sempre em nome do progresso e desenvolvimento local.

O rio Granjeiro é classificado como principal afluente da microbacia. Entendida “[...] do ponto de vista físico, é uma unidade geográfica delimitada pelo relevo e composta por uma rede de córregos, que deságuam em um rio principal.” Este rio tem uma longa extensão, da chapada ao final da cidade, recebe em seu leito vários riachos e córregos. Entre eles estão o riacho da Vala e o riacho das Piabas, são águas com a qualidade totalmente comprometidas, que contribuem para aumento de poluição do rio principal desde meados do século XX. Porém, a água do rio Granjeiro mais perto da fonte é destinada ao consumo.

Até os primeiros anos de 1920, transportavam-se mercadorias no Cariri, exclusivamente, em carros de bois e em costas de animais. (PINHEIRO, 2010a, p.106). Naqueles tempos os carros cruzavam o vale do Jaguaribe, puxados por 10 ou mais juntas de bois, desde Aracati a Icó. Embora, em péssimos caminhos, rumavam até o Crato, repletos de fazendas (tecidos) e tantos outros produtos, comprados no Recife, o maior empório comercial do norte do Brasil (PINHEIRO, 2010a, p107). Com a chegada do trem, em 1926, esse quadro tendeu a se modificar. O estado de precariedade das estradas desde o século XIX e os primeiros anos do século XX, passou a representar “o passado obsoleto, enquanto os trilhos significavam o futuro na esteira do avanço tecnológico.” Assim, a novidade do trem estava diretamente ligada a noção de modernidade, e a chegada da locomotiva ao Crato dá início a uma nova época de progresso. (CORTEZ, p. 28, 2008).<sup>187</sup> Tudo leva a crer que a construção da ferrovia de Baturité<sup>188</sup> até o Crato, tenha nesse percurso modificado consideravelmente a

---

<sup>187</sup> Sobre a chegada do trem na cidade do Crato, o trabalho de Dissertação de: CORTEZ, Ana Izabel Ribeiro Parente. **Memórias Descarrilhadas: o trem na cidade do Crato.** (Dissertação). Universidade Federal do Ceará: 2008, trás a partir das memórias e narrativas, redimensionadas nas diversas experiências e sensações narradas e construídas, o desenvolvimento da cidade do Crato, tendo como recorte, a chegada da ferrovia de Baturité. A pesquisa busca aproximar e, ao mesmo tempo diferenciar história e memória, tendo o passado como temporalidade. Assim, o estudo articula através dos enredos contados, as viagens, chegadas e saídas da locomotiva férrea na estação, os artigos e mercadorias trazidos, o movimento e as mudanças acarretadas pelo vai e vem do trem.

<sup>188</sup> A construção da Estrada de Ferro de Baturité foi na verdade um projeto político da então província do Ceará, portanto a intenção era beneficiar os interesses do poder público, que inclusive parecia se sobrepor a demarcação do terreno empreendida pelos engenheiros da Companhia responsável. As tensões entre o saber técnico, a engenharia e o poder das oligarquias cearenses era visível, todavia acabava por prevalecer a vontade dos poderes oligárquicos, já que a Companhia Cearense da Via Férrea de Baturité era subordinada ao poder provincial. Assim, a ferrovia criava outras fronteiras para o interior da província e nesse percurso alterava a paisagem por onde passava à medida que ia modificando a forma de organização dos sítios atingidos pela passagem dos trilhos. Em muitos desses sítios acabavam por desaparecer, dependendo da dimensão de terreno atingida. A propriedade/paisagem já era em si modificada, seja em suas dimensões, produtividade e fronteiras, ou até mesmo em sua forma, posto que os instrumentos da técnica passavam a fazer parte daquela paisagem. (CORTEZ, pp. 3,4 e 5, 2013). É possível imaginar que o Cariri, sobretudo o Crato não fugiu a essa realidade, o lugar por onde a

paisagem natural, contribuindo para alterações no meio ambiente. É possível que a perda da vegetação possa ter alterado o ciclo hidrológico dos muitos lugares, como é o caso citado por Cortez (2013, p. 7), no sítio localizado em Acarape/CE, de propriedade do Sr. Camilio Lelis Ferreira Vasconcelos, no qual seu sítio foi atravessado pela referida estrada, mais precisamente na passagem do rio Acarape, que ao ser ocupada pela ponte, dividiu o sítio em duas partes, uma seca e outra molhada, causando assim sério prejuízo a propriedade.

Provavelmente, o rio Grangeiro guarda o encontro de dois mundos, que se conflitam e, ao mesmo tempo, carregam em si toda a história da formação identitária regional e da própria cidade do Crato, na sua relação com a natureza, em especial, com suas águas de rios e fontes. Pensar o Rio Grangeiro, seus segredos, lendas, sentimentos, relações é uma tarefa que deve ser compreendida a partir da forte presença dos primeiros povos e, mais tarde, a partir do aldeamento, da criação de gado, da agricultura, sobretudo, do cultivo da cana de açúcar, dos engenhos e do cultivo do algodão, do ideário de modernidade, como é o caso da chegada da via férrea a cidade. Todo esse contexto envolve relações, que contribuíram e desenharam os rumos para onde correu o rio e a natureza à sua volta.

Os anos de 1932 e 1979-1983 foram considerados, por vários especialistas, os de maiores catástrofes climáticas, que grassaram o século XX, repercutindo, sobretudo no Nordeste, concomitante no Ceará, recrudescendo, em maiores proporções, o quadro de pobreza e abandono de parcela considerável da população, especialmente nos anos de 1970 e nos três primeiros anos de 1980. Sobre o tema, o geógrafo, José Romero Araújo Cardoso<sup>189</sup>, da Universidade Federal da Paraíba, em publicação no dia 28 de fevereiro de 2008, afirma ser o “vento alíseo nordeste, massa de ar que tem grande responsabilidade pelas estiagens, definidora do xerofilismo<sup>190</sup>.” Afirma também ser o Planalto da Borborema outro importante aliado do vento nordeste, agravando os dramas das secas. Para entendermos melhor como se comporta o movimento dos ventos alíseos, deve-se levar, em consideração, que a pressão atmosférica é bem menor nas áreas onde a radiação solar é mais incidente e intensa, fenômeno onde as temperaturas são maiores. Assim, o ar nesses locais torna-se muito bem mais aquecido, emergindo para onde a atmosfera é mais alta, ocasionando um fluxo maior de movimentação do ar.

---

linha férrea passou, possivelmente ocorreu a derrubada desordenada da vegetação, conflitos ao longo do caminho e, conseqüente modificando o ciclo hidrológico da região. (grifo nosso)

<sup>189</sup> Fonte: <http://omundocomoelee.blogspot.com.br/2008/02/seca-de-1979-1983.html>

<sup>190</sup> Exprime uma condição no geossistema do semiárido, especialmente nordestino que apresenta pouca umidade, próprio de vegetação xerófila, como: os cactos, mandacaru, xiquexique, maniçoba, entre outras.

Explicar o fenômeno da seca, a partir de questões meramente naturais, limita o entendimento e reforça a ideia de que a mesma é a causadora de toda sorte de miséria e flagelo na região nordestina. Para Frederico de Castro Neves (2000, p. 15), a seca não deve ser entendida como um fenômeno apenas no campo da ordem natural, na qual os homens, simplesmente, sofrem os efeitos da escassez, por assim dizer, as irregularidades de chuvas, que caracterizam o semiárido nordestino, utilizando esta dimensão como pano de fundo para determinar os movimentos de parte das populações sertanejas na busca pela sobrevivência.

Tudo leva a crer que era o temor pela existência de flagelados e as ameaças de saques nos comércios das cidades, o motivo maior de preocupação das elites, comerciantes e autoridades locais, externadas, naquele momento, pelo presidente da Associação Comercial do Crato. A situação de pobreza e miséria que se agravava a cada ano, na região, sobretudo em Crato e Juazeiro do Norte, não parecia ser, pois, o fundamento e nem, muito menos, a sensibilização com a fome, a marginalização e a mendicância. Esse medo está retratado, ao se enfatizar que as cidades estavam repletas de flagelados, os bairros estavam com milhares de pessoas famintas, havia um enorme, “(...) desassossego permanente nas classes produtoras,” afirmando que os saques e as “invasões” acabavam por obrigar os comerciantes a fecharem as portas de seus comércios. Frederico de Castro, (2000, p.16)<sup>191</sup> ao se referir sobre essa problemática, afirma que o sofrimento era duplo: seja pelas secas nos locais de origem desses retirantes, seja pela chegada de sertanejos para a região para onde buscavam abrigo, realidade que agravava ainda mais o problema social. Para esse autor, os saques representam muito mais um pedido de socorro, por parte de um grupo social, que se via ameaçado em sua sobrevivência física, e por assim dizer, significava o grito dos excluídos.

Desde os primeiros tempos, a partir da chegada do colonizador, o rio Grangeiro foi retratado como um pequeno córrego. O próprio Freire alemão, em seus diários de viagem (1859) demonstra isso, quando em um dos seus momentos de passagem pelo Crato, da janela do sobrado, onde ficou hospedado, que dava para os fundos do Alto do Seminário, afirma que, dos fundos do local onde estava, dava pra ver um pequeno córrego. Pela localização, tudo indica que se referia ao rio Grangeiro. O próprio Irineu Pinheiro (2010), ao falar das fontes existentes na cidade do Crato, destaca que “algumas de suas fontes, como as do Grangeiro, Caiana, etc. cujas as águas formam o riozinho que banha a cidade.”<sup>192</sup> Assim, em muitas

---

<sup>191</sup> NEVES, Frederico de Castro. A multidão e a história: saques e outras ações de massas no Ceará. Rio de Relume: Dumará: Rio de Janeiro. Secretaria de Cultura e Desporto: Fortaleza/CE, 2000. (Coleção outros diálogos)

<sup>192</sup> PINHEIRO, Irineu. O Cariri. Coedição SECULT/URCA – Fortaleza: edições UFC, 2010, p.22. (Fac Símile da edição de 1950)

passagens, é o Grangeiro retratado como um rio de dimensões diminutas e, ao passar dos anos, o rio vai se tornando cada vez mais de pouca importância.

Entendemos que, naquela época, (meados do século XIX), as informações que circulavam sobre o rio, estavam no jornal “O Araripe” e nos relatos de viajantes que por aqui passaram. No jornal Araripe, as notícias que circulavam sobre o rio em questão, eram apresentadas muito mais como ponto de conflito entre a população, criadores de gado, senhores de engenho e agricultores. De acordo com as reclamações que circulavam, o rio Grangeiro era visto como um lugar de serventia humana. O que se percebe é que tais queixas começam a aparecer em razão das disputas pela água e dos desvios de seu curso para alimentar a plantação, sobretudo da cana-de-açúcar, ocasionando a sua diminuição, implicando no uso e acesso das pessoas que viviam às suas margens. Em razão dos conflitos, também já se mencionava práticas de degradação.

Nos relatos de viajantes, o rio Grangeiro apresenta-se muito mais como ponto de localização do aldeamento, da vila e depois da cidade. Por vezes, aparece, ainda, no século XIX, como lugar de serventia das atividades agrícolas e da criação do gado. A busca pelo crescimento econômico da região e a ideia de progresso atravessou os séculos. Em 1958, Antônio C. Coelho, em palestra proferida no Rotary Club do Crato, em 01 de agosto, ao falar sobre as possibilidades econômicas da região, enfatiza que o Cariri é uma terra promissora, privilegiada pela natureza e que progride, e o Crato desempenhava papel de capital regional. Aposta que os investimentos no comércio, na usina de algodão, na instalação de indústrias no ramo de tecidos, na usina de açúcar, na destilaria de álcool seriam importantes para o desenvolvimento da cidade. (Ano IV Revista Itaytera, 1958)

É sabido que, desde as primeiras civilizações, o ser humano se organiza a partir dos leitos dos rios, dos mares e dos oceanos. Heródoto, historiador e geógrafo grego, no século V a. C. já reconhecia a importância da água na vida e na existência de comunidades, ao afirmar que o Egito era uma “dádiva do Nilo”. A água sempre foi e continua sendo vital à existência de toda a biosfera, na qual se insere o homem. Mas também é verdade que as relações com esse recurso variaram, conforme o tempo e o espaço historicamente constituídos. Keith Thomas (2010, p. 389) afirma que bem “antes do advento dos pesticidas e fertilizantes químicos, a poluição dos rios matava o bárbus, a truta, a brema, o leucioso (...) e outros peixes.” O fato é que o efeito das ações e das práticas humanas, deliberadas ou não, têm provocado, de forma drástica, a diminuição da vida vegetal e animal, seja das florestas, de

seus rios, dos animais e das coisas que o próprio homem constrói e depois destrói. Vale ainda ressaltar, a seguir, como o Crato fora retratado por Dona Almina Arraes:

O Crato naquele tempo era outro! (...) Há! Era uma cidade florida, as praças eram muito bonitas, casas hoje já não tem memória, as ruas já não tem memória, né! Porque desfizeram todas as casas (...) olha aquelas casas ali da praça da Sé eram lindas, todas de jardim, hoje o Crato já não tem vida, né.<sup>193</sup>

Dona Almina fala do seu meio, da sua vida e espaços de convivência. O outro lado do rio, talvez não fosse a cidade tão bela, porque lá estava o outro lado da cidade, como as casas de palhas, que vão sendo construídas, ao pé da encosta do Seminário. Tudo indica que as primeiras casas começaram a ser construídas, por volta do final dos anos de 1920, onde hoje fica mais ou menos do lado esquerdo da Prefeitura Municipal. Mas, tem razão Dona Almina, a cidade praticamente destruiu sua memória, quase nada mais lembra o Crato antigo, com exceção de umas poucas residências e alguns prédios públicos.

Em outra conversa com o Sr. Abinadab, ele também relata como o Crato era diferente. De forma bem saudosa diz que o Crato de hoje é outra coisa, e segue,

Isso aqui que nós estamos agora, isso aqui era mata quando eu era menino, era de Seu Lino, Zabulon esse terreno aqui, todo era dele, até esse pé desse monte aqui, tudo era dele, colégio, tudo, aqui, eu não andava aqui não, que aqui, eu era menino, isso aqui era mato, isso ai, desse terreno ai, um olaria, tirava, fazia tijolo desse barro ai mesmo, ai queimavam ai, ainda hoje tem a marca do fogo ai.<sup>194</sup>

Quando a cidade começou, as terras eram de pouca gente, às vezes o que é um bairro hoje era de um único dono, que passava de pai para filho, não só a terra, mas também a água. Se olharmos os registros de terra do Crato pode ser confirmado o que acabo de mencionar, e o que diz seu Abinadab, ao se referir sobre as margens do rio Grangeiro ao pé do Bairro Seminário, que eram terras de um único dono. Assim também se pode atestar o registro das terras do Grangeiro, em 1850-1855, pertencentes a um único dono.

---

<sup>193</sup> Dona Almina Arrais de Alencar Pinheiro, nasceu em Araripe Ceará, tem 92 anos de idade, veio residir na cidade do Crato aos quatro anos de idade (1928). Filha de uma família de comerciante e influente politicamente na região do Cariri e em Pernambuco. Tem uma memória prodigiosa, relembra fatos, costumes e hábitos do seu tempo. Entrevista Concedida em 16 de abril de 2016.

<sup>194</sup> Abinadab de Arruda Campos, nasceu em 08 de maio de 1936 (80 anos de idade). Foi aluno do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial – SENAI, onde veio a concluir o curso de mecânica, seguindo a profissão do seu pai que já tinha uma oficina, onde hoje é a atual rua Tristão Gonçalves (conhecida como rua da Vala). Em 1952, seu Abinadab passou a trabalhar na dita oficina e lá permanece até os dias atuais.

Declaro eu, o Tenente Coronel José Vitoriano Maciel, que como Infiteuta sou senhor e possuidor do Sitio Grangeiro, e mais anexos nesta Freguesia de Nossa Senhora da Penha, terras foreiras a Camara desta Cidade do Crato; que extrema da parte do Leste no Rio da Ponte com terras do Cafundó do Vigario, do Sitio de Jacob Lope, do da viuva Teresa, e da Barra da Embiriba para cima com terras de José Ribeiro, agoas pendentes ao mesmo rio: da parte do oeste no Riacho do Francisco com terras de Vicente Amancio pelo Riacho abaixo athe a passagem do Leonor; e d'ahi aos marcos de pedra; e do ultimo ao Rio desta cidade; e por elle abaixo com terras de José de Montes athe a confrontação da baixa do Jabotá: da parte do Norte na dita baixa, aonde está o marco de pedra com terras de Antonio Raimundo, e Francisco Tava- [Fl. 13] Tavares: e da parte do Sul com a Serra Araripe. Sua extremas, e limites hé de mil e oito centos braças de Norte a Sul; e oito centos e cinquenta de Leste ao Oeste: Cidade do Crato quinse de Maio de mil oito centos e cinquenta e cinco José Vitoriano Maciel.<sup>195</sup>

Os cursos das águas do rio Grangeiro atenderam a múltiplos usos, no correr do tempo, desde o consumo humano, aproveitamento industrial (rapadura), irrigação, criação animal, pesca, lavagem de roupa e lugar de banho e recreação. Hoje está quase que, completamente, nos quintais das casas, em seu curso, em direção à parte da encosta, ao sopé da Chapada Araripe. Na parte central da cidade serve de canal, onde são jogados os dejetos do lixo doméstico, hospitalar e industrial.

Com o título, *Marginalização do Cariri*, o Jornal, “A Ação”<sup>196</sup> traz uma matéria de capa, que é, na verdade, uma denúncia da Associação Comercial do Crato, que, em forma de telegrama dirigido ao então governador, Gonzaga Mota e ao Superintendente da SUDENE<sup>197</sup> Valfrido Salmito, dá esclarecimentos sobre a existência de um falso conceito arraigado nas autoridades, de que a região é verde, a zona é fertilíssima, há fartura de fontes e de águas, e que a seca não teria efeito nenhum na região. Essa falsa ideia tem feito com que o Cariri “pague muito caro, e por último tem provocado o desvio de alimentos, roupas, agasalhos, dinheiro, etc, arrecadados na Campanha Nordeste-Urgente”. As reclamações de que nada havia chegado e ameaçava não chegar, significava, para o representante da Associação Comercial do Crato, uma marginalização política, que causava revolta, ao deixar de lado a

<sup>195</sup> Registros de terras do Crato, entre os anos de 1850-1855. Acervo do DHDPG (Cúria Diocesana do Crato)

<sup>196</sup> Jornal Ação, 22 de outubro de 1983, Ano XLV, nº 1.764,p.3

<sup>197</sup> Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste – SUDENE, órgão criado em 15/12/1959, marcada pela incorporação progressiva da Região Nordeste e, logo em seguida, da Amazônia, ao processo de desenvolvimento nacional conduzido pelo governo federal, que até àquela data se concentrava nos estreitos limites das Regiões Sudeste e Sul. Em 1999, a divulgação de escândalos e mais escândalos de corrupção, justificativa que levou a sua extinção, em 2001, no governo de Fernando Henrique Cardoso. Nesse mesmo ano (04/05/2001), através de Medida Provisória de Nº 2.146-1 é criada a Agência de Desenvolvimento do Nordeste – ADENE. Sua estrutura organizacional provisória e incompleta, além das deficiências de recursos financeiros e materiais, bem como de recursos humanos insuficientes, em termos quantitativos e qualitativos, funciona de forma precária e limitada. FONTE: <http://www.sudene.gov.br/sudene#implantacao%20sudene>

região, que no seu entendimento, estava sofredora e aflita com os efeitos da seca. Por outro lado, a miséria, vista como um problema de caridade e paternalismo, esconde uma sociedade, que se fundamenta na desigualdade social, em que a pobreza é um mal em si mesmo.

O ano de 1966 era para o jornal Ação<sup>198</sup>, o ano de arrancada desenvolvimentista do Crato. Essa arrancada seria impulsionada pelo Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário – INDA.<sup>199</sup> Os investimentos seriam nos setores de agropecuária, energia, construção de açudes, transporte e comunicações, indústria e comércio, previdência e habitação, assistência social, segurança pública, colonização e povoamento. Disse o delegado do INDA, Ailton Bezerra de Meneses, “o Município deverá tornar-se modelo de organização e integração inter-governamental, iter-setorial, com base no espírito comunitário.”

Uma monumental passeata encerrou a campanha política de 1966<sup>200</sup>, na noite de 22 de novembro, após o resultado final das urnas com uma consagradora maioria ao candidato Humberto Macário de Brito. Maioria esta que importava em responsabilidade maior para o novo prefeito em sua administração. Porque esta diferença interpreta uma confiança considerável do povo, depositada no candidato eleito em 15 de novembro daquele ano. Crédito que, no entender do autor, se dava pela juventude do então prefeito eleito, da força de vontade, da disposição para o trabalho e do amor a causa pública. No calor da discussão, acreditava-se que uma nova fase de administração do município modelo se iniciava a partir dali. A crença contida, no texto, mediante as perspectivas de execução dos programas do INDA aumentam, quando se analisa as disponibilidades humanas interessadas em solucionar

---

<sup>198</sup> Jornal Ação, 08 de maio, Ano XXVI, Nº 1.135, p. 5

<sup>199</sup> Órgão criado pela Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964 (Estatuto da Terra), com regulamento aprovado em 31 de março de 1965 pelo Decreto nº 55.890. Constituiu-se como autarquia vinculada ao Ministério da Agricultura, tendo como principal finalidade estimular e promover o desenvolvimento das atividades agrárias, sobretudo através da colonização, do cooperativismo, do sindicalismo, da extensão rural, além e outras formas de associação, da eletrificação rural, da revenda de material agropecuário, do desenvolvimento tecnológico e da organização e desenvolvimento de comunidades. O INDA, enquanto órgão de colonização foi antecedido pelo Instituto Nacional de Imigração e Colonização (INIC), criado em 1954 e extinto em 1962. Surgindo logo após o golpe de 1964, momento em que a luta por reforma agrária era a bandeira dos trabalhadores rurais. Deveria o INDA, além do estímulo à colonização, desenvolver uma filosofia de crença na possibilidade de mudança do comportamento humano, a partir das aspirações da população rural. Assim, o órgão criou em cada estado do país um município modelo que serviria como parâmetro aos demais. Havia no órgão um presidente, um conselho diretor, nomeados pelo Presidente da República, indicados pelo Ministério da Agricultura. Sua inoperância, deu origem em 1968 a uma Comissão Parlamentar de Inquérito, que concluiu pelo fracasso do projeto colonizador. No entanto, a partir dessa época, abandonou-se progressivamente qualquer ideia de promover uma reforma agrária, passando-se a enfatizar a ocupação do território. Em 1970, o INDA e o IBRA foram extintos, dando origem ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). Intimamente ligadas aos “projetos-impacto” do governo Médici, essas alterações indicavam o peso do projeto colonizador em comparação com o projeto de reforma da estrutura fundiária do país.

<sup>200</sup> Jornal Ação, 26 de novembro – ANO XXIV – Nº 1.163 p. 3



os grandes problemas de nossa comuna. Dentre esses problemas, o autor do texto, enfatiza que o mais grave problema da cidade é a água, reafirma isso dizendo que:

Não sou contra os jardins que embelezam a cidade e as residências. Nem contra a existência de piscinas que se abastecem da água da cidade. Nem contra os postos de lavagem de carro que se servem desta mesma água. Nem contra as lavadeiras nas residências particulares que usam também desta mesma água. Mas somos a favor de uma distribuição mais justa e racional do precioso líquido, tão indispensável à vida quanto o ar que respiramos. Porque pouca gente da cidade conhece o drama da água nos bairros.

A cidade parece ser vista pelo autor com uma certa “normalidade” na relação desigual entre ricos e pobres. Aqueles que se encontram nos arredores ou mesmo em locais da periferia ou de bairros onde se concentram a pobreza, não pertencem a cidade, porque esse lugar é de apropriação e de morada dos ricos. Essa fragmentação do espaço urbano contribui para a construção e consolidação da ideia da não cidade e, assim, renegando a sua função pública e política em toda sua amplitude. Saltam aos olhos dos moradores da “cidade”, que, de forma indiferente, vivem o lugar privilegiado e próprio de uma elite política e socialmente favorecida. Esse pensamento é bem evidente, ao reconhecer que pouca gente da cidade sabe o drama da água nos bairros. Sobre essa problemática, Salmo Brito afirmam que:

O que se observa, até agora do que vi no Jornal Ação de 1965 a 1970, é mais uma preocupação no aformoseamento da cidade do Crato, e da cidade do Crato, especificamente o centro da cidade. Era como se os outros bairros, os outros moradores fossem segregados automaticamente, com a chegada de todas as informações que vinham pra cá, pra cidade. Os visitantes que vinham pra cá, o jornal cita muito, família tal recebeu fulano de tal na cidade. Ilustre morador do Crato é recebido, sempre se reportando a essas famílias que moravam no centro, porque toda vez que os bairros mais periféricos são citados, sempre é de maneira, de certa forma preconceituosa, no sentido de que eles não olhavam o sentido e o valor que cada bairro tinha, tipo: o valor cultural, o valor de natureza que tem naquele bairro. Mas eles citam sempre, foram preso três meliantes, portando a erva maldita no Gesso. O bairro S. Miguel precisa de calçamento, de uma lavanderia nova. Quando eles vão falar do centro, eles não falam somente essas coisas de melhoramento, eles falam na família que mora no centro, família tal fez festa, a universidade recebeu tal pessoa. A preocupação era mais voltada para a cidade, que ela crescesse em progresso industrial. Eu não vi uma preocupação em plantar árvores, com a Chapada, com o rio Grangeiro.<sup>201</sup>

---

<sup>201</sup> Salmo Brito, é aluno do Curso de História da Universidade Regional do Cariri, pesquisador e interessado na temática, e, na ocasião, estava realizando uma coleta de dados no Jornal A Ação, uma das fontes do seu trabalho de conclusão de curso de Graduação. A entrevista foi realizada dia 15 de dezembro de 2015.

Talvez não fosse de preocupação a problemática da falta d'água nos locais ou bairros de pessoas em situação econômica e socialmente desfavorável. Isso se mostra mais evidente, ao enfatizar o Pe. Honor, autor do artigo acima citado, no jornal “A Ação” que:

Enquanto nós dormimos tranquilamente o nosso sono gostoso da madrugada, os moradores dos bairros, em filas imensas se postam diante de um chafariz afim de apanhar duas ou três latas d'água para serventia da casa durante todo o dia. São senhoras que vão passar o dia inteiro trabalhando para ganhar o seu pão de cada dia. Muitas delas em idade avançada. (...) Êste drama é de todos os dias. E nós, aqui na cidade, muitas vezes reclamamos porque ao abrir uma torneira, a água não jorra abundante.

Em outro artigo, intitulado “Crato não é só Bonança,” também publicado no Jornal Ação<sup>202</sup>, o padre Honor aponta uma série de outros problemas, dentre eles, destaca: falta de educação do povo, no sentido de cooperação com os poderes públicos, no que concerne à limpeza pública; os problemas de urbanismo: ruas são abertas sem um prévio planejamento técnico. Aponta, ainda, que bairros cresciam e outros surgiam de um dia para outro sem o “devido plano de formação urbana”; aumento dos locais de prostituição, a entrada da “erva maldita”<sup>203</sup>; multiplicação de bares, dando-se o alto consumo de bebidas, visto como causa da indiferença do povo de determinados problemas; aumento da incidência de crimes; os problemas de esgotos: dado ao aumento populacional e à própria topografia da cidade, torna-se de necessidade imperiosa; o problema da mendicância nunca se estendeu com tanta violência e amplitude, “apesar de Cristo ter afirmado que pobres sempre os teremos, isso não significa cruzar os braços diante da situação.”<sup>204</sup> Todavia, reconhece que certas situações ultrapassam o âmbito da pobreza e alcançam a miséria.

Mesmo diante de tantos problemas citados, este mesmo autor reconhece que a cidade apresenta um índice de desenvolvimento que, em seu conjunto, traduz invejável posição em relação a outras cidades.”<sup>205</sup> Vê-se que décadas atrás esses mesmos problemas são apontados. Faz-se interessante notar que a questão ambiental parece não ser da ordem do dia, nem está em pauta por parte daqueles que estão à frente do poder público ou o poder de fala nos espaços de comunicação e outros meios de acesso e/ou poder de intervenção.

Também outro artigo, intitulado, “A água não é de ninguém: pertence ao povo!” também publicado no Ação, Ano XXVII de 10 de dezembro de 1966, Nº 1.161, p. 3, destaca

<sup>202</sup> Ano XXVI, de 03 de dezembro de 1966, Nº 1.164, p. 3,

<sup>203</sup> Nome popular dado às drogas ilícitas.

<sup>204</sup> Ano XXVI, de 03 de dezembro de 1966, Nº 1.164, p. 3,

<sup>205</sup> Ano XXVI, de 03 de dezembro de 1966, Nº 1.164, p. 3,

que as áreas não cultiváveis perderão sua vegetação “minguada e rasteira”. As que são cultivadas, de tanto lhe sugarem seus nutrientes, “sem o cuidado de um trabalho científico de adubação, se transformarão em terras imprestáveis para a agricultura.” Alerta sobre a ação devastadora da erosão, “impiedosa, irracional, indiferente à ruína causada, consequência de uma agricultura rotineira,” além da devastação criminosa e funesta das nossas reservas florestais, seja pela foice, pelo machado e/ou pelo fogo. Destruição que, nos dizeres do autor, prejudicaria a frequência das chuvas e, conseqüentemente, a diminuição das fontes que jorram da “serra do Araripe.” Efeitos que já se faziam sentir, ainda que em escala “diminuta,” mas que se agravaria com o passar do tempo.

Diante das constatações, o referido artigo chama atenção para a urgente necessidade de educação e conscientização da população, conjuntamente com os poderes constituintes. Sugere, inclusive que “(...) a primeira etapa desta campanha seria no sentido de evitar, a todo custo, o esbanjamento d’água.” Porém, adverte que essa seria uma das coisas mais difíceis de conseguir, nem por isso impossível, dado que “a água não é de ninguém. A água pertence ao povo. É patrimônio público pelo qual todos devem zelar e defender,” e não se constituir em fonte de renda para particulares, enquanto a população precisa dela para sua sobrevivência.

Interessante notar que a defesa da água e das matas parece ser apenas para a existência do ser humano, não sendo de preocupação as outras espécies ou a biosfera como um todo, dando-nos a entender que a natureza está à disposição apenas da espécie humana, se assim podemos definir. A visão antropocêntrica de mundo, difundida na modernidade, mais claramente a partir do século XV em diante, sem dúvida atravessou os séculos e se faz até mais forte nos dias atuais. Em termos bem simples, pode-se dizer que a história ambiental trata do papel e do lugar da natureza, na vida do homem. Assim, no "ambiente social", criado e recriado pelos homens, a natureza não tem lugar, ao não ser como sua serventia.

Nesse sentido, à medida que a vontade e desejos dos homens deixam suas marcas nas matas, nas florestas, no gelo da calota, nas tecnologias, acaba por separar a natureza do ambiente fabricado ou construído, como se estes fossem coisas distintas, melhor dizendo que o ambiente cultural ou socialmente construído exclui a existência do ambiente natural no construído pelos homens. Não obstante, vale a pena conservar essa distinção, pois ela nos faz recordar que existem forças diferentes, operando no mundo e, nem sempre nascem somente dos homens, algumas são espontâneas e outras autogeradas.

O recorte do jornal, abaixo, retrata essa realidade, em que o homem cria seus próprios problemas e, por vezes, a forma de tentar resolvê-los é tentar dominar a natureza, que ele

mesmo degradou. A construção do canal do rio Grangeiro, é pois uma realidade em que se mostra claramente práticas de destruição do ambiente natural, ocasionado pela apropriação das margens desse rio, ao longo dos anos, seja pela agricultura, pecuária e o setor imobiliário. A foto abaixo retrata essa relação desordenada dos habitantes com o rio, e aos poucos a cidade foi tomando e se apropriando, do espaço que devia ser reservado ao livre curso do seu leito e margem. As respostas da natureza a esse tipo de ação humana, são as catástrofes, provocadas pelas enchentes, a destruição das variedades de espécies que necessitam do rio para viver, a destruição da memória e história do lugar e do rio. Os desastres ambientais provocados pela maneira como lidamos com a natureza, deixa o homem, por vezes, bastante impotente diante da reação da natureza, a exemplo, o fenômeno das enchentes, situação em que não há controle e nem limites, restando ao homem se curvar diante das catástrofes que ele mesmo criou.

**Figura 11 - Imagem do Canal do Rio Grangeiro**



Fonte: Jornal Ação, Ano XXVI de 10/12/1966, Nº1.1.161, p. 9

Quando olhamos para um rio, se imagina que ele representa vida e condições de sobrevivência do homem e das outras espécies e do próprio rio. Porém, são as relações sociais com o ambiente natural que vão, de certa forma, conduzir a maneira como esta sociedade irá conviver e respeitar os limites entre a vida natural e vida culturalmente construída pelo homem nesse ambiente. Essa relação será cada vez mais de conflito à medida que esses

limites deixam de ser considerados. Essa imagem, acima, datada dos últimos anos de 1960, representa um pouco desse retrato de desajuste entre sociedade e natureza. Nesta já se tinha construído parte do canal do rio Grangeiro, uma boa parte das suas margens tanto ao pé do alto do Seminário, como do lado onde se iniciou a cidade.

O ano de 1967 começa com chuvas fortes, anunciadas numa manchete do Jornal Ação.<sup>206</sup> Com o seguinte texto: Enchentes Danificam cem Metros do Canal! Essa frase, aparentemente simples, parece nos revelar que os problemas ambientais são consequências apenas da própria natureza. O rio está ali no lugar de morada das pessoas, e não o contrário. Assim, o rio passa indiferente, o rio já não mais existe, porque ele já é simplesmente um canal. A intervenção humana, sobre a natureza, parece ser negada ou ignorada pelo próprio homem, sendo a destruição do rio Grangeiro, ao longo do tempo, provocada pela apropriação de suas margens e leito. Concomitante, a derrubada de sua mata ciliar é parte de um projeto de cidade, que tem toda uma construção histórica de práticas e costumes de degradação e destruição do ambiente.

Considerando as reservas de cada época e de cada tempo, o rio, para seguir seu curso, teve de romper com as amarras das construções humanas. É interessante notar que, a manchete: “Enchentes Danificam cem Metros do Canal!”, em letras bem visíveis, demonstra o quanto o olhar sobre as questões ambientais revelam, naquele momento, a falta de entendimento de que o problema das enchentes não é do rio, mas dos habitantes que invadiram locais que, por natureza, era do rio.

Na fala de Cabral corrobora um pouco nesse sentido:

Por onde o rio passava, ele ia também até o banho das mulheres, embaixo quase por onde é hoje é a rua Coronel Secundo tinha o chamado poço da escada e o banho dos homens e uma barragem também de enxurrada, então o rio Grangeiro, todos os recipientes servindo a cidade, infelizmente também, foi e continua sendo o rio da poluição, devido ao problema das inundações, eram quase frequentes grandes inundações principalmente em mil novecentos e sessenta, e a todo modo, então o canal foi iniciado em mil novecentos e cinquenta e sete, por etapas, e quanto não definia houve essa inundação de arrastar grande árvores para o seio da cidade, arrastar um grande cofre da antiga IMAGEM, vamos dizer assim, da caixa econômica, da indústria de mármore Jessi.

---

<sup>206</sup> Jornal Ação de 04 de fevereiro, Ano XXVIII, edição 1.172, p.1

Dona Almina Arraes, já referida, fala de um tempo do rio que, para ela, não existe mais. Recorda-se dos banhos da criançada, afirmando que o rio deu muitos benefícios à cidade, porque a água era bem aproveitada e as casas eram todas ajardinadas. “(...) Ali na praça da Sé, porque tinha água a vontade.” A natureza parece se renovar, mesmo contra as investidas humanas ela resiste e insiste em continuar. Dona Almina nos lembra de que sempre morou no trecho que está até hoje, outrora chamado Fundo da Maca, “ali próximo meu pai abriu com os cunhados uma fábrica de beneficiamento de algodão e depois se tornou uma grande indústria”. Segundo D. Almina, a fábrica foi instalada em 1964, na época da repressão, “ai nós ficamos só com a casa, por trás dela passava o rio, era um rio privado, num era assim, lá era todo plantado, tinha vacarias na beira do rio.

A nosso ver, parece que a cidade do Crato manteve, ao longo do tempo, uma relação bastante ambígua com os seus rios, em especial, o Grangeiro, pois, para crescer e desenvolver a cidade os abraçou, firmou laços que propiciaram a dinamização da vida urbana, agrícola e da pecuária. No entanto, foi progressivamente destruindo o que propiciou seu processo de evolução, ao ponto de torná-lo meio de escoamento de esgoto. A poluição, o assoreamento do rio, os desvios de seu curso, a destruição das matas ciliares e a beleza da paisagem tornam-se obstruídas. O mau cheiro nas proximidades do rio revela o modelo de cidade que se criou. A mudança de coloração das suas águas demonstra a nossa fragilidade na convivência com o mundo natural.

Quando observamos as revistas, os jornais de época, encontramos uma percepção de mundo, em que o progresso e o desenvolvimento estão em primeiro plano. As principais preocupações giravam em torno de construções de prédios, casas, sobrados e mais tarde praças, estradas, das atividades econômicas, da defesa da cana de açúcar, do algodão, da rapadura, do comércio, e também dos requintes e das festas. E, nesse pensar, o rio foi sendo utilizado para os serviços que, naquele momento, fossem mais importantes para atender aos desejos de uma cidade progressista e adiantada. Essa visão tem longa data. A título de exemplificação, nos reportamos aos escritos de Irineu Pinheiro (2010a, p.106), ao se referir sobre as últimas décadas do século XIX, afirma que: “os comerciantes foram mais do que outras quaisquer, ótimos fatores de progresso das nossas terras interiores.” Os jornais e revista visitados na pesquisa, parecem valorizar em demasia as famílias da elite cratense, suas festas, requintes, costumes, viagens, destaques e personalidades, era também, bem frequente nas páginas desses meios informativos, chegada de alguma pessoa influente na cidade do Crato.

Um texto de autoria de Tomé Cabral, na revista *Itaytera*<sup>207</sup>, refere-se sobre a chegada dos primeiros automóveis no Crato, “tenho bem gravado na lembrança aquele memorável dia em que a cidade vibrou de entusiasmo, especialmente nós, garotos, sempre sequiosos de novidade.” Era o automóvel do comerciante Siqueira Campos, dono de um dos estabelecimentos mais conceituados da cidade. Os feitos de líderes políticos ou pertencentes às famílias tradicionais da cidade também figuravam como assuntos sempre presentes. O livro *a Cidade do Crato* de Irineu Pinheiro e J. de Figueiredo Filho, no final de suas páginas, trás a relação das principais famílias cratenses.

A ideia de pensar a natureza como um substrato da vida do homem, e dela tirar toda as suas riquezas e aproveitamentos, sem medida de suas consequências, talvez acompanhe a vida em sociedade desde remotos tempos, e nos chega aos últimos trinta anos do século XX, tão viva quanto em épocas anteriores. “Melhorias da Agricultura no Sul do Estado”, é uma publicação de autoria de Antonio de Alencar Araripe, na Revista *Itaytera*,<sup>208</sup> onde afirma que uma das coisas que constitui providência para o desenvolvimento do polígono das secas era a melhoria das atividades agrícolas. Todavia, reconhece que nem todos os setores da dita área seca oferecem condições propícias para o estabelecimento de medidas, “(...) uns faltam cursos d’água de certa monta, com local adequado à construção de obras de represamento, em outros abundam solos sem profundidade e de baixa qualificação”. As melhores terras, que o autor chama de grande vale do Carás, do Cariús, do Riacho dos Porcos e do Machado oferecem insuperáveis condições de aproveitamento.

Parece que essa seja uma ideia que está no senso comum das pessoas, o rio leva tudo que nele é deixado, jogado, oferecido ou simplesmente abandonado. Seria, talvez, por ser o rio marcado pelas suas correntezas, e nele tudo passa? Eis uma grande pergunta: mas será que sempre foi assim? As práticas, costumes e hábitos da população, construídas, ao longo do tempo, são marcadamente semelhantes, ou diferem no tempo e no espaço? Que relações com o meio ambiente vão sendo construídas historicamente a partir da presença humana no cariri cearense, sobretudo com a água?

Algumas evidências são bem visíveis na paisagem, tais como: construção dentro do leito do rio, ou em sua margem, destruindo quase por completo a mata ciliar, que mantém viva as espécies e o próprio rio. Na realidade, a cidade surge de costas para o rio, utilizando-se do mesmo, ao longo do tempo como lugar de dejetos e de despejo de toda espécie de lixo da cidade, incluindo o hospitalar. As fontes existentes, na cidade, são quase, em sua totalidade,

---

<sup>207</sup> Revista *Itaytera*, Ano de 1969, nº 13, p. 151

<sup>208</sup> Revista *Itaytera*, ano 1972, p. 16

privatizadas e canalizadas de forma muito nociva ao meio ambiente e à existência dos mananciais de água subterrâneas. As práticas de jogar lixo na natureza, o desperdício de água, a falta de preocupação com a floresta com as fontes e os rios apresenta-se bem visível. Assim, o desmatamento cresce assustadoramente na Chapada Araripe e no seu entorno. Na imagem, a seguir, observam-se os esgotos dentro do leito do rio.

**Figura 12 - Vila próxima ao Rio Grangeiro**



Fonte: Acervo pessoal

O estudo parte da hipótese de que a privatização das fontes possa ter sido uma das possibilidades que muito contribuiu para práticas do desperdício, negação do rio e falta de cuidado com a natureza. Embora o projeto não traga explicitamente hipóteses pré-definidas, a cidade cresceu bastante, na segunda metade do século XX. Só para se ter uma ideia, em 1959, tinha a cidade cerca de 59 ruas. Por volta de 1968, já somava 183, o que significa um aumento do tamanho do perímetro da cidade. É nesse período também que se começa a mudar o nome das antigas ruas, por outros nomes, em sua maioria vultos da política nacional, estadual ou local, como por exemplo: Duque de Caxias, Dr. João Pessoa, Getúlio Vargas, Juarez Távora, Pedro II, Rui Barbosa, Senador Pompeu, Santos Dumont, dentre outras.

A memória sobre o lugar, suas lendas, mitos, a paisagem, a natureza e tantos outros elementos significativos da história vai aos poucos sendo destruídos à medida que vamos



destruindo o ambiente natural. Confesso que antes de iniciar o estudo da história socioambiental do rio Grangeiro, não imaginava o quanto esse rio carrega de história, desde os tempos dos seus primeiros habitantes, que deram origem a nação Kariri ou Quiriri. E, no contexto desta história, aparece bastante perceptível o ufanismo em torno da região do Cariri, incluindo aspectos como: suas águas correntes, suas fruteiras, seus brejos, do habitat, da cana de açúcar, das palmeiras eretas como sentinelas, no entorno de suas cidades e vilas, assim, nos lembra Irineu Pinheiro, no livro “O cariri”<sup>209</sup>.

No IV Simpósio brasileiro de Engenharia Ambiental, realizado em setembro de 2002, na cidade Vitória/ES, foi apresentado um artigo sobre a qualidade físico-química das águas dos rios Batateiras e Grangeiro, estudo de autoria de Ana Maria Dantas Sampaio & outros.<sup>210</sup> Como conclusão, observou-se que as médias de PH foram constatadas nos pontos amostrais (P1, P2 e P7). Os baixos valores de pH nas amostras coletadas, nos rios Batateiras e Grangeiro atribui-se à presença de “gás carbônico dissolvido, proveniente da degradação da matéria orgânica do solo, realizada durante o metabolismo bacteriano”. Segundo os autores, o gás carbônico, em águas subterrâneas, encontra-se pressurizado, vindo a sofrer o escape logo ao atingir a superfície do solo. Nesse sentido, destacam-se como principais agentes causadores o lixo domiciliar jogado no leito dos rios e a contaminação pelos esgotos domésticos que é lançado diretamente nos rios, sem nenhum tratamento. Em resumo, a pesquisa mostrou que,

Os teores de cloreto, nitrogênio amoniacal e ortofosfato solúvel observados em alguns pontos amostrais indicam que os rios Batateiras e Grangeiro estão sofrendo descargas de águas residuais domésticas e industriais na cidade do Crato.<sup>211</sup>

Com o processo de intensificação da vida urbana, o rio Grangeiro vai sendo destinado para a construção de casas, condomínios, hotéis e clubes, e a maior parte do seu leito passa a ser utilizado como local de dejetos das residências do seu entorno. A existência dos clubes como lazer para a elite cratense tem seu início com a fundação do Crato Tênis Clube, em 27

---

<sup>209</sup> O povo do Cariri é motivado por certo orgulho nativista, por ser o espaço caririense, uma terra fértil, bonita, rica, razão porque, em geral, não se julgam sertanejos os Caririenses. Essa vaidade carrega em si uma espécie de otimismo, honra e glória do lugar, sobretudo no Crato, considerado o centro irradiador de toda a região. Por ser o sertão nordestino visto como um lugar estéril, uma zona seca, não se considera o povo da cariri, do sertão. (Irineu Pinheiro, 2010a p.8).

<sup>210</sup> SAMPAIO, Ana Maria Dantas, SOUSA, Claire Anne Viana de, PEDROZA, Marcelo Mendes. **Avaliação da qualidade físico-química das águas dos rios batateiras e grangeiro, na região d cariri, município do Crato/ce.** VI Simpósio Ítalo Brasileiro de Engenharia Sanitária e Ambiental - ABES - Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental, 2002

<sup>211</sup> SAMPAIO, Ana Maria Dantas, op.cit p,5

de maio de 1949; do Clube Recreativo Grangeiro, fundado em 01 de junho de 1965, sendo abastecido pela fonte de mesmo nome, sendo esta a nascente principal da formação do rio Grangeiro; do Itaytera Clube, fundado em 05 de janeiro de 1965, pertencente à classe dos comerciários. Está localizado no Sítio Luanda, ao sopé da Serra do Araripe. A nascente do Batateiras abastece o clube Serrano Atlético Cratense, fundado em 25 de outubro de 1961, pela Associação Atlético Banco do Brasil –1957.

O que se observa é que, nas últimas décadas do século XX e a primeira do século XXI, o mundo tem sofrido transformações bem visíveis na natureza, envolvendo os ciclos hidrológico, climático e de vegetação. Esses impactos têm levado a uma série de discussões em torno da questão ambiental, a exemplo, a reunião de grupos indígenas, quilombolas e extrativistas, que se reuniram, em junho de 2016, em Brasília, para falar de mudanças climáticas e suas catastróficas consequências. Definiu o momento atual, Maximiliano Menezes, da Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira (COIAB) com a seguinte frase: “O mundo está com febre,” referindo-se aos desordenamentos ambientais, que tem destruído a floresta por dentro.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

No decorrer das últimas décadas do século XX, os historiadores se empenharam em trazer ao seu ofício novos objetos e problemas de pesquisa. É, também por essa época, que começa a surgir uma historiografia dedicada a História Ambiental, no entanto essa discussão no Brasil é bem mais recente, e na região do Cariri ainda é muito limitada. Pesquisas sobre a degradação do ambiente natural, em especial a água, fontes e rios tem um longo caminho a se desenhar, e na região do Cariri, os pesquisadores terão muito com que se debruçar. Estudos nessa direção se tornam cada vez mais urgentes, tendo em vista as agravantes questões ambientais, num mundo em que práticas, hábitos e costumes desconsideram a necessidade de existência do mundo natural.

Com o desenvolvimento deste estudo, torna-se evidente que as transformações econômicas, sociais e culturais têm alterado sensivelmente a qualidade de vida das populações e do ecossistema, devido à degradação dos espaços de conservação ambiental, necessários à manutenção da vida humana e das outras espécies. E, nesse sentido, a adaptação irracional do homem ao meio ambiente contribui para o estabelecimento de muitos desequilíbrios. As mudanças adaptativas realizadas na natureza trazem, na maioria das vezes, perigos e situações de vulnerabilidade. Assim, a ocupação de ambientes cada vez mais instáveis demonstram a pressão antrópica existente, sobretudo em margens de rios e encostas.

Talvez, por ser uma temática pouco discutida no meio dos historiadores, em especial da região do Cariri, o caminho se tornou bem mais duro, mas não posso negar que foi um aprendizado para além do âmbito intelectual, pois nas andanças etnográficas de perscrutar, registrar e transformar em escrita a temática em questão me permitiu rememorar um pouco da minha história de vida, tendo em vista ter nascido e crescido na região pesquisada. Essa possibilidade me fez dar alguns passos de crescimento também profissional e pessoal.

Não há como chegar ao final de um trabalho dessa propositura e não tirar dele uma série de aprendizados. O primeiro é de que não se faz ciência sozinho, “lição” que consegui enxergar por ter me permitido abrir-se para o mundo a minha volta, dialogado com muitas pessoas, fontes e estudos produzidos, portanto é, esse trabalho de dissertação, uma pesquisa que considero coletiva, e, a mim foi dado a tarefa de transformar em linguagem escrita. Essa metodologia me reporta as palavras de Donald Worster (1991), em que um dos fundamentos da História Ambiental é ser inclusiva nas suas narrativas, mas do que a história tem tradicionalmente sido.

Assim, a história se apresenta muito mais do que uma simples descrição ou uma questão simplesmente de estilo, a escolha metodológica e da temática da história socioambiental do rio Grangeiro, teve a intenção de se colocar como uma proposta desafiadora, por isso se insere no que propõe (PÁDUA, 2010), mais dinâmica, interativa e mais aberta, na medida em que repensa não só o lugar do ser humano, mas o coloca no quadro mais amplo da história do planeta.

A escolha por uma certa variedade de fontes, quais sejam: livros sobre a região (Irineu Pinheiro e J. de Figueiredo Filho), revistas, jornais, material iconográfico (fotos), entrevistas, se por um lado o trabalho foi árduo, por outro, permitiu ampliar as informações sobre a temática e juntar as “peças do quebra cabeça”. A partir dessa prática e de mudança de percepção, possibilitou estabelecer relações, comparar fontes diversas, e assim como diz MARTINELLI (1999), permitiu conhecer melhor a experiência social dos sujeitos, percebendo seus modos de vida, práticas sociais, e ainda os valores e costumes envolvidos.

Assim, com a realização desta pesquisa, foi-nos possível perceber, de forma mais ampla, a grande vulnerabilidade ambiental do rio Grangeiro, resultado da grande pressão humana, a qual está sujeito e, também, da precariedade dos planos de gestão, que não priorizam a qualidade ambiental e o bem estar do povo cratense. Entende-se, ainda, que as mudanças ambientais que o homem viabiliza não devem ultrapassar as potencialidades e limitações dos recursos naturais.

As preocupações, desde muito cedo, parecem estar em construir uma cidade que vislumbrasse o progresso, o crescimento econômico, preocupações das quais os melhoramentos urbanísticos, fazia parte da agenda local, não no sentido de um projeto pensado, planejado, mas tão e simplesmente a modernização centrada no aformoseamento da cidade, entendida aqui como o lugar de morada de uma classe de comerciantes, senhores de engenho e de criadores de gado, chefes religiosos, ou mesmo intelectuais pertencentes a mesma elite local.

Nesse sentido, faz-se urgente a viabilização de um planejamento, associado a um projeto de educação ambiental, voltado para o desenvolvimento sustentável, que envolvam a participação de entidades governamentais, não-governamentais, particulares e das diversas tendências sociais, destinados à preservação das áreas de nascentes, incluindo a do Grangeiro, e do desenvolvimento social e econômico das populações e dos limites e necessidades do ambiente natural.

## REFERÊNCIAS

### Fontes:

#### a) Periódicos

- Jornal *O Araripe*, Crato-CE. Edições de 1855 a 1864. Setor de Microfilmes da Biblioteca Nacional – Hemeroteca Digital Brasileira

Jornal *Ação*, Crato,CE, edições de 1939 a 1980.

- Revista *Província* (1953 – 1955)

- Jornal *Vanguarda* – Semanário independente, começou a circular em 12 de maio de 1887.

Redatores: Dr. João Batista de Siqueira Cavalcante, Pompílio Cruz, Padre Antônio Fernandes da Silva e Raimundo de Alcântara Maia.

- *Folha do Cariri*, semanário, criado em 1965, empreendeu campanha pela modernização da cidade através da elaboração de um Plano de Urbanismo para o Crato.

- Jornal “O Cearense” – fundado em 4 de outubro de 1846. Foram seus fundadores: Frederico Pamplona, Tristão Araripe e Thomás Pompeu. Entre os redatores figuraram também: Miguel Ayres, João Brígido, José Pompeu, Conselheiro Rodrigues Junior e Dr. Paula Pessoa.

- Almanach – Edição nº 9 de 1902, pp. 214 a 236

- Revista do Instituto do Ceará. TOMO “C” ANO “C”, vol. 100 – Fortaleza (CE), Brasil, 1986. (Publicada anualmente, sob a direção de Antônio Martins Filho)

#### b) Fontes Orais:

1. Senhora Almina Arraes de Alencar Pinheiro (92 anos) – Entrevista Concedida em 16 de abril de 2016.

2. Senhora Francisca Silva Morais (78 anos) – Entrevista concedida em 11 de abril de 2016

3. Senhora Jandira Brito (82 anos) – Entrevista concedida em 14 de abril de 2016

4. Senhora Maristela Vieira (100 anos) – Entrevista concedida em 09 de maio de 2016

5. Senhor Armando Lopes Rafael (69 anos) – Entrevista concedida em 20 de novembro de 2015

6. Senhor Abinadab Arruda Campos (80 anos) – Entrevista concedida em 28 de novembro de 2015

7. Senhora Lúcia Castro (59 anos ) – Entrevista concedida em 17 de novembro de 2015

8. Francisco Humberto Cabral (80 anos) – Entrevista concedida em 27 de outubro de 2015

9. Francisco Araújo Teles (75 anos) – Entrevista concedida em 26 de maio de 2015

10. Maria Eunice Menezes Teles (73 anos) – Entrevista concedida em 26 de maio de 2015

11. Senhor Iarle Brito ( ? ) – Entrevista concedida em 25 de maio de 2015

12. Senhor Valderi Gonçalves de Oliveira ( ) – Entrevista concedida em 11 de abril de 2016

13. Salmo Brito – pesquisador e aluno do Curso de História da Universidade Regional do Cariri, entrevista realizada no dia 15 de dezembro de 2015.

#### c) Fontes impressas e digitais

ALEMÃO, Francisco Freire. *Diário de viagem de Francisco Freire Alemão*: Fortaleza-Crato (1859). Vol. I. Fortaleza: Museu do Ceará, Secretaria de Cultura do Estado do Ceará, 2007.

BRÍGIDO, João. *Apontamentos para a história do Cariri*. Acervo Cúria Diocesana de Crato 1888.

CASAL, Manuel Aires. Corografia Brasílica. Tomo II fac-simile de 1817. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional. 1947.

SOBRINHO, Th. Pompeu. As origens dos índios Carirís. Revista do Instituto do Ceará, Tomo LXIV, Ano LXIV, 1950 (Digitalizado pelo Instituto do Ceará. Disponível na Biblioteca Digital Curt Nimuendajú: [http://biblio.etnolinguistica.org/pompeu\\_1950\\_origens](http://biblio.etnolinguistica.org/pompeu_1950_origens)).

GONÇALVES, Claudio Ubiratan. *A geografia do ethos capitalista no cariri cearense*. Disponível: <https://cadernosdoceas.ucsal.br/index.php/cadernosdoceas/article/viewFile/169/149> Acessado em: 20/07/2016.

## BIBLIOGRAFIA

### REFERÊNCIAS

ALEXANDRE, Juciêdo Ferreira. **Quando o “anjo do extermínio” se aproxima de nós: representações sobre o cólera no semanário cratense o Araripe (1855-1864)**. (Dissertação), (Mestrado em História). João Pessoa/PB: Universidade Federal da Paraíba Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, 2010.

BEZZERRA, Antonio. Algumas Origens do Ceará. Edição Fac-similada. Comemorativa do Centenário do Instituto do Ceará – 1117-1987. Fortaleza/CE: Apoio do Banco

BEZERRA, Lireida Maria Albuquerque. **Análise dos impactos socioambientais decorrentes da mineração na Chapada do Araripe – Nova Olinda/Ceará**. Dissertação (Mestrado em Geografia). Fortaleza/CE: Universidade Federal do Ceará, 2013.

BOFF, Leonardo. **Ética da Vida: a nova centralidade**. Rio de Janeiro: Record, 2009.

BOSI, Ecléa. **Memória e sociedade: lembranças de velhos**. 3 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

BRASIL, Senado Federal. **Protocolo de Quioto e legislação correlata**. Brasília: edições do Senado Federal, 2008(Coleção Ambiental – vol. III – reimpressão).

BRASIL, Thomaz Pompeu de Souza. Ensaio Estatístico da Província do Ceará. T 1. Fortaleza: Fundação Waldemar de Alcântara. 1997

BRASIL, Senado Federal. **Protocolo de Quioto e legislação correlata**. Brasília: edições do Senado Federal, 2008(Coleção Ambiental – vol. III – reimpressão).

BRITO, Anderson Camargo Rodrigues. **Transformações territoriais no cariri cearense: o Cinturão das Águas do Ceará (CAC) e o contexto de conflitos no Baixio das Palmeiras, Crato/CE.** 2016. Dissertação (Mestrado em Geografia). Universidade Federal de Pernambuco.

BRITO, Socorro Maria. **Mudanças na organização do espaço: o novo e o velho no Cariri canavieiro.** Fortaleza: IOCE, 1985.

BRÍGIDO, João. **Apontamentos para a história do Cariri.** Typ. da Gazeta do Norte, 1888.

CAVALCANTE, Francisca Hisllya Bandeira. **“O Brasil é o Ceará”: as notas de viagem de Freire Alemão e Capanema e suas impressões sobre o Ceará (1859-1861),** Fortaleza, Universidade Estadual do Ceará/UECE, 2012. (Dissertação apresentada ao Programa de Mestrado Acadêmico em História – MAHIS, área de concentração em História e Culturas da UECE).

CHACON, Suely Salgueiro. **O sertanejo e o caminho das águas: políticas públicas, modernidade e sustentabilidade no semi-árido.** Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, 2007.(série BNB teses e dissertações, n. 08).

CHAUÍ, Marilena. Natureza, cultura, patrimônio ambiental. In: DUARTE, Ana Lúcia (coord.). **Meio ambiente: patrimônio cultural da USP.** São Paulo: Editora Universidade de São Paulo; Imprensa Oficial do Estado de São Paulo; Comissão de Patrimônio Cultural, 2003.

CORTEZ, Antonia Otonite de Oliveira. **A construção da cidade da cultura: Crato (1889-1960).** 211 f. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Departamento de História, Rio de Janeiro, 1999.

CORTEZ. Ana Isabel Ribeiro Parente. **A Construção da Estrada de Ferro da Baturité: alteração da paisagem e a produção de outras fronteiras no Ceará (1870-1926).** Anais do XXVII Simpósio Nacional de História –ANPUH: Natal/RN, julho 2013.

CORTEZ. Ana Isabel Ribeiro Parente. **Memórias Descarrilhadas: O Trem na cidade do Crato.** 235f. : il. ; 30cm. Dissertação (Mestrado) em História Social. Universidade Federal do Ceará. Departamento de História, Fortaleza, 2008.

CORTEZ, Ana Isabel R. P. , CORTEZ, Ana Sara R. P. IRFFI, Guilherme. **Atividades econômicas e trabalho escravo no sul do Ceará: uma análise da segunda metade do século XIX.** Disponível em: [http://www.ipece.ce.gov.br/encontro\\_economia/vii\\_encontro/artigos/ATIVIDADES\\_ECONOMICAS\\_TRABALHO\\_ESCRAVO\\_SECULO\\_XIX\\_IPECE\\_2011.pdf](http://www.ipece.ce.gov.br/encontro_economia/vii_encontro/artigos/ATIVIDADES_ECONOMICAS_TRABALHO_ESCRAVO_SECULO_XIX_IPECE_2011.pdf) (Acessado em 10/08/2016).

CORTEZ, Sara Ribeiro Parente. **Cabras, Caboclos, Negros e Mulatos: A família escrava no Cariri cearense (1850 – 1884)**. (Dissertação), Fortaleza/CE: Universidade Federal do Ceará, 2008

CUNHA, Euclides da. Os Sertões: campanha de Canudos. 38 ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves Editora, Brasil, 1997.

COSTA. Gilmaria Feitosa da. **Os rios e a cidade: os usos das águas no Crato na segunda metade do século XIX**. (monografia). Crato/Ce: Univesidade Regional do Cariri. – Dpto. de História, 2015

DIAS, Carlos Rafael. **Da flor da terra aos guerreiros cariris: representações e identidades do Cariri cearense (1855-1980)**. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal Campina Grande/PB, 2014.

DELLA CAVA, Ralph. Milagre em Joaseiro. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

DRUMMOND, José A. **A história ambiental: temas, fontes e linhas de pesquisa**. Estudos históricos, Rio de Janeiro, v. 4, n. 8, p. 177-197, 1991.

ENGELMANN, Wilson. **Direito Natural, Ética e Hermenêutica**. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2007.

FARIAS, Waldemar Arraes de. **Crato: evolução urbana e arquitetura 1740-1960**. Waldemar Arraes de Farias Filho. –Fortaleza: Expressão Gráfica e Editora, p.183, 2007.

FREYRE, Gilberto. Nordeste. 1ª edição digital São Paulo: Global, 2013

FILHO. J. de Figueiredo. **Engenhos de Rapadura do Cariri**. Documentário da Vida Rural nº 13. Rio de Janeiro: Serviço de Informação Agrícola,Ministério da Agricultura, 1958.

\_\_\_\_\_. **História do Cariri**. Vol I (capítulo 1- 5). Coedição SECULT. Edições URCA, Fortaleza/CE: UFC, 2010

\_\_\_\_\_. **Folgedos Infantis Caririenses**. Coleção Secult/edições URCA – Fortaleza: edições UFC, 2010.



GARDNER, George. *Viagem ao interior do Brasil*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1975.

GERSEM. dos Santos Luciano **O Índio Brasileiro: o que você precisa saber sobre os povos indígenas no Brasil de hoje**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. LACED/Museu Nacional, 2006. (Coleção Educação para todos).

GEOPAK ARARIPE: História da terra, do Meio Ambiente da Cultura/Governo do Estado do Ceará/Secretaria das cidades/Projeto cidades do Ceará – Cariri Central. Crato/CE, 2012.

GIL, Antonio Carlos. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa**. 4 ed. São Paulo: Atlas, 2009.

GINZBURG, Carlo. **O queijo e os vermes**. Tradução: Amoroso, Maria Betania; tradução dos poemas: Paes, José Paulo. São Paulo: Companhia das Letras, 2006. (companhia de Bolso)

JACOBI, Pedro R. Meio Ambiente Urbano e Sustentabilidade: alguns elementos para reflexão. In: CAVALCANTI, Clóvis (org.) **Meio Ambiente Desenvolvimento Sustentável e Políticas Públicas**. São Paulo: Cortez Editora, 1997.

LEFE. Enrique. **As aventuras da Epistemologia ambiental: da articulação das ciências ao diálogo de saberes**. Rio de Janeiro: Garamond, 2004.(Tradução de Glória Maria Vargas – Ideias Sustentáveis).

LEGISLAÇÃO DE DIREITO AMBIENTAL. 4 Ed. São Paulo: Saraiva, 2011(Coleção Saraiva de Legislação). Colaboração de PINTO, Antonio Luiz Toledo, WINDT, Márcia Cristina Vaz dos Santos, CÉSPEDES, Livia.

LEONARDI, Victor. **Os historiadores e os rios: natureza e ruína na Amazônia brasileira**. UNB, 1998.

LIMAVERDE, Rosiane. **Os registros rupestres na Chapada do Araripe, Ceará, Brasil**. In: *Clio Arqueológica* N° 21 – Vol. 02, 140-154, 2006.

MARTINELLI, Maria Lúcia(org). **Pesquisa Qualitativa: um instigante desafio**. São Paulo: Veras Editora, 1999.

MARTINS, Marcos Lobarto. **História e Meio Ambiente**. São Paulo: Annablume, Faculdades Pedro Leopoldo, 2007.

Melo Josenir Camilo de. **O fenômeno El Niño e as secas no Nordeste do Brasil**. Raízes, Ano XVIII, nº 20, novembro, 1999, pp. 13-21  
MÉSÁROS, István. **Para Além do Capital**. São Paulo: Editora da UNICAMP - Boitempo Editorial, 2002.

MONT'ALVERNE, A. A. Frota, et al. **Exutórios naturais do sistema Exu/Arajara na Bacia do Araripe**. Recife: DNPM, 1995. Disponível em: <https://aguassubterraneas.abas.org/asubterraneas/article/view/24506/16461>. Acesso em: 17/08/2016.

MOORE, J. Capitalism as world-ecology: Braudel and Marx on environmental history. *Organization and Environment*, v.16, n.4, p.431-58, Dec. 2003.

MOREIRA, Adolfo Átila Cabral. **Modelagem Hidrológica da Bacia Hidrográfica do Rio Granjeiro – Crato-CE: composição do cenário atual e simulações de uso e ocupação do solo**. (Dissertação). Mestrado em Engenharia Civil, da Universidade Federal do Ceará, 2013.

NETO, Raimundo Teixeira Lima et all. Análise morfométrica e ambiental da microbacia hidrográfica do rio Granjeiro, Crato/CE. Em Revista Escola de Minas vol.61 Nº.3, Ouro Preto Jul/Set. 2008.

NETO, Basilio Silva. Perda da Vegetação natural na Chapada do Araripe (1795-2007) no Estado do Ceará. (Dissertação). Rio Claro/Sp: Universidade Estadual Paulista de Rio Claro, 2013.

NEVES, Frederico de Castro. **A multidão e a História: saques e outras ações de massas no Ceará**. Rio de Relume: Dumará: Rio de Janeiro. Secretaria de Cultura e Desporto: Fortaleza/CE, 2000. (Coleção outros diálogos)

NORA, Pierre. Entre Memória e História: A problemática dos Lugares. In: Projeto História, nº 10, São Paulo, dezembro de 1993, p.09.

OLIVEIRA, Cleide, OLIVEIRA, Francisca Bezerra de, FORTUNATO, Maria Lucineide & outros. **Loucura em liberdade: vivências e convivências em Crato-CE (1930-1970)**. In: Rev. bras. enferm. vol.56 no.2 Brasília Mar./Apr. 2003. *Print version* ISSN 0034-7167. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S0034-71672003000200005>. Acessado em: 30/08/2016.

PÁDUA, José Augusto. **As bases teóricas da história ambiental**. Estudos Avançados 24 (68), 2010

PÁDUA, José Augusto. *Um Sopro de Destruição: pensamento político e crítica ambiental escravista no Brasil escravista (1786-1888)*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.

PINHEIRO, Irineu. **O Cariri**. Irineu Pinheiro. (Edições Fac-símile de edição de 1950) Coedição Secult/ Edições URCA. Fortaleza: Edições UFC, p. 76, 2010a

\_\_\_\_\_ **Efemérides do Cariri**. Coedição Secult/edições URCA, Fortaleza: edições UFC, (Coleção nossa cultura, n. 1 séries memória, n. 2). 2010b

PINHEIRO, Irineu, FILHO. J. de Figueiredo. **Cidade do Crato**. Coedição Secult/edições. URCA, Fortaleza: edições UFC, (Coleção nossa cultura, n. 1 séries memória, n. 3) 2010c

**Plano de Manejo da Floresta Nacional do Araripe/Ceará**. Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade. 2004.

REIS JUNIOR. Darlan de Oliveira. **Senhores e trabalhadores no cariri cearense: terra, trabalho e conflitos na segunda metade do século XIX**. 302 f. Tese (doutorado). Universidade Federal do Ceará, Centro de Humanidades, Departamento de História, Programa de Pós-Graduação em História Social, Fortaleza, 2014.

RIBEIRO, Simone Cardoso. **Susceptibilidade aos Processos Erosivos Superficiais com Base na Dinâmica Geomorfológica na Micro bacia do Rio Granjeiro, Crato/CE**. 2004. Dissertação – Universidade Federal do Rio de Janeiro, PPGG, 2004.

SACHS, Ignacy. **Caminhos para o desenvolvimento sustentável**. Organização: Paula YoneStroh. Rio de Janeiro: Garamond, 2009.

SACHS, Ignacy. *Estratégias de transição para o século XXI : desenvolvimento e meio ambiente*. São Paulo: Studio Nobel e Fundação de Desenvolvimento Administrativo, 1.993.

SANTOS, Rosely Ferreira dos. **Planejamento ambiental: teoria e prática**. São Paulo: Oficina de Textos, 2004.

SEABRA, Giovanni de Farias. **Pesquisa científica: o método em questão**. Brasília: Universidade de Brasília – UNB, 2001.

SILVA, Felipe do Amaral **João da Silva Feijó: Uma análise acerca de sua expedição empreendida à Capitania do Ceará em fins do século XVIII e início do século XIX**. São Gonçalo, Rio de Janeiro: UERJ-FFP (Dissertação de Mestrado).

SILVA, Jacionira Coêlho. **Arqueologia no médio São Francisco. Indígenas, vaqueiros e missionários.** (Tese). Universidade Federal de Pernambuco - Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Programa de Pós-graduação em História, Recife 2003.

SILVA, Jane D. Semeão E. Revista “Itaytera”, Natureza e Cariri cearense: A (Re)Invenção de uma Identidade (1955-1980). Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH. São Paulo, julho de 2011.

SILVA, Leandro Maciel. **O Cariri Natural – Apontamentos sobre a identidade caririense.** Anais do XV Encontro Estadual de História “1964-2014: Memórias, Testemunhos e Estado”, 11 a 14 de agosto de 2014, UFSC: Florianópolis, 2001.

SABIÁ, Rodolfo José. FRISCHKORN, Horst. **Gestão das fontes da chapada do araripe: descaso ou incompetência** – Congresso brasileiro de Ciência e Tecnologia em Resíduos e Desenvolvimento sustentável. Costão do Santinho – Florianópolis – Santa Catarina, ICTR 2004.

SOBRINHO. Th. Pompeu. **As origens dos índios Cariris.** Revista do Instituto do Ceará, Tomo LXIV – Ano LXIV, Fortaleza-Ce, 1950. Digitalizado pelo Instituto do Ceará. Disponível na Biblioteca Digital Curt Nimuendajú: <http://biblio.etnolinguistica.org>.

SOUZA, Simone de, GONÇALVES, Adelaide & outros. **Uma nova História do Ceará.** 4 ed. atualizada – Fortaleza: Demócrito Rocha, 2007.

STEIGLEDER, Annelise Monteiro. **Responsabilidade civil ambiental: as dimensões do dano ambiental no direito brasileiro.** Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2004

THOMPSON, E. P. **Costumes em comum: estudos sobre a cultura popular tradicional.** São Paulo, Companhia das Letras, 1996.

WORSTER, Donald. **Para fazer história ambiental.** Estudos Históricos, Rio de Janeiro, v. 4., n. 8, 1991.

YIN, Robert K. **Estudo de Caso: planejamento e métodos.** 2 ed. Porto Alegre: Bookman, 2001.

ANEXOS

## ROTEIRO DE ENTREVISTA

**Palavras chaves:** Rio Grangeiro – práticas culturais – História Ambiental

Nome:

Data de Nascimento/Idade:

Profissão:

Endereço:

Tempo no Crato:

Tempo de Moradia no entorno do Rio Grangeiro:

Questões:

1. Como as pessoas que viviam no entorno do rio Grangeiro tratavam esse rio?
  - 1.1. O que você acha de morar aqui?
  - 1.2. Como você se relaciona com seus vizinhos?
  - 1.3. Para você quais são as vantagens e desvantagens de morar aqui?
  - 1.4. Tem alguma coisa que seu vizinho faça que você não concorda?
  - 1.5. Desde quando as pessoas começaram a construir casas neste local?
  - 1.6. Morar no entorno do rio Grangeiro trás algum inconveniente para você e sua família?
  - 1.7. Desde que veio morar aqui percebeu mudanças na relação dos moradores com o rio?
  - 1.8. Quais seriam?
  - 1.9. Tem alguma coisa que poderia ser feito para mudar essa situação?
2. Tem conhecimento de alguma política pública ou movimento da população do entorno em relação ao Rio?
  - 2.1. Como a Prefeitura se relaciona com a sua comunidade?
  - 2.2. Quais os serviços públicos disponíveis nessa comunidade?
  - 2.3.
3. Solicitar que sejam narradas situações problemáticas da comunidade com o Rio ou do conhecimento do entrevistado sobre tragédias relacionadas com o rio? (instigar ao depoente o resgate de situações antigas sobre isso)
4. As experiências com as enchentes levou a mudança de sua relação com o rio ou você observa mudanças da relação da comunidade com o rio por causa das recentes tragédias?



Bairro do Grangeiro – Aterro dentro do leito do rio para construir uma casa – Fev/2016 – Fonte: Uilton Filho



Final do Canal do Rio Grangeiro – 24 de maio/2015 – Acervo da autora



Canal do Rio Grangeiro – 06 de Março/2015 – Acervo da autora





No local onde se encontra a fonte do Rio Grangeiro – Foto tirada por: Lucas Sousa 27/05/2015



No local onde se encontra a fonte do Rio Grangeiro – Fonte: Acervo da autora 27/05/2015



Sítio Coqueiro/ Grangeiro – Terreno a venda – totalmente desmatado. Fonte: Acervo da autora - 01/03/2016



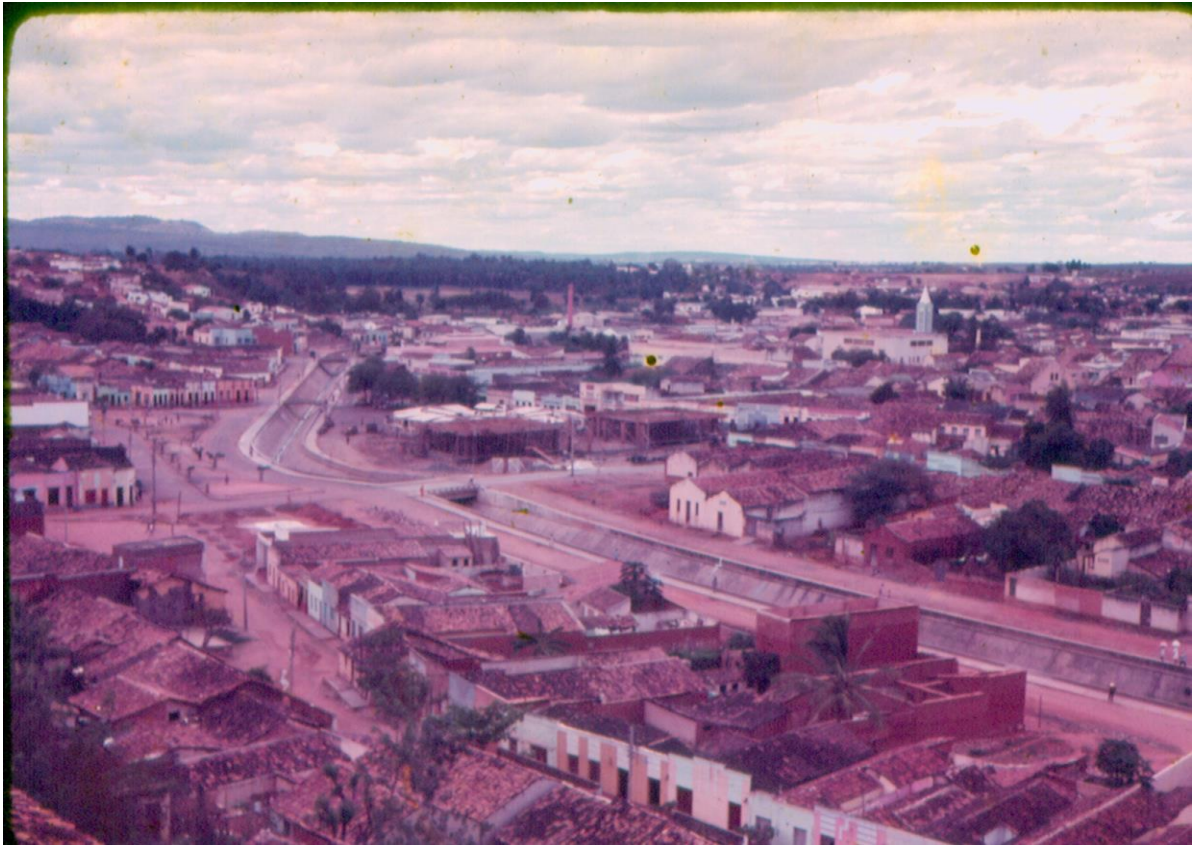
Sítio Coqueiro/ Grangeiro – Terreno a venda – totalmente desmatado. Fonte: Acervo da autora - 01/03/2016



Vila pau em pé/Bunda lavada 24/05/2015 Fonte: Acervo da autor



Foto com os entrevistados



Panorâmica da cidade do Crato – Canal do rio Grangeiro - (1980-1990)  
 Fonte: Departamento Histórico Diocesano Pe. Gomes – DHDPG/Cúria Diocesana - Crato CE



Jornais e Revistas pesquisados

FACULDADE DE MEDICINA DA  
UNIVERSIDADE FEDERAL DO  
CARIRI - FMUF



**PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP**

**DADOS DO PROJETO DE PESQUISA**

**Título da Pesquisa:** RIO ACIMA, RIO ABAIXO: UMA HISTÓRIA SOCIOAMBIENTAL DO RIO GRANGEIRO (1930 à 1980).

**Pesquisador:** MARIA DA PENHA SOUSA LIMA

**Área Temática:**

**Versão:** 3

**CAAE:** 47802115.9.0000.5035

**Instituição Proponente:** UNIVERSIDADE FEDERAL DO CARIRI-UFCA

**Patrocinador Principal:** Financiamento Próprio

**DADOS DO PARECER**

**Número do Parecer:** 1.378.347

**Apresentação do Projeto:**

Projeto Intitulado: RIO ACIMA, RIO ABAIXO: UMA HISTÓRIA SOCIOAMBIENTAL DO RIO GRANGEIRO (1930 - 1980).

**Objetivo da Pesquisa:**

Analisar os hábitos, práticas e costumes dos habitantes da cidade do Crato, no entorno do rio Grangeiro, ao longo do século XX, entre os anos 1930 - 1980, discutindo a diversidade temporal e social desta relação com o ambiente, principalmente com o rio Grangeiro. Como um dos principais objetivos específicos vem a abertura para discutir como o crescimento populacional e urbano afetou a qualidade do rio e a transformação do mesmo em esgoto a céu aberto.

**Avaliação dos Riscos e Benefícios:**

Os riscos não foram bem detalhados no sentido de esclarecer quais seriam eles a exemplo da ocorrência de denúncia de vizinhos, de descaso de gestores públicos, porém esclarece que trabalharão para minimizá-los.

**Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:**

Como a própria pesquisadora relata, a pesquisa pode não trazer benefícios individuais mas que poderá contribuir para a coletividade em projetos que visem uma cidade mais sustentável.

**Endereço:** Rua Divino Salvador, 284

**Bairro:** CENTRO

**UF:** CE

**Telefone:** (88)3312-5006

**Município:** BARBALHA

**CEP:** 63.180-000

**E-mail:** cep@ufca.edu.br

FACULDADE DE MEDICINA DA  
UNIVERSIDADE FEDERAL DO  
CARIRI - FMUF



Continuação do Parecer: 1.378.347

**Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:**

O projeto atende plenamente os termos de apresentação obrigatória.

**Recomendações:**

Recomendamos que o cronograma tenha ajustada as datas da coleta de dados pois entendemos que houve confusão entre os trabalhos iniciais que delinearão o objetivo da pesquisa e que ainda não se entrou na fase de execução como mostra o cronograma de execução do projeto resumido.

Outra recomendação é que inclua no TCLE apenas um ou dois exemplos de risco a exemplo dos que comentamos acima para melhor entendimento dos sujeitos da pesquisa.

**Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:**

O protocolo de pesquisa e epígrafe está de acordo com as diretrizes e normas bioéticas para pesquisas envolvendo seres humanos.

**Considerações Finais a critério do CEP:**

Após a conclusão da pesquisa, o pesquisador responsável deverá apresentar a este comitê o relatório final do estudo, em observância à resolução nº 466/2012 (item XI.2., alínea "d").

**Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:**

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_533756.pdf	05/11/2015 10:53:27		Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE.doc	05/11/2015 10:49:07	MARIA DA PENHA SOUSA LIMA	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	Projeto.doc	05/11/2015 10:48:15	MARIA DA PENHA SOUSA LIMA	Aceito
Cronograma	Cronograma.doc	05/11/2015 10:46:38	MARIA DA PENHA SOUSA LIMA	Aceito
Orçamento	orcamento.doc	05/11/2015 09:15:06	MARIA DA PENHA SOUSA LIMA	Aceito
Folha de Rosto	Folhaderosto.docx	22/09/2015 00:19:39	MARIA DA PENHA SOUSA LIMA	Aceito
Outros	ROTEIRO DE ENTREVISTA.doc	27/07/2015 20:46:40		Aceito

**Situação do Parecer:**

Aprovado

Endereço: Rua Divino Salvador, 284

Bairro: CENTRO

UF: CE

Telefone: (88)3312-5006

Município: BARBALHA

CEP: 63.180-000

E-mail: cep@ufca.edu.br

FACULDADE DE MEDICINA DA  
UNIVERSIDADE FEDERAL DO  
CARIRI - FMUF



Continuação do Parecer: 1.378.347

**Necessita Apreciação da CONEP:**

Não

BARBALHA, 21 de Dezembro de 2015.

---

**Assinado por:**  
**MARCOS ANTONIO PEREIRA DE LIMA**  
(Coordenador)

**Endereço:** Rua Divino Salvador, 284

**Bairro:** CENTRO

**UF:** CE

**Telefone:** (88)3312-5006

**Município:** BARBALHA

**CEP:** 63.180-000

**E-mail:** cep@ufca.edu.br